

O BRASIL TEM JEITO

PENSAMENTOS LIBERAIS
30ª
EDIÇÃO

ARTICULISTAS CONVIDADOS

Gustavo Franco

Mônica Salgado

Ricardo Gomes

PREFÁCIO

Tiago Dinon Carpenedo

EPÍLOGO

Hugo De Oliveira Muller

ARTICULISTAS ASSOCIADOS DO IEE

Amanda Cornélio Abbud

Anderson Bertarello Fernandes

Gabriel Siviero Dal Ponte

Gustavo Pellenz Dinon

Laura Dal Ben Oliva

Lucca Padoin Custódio

Luiza Cauduro

Mariana Ziebell Ramos

Matheus da Silva Barcellos

Matheus Baumbach Nascimento

Natalia Platania Chieza

Nathália Ceolin Vieira

Pedro Henrique de Oliveira

Pedro Ricco Deos

Pedro Araujo Santos Cardoso Saraiva

Raul Kazanowski da Silva

Stefano Wigner Tremea

COORDENAÇÃO

Ananda Rodrigues Bandeira

Henrique Torrescasana Trevisan



FÓRUM DA
LIBERDADE





Série Pensamentos Liberais
EDIÇÃO 30
2026



O BRASIL TEM JEITO

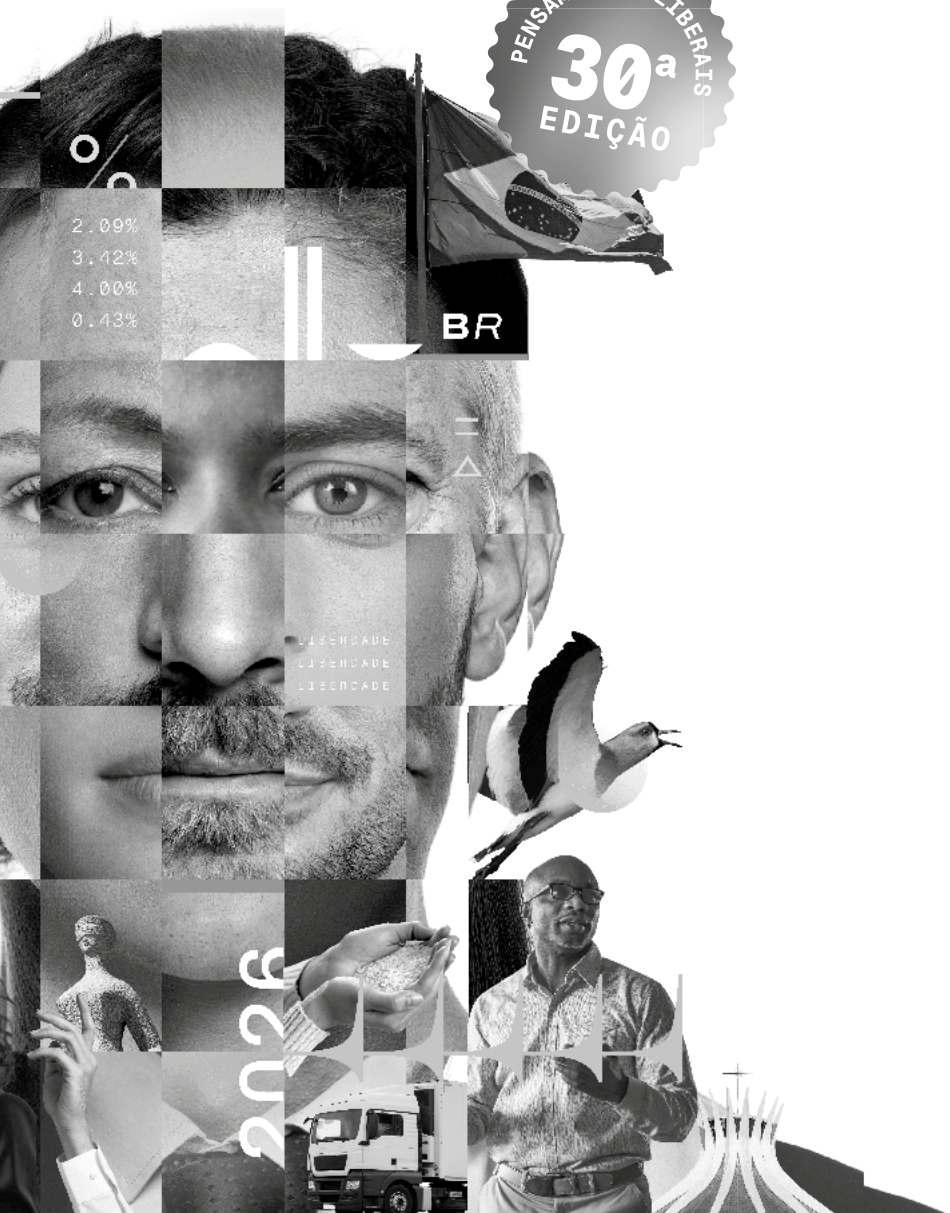
PENSAMENTOS LIBERAIS
30^a
EDIÇÃO

2.09%
3.42%
4.00%
0.43%

BR

LIBERCADE
LIBERCADE
LIBERCADE

2026



© Instituto de Estudos Empresariais, 2026
O Brasil tem jeito
Série Pensamentos Liberais

Associados ao IEE | Coordenadores da 30ª edição da Série Pensamentos Liberais:
Ananda Rodrigues Bandeira e Henrique Torrescasana Trevisan

Gerente editorial: *Alberto Schwanke*

Editora: *Mirian Raquel Fachinetto*

Assistente editorial: *Francelle Machado Viegas*

Preparação de originais: *Caroline Castilhos Melo*

Capa e ilustrações: *Paim*

Editoração: *Clic Editoração Eletrônica Ltda.*

B823 O Brasil tem jeito [recurso eletrônico] / Organização Ananda Rodrigues Bandeira, Henrique Torrescasana Trevisan [Instituto de Estudos Empresariais]. – 30. ed. – Porto Alegre : Bookman, 2026.
E-pdf. (Pensamentos liberais).

1. Liberdade econômica. 2. Política econômica brasileira.
3. Inovação. I. Bandeira, Ananda Rodrigues. II. Trevisan, Henrique Torrescasana. III. Instituto de Estudos Empresariais. IV. Série.

CDU 338.2(81):321.01

Catálogo na publicação: Karin Lorien Menoncin – CRB 10/2147

Reservados todos os direitos de publicação total ou parcial ao

INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS | IEE

Av. Ipiranga, 6681. Prédio 96E. Sala 104. | Partenon | Porto Alegre | RS | 90.619-900
www.iee.com.br | atendimento@iee.com.br

NOTA DOS ORGANIZADORES

Em primeiro lugar, registramos nosso agradecimento a todos que tornaram possível esta 30ª edição da Série *Pensamentos Liberais*. À Presidência e à Diretoria do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), pelo apoio institucional e pela confiança depositada neste projeto; aos articulistas convidados e aos associados que aceitaram o desafio de escrever com rigor, coragem e compromisso com a realidade; às equipes que sustentam o trabalho editorial, em especial a 3GB Comunicação e a +A Educação, pela condução técnica e cuidadosa de cada etapa; e, por fim, aos investidores e aos apoiadores desta edição, cuja contribuição viabiliza que este livro chegue, ano após ano, às mãos de milhares de leitores.

Chegar à 30ª edição não é apenas alcançar um número simbólico: é confirmar a continuidade de uma ideia e a consistência de um propósito. Por isso, estruturamos parte relevante desta obra como uma revisita histórica, voltando o olhar às transformações que moldaram o Brasil e o mundo ao longo das últimas décadas. Revisitar é mais do que recordar: é comparar promessas com resultados, identificar escolhas que deram certo, reconhecer equívocos e extrair aprendizados que ainda iluminam as decisões do presente.

Nesse percurso, reafirmamos o *Pensamentos Liberais* como um dos legados mais duradouros do Fórum da Liberdade. O livro é a memória do debate, o registro do que foi dito, pensado e proposto – um material que não se encerra com o evento, mas permanece como referência para lideranças, formadores de opinião e todos aqueles que acreditam que ideias bem-fundamentadas podem melhorar a vida concreta das pessoas.

E se há um ano que exige clareza e responsabilidade intelectual, este ano é 2026. Em meio a tensões políticas, desafios econômicos e demandas sociais que se acumulam, o Fórum da Liberdade propõe o tema “O Brasil tem jeito”. Essa afirmação não é um *slogan* otimista por si só: é uma convocação à seriedade. “Ter jeito” implica admitir problemas, encarar restrições, abandonar atalhos fáceis e perseguir soluções que funcionem – mesmo quando exigem disciplina, prioridade e escolhas difíceis.

Por isso, esta edição busca equilibrar diagnóstico e proposição. Partimos de uma leitura honesta do cenário atual, sem narrativas convenientes e sem indulgência com o improvisado. A partir daí, reunimos contribuições orientadas a caminhos práticos,

coerentes com uma visão de futuro: reformas, incentivos corretos, instituições mais previsíveis, segurança jurídica, abertura ao talento, valorização do indivíduo e um ambiente onde trabalho, inovação e empreendimento possam florescer. Olhar adiante, aqui, não é fantasia: é responsabilidade.

Nesse contexto, o liberalismo se mostra mais importante do que nunca. Não como rótulo, mas como compromisso com princípios que protegem a dignidade humana e tornam sociedades mais prósperas: liberdade com responsabilidade, limites ao poder, respeito às regras, previsibilidade, tolerância e confiança na cooperação social. Em tempos de polarização e promessas fáceis, os princípios sólidos impedem que a urgência do agora destrua as possibilidades do amanhã.

O Brasil tem jeito – e o caminho começa com ideias claras, escolhas difíceis e coragem para trocar o conforto das narrativas pela disciplina das soluções.

Desejamos a todos uma excelente leitura.



ANANDA RODRIGUES BANDEIRA

*Coordenadora da 30ª Edição
da Série Pensamentos Liberais*



HENRIQUE TORRESCASANA TREVISAN

*Coordenador da 30ª Edição
da Série Pensamentos Liberais*

PREFÁCIO

O Brasil tem jeito?

Essa é uma pergunta que ronda – e, de certa forma, atormenta – nossa cabeça quando refletimos a respeito do nosso País. Aquela esperança e aquele otimismo quase naturais, que parecem estar contidos no DNA do brasileiro, se chocam com a realidade dura dos fatos e das notícias. Em outras palavras, a promessa do “país do futuro” se confronta com um Brasil que não consegue significar seu passado nem compreender seu presente, muito menos vislumbrar seu futuro.

O tema do Fórum da Liberdade 2026 é “O Brasil tem jeito”. Essa expressão é especialmente provocativa – seguindo a linhagem do evento – pois, atualmente, muitas pessoas colocam um ponto de interrogação nela; poucas ousam um ponto-final. Além disso, sua força está na ambiguidade, propondo-se a analisar o *tem jeito* de duas formas: a convicção de que o Brasil pode dar certo, e o conjunto de características que formam o jeito de ser brasileiro. Não nos contentaremos em ser o eterno “país do futuro”. As liberdades transformam sociedades e são o caminho para o Brasil concretizar todo o seu potencial.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos as virtudes do povo brasileiro – é trabalhador, criativo, resiliente e capaz de transformar escassez em solução –, também precisamos reconhecer seus vícios – personalista, patrimonialista, corporativista, entre outros “istas”, que podem ser condensados no “jeitinho brasileiro” de fazer as coisas.

Entre virtudes que nos impulsionam e vícios que nos desviam, o Fórum 2026 propõe uma reflexão sobre as nossas raízes culturais, os desafios que nos mantêm aquém do nosso potencial e as oportunidades para converter nossa energia em prosperidade real. Tudo isso em um ano de eleições gerais, em que o debate público é especialmente apimentado.

Antes de responder diretamente à pergunta que abre esse prefácio, cabe realizar um destaque essencial. Poucas são as instituições e regras do jogo que se mantêm por 30 anos no Brasil, devido ao ambiente dinâmico em que vivemos, quase caótico; nossa atual Constituição tem 37 anos, por exemplo, e não deixa de ser questionada diariamente. Pouquíssimas organizações e empresas resistem a 30 anos de mudanças diárias, burocracia e baixa competitividade internacional a que nosso País submete os

empreendedores. E quase nenhum projeto ou iniciativa é capaz de perdurar e se fortalecer ao longo de três décadas.

Esse contexto só aumenta o valor da série *Pensamentos Liberais*, que completa sua 30ª edição no Fórum da Liberdade 2026. Com esta edição com que o leitor se depara, são nada menos do que 30 livros coordenados e escritos por associados do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), desde 1994.

Iniciativas tão consistentes e longevas permitem análises singulares: os *Pensamentos Liberais*, como consequência, contam a história da formação intelectual de gerações de associados do IEE, ao mesmo tempo em que desenham a evolução do ideário liberal no Brasil. As principais reflexões sobre liberdade e propostas para um Brasil mais livre estão dispostas, cronologicamente, nos 30 exemplares da série.

Portanto, convido o leitor a não considerar esta obra apenas como uma leitura isolada, mas como a versão atualizada do compromisso histórico do IEE de trazer à luz o debate relevante e atual do Fórum da Liberdade, também em formato escrito e analítico.

Para aqueles que se consideram colecionadores de PLs – sigla carinhosa que empregamos no IEE –, como eu, espero que esta bela e comemorativa edição componha seu acervo de forma especial.

Realizado o merecido destaque, voltemos à pergunta-chave, que culminou no tema do Fórum da Liberdade 2026: o Brasil tem jeito?

É óbvio que essa pergunta pode ser respondida de forma positiva ou negativa, por diferentes perspectivas e autores, utilizando diversos meios e níveis de detalhamento. Atrevo-me a respondê-la de forma quase inocente: qualquer país tem jeito.

O estudo da história das civilizações revela a dinamicidade e a pluralidade com que sociedades ascendem e declinam. Qualquer estudante sabe que as motivações para o auge e a decadência do Império Romano do Ocidente diferem daquelas da hegemonia do Reino Unido do passado mais recente. No entanto, de forma mais abstrata, essas sociedades foram hábeis em se estruturar de forma estratégica e eficiente em dado período, assim como incapazes de se reestruturar em um novo contexto, com emergência de novas forças internas e externas.

Nesse raciocínio singelo, o protagonismo e a responsabilidade estão completamente ao alcance dos membros de cada sociedade. Em que pese a existência de alguns fatores imprevisíveis, a capacidade de entender, refletir e formular uma visão de país é o grande diferencial. Em outros termos, o eixo central se baseia no desenho de um contrato social e na governança de instituições que visem justiça e prosperidade pelo seu povo e para o seu povo.

Atribuir o insucesso a fatores exógenos, como o imperialismo, a escassez de recursos naturais, e outros, evidencia uma análise preguiçosa e uma postura juvenil. Em complemento, lembro da frase creditada a Nelson Rodrigues, de que “o maior problema do Brasil é o brasileiro”. Não posso concordar mais com ela; entretanto, gostaria de adicionar: “o maior problema é também a melhor solução para o Brasil, o brasileiro”.

Em relação às páginas que virão, o leitor será guiado inicialmente pela revisita histórica. Afinal, como podemos decidir o rumo de 2026 sem compreender as cicatrizes e os aprendizados das décadas que nos trouxeram até aqui? Nestas páginas se encontra um mergulho corajoso no passado – dos dilemas econômicos dos anos 1980 às transformações institucionais mais recentes. Tal olhar não é saudosismo: é o método necessário para identificar quais atalhos nos levaram ao abismo e quais pontes nos conduzirão ao crescimento.

Nos artigos setoriais que cobrem desde a infraestrutura até a segurança jurídica, os autores aqui presentes desenham o mapa de um Brasil possível, moderno e, acima de tudo, livre. Busque encarar os fatos como devem ser encarados, com crueza e serenidade. Assim, verá que a liberdade não é um estado natural das coisas, mas uma conquista diária que exige vigilância.

Ao final desta jornada, você será transportado para o futuro, para o ano de 2056, quando as consequências das nossas escolhas de hoje se materializam.

Por fim, lembro que o IEE é uma instituição com tradição de mais de quatro décadas na formação de lideranças empresariais que se baseiam nos princípios liberais. Além dessa sua atividade menos publicizada, o IEE idealizou e realiza – há 38 anos – o Fórum da Liberdade. Seu propósito atual segue tão vivo quanto em 1988: iluminar mais mentes com debates profundos e relevantes sobre nossa sociedade, cultura, política e economia.

O sucesso dessa missão, embora de difícil mensuração completa, pode ser percebida por duas dimensões: a larga quantidade de líderes de alto nível, empresariais, políticos e comunitários que beberam na fonte das ideias do Fórum; e o reconhecimento como maior evento pró-liberdade do mundo.

Em 2026, temos convicção de que líderes de verdade não podem restringir a afirmação de que “o Brasil tem jeito” a um chavão, repetido para alimentar uma esperança inercial e tola. Os desafios dos próximos anos exigirão tanto sabedoria quanto coragem.

Por isso, caro leitor, espero que este livro desperte a sua curiosidade e contribua para sua visão crítica. Paralelamente, que inspire o senso de mobilização e construção para um Brasil justo, próspero e livre.

Eu não tenho dúvidas: o Brasil tem jeito. Espero que, ao final deste livro, você também esteja convencido disso.

Desejo-lhe uma excelente leitura!
Saudações liberais,



TIAGO DINON CARPENEDO

*Presidente do Instituto de
Estudos Empresariais (IEE)*

Porto Alegre, abril de 2026.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.

SUMÁRIO

NOTA DOS ORGANIZADORES.....	5
Ananda Rodrigues Bandeira e Henrique Torrescasana Trevisan	
PREFÁCIO.....	7
Tiago Dinon Carpenedo	

O PASSADO QUE ENSINA: TRÊS DÉCADAS DE TRANSFORMAÇÕES

LIBERALISMO NA TEORIA E NA PRÁTICA: O DESENCONTRO DO BRASIL.....	17
Ricardo Gomes	
A DÉCADA PERDIDA: O DILEMA DA LIBERDADE INCOMPLETA....	21
Anderson Bertarello Fernandes	
SAUDADES É O QUE FICA DAQUILO QUE NÃO FICOU: OS ANOS 1990.....	33
Pedro Ricco Deos	

OLAVO DE CARVALHO EM FOCO: SUA IMPORTÂNCIA
PARA A RESISTÊNCIA À ESQUERDA ENTRE 2000 E 2010..... 41
Raul Kazanowski da Silva

A GANGORRA - COMO OSCILAMOS ENTRE
O INFERNO E O CÉU ENTRE 2010 E 2020..... 49
Stefano Wigner Tremea

A ERA DAS NARRATIVAS: QUANDO O ESPETÁCULO
VENCEU A RAZÃO..... 59
Laura Dal Ben Oliva

BRASIL 2026: ENTRE O PASSADO QUE ENSINA E O FUTURO QUE INSPIRA

TESTE RÁPIDO: COMO VOCÊ VÊ O BRASIL EM 2026?..... 72

JUROS E POPULISMO..... 75
Gustavo Franco

ESTADO E LIBERDADE ECONÔMICA..... 77

O BRASIL QUE PESA SOBRE QUEM PRODUZ: ENTRE
O CUSTO BRASIL E A ESPERANÇA DE SIMPLIFICAÇÃO
E EFICIÊNCIA..... 79
Natalia Platania Chieza

DE VOLTA PARA O FUTURO: O QUE O BRASIL DE HOJE
PODE APRENDER COM A CHINA DE DENG XIAOPING?..... 87
Pedro Araujo Santos Cardoso Saraiva

A AUDÁCIA DE CORTAR: POR QUE O BRASIL DEVE
ROMPER COM A TIRANIA DO GASTO PÚBLICO..... 97
Gabriel Siviero Dal Ponte

CAPITAL HUMANO E BEM-ESTAR.....107

A TRAGÉDIA SILENCIOSA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....109
 Amanda Cornélio Abbud

SAÚDE NÃO TEM PREÇO, MAS QUEM VAI PAGAR POR ELA?.....119
 Mariana Ziebell Ramos

A EDUCAÇÃO É ALGO MUITO IMPORTANTE PARA FICAR
 NAS MÃOS DO ESTADO.....129
 Matheus Baumbach Nascimento

INOVAÇÃO E ABERTURA ECONÔMICA.....139

ABRINDO A PORTEIRA: COMO REVITALIZAR O SETOR
 MAIS FECHADO DO BRASIL PARA OS PRÓXIMOS 30 ANOS.....141
 Matheus da Silva Barcellos

O PAPEL DOS VEÍCULOS AUTÔNOMOS NO FUTURO
 DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO BRASILEIRO.....153
 Gustavo Pellenz Dinon

A REVOLUÇÃO DO PIX E A POLÍTICA POR TRÁS
 DO MERCADO DE PAGAMENTOS.....161
 Lucca Padoin Custódio

INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE.....173

MOBILIDADE E TRANSPORTE: DIAGNÓSTICO
 E SOLUÇÕES LIBERAIS.....175
 Luiza Cauduro

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA NO BRASIL:
 O FIM DO MITO DO ESTADO PROVIDOR E A ASCENSÃO
 DA SOLUÇÃO PRIVADA.....183
 Nathália Ceolin Vieira

UM PASSO EM DIREÇÃO À LIBERDADE: COMO MEDELLÍN
PODE INFLUENCIAR O BRASIL A SER MAIS LIVRE.....195
Pedro Henrique de Oliveira

SÍNTESE DA SEÇÃO: DO TESTE ÀS RESPOSTAS.....205

**O BRASIL TEM JEITO:
O FUTURO QUE INSPIRA**

CONTO DE FADAS DE UM HOSPÍCIO:
O BRASIL QUE RECUSAMOS.....209
Mônica Salgado

O BRASIL QUE TEVE JEITO.....211

EPÍLOGO - O FUTURO COMEÇA AGORA.....213
Hugo de Oliveira Muller

O PASSADO QUE ENSINA: TRÊS DÉCADAS DE TRANSFORMAÇÕES

Nesta 30ª edição da Série *Pensamentos Liberais*, decidimos abrir espaço para o passado – não por nostalgia, mas por método. Em tempos de diagnósticos apressados e soluções instantâneas, revisitar a trajetória recente do Brasil e do mundo é uma forma de recuperar o sentido de causa e consequência. O presente não nasceu ontem: ele é resultado de escolhas acumuladas, incentivos criados, instituições fortalecidas ou enfraquecidas e ideias que, ao longo do tempo, se traduziram em resultados concretos. Por isso, esta seção parte do princípio de que existe um passado que ensina – e que aprender com ele é condição para decidir melhor no agora.

A proposta desta revisita histórica é transformar memória em ferramenta. Olhar para trás ajuda a separar o essencial do passageiro, a identificar padrões que se repetem com novas roupagens e a reconhecer onde acertamos, onde falhamos e por quê. Mais do que narrar fatos, buscamos iluminar os caminhos que nos trouxeram até aqui, oferecendo ao leitor um repertório mais sólido para avaliar os dilemas de 2026 e as escolhas que ainda faremos.

Os artigos desta seção foram organizados por recortes temporais, divididos por décadas, começando nos anos 1980 e avançando progressivamente até a década em que estamos. Em cada período, os autores resgatam contextos, marcos e debates, conectando-os às lições que permanecem relevantes. Assim, antes de discutir o país que queremos construir, começamos por aquilo que precisamos compreender: o caminho que já percorremos.

Convidamos Ricardo Gomes para abrir esta seção.



RICARDO GOMES

É CEO do Instituto Millenium, advogado, sócio do escritório Gomes & Takeda Advogados e ex-Vice-Prefeito de Porto Alegre, cidade onde também consolidou sua trajetória pública como Vereador e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Especialista pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho, sua atuação na gestão municipal foi marcada pela defesa da liberdade econômica e pela implementação de reformas estruturantes voltadas à desburocratização e ao fortalecimento do empreendedorismo na capital gaúcha.

Liderança de destaque no movimento liberal internacional, presidiu o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e a Rede Liberal da América Latina (RELIAL), sendo também membro da prestigiada Mont Pèlerin Society, entidade fundada por F. A. Hayek. No setor privado, foi professor universitário e colabora em diversas produções da Brasil Paralelo. Palestrante frequente em fóruns globais, como o Liberty Forum em Nova York, Ricardo contribui ativamente para o debate institucional e o desenvolvimento do pensamento liberal no Brasil e no exterior.

LIBERALISMO NA TEORIA E NA PRÁTICA: O DESENCONTRO DO BRASIL

Existe a História e existe a História das Ideias, e elas nem sempre se encontram. As teorias, que vivem na história das ideias, são puras, abstratas e perfeitas – ou ao menos podem sê-lo. A realidade, expressa na história dos acontecimentos, é sempre impura, concreta e imperfeita, recheada de contradições, de vaivéns, de tropeços e avanços. Olhar para o passado e contar a história do liberalismo no Brasil nos desafia a enxergar essa distinção, e nos faz perceber que por vezes as ideias avançaram no plano intelectual sem que fossem aplicadas na prática; ao mesmo tempo, houve transformações que se podem dizer até liberais, talvez postas em funcionamento por quem não comungasse desse ideário.

Ludwig von Mises (2009, p. 101) disse que “[...] ideias, e somente ideias, podem iluminar a escuridão”. Patrick Henry (2013, p. 1, tradução nossa) disse “[...] só tenho uma lâmpada a guiar meus passos, e ela é a lâmpada da experiência”. Se ambos estiverem certos, revisitar o passado é mergulhar nas abstrações que as ideologias propõem, e que residem nos livros, nos movimentos ideológicos (gênero do qual o movimento liberal é uma espécie), mas também nas concretudes das decisões do poder, dos planos econômicos e das reformas efetivamente implementadas.

Liberalismo era artigo escasso no Brasil desde a Proclamação da República até a reabertura após ditadura militar inaugurada pelo golpe de Estado de 1964. Se, no Império, liberais e conservadores travaram as grandes batalhas políticas no País, no Brasil republicano não foi assim. República Velha, depois Estado Novo. Uma pequena janela de democracia dominada pelo populismo, e logo após, o regime militar. O Brasil transitou da oligarquia para o estatismo sem jamais perder seu traço mais marcante: o patrimonialismo, a cultura política de tratar o aparato estatal como uma estrutura privada.

Nessa jornada, o País foi governado por estatistas de terno e gravata, de vermelho e de verde-oliva. Foi nos anos 1980 que aqui voltou-se a semear, com marcado atraso, o que já florescia no primeiro mundo: a ideia de que a liberdade era o valor político mais elevado, e o princípio sobre o qual uma sociedade política se deveria organizar. Com raízes antigas, regada por séculos, podada diversas vezes, a árvore do liberalismo brotou pela primeira vez na República – trazida por alguns intelectuais como Roberto Campos, mas espalhada por bravos jovens.

Os anos 1980 viram a Guerra Fria acabar – com a fragorosa derrota soviética nos campos econômico, militar e cultural. Ronald Reagan e Milton Friedman eram a cara da transformação que chegava a todo vapor. Foi o grito por liberdade que derrubou o muro de Berlim. Aqui no Brasil, a transição “lenta e gradual” conduzida pelos militares

apontava para uma abertura política, mas não assegurava uma abertura econômica, que de fato não veio – ao menos, não a contento.

Apesar da campanha por eleições diretas em 1984, foi apenas com a nova Constituição de 1988 que o Brasil pôde ir às urnas eleger um presidente, com o pleito acontecendo em 1989. Depois de perder uma década, arrastando-se para sair de um regime moribundo, o Brasil escolheu Collor de Mello para liderar o primeiro governo eleito pelo povo em mais de 25 anos.

Foi nos anos 1990 que aquilo que acontecia (de maneira ainda inicial) no campo das ideias teve uma chance de se tornar realidade. Abertura econômica, reformas, privatizações – o ideário liberal tinha uma receita, e parecia que o governo poderia segui-la. Não foi bem assim. A receita foi preparada por cozinheiros que não tinham familiaridade com os ingredientes. Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso implementaram reformas que em parte podem ser chamadas de liberais, mas com um forte tempero de estatismo, e um certo “nojinho” do mercado.

Se a década de 1990 permitiu passos cambaleantes, os anos 2000 deram a Luiz Inácio Lula da Silva e ao Partido dos Trabalhadores (PT) sua primeira experiência no poder. A América Latina como um todo via o “bolivarianismo” se estabelecer. O Brasil foi central nesse processo, inclusive no financiamento internacional do “socialismo do século XXI”. Ao passo em que o governo se distanciava de qualquer concepção de liberalismo, a demanda por ideias cresceu. Os anos 2000 e 2010, dominados pela esquerda no campo político, viram a maior expansão do pensamento liberal no Brasil.

Institutos foram criados, cresceram, organizaram eventos, apoiaram intelectuais. Livros foram escritos, artigos foram publicados, e a internet deu o que ainda faltava: um livre mercado de ideias – uma feira livre de opiniões, onde o liberalismo se firmou pela força de seus argumentos.

Cada vez mais forte como um movimento no campo das ideias, e cada vez mais ignorado pelo Governo Federal, o liberalismo perdeu espaço na segunda metade dos anos 2010 para a versão brasileira de uma espécie nova de conservadorismo – que rompeu a harmonia entre liberais e conservadores tão bem representada na era Reagan-Friedman. Nos Estados Unidos, onde no fim da Guerra Fria parecia ter surgido a fusão liberal-conservadora, a liga se desfez. Uma nova esquerda também surgiu, e o pensamento “*woke*” mudou o tema e a prática política.

Os efeitos se fizeram sentir no Brasil também. A polarização deixou de lado a economia, e migrou em grande parte para o campo da cultura. Nos anos 2020, essa mudança também afetou a ordem internacional.

Em todas essas décadas, o liberalismo brasileiro se fez ouvir – ainda que não tenha pautado as decisões políticas. As páginas a seguir vão explorar essas relações e cada um desses períodos, e, ao final, o leitor poderá chegar às suas próprias conclusões sobre o quanto o Brasil hoje é mais ou menos livre do que no passado, e sobre o papel dos liberais e de suas ideias na caminhada do País ao longo dos anos.

Contar essa história é uma tarefa útil e necessária. Útil porque, sem isso, perde-se a noção da circunstância em que vivemos, do tanto que avançamos e também do tanto que falta avançar. Quem pode pensar no estado em que se encontram as liberdades

sem adequadamente enxergar como estavam há três décadas? Na confusão da política, que pode mudar a cada solução eleitoral, convém afastar um pouco o pano da história, para ver melhor o que mudou.

Também é necessário porque sentimos o ímpeto de contar nossas histórias. Nenhum relato é completo, nunca. Cada narração é feita por um autor – e carrega em si um ponto de vista, mas também um recorte do que aconteceu. Assim como o mapa não contém tudo o que o território apresenta, a história nunca contém tudo o que aconteceu. Por isso, é necessário contar o que está nas páginas a seguir – porque o ponto de vista dos autores e os fatos que eles contam são parte importantíssima do que aconteceu no Brasil nas últimas décadas. Abster-se da leitura desses artigos é decidir não conhecer – é a renúncia ao saber, a opção deliberada por manter-se na parcial ignorância em que vivem os que estão expostos a uma história enviesada, como a que prepondera hoje no País.

Ludwig von Mises e Patrick Henry talvez olhassem para o Brasil com curiosidade. Qual rumo tomará o País daqui para a frente? As ideias de liberdade já estão maduras para que possam ser colhidas? Os acontecimentos do passado nos trouxeram a um momento em que seja possível a transformação da cultura política brasileira?

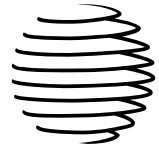
Nessa dança entre ideias e decisões, entre o pensamento das pessoas e as ações dos governos, reside o futuro do Brasil. Se é verdade que o liberalismo nunca chegou a ser efetivamente popular, também é verdade que grandes lideranças são capazes de conduzir o destino. E o Brasil produz lideranças comprometidas com o ideal de liberdades individuais compatíveis com o Estado de Direito – muito pelo trabalho do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e daqueles que o fomentam ou com ele cooperam.

Se, ao olhar para trás, não enxergamos a supremacia da liberdade no Brasil, isso não significa que ela não esteja no nosso futuro.

REFERÊNCIAS

HENRY, P. Discurso na Convenção da Virgínia. In: PINSKY, J (org.). *História da Cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VON MISES, L. *Política econômica: seis lições*. 7. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2009.



ANDERSON BERTARELLO FERNANDES

*Empresário e Associado do Instituto
de Estudos Empresariais (IEE)*

A DÉCADA PERDIDA: O DILEMA DA LIBERDADE INCOMPLETA

INTRODUÇÃO

O ano de 1986 iniciou-se como um sopro de esperança no Brasil. Após décadas de regime militar, era o primeiro período que se abria sob a perspectiva de um governo civil, ainda que eleito de forma indireta, com promessas de preservação e ampliação de direitos fundamentais. Contudo, esse entusiasmo revelou-se breve.

Nesse mesmo ano, meus pais inauguraram um minimercado, conjugando a experiência administrativa de meu pai, então ex-gerente de negócios, e a vivência bancária de minha mãe. Porém, fatores que eles não previam tornaram-se decisivos para a sobrevivência do empreendimento. O rádio, que alternava sucessos de Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, Titãs, Elton John e Lionel Richie, era frequentemente interrompido pelo ruído das etiquetadoras elétricas, por comunicados oficiais acerca de novas políticas econômicas ou mesmo pela presença eventual de um “Fiscal do Sarney”. Como observava minha mãe, foram anos em que sua habilidade para recalcular preços e realizar depósitos bancários com celeridade, somada à capacidade de meu pai de postergar entregas de fornecedores por um dia que fosse, constituíam os verdadeiros fatores críticos de sucesso.

O som da etiquetadora, a rigor, não era uma curiosidade de época, mas a expressão cotidiana de um país que reaprendia a liberdade política enquanto mantinha a economia presa a velhos hábitos. Cada preço afixado em um pacote de arroz produzia a sensação de um recomeço incessante. A lição, incômoda, impunha-se: sem uma moeda confiável, a liberdade do voto não se converte em liberdade de planejar, investir e poupar, isto é, de viver com um mínimo de previsibilidade. Mais do que um simples instrumento de trabalho, a etiquetadora tornou-se um termômetro: registrava a febre de uma moeda sem guardião.

CONTEXTO DOS ANOS 1980 NO MUNDO E NO BRASIL

Para situar adequadamente esse quadro, é necessário recuar para o início da década de 1980. Nos Estados Unidos, a administração Ronald Reagan promovia uma inflexão liberal no âmbito econômico e político, ao passo que o mundo absorvia os efeitos do choque monetário conduzido por Paul Volcker no Federal Reserve. Após anos de inflação elevada nos Estados Unidos (que chegou a patamares próximos de 15% ao ano), a autoridade monetária norte-americana deliberou por uma política de juros elevados até a reversão das expectativas. A medida, essencial para a estabilidade de longo prazo, teve impactos severos sobre países endividados em dólar e com taxas flutuantes,

como os latino-americanos: o financiamento externo encareceu ou desapareceu; as exportações perderam valor real; o dólar se apreciou; e a região mergulhou na chamada “década perdida”. Em 1982, o México declarou a impossibilidade de honrar seus compromissos; o Brasil, após sucessivas negociações, decretou moratória parcial em 1987. A crise internacional operou como um raio X, expondo a fragilidade de um modelo que privilegiava proteção em detrimento de competição, crédito dirigido em lugar de disciplina fiscal e Estado empresário em vez de abertura ao investimento e ao comércio.

No plano doméstico, o processo de redemocratização ampliou a mobilização social, consolidou eleições competitivas e garantiu a liberdade e a pluralidade de imprensa. Esse processo culminou, em 1988, com a promulgação de uma Constituição que ampliou garantias individuais, bem como toda sorte de direitos da população (Figura 1). A Constituição de 1988 resultou de um processo constituinte amplo e heterogêneo, convocado pela Emenda Constitucional nº 26/1985 e conduzido pela Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988.

Sob a liderança simbólica de Ulysses Guimarães, o trabalho distribuiu-se em comissões temáticas, subcomissões e sistematização, com intensa presença de movimentos sociais, entidades de classe e autores de emendas populares. A Carta foi promulgada em 5 de outubro de 1988 e consagrou-se como “Constituição Cidadã”, refletindo a prioridade de reconstruir garantias individuais e freios ao arbítrio estatal após o período autoritário. Contudo, o resultado foi um catálogo extenso de direitos civis, políticos e sociais, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), ampliação de benefícios previdenciários e assistenciais, reforço das liberdades públicas, fortalecimento do Ministério Público e desenho de uma ordem econômica que combina iniciativa privada com forte tutela estatal (função social da propriedade, monopólios então reservados,

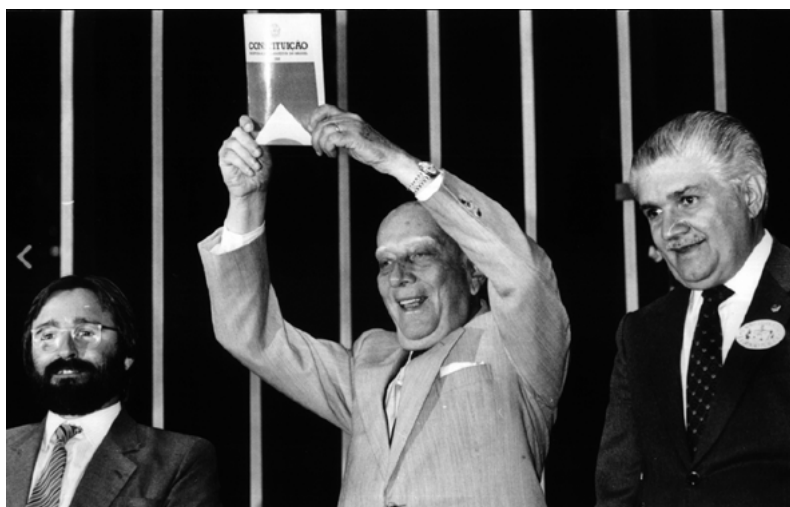


FIGURA 1. Ulysses Guimarães levanta a Constituição após a publicação.

Fonte: Adaptada de Brasil (2018).

reservas setoriais). Em contrapartida, multiplicaram-se vinculações orçamentárias e obrigações constitucionais de gasto, especialmente em saúde e educação, somadas a uma elevada rigidez constitucional e ênfase relativamente menor em deveres e responsabilização fiscal, estimulando a judicialização de políticas públicas.

Todavia, a recomposição das liberdades civis não foi acompanhada de um debate consequente sobre as restrições orçamentárias do Estado nem de como a liberdade civil precisa vir acompanhada da liberdade econômica para um verdadeiro progresso. Ampliaram-se vinculações de gasto e obrigações legais sem a correspondente disciplina fiscal. Na ausência de âncora crível para as contas públicas e para a política monetária, a inflação converteu-se no mecanismo residual de ajuste: um “imposto sem lei”, ancorado na desvalorização sistemática de valores monetários de famílias e de empresas. A indexação generalizada de salários, de aluguéis, de contratos e de tarifas até mitigou choques no curtíssimo prazo, porém instituiu inércia inflacionária e opacificação dos preços relativos. O resultado foi a erosão da função informacional dos preços e a adoção generalizada de estratégias defensivas: antecipação de compras, estoques preventivos, reajustes frequentes e encurtamento de horizontes de planejamento.

Nesse contexto, sucederam-se iniciativas heterodoxas destinadas a interromper a dinâmica inflacionária por meio de congelamentos e trocas de moeda, Houve o diagnóstico errôneo de que a inflação fosse puramente inercial, quase como um desejo de que isso fosse verdade, aponta Gustavo Franco na obra *A moeda e a lei: uma história monetária brasileira*. O Plano Cruzado, em 1986, introduziu uma nova moeda, o cruzado. Cortando três zeros do cruzeiro, promoveu um congelamento geral de preços e salários, fixou aluguéis e tarifas públicas e tentou reduzir a inflação inercial ao limitar a indexação, criando também mecanismos como o gatilho salarial automático. A escassez emergiu, o mercado paralelo ressurgiu, os “Fiscais do Sarney” apareceram e a desorganização produtiva ampliou-se. Apesar de ter proporcionado uma queda temporária na inflação, o Plano Cruzado não conseguiu lidar com as causas estruturais da crise, e logo a inflação voltou a crescer, exacerbando os problemas econômicos do País.

Os planos posteriores, Cruzado II (1986), Bresser (1987) e Verão (1989), reiteraram, com variações, a tentativa de suprimir sintomas sem enfrentar a origem do desequilíbrio: a ausência de limites claros ao gasto público e de um mandato monetário orientado à preservação do poder de compra da moeda. No Cruzado II (1986), diante das distorções do primeiro plano, o Governo reajustou tarifas e preços administrados (como energia e combustíveis), aumentou impostos e liberou parcialmente alguns preços, tentando recompor a margem das empresas e a arrecadação, mas mantendo ainda forte intervenção sobre a formação de preços. O Plano Bresser (1987) voltou a aplicar um novo congelamento de preços, salários e aluguéis, combinando isso com uma desvalorização cambial e um pacote de ajuste fiscal (corte e contenção de gastos públicos), na tentativa de controlar simultaneamente a inflação de custos, a inércia e o desequilíbrio das contas públicas.

Por fim, o Plano Verão (1989) promoveu outra troca de moeda, substituindo o cruzado pelo cruzado novo com novo corte de zeros. Além disso, instituiu novamente congelamento de preços e salários, redefiniu regras de indexação e anunciou medidas

fiscais e monetárias para restringir a expansão de gastos e crédito, buscando conter a inflação, que já se aproximava da hiperinflação que viria nos anos 1990 como uma conta atrasada desse período. Todos esses planos, porém, nada mais são do que a confirmação da tese de Friedrich Hayek, na obra *O caminho da servidão*: cada intervenção gera distorções que “justificam” novas intervenções, em um círculo vicioso que corrói a confiança na moeda e na própria previsibilidade das regras do jogo. Sem regras fiscais críveis e sem autoridade monetária dotada de autonomia e compromisso com a estabilidade, as soluções tornaram-se episódicas e regressivas, com algum mínimo efeito no momento inicial, porém com efeito rebote *a posteriori* muito mais acentuado (Tabela 1 e Figura 2).

A incerteza sobre o poder de compra da moeda encurta horizontes de planejamento e eleva prêmios de risco. Empresas e famílias substituem investimento de prazo longo por estoques defensivos e ativos de curtíssimo prazo. O crédito encolhe ou encarece, pois contratos de longo prazo tornam-se difíceis de precificar. O resultado típico é queda da formação bruta de capital fixo, atraso na difusão tecnológica e menor crescimento da produtividade total dos fatores. Em economias com indexação disseminada, como o Brasil dos anos 1980, esse mecanismo ganha inércia: a correção automática amortiza choques no curtíssimo prazo, mas perpetua a inflação e cristaliza a incerteza, alimentando um círculo vicioso de baixo investimento e baixa produtividade. Essa dinâmica resultou em um ambiente em que os negócios passaram a priorizar estratégias de sobrevivência, como manter estoques, realizar remarcações frequentes e garantir liquidez rápida, em vez de investir e expandir suas operações. Com isso, a década de 1980 combinou crescimento real baixo e errático: o aumento total percentual do produto interno bruto (PIB) da década ficou em 18%, isto é, uma taxa de crescimento anual composta (CAGR, do inglês *compound annual growth rate*) 2,09% ao ano (a.a.), conforme mostra a Tabela 2.

A consequência mais grave, para além dos indicadores macroeconômicos, incidiu sobre a confiança, um ativo intangível que sustenta a cooperação social, o investimento e o crédito. Contratos encurtados, preferências por liquidez, informalidade e arbitragem defensiva traduziram um ambiente em que a moeda deixou de comunicar valor intertemporal. A democracia, privada de um arcabouço de governo limitado, converteu-se com frequência em competição por promessas não precificadas, cujo custo recaía sobre a sociedade por meio da inflação. Estávamos em uma situação em que vender podia significar perda, pois o valor recebido depreciava-se entre o caixa e o depósito bancário, levando fornecedores e consumidores a reagirem antecipando reajustes e compras; o comerciante, para sobreviver, via-se compelido a remarcar preços diariamente, substituindo planejamento por urgência.

O Rio Grande do Sul apresentava-se como um Estado com uma economia importante dentro do País, conforme apontam Silva *et al.* (1999) em “Produto interno bruto por unidade da federação”. À época, tinha o quarto maior PIB do Brasil, bem como um dos maiores PIBs *per capita*. Porém, também contava com uma forte interferência do Governo na economia, que era padrão no Brasil da época, especialmente no que tange às estatais gaúchas, como Banrisul, CEEE e CRT, que tiveram papel central em crédito,

TABELA 1. Inflação mensal no Brasil nos planos econômicos dos anos 1980 – Brasil

Plano	Início	Fim	Duração (meses)	Inflação anterior 6 meses (% a.m.)	Inflação anterior 3 meses (% a.m.)	Inflação durante (% a.m.)	Inflação posterior 3 meses (% a.m.)	Inflação posterior 6 meses (% a.m.)
Cruzado	Março/1986	Novembro/1986	9	13	14,4	1,5	12,7	16,1
Bresser	Julho/1987	Setembro/1987	3	18,4	21,8	5,4	13,3	15,4
Verão	Fevereiro/1989	Abril/1989	3	27,7	30,7	5,7	24,5	30,3

a.m., ao mês. Dados em: percentuais de inflação ao mês (% a.m.).

Fonte: Adaptada de Franco (2017).



FIGURA 2. Inflação anual no Brasil nos anos 1980 - Brasil. a.a., ao ano.

Dados em: percentuais de inflação ao ano (% a.a.).

Fonte: Adaptada de Lacerda (2022).

TABELA 2. Variação anual do PIB no Brasil nos planos econômicos dos anos 1980

Ano	Crescimento anual do PIB	Índice (1980=100)
1980	—	100,00
1981	-4,4%	95,61
1982	0,6%	96,16
1983	-3,4%	92,88
1984	5,3%	97,78
1985	7,9%	105,55
1986	8,0%	113,98
1987	3,6%	118,08
1988	-0,1%	117,96

a.a., ao ano; PIB, produto interno bruto. Dados em: percentuais de crescimento (% a.a.) e variação de índice.

Fonte: Adaptada de IBGE (2010).

energia e telecomunicações, com tarifas e preços frequentemente usados como instrumento de política, acumulando passivos implícitos e adiando investimentos. Nesse contexto, em 1988, Porto Alegre elegeu Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), prefeito cuja gestão começou em 1989, inaugurando um ciclo de administrações petistas na capital que consolidaram marcas programáticas: ênfase em políticas sociais, crescimento da máquina pública e crítica à agenda de privatizações. Esse movimento ia consolidando não só Porto Alegre, mas também o Rio Grande do Sul, como um Estado em que a esquerda ganhava cada vez mais relevância e importância, tanto do ponto de vista político como cultural.

Enquanto o Brasil insistia em paliativos, o panorama internacional deslocava-se de forma decisiva. O Reino Unido, cuja primeira-ministra era Margaret Thatcher, executava um programa abrangente de privatizações, desregulação e disciplina fiscal. Os Estados Unidos consolidavam a desinflação e promoviam reformas tributárias e de concorrência. Países como Chile e México avançavam em abertura comercial, reformas previdenciárias e integração às cadeias globais. Em 1989, ocorreu a queda do Muro de Berlim, e em 1987 foi proferido o histórico discurso de Ronald Reagan (Figura 3) – *“General Secretary Gorbachev, if you seek peace, if you seek prosperity for the Soviet Union and Eastern Europe, if you seek liberalization, come here to this gate. Mr. Gorbachev, open this gate! Mr. Gorbachev, tear down this wall!”* –, simbolizou o esgotamento do socialismo real e reforçou o diagnóstico sobre as limitações do planejamento central quanto à inovação, à eficiência e ao bem-estar material. O contraste era evidente: no exterior, regras estáveis, concorrência e inserção internacional; internamente, congelamentos, reservas de mercado, preços administrados e déficits nas contas do Governo e nas estatais, com prejuízo à produtividade e ao consumidor.

Direitos implicam custos, e custos requerem prioridades, transparência e previsibilidade: quando o desenho institucional evita escolhas, a correção recai sobre a moeda. Nesse sentido, a hiperinflação foi a expressão de uma opção implícita por ajustar contas públicas por via inflacionária, com consequências distributivas regressivas: onerou assalariados, pequenos negócios e os que, por natureza de sua atividade, mantinham saldos monetários no curto prazo, sendo a exemplificação perfeita do Efeito Cantillon. Mas esse contexto todo só foi possível graças a um arcabouço cultural que dominava o Brasil dos anos 1980, em que a liberdade não era plena e em que simplesmente houve uma abertura política sem abertura econômica, sem uma verdadeira busca por um País mais livre.



FIGURA 3. Ronald Reagan em frente ao Portão de Brandemburgo.

Fonte: Adaptada de Rafferty ([199-?]).

O SURGIMENTO DO IEE E SEU IMPACTO

No Rio de Janeiro, em 1983, surgiu o Instituto Liberal, uma iniciativa liderada por Donald Stewart Júnior que tentava lutar contra essa onda. No Rio Grande do Sul, a reposta a esse caldo cultural se deu a partir da criação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), em 1984. Em um ambiente intelectual marcado por um consenso intervencionista e estatista, um grupo de 25 jovens liderados por William Ling resolveu desafiar o *status quo* e a inércia de ideias e propostas, constituindo um instituto para formação de lideranças comprometidas com princípios de governo limitado, livre mercado, ética da liberdade, responsabilidade orçamentária, estabilidade da moeda, estado democrático de direito, segurança jurídica e livre concorrência. Já o Fórum da Liberdade, ao fim da década, consolidou-se como espaço público de debate dessas ideias, oferecendo contraponto qualificado às soluções de curtíssimo prazo que assolavam o Brasil.

Em 1988, o primeiro Fórum da Liberdade, já preocupado em levar a público o debate, foi feito com a temática “Questões políticas, econômicas e sociais do Brasil”. Houve palestras com nomes históricos do liberalismo no Brasil, como Roberto Campos, com suas palestras que abordavam temas complexos com simplicidade, e Donald Stewart Júnior, bem como nomes do empresariado como Jorge Gerdau Johannpeter, Roberto Bornhausen e Jorge Wilson Simeira Jacob. Desde o primeiro momento, o Fórum foi posicionado como um evento provocador, com o convite trazendo como ilustração, na capa, um microfone e o título “Com a palavra, a liberdade” (Figura 4).

Além disso, também alguns episódios pitorescos entraram para a história, conforme o livro *IEE: 30 anos formando líderes* (2014, p. 90):

[...] por um episódio que envolveu o então governador de Alagoas, Fernando Collor, e Henry Maksoud. O dono da revista *Visão*, depois de ouvir o então “Caçador de Marajás”, falou: “Se você chegar à presidência com esse discursinho, eu me mudo pro Paraguai”. Após a eleição de Collor, perguntaram a Maksoud: “Você não disse que ia se mudar para o Paraguai se o Collor ganhasse as eleições?”. A resposta de Maksoud: “Eu já estou no Paraguai”.

Além disso, ao fim do I Fórum da Liberdade, foi escrita uma carta com o resumo das conclusões sobre o tema “Questões políticas, econômicas e sociais do Brasil”:

O nosso país será amanhã o que dele fizermos hoje. Não existe destino manifesto. Só seremos um grande país, se todos nós, a sociedade, tivermos a grandeza de desafiar nosso momento histórico, rompendo os grilhões que nos mantêm presos a um passado de atraso e privilégios, incorporando-nos ao grupo das nações que, deixando livres aos seus cidadãos o uso de suas capacidades, conseguiram atingir grau de desenvolvimento jamais imaginado (IEE, 2014, p. 89).

Já no II Fórum da Liberdade, no ano de 1989, primeiro ano das eleições livres e diretas pós-ditadura militar, o tema foi “As propostas dos candidatos à sucessão presidencial no Brasil”. O IEE organizou o primeiro debate entre os candidatos e contou com a presença de Mário Covas, Ronaldo Caiado, Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Roberto Freire. O futuro presidente e painelistas do ano anterior, Fernando Collor,



FIGURA 4. Convite de divulgação do I Fórum da Liberdade.

Fonte: Adaptada de IEE (2014).

desistiu na noite anterior, bem como Guilherme Afif Domingos, que não compareceu. Apesar das ausências, o evento foi um sucesso e contou com mais de mil pessoas.

LEGADOS E LIÇÕES

A década de 1980 combinou avanços políticos relevantes com graves desequilíbrios econômicos. Vivemos a reconquista das liberdades civis e políticas, com eleições competitivas, pluralidade de imprensa e fortalecimento de freios e contrapesos. Esse arcabouço devolveu legitimidade ao processo decisório e reabriu a possibilidade de submeter o poder estatal a regras, condição necessária para políticas críveis de estabilidade e de responsabilidade fiscal. A Constituição de 1988 promoveu o reforço de instituições de controle e do Estado de Direito, indo em uma linha garantista e visando manter novamente direitos fundamentais que haviam sido perdidos ao longo do regime militar, especialmente com os Atos Institucionais (especialmente o famigerado AI-5). O Ministério Público, os Tribunais de Contas, a autonomia funcional de órgãos de controle e a densificação das garantias foram pensados para ampliar a segurança jurídica. Entretanto, como um efeito não intencional, como trata Frédéric Bastiat (2021) no livro *A lei*, acabaram por engessar o Estado, com excesso de burocracias. Na tentativa de proteger o cidadão de eventuais excessos do Estado, acabou-se por estimular e permitir leniência institucional com o crime, por exemplo. Além disso, a Constituição acabou, como dito anteriormente, por trazer diversos direitos que começariam, a partir dos anos 1990, a “cobrar a fatura”.

No polo dos erros, o mais custoso foi a insistência em estratégias heterodoxas e intervencionistas para conter a inflação: planos baseados em congelamentos, trocas de moeda e controles administrativos, sem enfrentar a origem fiscal do desequilíbrio.

As consequências foram desorganização de preços, escassez, mercado negro, perda de confiança e corrosão do poder de compra, com efeitos regressivos sobre assalariados e pequenos negócios. A experiência demonstrou que combater sintomas sem resolver as causas estruturais prolonga o custo social do ajuste, algo oposto ao que vemos Javier Milei fazer na Argentina, em que o presidente deixou claras as consequências de curto prazo para poder se beneficiar de uma retomada em médio prazo.

O segundo erro foi a manutenção de um modelo fechado e estatizante. Tarifas elevadas, reservas de mercado (caso exemplar da Lei de Informática), crédito dirigido e preços políticos em estatais preservaram ineficiências, puniram o consumidor e atrasaram a incorporação de tecnologia e a construção do capital. No mesmo momento em que importantes economias avançavam em abertura, privatização e competição, o Brasil permaneceu preso a um arranjo que gerava baixa produtividade e limitações crônicas de oferta.

Por fim, a década consolidou a expansão de direitos com forte rigidez orçamentária e baixa responsabilização fiscal, em um ambiente de indexação generalizada e de autoridade monetária sem autonomia operacional. O resultado foi a convivência perversa entre promessas crescentes e falta de financiamento claro, implicitamente por inflação, o que encurtou horizontes de planejamento, elevou prêmios de risco e desorganizou a função informacional dos preços. Em síntese, os anos 1980, “a década perdida”, deixaram lições claras: liberdades políticas são condição necessária, mas não suficiente; sem âncora fiscal, sem moeda estável e sem competição, a democracia tende a reproduzir a inflação como “imposto sem lei”. O acerto institucional abriu a porta; a agenda econômica ancorada em regras só ganhou tração plena na década seguinte.

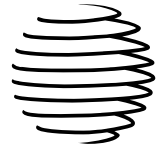
Os anos 1980 no Brasil podem ser lidos como uma experiência de liberdade parcial: avanços políticos relevantes, acompanhados de um padrão econômico que corroía a confiança e restringia escolhas. A conclusão, coerente com a tese proposta, é que a hiperinflação constituiu o preço de uma incoerência: ampliar direitos sem delimitar meios de financiá-los, tolerar déficits sem a devida transparência e recorrer à moeda como válvula de escape. A resposta, de cunho liberal, não é um expediente de ocasião, mas um programa de institucionalidade e de respeito à ética: regras fiscais que imponham prioridades, autoridade monetária comprometida com a preservação do poder de compra, proteção aos direitos de propriedade e ambiente competitivo que estimule inovação e eficiência e, sobretudo, a importância do princípio da não agressão. Somente a partir desse alicerce a democracia se converte em liberdade substantiva: aquela que permite ao cidadão planejar, investir e cooperar com confiança. E somente assim a etiquetadora, símbolo de uma década, deixaria de marcar a urgência para voltar a registrar, com sobriedade, o valor.

O desfecho de 1989 encerrou uma etapa e indicou a seguinte. O cenário internacional reafirmou a primazia de arranjos baseados em regras e responsabilidade. Tornou-se inescapável o reconhecimento de que a reconstrução institucional brasileira exigiria uma âncora monetária e um pacto mínimo de sobriedade fiscal que apenas se afirmariam na década subsequente. No Brasil, nos aproximávamos de uma nova era política, com a realização da primeira eleição direta para presidente após o período

militar, ocorrida em 15 de dezembro de 1989, com candidatos de diferentes matizes ideológicos sendo representados pela primeira vez em décadas. O eleitorado recuperou o direito de escolher diretamente o chefe do Executivo federal, mas será que isso seria suficiente para retomarmos o caminho da prosperidade e recuperarmos a confiança na moeda, em nós mesmos e no futuro do País?

REFERÊNCIAS

- BASTIAT, F. *A lei*. São Paulo: Montecristo, 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *30 anos da Constituinte*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- FRANCO, G. H. B. *A moeda e a lei: uma história monetária brasileira, 1933-2013*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. 2. ed. São Paulo: LVM, 2022.
- IBGE. *Sistema de contas nacionais: Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IEE. *IEE 30 anos formando líderes*. Porto Alegre: IEE, 2014.
- IEE. *Fórum da Liberdade: histórico institucional*. Porto Alegre: IEE, 1988.
- LACERDA, N. Como era viver no Brasil da inflação descontrolada dos anos 1980? *Brasil de Fato*, 18 ago. 2022.
- RAFFERTY, J. P. “Mr. Gorbachev, Tear Down This Wall!”: Reagan’s Berlin Speech. *Encyclopaedia Britannica*, [199-?].
- SILVA, A. B. O. *et al.* Produto Interno Bruto por Unidade da Federação 1985-1998. *Texto para Discussão*, n. 677, 1999.



PEDRO RICCO DEOS

*Sócio do MBZ Advogados e
Associado do Instituto de
Estudos Empresariais (IEE)*

SAUDADES É O QUE FICA DAQUILO QUE NÃO FICOU: OS ANOS 1990

INTRODUÇÃO

Para a nostalgia aflorar, é necessário certo distanciamento temporal. Ninguém sente saudades, no sentido real dessa palavra tão própria da língua portuguesa, daquilo vivido ontem. O tempo precisa agir, corroer a imagem que um dia foi nítida, para nos fazer lembrar que épocas idas apresentavam contornos mais suaves justamente porque não podem ser revividas.

Há muito é aceitável ser nostálgico quanto aos anos 1970. Lembrar de quando a televisão em cores chegou ao Brasil, sem trazer consigo discussões acerca dos malefícios da nova tecnologia. Recordar que esse aparato tornou mais brilhante o amarelo canarinho que vestiam Pelé, Tostão, Jairzinho e Rivelino. Era época em que se jogava futebol de verdade.

Os anos 1980 também deram o que bem falar. Os amantes da música eram embaçados pelo dó-ré-mi das bandas de *rock* brasileiras enquanto aquilo que viria a ser o *pop* surgia com os passos de Michael Jackson e Madonna. Quem não dançou, celebrou os ventos da redemocratização no Brasil, a queda do Muro de Berlim e as políticas instauradas por Ronald Reagan e Margaret Thatcher.

Já é tempo de nostalgia com relação aos anos 1990.

As famílias que permaneceram na frente das televisões cada vez mais coloridas recordam de quando as telas serviam para agregar, e não para afastar. De quando piadas eram avaliadas por serem engraçadas, tendo por métrica a risada. O humor e as gincanas dos programas dominicais serviam tão somente para entreter. Quem não gostava, reclamava apenas da perda de tempo, sem a pretensão de censurar o apresentador malsucedido.

“Cancelar” tinha apenas sentido literal e era verbo que não tinha por objeto sintático um ser humano. Cancelava-se algo, não alguém.

Os amantes da bola tiveram pelo que vibrar. Pelé já tinha se despedido, mas gritou “É Tetra!” ao lado de Galvão Bueno quando Roberto Baggio isolou a pelota para fora do estádio Rose Bowl. Romário, Ronaldo e Bebeto brindaram os brasileiros com uma taça e um vice-campeonato. Ainda que a derrota para a França tenha deixado gosto amargo, quem acompanhou a nossa Seleção nas últimas cinco Copas do Mundo não tem razão para não sentir saudades. Espero estar errado, mas quem acompanhará a Seleção no campeonato deste ano, ao que tudo indica, também não terá.

Se o futebol dividia atenções, o coração brasileiro batia mais forte aos domingos pela manhã quando o capacete verde e amarelo cruzava a linha de chegada, seguido pelo flamular da bandeira quadriculada. Ayrton Senna ascendeu como símbolo nacional. Suas vitórias contra as principais escuderias faziam o País acreditar que, ao menos por alguns instantes, o Brasil podia ser o primeiro do mundo. Até a sua precoce e trágica despedida, no dia 1º de maio de 1994, não havia lar que não vibrasse com o grito de “Ayrton Senna do Brasil”.

Quem não parou de dançar, ouviu o *rock* de Oasis e do Red Hot Chili Peppers, grupos que ainda hoje agregam multidões em estádios para louvar produções de outrora. Por aqui, talvez não tenha sido a época mais prolífica para os ouvidos, mas o fenômeno meteórico dos Mamonas Assassinas faz recordar como a música podia ser leve quando o brasileiro tirava sarro de si mesmo.

Sob a perspectiva política, não há dúvidas de que os anos 1990 legaram fracassos que, pela melancolia que carregam, poderiam ser esquecidos, se a memória das derrotas também não compusesse o retrato de uma época.

Escândalos de corrupção pulularam no noticiário. O “caso PC Farias”, que levou ao *impeachment* do primeiro presidente democraticamente eleito pelo voto direto em 29 anos, e o esquema dos “Anões do Orçamento”, quando deputados do Congresso Nacional se valeram das hoje tão vultuosas emendas parlamentares para abocanharem recursos públicos, lembram-nos de que se algo é constante em nosso País, sem dúvida é a corrupção.

Como o Brasil não perde a oportunidade de perder uma oportunidade, reformas estruturais foram desperdiçadas quando tínhamos o ambiente institucional ideal para a sua aprovação. A já imprescindível Reforma da Previdência foi adiada; a Reforma Tributária foi engavetada; a modernização do Estado ficou incompleta; e a educação foi sucateada. Assistimos, sem reagir, ao País que um dia foi seguro se tornar o paraíso dos carros blindados.

Ainda assim, os anos 1990 não foram apenas um inventário de fracassos políticos e institucionais. A despeito das crises e das oportunidades perdidas, o período legou conquistas que moldariam o Brasil contemporâneo.

Foi a década do Plano Real, que domou o dragão inflacionário e devolveu ao brasileiro a noção de tempo econômico; da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impôs limites à ganância pública; e da abertura comercial e das privatizações, que alteraram profundamente o papel do Estado na economia.

Ao contrário do que se viu nos anos 1980, marcados por protecionismo e estagnação, a década de noventa ensaiou uma guinada estrutural. A estabilidade monetária criou as bases para o crescimento (ainda que moderado) e para uma nova inserção do Brasil no cenário internacional. A produtividade começou a reagir, e o País, ainda que de forma desigual, abriu-se ao capital e às ideias do mundo.

São essas transformações, mais do que o saudosismo dos *jingles* ou das manhãs de domingo, que justificam a nostalgia de quem viu o Brasil, enfim, começar a pôr ordem em sua própria casa.

A HERANÇA DOS ANOS 1980

O sujeito que acordou em *terras brasilis* no dia 1º de janeiro de 1994 abriu os olhos em um País exausto. Exausto das etiquetas remarcadas à mão e do peso invisível que corroía o valor do dinheiro antes mesmo que o salário pudesse chegar ao fim do mês. No acumulado do ano que passou, a inflação alcançou a cifra de 2.500%. Os preços haviam aumentado, em média, 26 vezes em apenas 12 meses, um número impensável que desafia a noção de tempo econômico (Figura 1).

Os produtos mudavam de preço nos supermercados mais de uma vez por dia. A hiperinflação havia se tornado um traço de identidade nacional. A esperança de que o dinheiro guardado na carteira valesse o mesmo no dia seguinte havia se esvaído.

Àquela altura, o brasileiro já tinha se habituado ao balé tragicômico da dança das moedas: mudar o nome da unidade monetária sem trocar o enredo do problema. Do cruzado ao cruzado novo, do cruzeiro ao cruzeiro real, o País rebojava com planos fracassados. A cada tentativa, o Estado intervinha mais, congelava preços, manipulava índices e sacrificava a credibilidade da própria política econômica.

A corrosão inflacionária, porém, não atingia todos por igual. Enquanto os que detinham maior renda encontravam proteção em aplicações financeiras indexadas (como o famoso *overnight*), os assalariados viam seu ordenado ser corroído antes de ser transformado em consumo (von Mises, 2019).¹ A inflação, que nada mais é do que um imposto invisível, punia com mais severidade quem menos podia defender-se (Franco, 2018).² Não por acaso, entre 1990 e 1994, a proporção de brasileiros pobres nas regiões metropolitanas saltou de cerca de 30% para 38% (Rocha, 1996).

A hiperinflação era mais do que um fenômeno econômico, era um desarranjo moral e institucional. A instabilidade minava a confiança e tornava impossível qualquer planejamento de longo prazo. Famílias viviam com a sensação de que o futuro não era um projeto, mas uma urgência.

Se a economia era um campo de ruínas, o cenário político tampouco oferecia alento. Fernando Collor de Mello, alçado à presidência sob o discurso modernizador de quem prometia caçar os marajás e derrotar a inflação, encarnou as esperanças de uma geração ansiosa por ruptura.

¹ Ludwig von Mises ensina que, a cada momento, são diferentes os grupos da população que são diretamente afetados pela inflação. Para alguns, a inflação não é tão má assim, e chegam até a defender seu prolongamento, visto que são os primeiros a se beneficiarem. Há, portanto, uma exploração direta por certos grupos, pois lucram excepcionalmente com a desigualdade no processo inflacionário.

² Uma das primeiras batalhas que precisou ser combatida na tentativa de implementação do Plano Real foi a de que “a inflação não era nem necessária nem conveniente para o desenvolvimento”. Nas palavras de Gustavo Franco, “tratava-se de uma batalha conceitual que hoje parece rasteira e acabada, mas que tinha muita importância na ocasião, quando a tese da ‘funcionalidade’ da inflação ainda era muito forte”. Mesmo sendo um truismo para um economista tradicional, quando Fernando Henrique Cardoso, no anúncio do Programa de Ação Imediata (PAI), afirmou que “a inflação é um assassino oculto”, aludindo à sua impessoalidade ou à dificuldade de nomear os antagonistas – e ao fato de que funcionava como um imposto –, o ministro feria um nervo sensível e abria novas possibilidades para a sociedade compreender o fenômeno inflacionário e o seu combate (Franco, 2018).

Taxa de inflação
IGP-DI - Janeiro-Dezembro (%)



FIGURA 1. Taxa de inflação – 1980-1994.

Fonte: FGV apud Pinheiro, Giambiagi e Gostkorzewicz (1999).

O Plano Collor, implementado em 1990, trouxe um choque heterodoxo de amplitude inédita (Caldeira, 2017). O congelamento de preços, o bloqueio dos depósitos bancários e a substituição da moeda buscavam cortar o mal pela raiz. Nas palavras de Jorge Caldeira (2017), o presidente, no entanto, “recorreu aos métodos heterodoxos típicos dos desesperados”.

Ainda que o efeito imediato tenha sido o sono momentâneo do dragão inflacionário, logo veio a ressaca. Surtos inflacionários voltaram a assombrar o País, a economia mergulhou em recessão brutal e a confiança popular evaporou em conjunto com o sumiço das cadernetas de poupança (Pinheiro; Giambiagi; Gostkorzewicz, 1999).

O fracasso do Plano Collor – tido como o “mais traumático e controverso de todos os planos heterodoxos” – foi mais um capítulo de uma longa sequência de tentativas frustradas (Franco, 2018).³ Ainda assim, o episódio deixou lições que se mostraram valiosas: a percepção de que o combate à inflação não se faria por medidas provisórias, mas por uma reestruturação do Estado.

O PLANO REAL

Não é segredo algum, e não soa exagerado, dizer que o Plano Real libertou o Brasil de sua doença mais persistente e se impôs como a maior conquista institucional de nossa história recente.

³ “A reforma monetária de 15 de março de 1990, que ficou conhecida como o Plano Collor, foi o mais traumático e controverso de todos os planos heterodoxos, nenhum dos quais deixaria tão claro que um programa de estabilização em dosagens equivocadas podia ser bem pior que a doença que pretendia curar” (Franco, 2018).

Ainda que Gustavo Franco (2018) trate a ascensão do sociólogo e senador Fernando Henrique Cardoso ao Ministério da Fazenda como um evento em que, apelando para Machado de Assis, “a fortuna troca os cálculos da natureza”, o sucesso do novo plano de estabilização econômica não resultou de um golpe de sorte. Foi um desenho cuidadosamente escalonado. Antes que o real entrasse em cena, o palco foi cuidadosamente preparado (Franco, 2018).⁴

A primeira etapa consistiu em restaurar a credibilidade fiscal, buscando o equilíbrio das contas públicas e o controle das despesas. Só com o Estado em ordem seria possível reordenar o restante da economia.

Em seguida, criou-se a Unidade Real de Valor (URV), uma moeda paralela, transitória e contábil, que serviu para alinhar preços e salários sem romper contratos ou impor congelamentos artificiais. A genialidade da URV esteve em sua simplicidade: cada bem e serviço passou a ser cotado simultaneamente em cruzeiros reais e em URVs, de modo que, ao longo de quatro meses, a economia se acostumou a pensar em termos estáveis, como se já vivesse sob uma nova moeda. Quando a transição se completou, em julho de 1994, a conversão foi quase natural. A indexação retroativa, responsável por perpetuar a inflação mesmo quando o impulso original já havia cessado, foi eliminada sem o trauma dos congelamentos e das rupturas típicas dos planos anteriores. Pela primeira vez em décadas, o País assistia a um ajuste ordenado, ancorado em credibilidade e técnica.

A nova moeda nasceu sob a proteção de uma âncora cambial e de um ambiente de abertura comercial, que introduziu concorrência real no mercado interno. Com isso, a inflação, que durante anos parecia um traço genético da economia brasileira, despenhou sem que o País mergulhasse em recessão. A estabilidade passou a conviver com o crescimento, e o Brasil experimentou, pela primeira vez em muito tempo, a estranha sensação de ver os preços permanecerem no mesmo lugar de um mês para o outro.

O Plano Real, por estabilizar os hiperativos preços na economia, tem certa aura de milagre. Contudo, a causa do seu sucesso persistente é mais ampla do que uma simples medida monetária.

A diferença se fez com o esforço subsequente para impedir gastos do governo sem receitas prévias, inclusive com cortes no aparato estatal e abertura da economia. Os métodos arbitrários e os poderes excepcionais do governo federal começaram a ser domados (Caldeira, 2017, p. 591).

O real pôs fim à hiperinflação; as reformas seguintes tentariam pôr o Brasil no século XXI.

⁴ Mesmo valendo-se da frase de Machado de Assis, o pai do Plano Real reconhece que havia muita reflexão e preparativos no grupo de economistas que se juntou em torno do novo ministro, trazendo consigo a experiência da concepção e execução dos choques redesenhados nos anos anteriores, e novas possibilidades apenas à espera de uma ocasião (Franco, 2018).

O PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES E A ABERTURA COMERCIAL

O Brasil que ingressou nos anos 1990 ainda trazia nas costas o peso de uma economia fechada, corporativista e refratária ao mundo. Desde a década de setenta, a globalização havia deixado de ser uma opção para tornar-se uma imposição. Venciam os países capazes de integrar-se às novas redes produtivas, de estimular empresas competitivas e de abandonar os velhos monopólios estatais. Permanecer isolado significava condenar-se à obsolescência, e o Brasil, durante anos, escolheu a solidão.

A partir de 1990, contudo, esse quadro começou a mudar. O País iniciou um lento, mas decidido, processo de desescalhe. Era preciso romper com a lógica do Estado-empresário e abrir espaço para a atuação privada em setores até então reservados à administração pública. Essa virada exigiu reformas constitucionais, marcos regulatórios modernos e, sobretudo, coragem para enfrentar resistências arraigadas. A liberalização comercial e o programa de privatizações que se seguiram não foram apenas medidas econômicas, mas parte de um esforço amplo de modernização institucional e abertura ao mundo (Caldeira, 2017).

Um dos setores que mais simbolizaram essa transição foi o das telecomunicações. Em 1994, ter um telefone fixo ainda era privilégio de poucos, e a transmissão de dados dependia da morosidade de uma empresa estatal monopolista. A privatização do sistema coincidiu com o surgimento da internet e da telefonia móvel. Em menos de uma década, o Brasil passou de um País com filas de espera por uma linha telefônica a uma das maiores bases de usuários de celular do mundo (Caldeira, 2017).

Outro caso emblemático foi o da Companhia Vale do Rio Doce. Privatizada em 1997, a empresa deixou de ser um apêndice estatal para se converter em potência global da mineração. O que antes era um braço regional do Governo transformou-se em uma das maiores multinacionais de origem brasileira. O episódio sintetizava o novo espírito da década, com menos tutela e mais protagonismo.

Esses avanços não apagaram os problemas estruturais nem as contradições que continuariam a desafiar o País nas décadas seguintes, mas inauguraram um novo paradigma de desenvolvimento. A abertura comercial, a estabilidade monetária e a redefinição do papel do Estado recolocaram o Brasil no mapa das economias que dialogam com o mundo.

Em pouco mais de uma década, o País que foi símbolo de inflação, ineficiência e protecionismo começou a experimentar uma democracia capaz de combinar estabilidade com desenvolvimento econômico. E se há algo de que se pode ter saudade nos anos 1990, é justamente dessa sensação de que o Brasil, por um instante, parecia ter reencontrado o seu rumo.

LEGADOS E LIÇÕES

Passadas três décadas, o Brasil parece ter se esquecido das lições deixadas pelos anos 1990. O Estado volta a expandir-se de forma desordenada, assumindo funções que não lhe cabem e comprometendo sua própria capacidade de governar. A ganância pública

retorna travestida de política social, enquanto o equilíbrio fiscal, condição elementar de qualquer projeto de desenvolvimento, é tratado como detalhe supérfluo.

Reeditam-se os velhos vícios sob novas bandeiras, como se a história recente não tivesse demonstrado o preço da irresponsabilidade.

A estabilidade monetária que outrora foi conquista de gerações parece hoje sustentada à força por uma das taxas de juros reais mais altas do planeta. Em vez de um Estado enxuto e eficiente, volta a predominar um aparelho pesado, caro e ineficaz, que sufoca a iniciativa privada e desestimula o investimento. O País volta a flertar e a se apaixonar pelo improvisado e pela retórica fácil.

Os anos 1990 deixam uma nostalgia singular: não apenas pela música, pelos ídolos ou pela sensação de modernidade que então nos visitou, mas também, antes de tudo, pela racionalidade perdida. Eram tempos em que o Brasil parecia disposto a aprender com seus próprios erros e a construir um futuro com base em instituições sólidas.

Hoje, resta a lembrança de um País que, por alguns instantes, acreditou no progresso sob bases e premissas liberais. Afinal, saudades é o que fica daquilo que não ficou.

REFERÊNCIAS

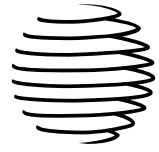
CALDEIRA, J. *História da riqueza do Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

FRANCO, G. H. B. *A moeda e a lei: uma história monetária brasileira (1933-2013)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.

ROCHA, S. Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. *Texto para Discussão*, n.º 439, 1996.

VON MISES, L. *As seis lições*. São Paulo: LVM, 2019.



RAUL KAZANOWSKI DA SILVA

*Advogado na CKA Advocacia,
Associado do Instituto de
Estudos Empresariais (IEE) e
Diretor do Ordem e Liberdade*

OLAVO DE CARVALHO EM FOCO: SUA IMPORTÂNCIA PARA A RESISTÊNCIA À ESQUERDA ENTRE 2000 E 2010

INTRODUÇÃO

O filósofo, professor, articulista, jornalista e (talvez mais conhecido por) polemista Olavo de Carvalho não pode ser chamado de liberal. Essa é a primeira constatação a ser feita neste artigo, que, afinal, está inserido na Série *Pensamentos Liberais*.

Contudo, as diferenças entre o pensamento do filósofo Olavo de Carvalho e o liberalismo não significam, necessariamente, que a sua vida e obra não tenham servido à causa liberal, como será visto mais adiante.

Nesse sentido, o presente artigo não tem a pretensão de suavizar as opiniões do filósofo em questão, para tentar “dourar a pílula” dos seus ensinamentos ou relativizar as polêmicas nas quais esteve envolvido, muito menos convencer qualquer um de que Olavo de Carvalho era um liberal. O autor deste artigo tem total consciência das diferenças entre o pensamento *olavista* e a filosofia herdada de Adam Smith e John Locke.

Qual é o propósito do artigo, então? Primeiramente, é tentar conscientizar a direita *lato sensu*, e os liberais em específico, que política se faz somando, não dividindo. Pelo contrário, aqueles que se dividem são mais facilmente conquistados, conforme a célebre frase atribuída ao imperador Júlio Cesar (Dividir para conquistar [*Divide et impera*, no latim]).

Fazer política não pode ser um processo de depuração, em que se excluem pessoas a depender de se suas conclusões estão mais ou menos perto daquilo que entendemos como ideal.

O autor deste artigo também acredita que não é necessário maior digressão nesse ponto (acerca da importância de ouvir também os diferentes), tendo em vista que, mesmo não podendo receber o título de liberal, o filósofo Olavo de Carvalho foi convidado para mais de um Fórum da Liberdade, como ocorreu, por exemplo, nos anos de 2004 e 2019.

O segundo objetivo deste artigo é tentar conscientizar a todos de que é necessária uma união dos ditos “direitistas”, a fim de primeiramente barrar o lado oposto (a esquerda) para somente então tornar-se possível qualquer tipo de enfrentamento interno.

Com efeito, é evidente que os liberais, inseridos em uma direita *lato sensu*, primeiro precisam combater a esquerda *lato sensu*, para depois se dar ao luxo de cair em discussões sobre se o melhor caminho é liberal, libertário, conservador ou qualquer coisa que esteja nesse lado do espectro.

Assim sendo, é inegável a contribuição que o filósofo Olavo de Carvalho prestou à causa “direitista” no Brasil, servindo como voz dissonante ao discurso majoritário da esquerda, que imperou no período da redemocratização e teve o seu ápice entre os anos 2000 e 2010.

É inegável que o maior legado da trajetória *olavista*, antes das polêmicas, antes de seus ensaios, foi o seu combate ao pensamento esquerdista, ao Foro de São Paulo e, principalmente, ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Portanto, este artigo refletirá sobre a forma como o filósofo Olavo de Carvalho contribuiu para sustentar a linha entre a realidade e a pretensão esquerdista, bem como despertar a curiosidade sobre quantos liberais, direitistas e antiesquerdistas só puderam ser formados porque esse espectro sobreviveu, muito em decorrência da resistência que o filósofo em questão impôs ao pensamento esquerdista no campo intelectual.

CONTEXTO HISTÓRICO

A batalha *olavista* contra o pensamento esquerdista não inicia, tampouco se limita, ao período entre 2000 e 2010. Talvez a principal obra do autor no campo político, contra o pensamento esquerdista, tenha sido o livro intitulado *O imbecil coletivo*, cuja primeira publicação ocorreu em 1996.

Nesse livro, o autor tem como maior mérito identificar no Brasil o avanço do *gramscismo* e da revolução cultural que a esquerda colocou em marcha. Ele “dialoga” com diversos pensadores, jornalistas e professores de esquerda, em uma tentativa de expor a captura da elite intelectual pela esquerda e a coletivização do pensamento.

Porém, foi no período entre os anos 2000 e 2010 que esse pensamento esquerdista atingiu o seu ápice, inclusive no campo político. Foi nesse período que se iniciou a hegemonia petista na presidência, com quatro mandatos consecutivos e com direito à celebração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido de que a eleição de 2010 seria a primeira vez em que não haveria candidatos de direita na campanha.

Segundo Lula:

Pela primeira vez não vamos ter um candidato de direita na campanha. Não é fantástico isso? Querem conquista melhor do que em uma campanha a gente não ter nenhum candidato de direita? Porque antigamente como era a campanha? Era o de centro-esquerda ou de esquerda contra os trogloditas de direita. Era assim em toda campanha. [...] Ela [a campanha] começou a melhorar já comigo e com o Fernando Henrique Cardoso. Já foi um nível elevado. Depois eu e [José] Serra, também (Ribeiro, 2009).

Ou seja, o “teatro das tesouras”, iniciado muito antes do período histórico aqui sob análise, chegou ao ápice justamente na eleição de 2010. Naquele período, pouco se ouvia sobre liberalismo ou conservadorismo, e a direita estava expurgada do pleito eleitoral.

Não havia polemistas de última hora, *influencers* de direita, *deputags* (deputados que só agem por meio de *hashtags*) interessados em defender a maior parte da população, que as pesquisas revelam ser direitista.

A classe política, sustentada pelos imbecis coletivos diagnosticados nos anos 1990, conseguiu quase extinguir a direita. Porém, isso não ocorreu com Olavo de Carvalho, que se manteve firme em suas posições, apesar do preço (pecuniário, profissional, de imagem). Olavo foi limado das redações, excluído das editoras e da maior parte dos círculos de debate (não do Fórum da Liberdade, como dito anteriormente), e inclusive deixou o Brasil – atitude acertada, pois certamente teria sido alvo de perseguição pelo sistema na sua reta final de vida se aqui estivesse.

Em meio a todo esse domínio esquerdista, Olavo não se furtou de sustentar a linha da realidade, tampouco de gritar (muitas vezes sozinho) sobre as articulações da esquerda, como veremos a seguir.

O FORO DE SÃO PAULO

Por muitos anos, Olavo de Carvalho foi objeto de piada por denunciar o Foro de São Paulo como principal catalizador da organização continental da esquerda. Até mesmo por pessoas ditas de direita o referido Foro foi ignorado, tratado como teoria da conspiração, algo que, se (hipótese, tão somente) fosse verdade, seria irrelevante.

Olavo, por sua vez, já denunciava, em seu artigo “Lula, réu confesso”:

Essa entidade se imiscui ativamente na política interna de várias nações latino-americanas, tomando decisões e determinando o rumo dos acontecimentos, à margem de toda fiscalização de governos, parlamentos, justiça e opinião pública (Carvalho, 2013, p. 473).

Contudo, passados os anos, tornou-se impossível tapar o sol com a peneira: é por meio do Foro de São Paulo que a esquerda latino-americana se organiza, estrutura ações em escala continental e celebra as suas vitórias.

Não por acaso, mais recentemente, o Foro, que antes não passava de teoria da conspiração, passou a ser retratado até mesmo nos grandes jornais:

Entre as siglas brasileiras que fazem parte da entidade estão: o Partido dos Trabalhadores; o Partido Democrático Trabalhista (PDT); o Partido Comunista do Brasil (PCdoB); e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Também estão incluídas organizações como: o Partido Comunista de Cuba, do presidente Miguel Díaz-Canel; a Frente Sandinista de Liberação Nacional, do presidente da Nicarágua, Daniel Ortega; o Partido Socialista Unido de Venezuela, do presidente Nicolás Maduro; e o Movimento ao Socialismo, do presidente da Bolívia, Luis Arce (Porto, 2023).

O Foro de São Paulo não é uma entidade política, como um partido. Mas reúne diversas legendas do Brasil e de outros países latino-americanos. Dessa forma, mesmo que indiretamente, o Foro tem alguma influência política. É importante lembrar que, atualmente, o Brasil é governado por um dos fundadores do Foro, Luiz Inácio Lula da Silva.

Evidentemente, após tornar-se insustentável a narrativa de que o Foro de São Paulo não passava de uma ficção, restou à grande imprensa dourar a pílula e tentar emplacar

outras teses de “teoria da conspiração”, como o jornal Estadão fez em uma matéria de 2023, ao tratar com espanto o seguinte:

O Foro de São Paulo é frequentemente citado em conteúdos de desinformação, principalmente aqueles produzidos por grupos de direita e extrema-direita. O grupo já foi acusado, por exemplo, de ser uma “organização terrorista”, de ser o elo entre o narcotráfico colombiano e o PT (Projeto Comprova, 2023).

De fato, tal “tese” existe, e não é de hoje. O próprio Olavo de Carvalho dizia, em artigo à Zero Hora, em 2002, o seguinte: “Que há uma articulação política entre Hugo Chávez, Fidel Castro, as Farc e a esquerda brasileira, por exemplo, é algo que ninguém pode negar” (Carvalho, 2002).

Tais dizeres, tratados como absurdos ainda em 2023, tornam-se muito mais palatáveis em 2025, quando Hugo Carvajal (El Pollo), ex-chefe de inteligência da Venezuela, declarou-se culpado de narcotráfico e narcoterrorismo nos Estados Unidos e, “entre os beneficiados, citou Lula no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Fernando Lugo no Paraguai, Ollanta Humala no Peru [...]” (Peñalba, 2025).

Ou seja, algo que hoje é reconhecidamente relevante na esquerda, pelo menos assim identificado pela direita, foi antevisto por Olavo de Carvalho, que por muito tempo militou sozinho contra essa organização.

“É A CULTURA, ESTÚPIDO!”

“É a economia, estúpido!” é uma frase atribuída a James Carville, em 1992, durante a campanha presidencial de Bill Clinton, cunhada com o intuito de lembrar a importância da economia para o voto popular.

Essa realidade, todavia, não persiste mais (se é que um dia existiu de fato). A esquerda descobriu, com muito mérito da Escola de Frankfurt e do *gramscismo*, que a realidade (e nisso incluo a economia) é secundária quando se trata da dominação das massas.

Conforme as lições do excelente livro de Roger Scruton (2018), *Tolos, fraudes e militantes*, a esquerda sabe que perdeu a batalha no campo material (econômico), restando-lhe outros subterfúgios.

O próprio Olavo de Carvalho, no artigo “Quem foi que inventou o Brasil?”, publicado em 2006, já dava os louros da vitória econômica a Ludwig von Mises, mas alertava que isso não seria suficiente:

Se todos os meios de produção são estatizados, não há mercado. Sem mercado, os produtos não têm preços. Sem preços, não se pode fazer cálculo de preços. Sem cálculo de preços, não há planejamento econômico. Sem planejamento, não há economia estatizada. [...] Não existiu nem existirá jamais uma economia comunista, apenas uma economia capitalista camuflada ou pervertida, boa somente para sustentar uma gangue de sanguessugas politicamente lindinhos. Desde que Ludwig von Mises explicou essas obviedades em 1922, muitas consequências se seguiram (Carvalho, 2013, p. 167).

Em substituição, sobreveio uma esquerda militante nos campos do gênero, do sexo, das etnias, das artes, enfim, da cultura como um todo. E, no Brasil, foram poucos os que perceberam, e em menor número os que denunciaram, esse movimento que se tornou tão decisivo para a política nacional.

Olavo de Carvalho, por sua vez, estava lá, fazendo um papel árduo de tentar demonstrar a nova faceta da esquerda, o famigerado “marxismo cultural”, que atualmente é consenso na direita, mas que por anos foi tratado com ceticismo. Em 2009, no artigo intitulado “A fonte da eterna ignorância”, Olavo (2013, p. 72) disse:

Há anos venho tentando chamar a atenção das nossas elites empresariais, políticas e militares para o fenômeno da degradação cultural brasileira, mas não creio que até agora tenha conseguido fazê-las enxergar a real dimensão do problema – até porque as elites mesmas são as primeiras vítimas dele e não há nada mais difícil do que fazer alguém tomar consciência da sua inconsciência progressiva. É como tentar parar uma queda em pleno ar. Desde logo, a palavra “cultura” já evoca, na mente desse público, a ideia errada. “Cultura”, no Brasil, significa antes de tudo “artes e espetáculos” – e as artes e espetáculos, por sua vez, se resumem a três funções: dar um bocado de dinheiro aos que as produzem, divertir o povão e servir de caixa de ressonância para a propaganda política. Que a cultura devesse também tornar as pessoas mais inteligentes, mais sérias, mais adultas, mais responsáveis por suas ações e palavras, é uma expectativa que já desapareceu da consciência nacional faz muito tempo. Se o artista cumpre as três funções acima, nada mais lhe é exigido nem mesmo para lhe garantir o rótulo de gênio.

Vejam como Olavo já diagnosticava, e em parte profetizava, tudo aquilo que se tornaria a classe artística brasileira: (1) ganhar dinheiro; (2) limitar-se a entreter; e, principalmente, (3) servir de caixa de ressonância para a propaganda política.

Mas, obviamente o problema vai muito além da simples corrupção de artistas do momento. O real problema, esse denunciado desde sempre e mal compreendido até hoje, é que a direita oferece poucas soluções culturais para os problemas brasileiros. Muitas das conquistas celebradas pela direita ao longo dos anos (plano real, tripé macroeconômico, teto de gastos, reformas da previdência e trabalhista, entre outros) se deram apenas no campo econômico, porém em nada ajudaram a reverter a avalanche esquerdista no campo cultural.

Olavo já tinha a resposta, em 2003, no seu artigo “O orgulho do fracasso”:

Língua, religião e alta cultura são os únicos componentes de uma nação que podem sobreviver quando ela chega ao término da sua duração histórica. São os valores universais, que, por servirem a toda a humanidade e não somente ao povo em que se originaram, justificam que ele seja lembrado e admirado por outros povos. A economia e as instituições são apenas o suporte, local e temporário, de que a nação se utiliza para seguir vivendo enquanto gera os símbolos nos quais sua imagem permanecerá quando ela própria já não existir. [...] Por isso esses elementos, os mais distantes de todo interesse econômico, são as únicas garantias do êxito no campo material e prático. Todo povo se esforça para dominar o ambiente material. Se só alguns alcançam

o sucesso, a diferença, como demonstrou Thomas Sowell em *Conquests and Cultures*, reside principalmente no “capital cultural”, na capacidade intelectual acumulada que a mera luta pela vida não dá, que só se desenvolve na prática da língua, da religião e da alta cultura (Carvalho, 2013, p. 65).

Ou seja, as poucas (ainda que relevantes) conquistas da direita no campo econômico e material em nada ajudaram a manter o PT fora do poder após o hiato representado por Michel Temer e Jair Bolsonaro. Tampouco as “trapalhadas” econômicas do governo do PT, como uma torta reforma tributária e o aumento exponencial na sanha arrecadatória, serão suficientes para alertar a população acerca dos perigos da esquerda. Isso porque é a cultura que define o controle das massas, e a direita está muito longe de estar bem representada nesse campo.

O TEATRO DAS TESOURAS

Atualmente, é difícil acreditar que a direita no Brasil já foi (ou, ao menos, se sentiu) representada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e que o Partido da “Social Democracia” Brasileira era a única esperança que os ditos “direitistas” tinham nas urnas. Esse movimento, hoje consabido como “teatro das tesouras”, passou muito tempo inebriando os agentes políticos de direita do País, mas não sem os alertas do personagem deste artigo.

Em junho de 2002, portanto antes mesmo de Luiz Inácio Lula da Silva subir a rampa do Palácio do Planalto, Olavo de Carvalho já alertava para a estratégia macro da esquerda:

Assim, pois, todos já se esqueceram de que o PT e o PSDB foram essencialmente criações de um mesmo grupo de intelectuais esquerdistas empenhados em aplicar no Brasil o que Lenin chamava “estratégia das tesouras”: a partilha do espaço político entre dois partidos de esquerda, um moderado, outro radical, de modo a eliminar toda resistência conservadora ao avanço da hegemonia esquerdista e a desviar para a esquerda o quadro inteiro das possibilidades em disputa (Carvalho, 2013, p. 260).

Este tópico específico mostra, mais uma vez, o poder de antevisão do personagem deste artigo, que, mesmo envolto pelo caos da contemporaneidade, nunca se deixou cegar pelas estratégias esquerdistas, tratando de denunciá-las a fim de preservar algum tipo de movimento direitista no País.

LEGADOS E LIÇÕES

Os escritos políticos do filósofo Olavo de Carvalho chegaram a assustar pela sua capacidade de antevisão. Foi assim com o seu livro *O imbecil coletivo*, publicado em 1996; foi assim com os artigos que publicou ao longo de toda a sua vida.

Como visto a partir de alguns exemplos citados neste artigo, Olavo foi capaz de denunciar e prever, com décadas de antecedência, como a esquerda se movimentava,

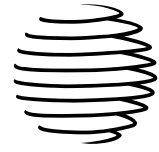
ainda que os fatos fossem todos contemporâneos das análises, em uma época em que a internet ainda engatinhava.

Revisando o período entre 2000 e 2010, que, conforme dito anteriormente, foi o mais hegemônico da esquerda no Brasil – e que também foi quando ela alicerçou os pilares que sustentam o seu poder até hoje –, torna-se ainda mais relevante a participação do filósofo em questão no debate público.

Independentemente do gosto pessoal que se possa ter em relação a Olavo de Carvalho (que, compreende-se, nunca foi muito palatável), todo aquele que rejeita as ideias de esquerda lhe deve um pequeno aceno de agradecimento pela resistência imposta em um período em que ser de direita era praticamente um suicídio político.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, O. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- CARVALHO, O. No limite da candura. *Zero Hora*, fev. 2002.
- PEÑALBA, D. Quem é o ex-general chavista que acusou Lula de ligação com o narcotráfico. *Gazeta do Povo*, out. 2025.
- PORTO, D. Entenda o que é o Foro de São Paulo, entidade de partidos de esquerda da América Latina. *CNN Brasil*, jul. 2023.
- PROJETO COMPROVA. Foro de São Paulo: entenda o que é e como atua grupo de partidos de esquerda da América Latina. *Estadão*, jun. 2023.
- RIBEIRO, J. Lula afirma que próximas eleições não terão “trogloditas de direita”. *G1*, set. 2009.
- SCRUTON, R. *Tolos, fraudes e militantes*. Rio de Janeiro: Record, 2018.



STEFANO WIGNER TREMEA

*Planejador Financeiro e
Associado do Instituto de
Estudos Empresariais (IEE)*

A GANGORRA – COMO OSCILAMOS ENTRE O INFERNO E O CÉU ENTRE 2010 E 2020

INTRODUÇÃO

A década de 2010 começa com a tomada de posse de Dilma Rousseff como presidente. Ela havia ganhado a eleição no ano anterior, na sombra de Lula, que conseguiu emplacar sua ministra da Casa Civil, praticamente um poste, como sucessora. A vitória na eleição aconteceu devido ao suposto “milagre econômico” dos governos Lula. Entre 2006 e 2010, segundo mandato dele, o produto interno bruto (PIB) cresceu a uma média de 4,5% ao ano, inflado pelo cenário favorável das *commodities* que o Brasil muito bem explora e exporta.

No entanto, os governos petistas acreditavam que as receitas não recorrentes e cíclicas poderiam ser consideradas receitas permanentes. Nesse processo, inflaram o Estado e os gastos públicos. Programas sociais, distribuição de renda e até projetos sem qualquer retorno foram elaborados, como foi o caso do “Ciência sem Fronteiras”, que financiava estudantes do ensino superior para realizarem intercâmbios em outros países, com o suposto objetivo de solidificar conhecimento e expandir a ciência no Brasil, mas na prática virou um “bolsa turismo estudantil”. Os estudantes iam ao exterior custeados pelo Estado, não frequentavam as aulas, não eram aprovados nas matérias e não havia qualquer cobrança ou contrapartida. Era a verdadeira bonança.

Passado o ciclo das *commodities* e com a queda dessas receitas, a conta começou a chegar. A inflação estava subindo, e a situação fiscal começava a ficar comprometida. Logo no ano de 2010, houve a necessidade de aumentar juros por parte do Banco Central, um ciclo contracionista que durou até quase o fim de 2011, quando, na marra, Dilma decidiu trocar o presidente do Banco Central e baixou a taxa de juros mesmo com os fundamentos econômicos exigindo uma política contracionista (Figura 1). A crise econômica estava instaurada. Baixar juros na marra entre 2011 e 2013 fez os juros subirem a mais de 14% nos anos posteriores. Com empresas demitindo e preços subindo, o Brasil era um caldeirão prestes a explodir.

A RUPTURA

O ponto de ruptura foi ridículo, quase uma piada de mau gosto: o aumento das tarifas de ônibus. Em junho de 2013, o que era para ser um protesto localizado, contra apenas vinte centavos de aumento na tarifa, transformou-se em um levante nacional. Milhões de pessoas foram às ruas. O barulho da rua era um sintoma: a sociedade estava de saco cheio.

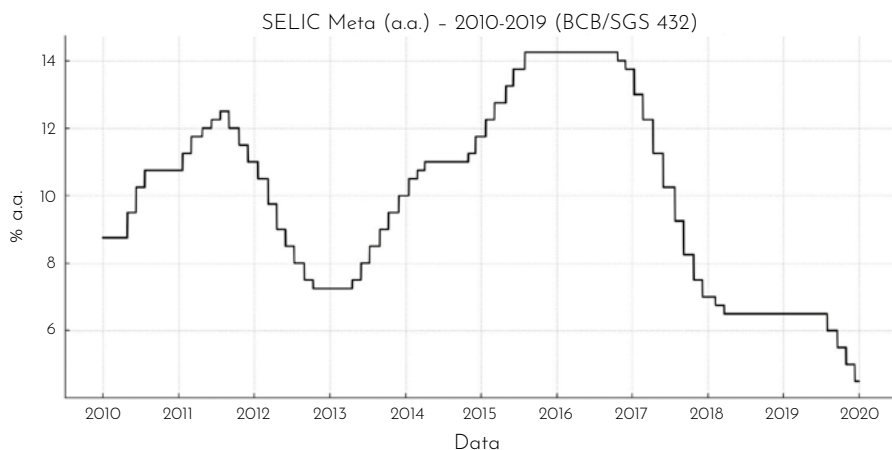


FIGURA 1. Ciclo da taxa de juros no Brasil.

a.a., ao ano.

Fonte: Elaborada a partir de Banco Central do Brasil (2020).

Enquanto o Governo gastava bilhões construindo estádios para sediar a Copa do Mundo de 2014, a população duvidava da legitimidade dos contratos e ao mesmo tempo via perda de valor do seu dinheiro (inflação galopante), empregos escassos e serviços públicos ridículos.

O clamor não era só contra a corrupção, mas também contra um modelo falido que prometia muito, mas não entregava nada (Figura 2). Em São Paulo, na Avenida Paulista, a confusão ideológica era palpável: pessoas aplaudiam os manifestantes das janelas dos prédios comerciais, enquanto a Polícia Militar intervinha contra grupos mais radicais, os *black blocs*. O Governo federal ficou marcado pela insatisfação generalizada, sendo percebido como o principal responsável pela crise de representação que se aprofundava.

O NEGACIONISMO ECONÔMICO CHAMADO NOVA MATRIZ ECONÔMICA

A década foi dominada pela tentativa fracassada do modelo econômico que a esquerda chamou de Nova Matriz Econômica (NME). O resultado foi um colapso subsequente. Essa política representou um momento de ruptura com os paradigmas estabelecidos desde o Plano Real, notavelmente o tripé macroeconômico (câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal).

A NME baseou-se em medidas que visavam impulsionar o crescimento por meio de intervenção estatal direta. Suas ações principais incluíram a redução da taxa Selic, a manutenção de um câmbio desvalorizado para favorecer exportações, desonerações tributárias para a indústria e uma expansão significativa do crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Uma das consequências mais

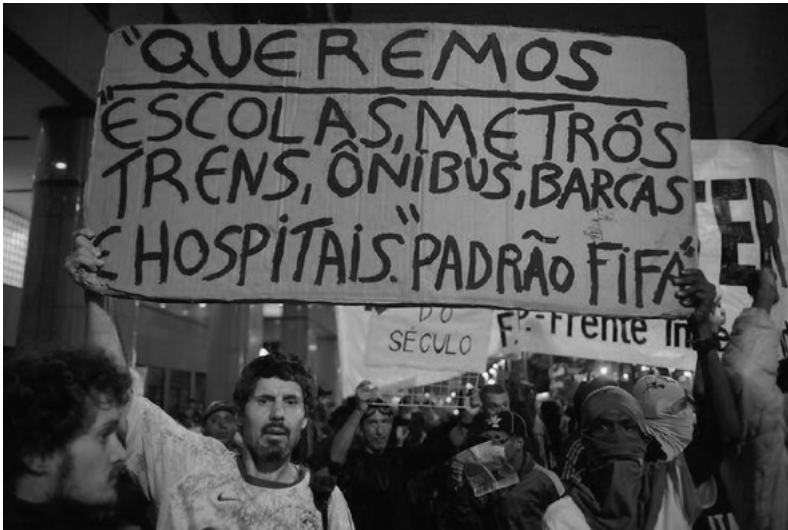


FIGURA 2. Protestos de 2013.

Fonte: Arcary (2021).

notáveis dessa política foi a redução do preço da conta de luz na canetada, uma medida populista que mascarava a deterioração fiscal.

Mesmo com a pressão econômica, o Governo dobrou a aposta e, para garantir a reeleição de Dilma, abriu ainda mais as torneiras do populismo via assistencialismo – e, em uma acirrada disputa, garantiu a reeleição. Porém, a conta chegaria.

O resultado dessa intervenção desastrosa foi a forte e prolongada recessão de 2015-2016, com o PIB registrando uma taxa média negativa de 3,7% ao ano. A inflação disparou, especialmente com o tarifaço de energia no período pós-eleição de 2014, ultrapassando os dois dígitos. O desemprego explodiu, atingindo mais de 11 milhões de brasileiros. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) disparou de um mínimo de 51,27% do PIB em 2011 para um recorde de 86,94% em 2020. Isso é o custo real e insustentável do estatismo. Esse gasto descontrolado é o que chamamos de *crowding out*, no qual o Estado suga o capital que deveria ser investido de forma produtiva pelo setor privado. O fracasso da NME não foi um erro técnico; foi um desastre ideológico que forneceu combustível para a crise política e o *impeachment*.

A OPERAÇÃO LAVA JATO

Nesse meio do caminho, surgiu a Operação Lava Jato. Inicialmente, focou um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras: o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa foi preso sob suspeita de ocultação de documentos e desvio de recursos. A coisa ganhou escala exponencial em novembro de 2014, atingindo

em cheio grandes empreiteiras nacionais (Camargo Corrêa, OAS, Queiroz Galvão e Odebrecht).

Logo em seguida, veio a confissão: o lobista Augusto Mendonça Neto revelou ter pagado até R\$ 60 milhões em propina ao ex-diretor Renato Duque. A Lava Jato não estava lidando apenas com um caso de corrupção; estava expondo um sistema profissional e blindado. A Odebrecht, por exemplo, mantinha um “Departamento de Operações Estruturadas” – o famoso setor de propinas –, com logística de *delivery* em grandes capitais e estruturas *offshore* no exterior.

O ano de 2015 viu o escândalo institucionalizar-se e aprofundar-se. Em janeiro de 2015, o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró foi preso. Em fevereiro de 2015, a então presidente da Petrobras, Graça Foster, renunciou após a empresa calcular uma perda de R\$ 88,6 bilhões devido à corrupção.

A Petrobras, que poucos anos antes, com a descoberta do pré-sal, vivia anos de ouro, passou à empresa mais endividada do mundo devido à corrupção e à ingerência política. O Partido dos Trabalhadores (PT) quase conseguiu a proeza de quebrar uma empresa que detinha o monopólio das ricas bacias de petróleo brasileiras.

O ex-gerente Pedro Barusco estima que o PT recebeu entre US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões em propinas. Em março de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a investigação de 47 políticos. O clímax político veio em 2016. A Lava Jato continuou avançando com fases notórias, como a Carbono 14 (que prendeu o ex-secretário do PT Silvio Pereira) e a Vitória de Pirro (que prendeu o ex-senador Gim Argello). As operações também foram a fundo, passando a investigar operadores no mercado financeiro e a expor as contas *offshore*.

O ponto de maior tensão ocorreu em março de 2016. Em meio à iminente prisão de Lula, após a denúncia de Deltan Dallagnol (Figura 3), a presidente Dilma Rousseff

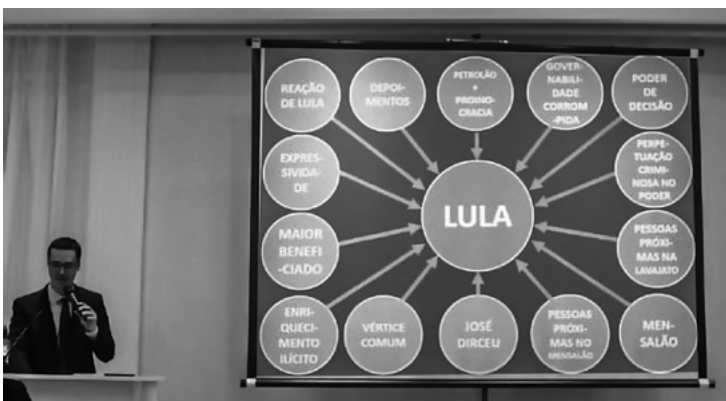


FIGURA 3. Famosa fotografia do *slide* em que o então procurador da república Deltan Dallagnol apresenta denúncia contra Lula como o chefe do esquema de corrupção. Lula seria preso em decorrência das denúncias.

Fonte: Scardoelli (2020).

o nomeou ministro-chefe da Casa Civil. A nomeação, que durou apenas um dia, tinha um objetivo político claro: garantir a Lula a prerrogativa de foro, transferindo sua investigação para o STF e protegendo-o do juiz Sérgio Moro.

A nomeação gerou indignação nacional e foi acompanhada de um áudio vazado pela Justiça. Na gravação, Dilma avisa Lula que estava enviando o termo de posse para ser usado “em caso de necessidade”, o que foi interpretado pela força-tarefa como uma manobra para protegê-lo de uma eventual detenção. O vazamento do áudio foi noticiado à exaustão e gerou massivos painéis e buzinações em várias cidades, com multidões protestando em frente ao Palácio do Planalto. Essa seria a gota d’água do governo Dilma.

Os absurdos escancarados de corrupção dos governos petistas, o fracasso econômico e o clamor popular derrubaram a “presidAnta”. O processo de *impeachment* utilizou as chamadas “pedaladas fiscais” para tirar a presidente de lá. Essas pedaladas nada mais eram do que manobras contábeis com as contas públicas que praticamente todos os presidentes anteriores também haviam utilizado. No entanto, como dito, o copo já havia transbordado, não havia mais paciência, e o *impeachment* passou.

Em julho de 2017, Lula foi condenado em primeira instância pelo juiz Sérgio Moro a 9 anos e 6 meses de prisão no caso do triplex do Guarujá, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Em janeiro de 2018, a condenação foi confirmada, e a pena foi ampliada para 12 anos e 1 mês pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O juiz Sérgio Moro expediu o mandado de prisão em abril de 2018, e Lula se entregou à Polícia Federal, sendo conduzido ao cárcere em Curitiba, onde permaneceu por 580 dias.

AS REFORMAS QUE NOS PERMITIRAM RESPIRAR

O governo Michel Temer assumiu a Presidência em meio a uma recessão profunda e uma das maiores taxas de impopularidade da história recente (com reprovação acima de 80%). No entanto, apesar do caos político e da baixa legitimidade popular, Temer demonstrou a coragem institucional de impor a austeridade fiscal e implementou a agenda de reformas liberais mais significativas da história recente do País, alinhando-se aos princípios de responsabilidade e liberalismo econômico.

Esse período marcou o momento de maior adesão aos princípios liberais, revertendo a tendência de estatização e intervencionismo que marcou a NME. As principais medidas foram cruciais para estancar a hemorragia fiscal e permitiram o início da recuperação econômica:

- *Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC nº 95/2016)*: essa medida foi um imperativo fiscal que criou um limite para o crescimento das despesas federais, crucial para reverter a escalada da DBGG, que havia atingido patamares recordes de irresponsabilidade fiscal. Pelo teto, os gastos públicos só poderiam aumentar de acordo com a inflação do ano anterior (Brasil, 2016).
- *Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)*: buscando modernizar o mercado de trabalho, a reforma flexibilizou as relações de trabalho, valorizando o

negociado sobre o legislado. Essa medida visou o fim da “indústria dos processos trabalhistas” e buscou dinamizar o ambiente de negócios (Brasil, 2017).

- *Início da Reforma da Previdência*: embora a reforma completa só tenha sido aprovada no governo seguinte, o governo Temer iniciou a discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, pavimentando o caminho para a indispensável correção da previdência social.

O governo Jair Bolsonaro (2019-2020) surgiu em um momento de vácuo de representação, impulsionado pela narrativa anticorrupção e pela onda do antipetismo. Apesar de ter defendido historicamente visões estatizantes e do corporativismo com os militares, Bolsonaro adotou uma agenda liberal-econômica como manobra pragmática para angariar o apoio do mercado financeiro e dos investidores, dando continuidade à agenda de reformas iniciada no governo anterior.

O principal fator para essa guinada foi a nomeação do superministro Paulo Guedes, economista egresso da Escola de Chicago e com histórico no mercado financeiro. Guedes concentrou as pastas de Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento, Gestão e Comércio Exterior, garantindo que a política econômica fosse guiada por um corpo técnico de orientação liberal. A capacidade desse governo, nascido de uma crise política e social, de absorver e implementar uma agenda técnica e impopular de cunho liberal é considerada um legado crucial. As principais ações e resultados reformistas dos dois anos iniciais foram:

- *Reforma da Previdência (EC nº 103/2019)*: aprovada em novembro de 2019, foi o marco fundamental na busca pela sustentabilidade fiscal de longo prazo. A reforma aumentou a idade e o tempo mínimo de contribuição, visando reverter o déficit atuarial e garantir a sustentabilidade das contas públicas (Brasil, 2019).
- *Melhoria fiscal*: o Governo demonstrou resultados positivos em termos de austeridade fiscal, conseguindo uma redução da DBGG em 2019, que recuou para 75,8% do PIB.

A FALÊNCIA DO SISTEMA JUDICIÁRIO E A CHEGADA DA PANDEMIA

A década encerrou-se com a fragilização da Lava Jato e a chegada da pandemia de Covid-19, eventos que expuseram a instabilidade institucional do País. A soltura de Lula, em novembro de 2019, após o STF declarar inconstitucional a prisão em segunda instância, foi o primeiro sinal de que a operação estava perdendo força.

Esse ato foi um marco da instabilidade jurídica que assola o Brasil. O problema vai além da impunidade percebida; a decisão do STF em 2021, que declarou a vara de Curitiba incompetente para julgar os casos contra Lula e anulou suas condenações, é o símbolo da jurisprudência “zigue-zague” que impede a segurança jurídica e a estabilização do direito no Brasil (Figura 4).



FIGURA 4. Charge de Zé Dassiwa marcando o fim da Lava Jato, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) solta Lula e ao mesmo tempo Bolsonaro afirma que não existia mais corrupção no Governo federal.

Fonte: Dassiwa (2020).

A Lava Jato, que expôs a corrupção estrutural, demonstrou, no fim, a politização do sistema judicial, sendo posteriormente vista por 42% dos brasileiros como encerrada por “pressão de políticos”. Esse sentimento popular reforça a percepção de que a corrupção é o sintoma de instituições fracas e da falha do Estado de Direito em prevenir o abuso de poder: tudo que nós, liberais, sempre tentamos evitar.

A chegada da Covid-19, em 2020, revelou o risco da “cascata de disponibilidade”, um conceito descrito por Daniel Kahneman em que o pânico público resultante de um evento de alta visibilidade conduz a decisões irracionais na alocação de recursos e à imposição de medidas desproporcionais nas políticas públicas.

Essa crise sanitária forneceu a justificativa perfeita para uma expansão autoritária do Estado, que não era estritamente exigida pela emergência. As ações coercitivas do Judiciário e dos governadores, ao forçarem o fechamento de atividades e definirem arbitrariamente o que era “essencial”, demonstraram um apetite autoritário.

Essa intervenção direta funcionou como um ataque à liberdade econômica e à propriedade privada, princípios considerados o principal motor de crescimento. Essa tirania da canetada estatal minou a frágil recuperação econômica e destruiu o capital social e econômico duramente reconstruído pelas reformas pós-irresponsabilidade fiscal e corrupção.

A expansão do poder, disfarçada de emergência, colocou em xeque o princípio da liberdade econômica, elevando o desemprego (que atingiu 14,6% em setembro de 2020). Sob uma perspectiva liberal, o legado da crise é o de uma nação que viu sua tentativa de correção institucional ser minada pela instabilidade do Judiciário e punida pelo controle social e pela intervenção econômica, que usaram a crise sanitária como pretexto.

LEGADOS E LIÇÕES

A década de 2010 se encerrou em meio à incerteza. Começamos com a euforia do crescimento artificial (2010), desmoronamos na crise fiscal e moral causada pelo estatismo

e pela corrupção (2013-2016) e tivemos um breve vislumbre de esperança com a agenda de reformas e a promessa de austeridade (2016-2019). No entanto, essa esperança foi brutalmente confrontada pela fragilização do Estado de Direito (com a soltura de condenados e a politização do Judiciário) e, em seguida, pelo golpe final da pandemia (que serviu de pretexto para o aumento da coerção estatal e a destruição da liberdade econômica).

O Brasil, novamente, viu-se à beira do abismo. A crise não foi apenas econômica ou sanitária; foi, acima de tudo, uma crise de princípios. O País, que lutou para impor limites ao Estado (teto dos gastos), viu o próprio Judiciário e o Executivo regional usarem a crise como cheque em branco para impor restrições sem precedentes e ditar, arbitrariamente, o destino de empresas e indivíduos.

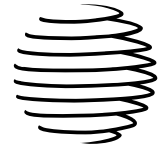
A lição mais dura que a década nos legou é a de que a liberdade é um valor que precisa ser conquistado e defendido em cada geração, em cada batalha. O problema não é se o Brasil tem jeito, mas se nós teremos a coragem para escolher o caminho da liberdade, mesmo quando o medo, a narrativa fácil e a tirania se apresentam como soluções. A pergunta que ecoa ao olharmos para o caos de 2020 é: como reacender a chama da esperança em um país onde a lei parece se curvar aos poderosos e o Estado é o primeiro a violar a liberdade? É possível extrair um futuro próspero do solo árido da desilusão?

2026, ano de eleições, não pode ser apenas o ano da coragem de escolher; será necessária a coragem para recomençar: a coragem de rejeitar a tirania, de exigir a restauração plena do Estado de Direito e de perseverar na construção de um País mais livre, por mais que a desolação do passado insista em nos paralisar. O Brasil tem jeito, mas o futuro exige que tomemos ação hoje contra a tentação da inércia e reafirme, com convicção inabalável, o imperativo da liberdade.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Taxa Selic*. Brasília: BCB, 2020.
- BRASIL. *Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2016.
- BRASIL. *Emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição. Brasília: Senado Federal, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Presidência da República, 2017.
- ARCARY, V. A cooptação de junho de 2013, oito anos depois. *Jacobina*, 2021.
- DASSILVA, Z. Charge do Zé Dassilva: descanse em paz, Lava-Jato. *NSC Total*, out. 2020.
- SCARDOELLI, A. Representação de Lula contra Dallagnol é arquivada. *Oeste*, ago. 2020.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.



LAURA DAL BEN OLIVA

*Graduanda em Psicologia pela
Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS).
Associada do Instituto de
Estudos Empresariais (IEE)*

A ERA DAS NARRATIVAS: QUANDO O ESPETÁCULO VENCEU A RAZÃO

Os grupos nunca ansiaram pela verdade. Exigem ilusões e não podem passar sem elas. Constantemente dão ao que é irreal precedência sobre o real; são quase tão intensamente influenciados pelo que é falso quanto pelo que é verdadeiro. Possuem tendência evidente a não distinguir entre as duas coisas (Freud, 1996, p. 91).

Os grupos, com sua disposição natural à irracionalidade, curvam-se às palavras que lhes tocam os corações, não a razão. As massas são fortemente movidas a estímulos intensos e desinteressam-se pelo que é excessivamente lógico e factual. Um discurso convicto que busca fundamento na moralidade se sobressai em relação ao que busca isso na lógica, pois as pessoas não se comovem com a coerência e a eficiência, mas com aquilo que lhes parece moralmente certo aos sentimentos. O brasileiro, ainda mais do que os outros povos do mundo, tem um espírito emocionado e porta-se como verdadeiro ser do coração nos assuntos públicos, com relações sociais baseadas na afetividade, e não na racionalidade institucional e impessoal que uma democracia liberal exige. Disse Sérgio Buarque de Holanda (2014, p. 71) que o povo brasileiro dispõe de “uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras”.

O contexto internacional, para intensificar ainda mais esse traço, vive um momento em que as narrativas se tornaram o principal instrumento de disputa de poder, em uma era hiperconectada e marcada pelo excesso de informação, em que a política cultural se sobressai à institucional. Nesse momento, na mesma medida que as nossas vidas adquiriram um caráter performático e voltado à exibição, a política tornou-se um espaço de muita retórica e pouca verdade, em que os discursos são forjados para atingir as pessoas em sua dimensão emocional e instintiva. Nesse contexto, destacar-se exige um processo de empobrecimento dos discursos, que perdem rigor lógico e conceitual e passam a ignorar fatos. A maior preocupação é performar uma atuação chamativa, pomposa e emocionante, com *slogans* e imagens esteticamente produzidas para comover.

Mario Vargas Llosa (2013), em *A civilização do espetáculo*, faz uma radiografia da cultura do nosso tempo, a qual se limita a divertir, dar prazer e promover uma fuga da vida real, sem exigir do público o mínimo de referenciais culturais, esforço de imaginação ou operações de memória, associação e crítica. O autor pontua que nesse momento, “no compasso da cultura reinante, a política foi substituindo cada vez mais ideias, debate intelectual e programas, por mera publicidade e aparências” (Vargas Llosa, 2013, p. 118).

O desenvolvimento tecnológico possibilitou a descentralização do monopólio da informação de massa por parte do Estado e dos grandes canais midiáticos. Agora todos nós podemos ser veículos de informação, podendo documentar fatos, proferir

discursos emocionados e ser pseudoespecialistas em segmentos diversos. Não existe um compromisso mínimo com a verdade: os especialistas em opinião escolhem a versão que mais lhes convém, ignorando fatos e propagando certezas morais absolutas. Fato e opinião interpelam-se e tornam-se indistintos, confundindo-nos quanto ao que é real e ao que não é. Quase tudo é aprendido por meio de narrativas opinativas, em vez de fatos fundamentados, e existe uma preguiça generalizada de buscar informações e criar opinião por conta própria. As pessoas abrem o *feed* esperando ansiosamente que alguma opinião apareça para que elas possam incorporá-la passivamente em seus repertórios.

Lidar com o diferente tornou-se ainda mais intolerável, já que agora temos a possibilidade de cultivar um isolamento virtual – as tecnologias favorecem a formação de bolhas algorítmicas, onde reina a lei da opinião. A cultura das redes foi transposta para o mundo real, pois não existe mais possibilidade de um debate público de qualidade e de tolerância da diferença.

Mas engana-se quem acredita que as mídias sociais são as causas dessa dificuldade em tolerar a discordância. Afinal, ferramentas dificilmente podem ser culpadas pelas más escolhas dos usuários que as empunham. Somos nós, afinal, que parecemos menos adeptos a conviver com o diferente. E essa aparente incapacidade de aceitar que não há seguros contra as ideias que nós não desejamos e que talvez venhamos a ouvir (mesmo que por acaso), nos parece, deve ser colocada no centro do debate (Torres, 2022, p. 11).

As disposições e as fantasias primitivas que já jaziam em nós, como a busca por uma figura para depositarmos nosso ódio coletivo ou para idolatramos como um pai, um profeta, um herói, assim como o desejo voraz de se fixar em uma ideologia e de pertencer a um grupo, agora encontram via mais fácil de se realizarem.

Fica claro que os discursos não apenas narram o mundo, como também o fabricam. Temos que estar cada vez mais atentos a eles, para não cairmos em suas ciladas.

CONTEXTO GERAL

O quinquênio de que estamos tratando agora é marcado por uma cicatriz: o trauma da pandemia. A digitalização forçada deu início a essa época, conferindo um caráter novo às relações humanas, agora baseadas na conectividade digital. O dia a dia transformou-se em trabalho remoto, ensino *on-line* e comunicação virtual, e as pessoas precisaram buscar, mais do que nunca, amparo e sustentação simbólica no coletivo, usando as tecnologias para tal. O ambiente digital reforçou a bolha algorítmica e a polarização discursiva, instituindo-se como principal palco de lutas narrativas.

Atualmente, nos vemos submersos em perspectivas predeterminadas. As pessoas querem ser mais felizes e mais livres, porém não aceitam quem pensa diferente. A guerra de narrativas, a padronização e polarização dos pensamentos são sintomas de uma sociedade dividida em “nós contra eles”, em que nos tornamos intolerantes. Nossa cultura está ameaçada pela falta de pluralidade, e muitas instituições de

ensino simplesmente se tornaram propagadoras de uma ideologia única. Como podemos mudar esse cenário? A cultura permeia o íntimo dos indivíduos. Portanto, é preciso fazer essa crítica e, não suficiente, espalhar os questionamentos para que as pessoas, os jovens, os estudantes percebam que o pensamento não está preso a uma doutrina. Ele é livre (Ritter, 2024, p. 8).

Na sequência, com a progressiva contenção do vírus, os efeitos econômicos da pandemia foram revelando sua extensão, com a alta inflação, o aumento da taxa de juros e um déficit fiscal crescente. Em meio à crise econômica global, a cultura travava outra guerra: a da linguagem. É impossível falar desse período sem abordar um de seus elementos fundamentais: a guerra cultural.

A história do Ocidente vem sendo marcada por uma guerra contra si mesmo, em um processo de autodestruição cultural conduzido por suas próprias elites intelectuais, midiáticas e políticas. Em *A guerra contra o Ocidente*, Douglas Murray (2023) escreve que a autocrítica ocidental se degenerou em autodepreciação, levando os ocidentais, que antes valorizavam a liberdade, a ciência e os direitos individuais, a reinterpretarem sua história sob a lente do pecado original do racismo, do colonialismo e do patriarcado. Assim, o Ocidente vem em um processo de difamação de sua história, destruição de seus símbolos e deslegitimação de sua cultura.

Por trás disso está um embate entre dois movimentos culturais: o modernismo e o pós-modernismo. O primeiro, situado ao longo do século XX, tem como valores o objetivismo, o individualismo e o capitalismo liberal, acreditando na razão e na busca da verdade. Já o segundo, do fim do mesmo século, valoriza o subjetivismo social, o coletivismo e o socialismo, defendendo a desconstrução da razão e da verdade e o apagamento do legado ocidental. A razão e a liberdade, valores fundamentais do Ocidente, são vistos como culpados pela opressão e pela colonização. Assim, o progressismo busca aniquilar os elementos sob os quais a modernidade ocidental se sustentou, em uma operação que acaba com a possibilidade de conciliação política.

A ideologia *woke* é um dos sintomas desse momento e parte do princípio de que toda estrutura social é permeada por relações de poder e dominação, cabendo, portanto, “desconstruí-las”. Em seu desenvolvimento recente, tende a reinterpretar todos os aspectos da vida social à luz de identidades e opressões, substituindo o debate racional por uma moral de “vigilância e pureza”. Tornou-se uma deriva autoritária e moralista, marcada por excesso de politização da linguagem, censura e vitimização identitária, ou seja, uma tentativa de impor valores ideológicos sob o pretexto de justiça social. A chamada cultura do cancelamento é o mecanismo de perpetuação da ideologia *woke*, transformando a intolerância em virtude: uma punição travestida de justiça social contra quem ousa discordar da cartilha cada vez mais extensa do politicamente correto.

Os grandes conglomerados de mídia e as principais empresas de tecnologia passaram a atuar de forma ativa na iniciativa de marginalizar alguns tipos de opiniões e versões que não consideram saudáveis para a sociedade. Em que ponto os avanços da comunicação digital pararam de auxiliar na disseminação da informação e tornaram-se uma ferramenta na busca da homogeneização do discurso público? Em que momento da história nos tornamos tão dogmáticos ao ponto de não podermos

falar o que pensamos por medo de ofender alguém? E o que aconteceu com a parcela da população que passou até mesmo a fazer uma defesa entusiasmada da censura? A “cultura do cancelamento” com a qual convivemos hoje é justamente isto: patrulhar o posicionamento de terceiros, tornando tão danoso discordar que todos passam a pensar igual ou até mesmo ter medo de externar qualquer divergência da opinião dominante (Tavares, 2021, p. 10).

Esse contexto matou o espaço de debate, pois a suposta incompatibilidade existencial entre progressistas e não progressistas tornou quase impossível trocas razoáveis entre os dois lados. Para o debate existir, o sujeito só aceita um adversário que fale a partir do seu mesmo código moral, senão ele é automaticamente desqualificado como “fascista” ou “extremista” e destituído de sua humanidade. Isso oferece ao sujeito o conforto de não ter suas convicções questionadas nem precisar encarar as inconsistências das próprias premissas.

Também revela outro importante aspecto da nossa época: a fragilidade moral, entendida pelo psicólogo social estadunidense Jonathan Haidt (2018) como uma tendência de reagir a ideias desafiadoras como se fossem ameaças morais, enfraquecendo a capacidade de suportar o conflito ético. Essa fragilidade é sustentada pela valorização excessiva de ofensas subjetivas, pela interpretação emocional como verdade e por uma visão de que a sociedade está dividida entre bons e maus. Nesse contexto, o debate é substituído pela censura e pelo vitimismo, e o diálogo não é mais sobre visões políticas, mas sim sobre valores morais.

A crítica à razão produziu esse mundo de valores intangíveis, demasiadamente subjetivos, mutantes e sem referenciais, que parecem se basear em uma escala de vitimização humana. O homem deixa de ser exaltado por sua potência, sua razão e sua força. Ademais, a desconstrução da razão abre brecha para que as pessoas desconfiem de sua própria capacidade de pensar e construir ideias autorais, passando a crer na necessidade de um Estado robusto que faça isso por elas.

LINHA DO TEMPO

Pandemia

No Brasil, a pandemia reativou uma disputa simbólica em torno da ciência: de um lado, a direita, associada à figura do então presidente Jair Bolsonaro, apelidado de “coveiro” e acusado de negar evidências científicas; de outro, a esquerda, que se apresentou como defensora do Sistema Único de Saúde (SUS) e da razão técnica. Nessa polarização, a esquerda consolidou para si o papel de guardião da verdade científica, mas essa posição é, em grande medida, uma operação discursiva. A ciência pode ser mobilizada por diferentes projetos de poder: pela esquerda, como instrumento de promoção do bem-estar coletivo, ou pela direita, como vetor de progresso tecnológico e crescimento econômico. Entretanto, a própria natureza da ciência contradiz essa tentativa de apropriação ideológica, pois seu método não se baseia em certezas, mas em constante verificação e debate.

Nem na Ciência (palavra tão propagada, mas pouco compreendida nestes tempos de pandemia), em que uma pesquisa só se torna conhecimento científico após sobreviver a inúmeras tentativas iterativas de falseabilidade pelos demais pares do pesquisador, em um verdadeiro “mercado de ideias” que premia aquelas ideias que convencem mais pessoas de sua assertividade – ou que não consegue ser derrubada por outros (Torres, 2022, p. 11).

Movimento Black Lives Matter – a virada cultural no Ocidente

A morte de George Floyd, em 2020, nos Estados Unidos, desencadeou uma onda global de protestos antirracistas e inaugurou a nova forma de militância identitária que marcaria os anos seguintes. O movimento por justiça racial rapidamente foi capturado pelos discursos e se tornou símbolo da cultura *woke*, tornando-se ferramenta de moralismo e censura.

Com o passar do tempo, cada vez mais categorias de existência são capturadas (ou criadas) pela cultura *woke* para entrarem nesse grande caldeirão de oprimidos. O curso comum desse processo começa nas universidades, que criam alguma teoria palavrosa, confusa e pretensiosa, sem fazer nenhuma referência à realidade. Depois, os movimentos sociais simplificam a teoria e criam derivações populares a partir dela. Assim, essa verdade artificialmente produzida por uma elite torna-se uma lei universal inquestionável. Não é por acaso que, historicamente, os grandes intelectuais mantêm estreita amizade com os detentores do poder: enquanto estes necessitam de quem legitime o aparato estatal, aqueles buscam sustento diante da imprevisível concorrência do livre mercado. E o povo, por sua vez, recorre aos intelectuais para que lhes digam o que pensar. A ideologia *woke* emerge no meio acadêmico como uma ferramenta conveniente, pois sua implementação depende justamente de um Estado robusto – uma aliança de conveniência entre poder político e intelectual.

Em *The madness of crowds: gender, race and identity*, Douglas Murray (2019) esmiúça o novo moralismo ocidental, centrado em questões de gênero, sexualidade, raça e identidade. Segundo ele, o objetivo inicial de corrigir injustiças históricas foi substituído por uma busca de poder moral e social sobre os outros. Assim, minorias e movimentos sociais legítimos foram apropriados como ferramentas ideológicas e perderam o rumo ao se tornarem intolerantes e punitivos. Na prática, representam um desfavor às causas que defendem, já que limitam esse debate importante aos progressistas.

Sendo assim, ao pregar pela censura de ideias consideradas “ofensivas”, o politicamente correto nada mais é do que uma ferramenta criada para intimidar e restringir a liberdade de expressão dos indivíduos. Ao proibir a livre manifestação de ideias a respeito de assuntos sensíveis, o politicamente correto acaba tornando a sociedade ignorante acerca das facetas desses temas com o único objetivo de padronizar e homogeneizar as ideias dos indivíduos, fazendo-os pensar e agir sempre de modo uniforme (Tavares, 2021, p. 10).

No Estado democrático liberal, os indivíduos têm liberdade para viver conforme suas escolhas e são iguais perante a lei. No entanto, para o movimento identitário contemporâneo, essa liberdade não basta. A questão deixa de ser o direito de viver como se deseja e passa a ser a imposição de uma verdade única, sustentada por um novo código moral e linguístico que busca moldar a todos. Assim, a crítica dirige-se não às minorias em si, mas à instrumentalização ideológica de pautas de gênero, raça e sexualidade como ferramentas de controle cultural.

A guerra de Israel e Palestina

O conflito entre Israel e Palestina é um dos episódios internacionais que mais retratam o que viemos discutindo até então. Em outubro de 2023, o ataque do Hamas a Israel e a resposta militar do Estado israelense reacenderam um dos conflitos mais longos da história. Nesse contexto, Israel foi rapidamente capturado pelo discurso da esquerda intelectual, que reduziu essa guerra de intrincada natureza histórica, étnica e religiosa aos típicos jargões esvaziados do progressismo, modelos prontos aplicáveis a tudo quanto existe, sintetizados na frase “o Estado de Israel é um projeto colonial e imperialista ocidental no Oriente Médio, calcado na islamofobia”. O povo judeu é historicamente perseguido e alvo de preconceito, mas a proteção progressista restringe-se aos seus próprios critérios subjetivos do que define um povo oprimido.

No livro *A indústria de mentiras*, Ben-Dror Yemini (2020), jornalista israelense, defende que criticar Israel é legítimo, mas o que ocorre atualmente é um sistema difuso de viés ideológico, desinformação seletiva e moralidade distorcida, promovido por meios de comunicação, intelectuais e ativistas internacionais para deslegitimar a existência do Estado de Israel. Nesse contexto, Israel é julgado por padrões morais completamente distintos dos aplicados a qualquer outro Estado: o único Estado democrático do Oriente Médio é tratado como pária, enquanto ditaduras árabes e teocracias islâmicas, que reprimem brutalmente minorias e opositores, recebem apoio internacional. Essa operação revela mais um elemento da referida guerra cultural, já que o foco recai exclusivamente nos pecados do Ocidente. O autor israelense aponta três causas para a deslegitimação de Israel: a culpa ocidental pelo colonialismo, o antissemitismo disfarçado de discurso humanitário e o interesse de líderes árabes em manter um inimigo comum.

Essas narrativas intelectualmente pretensiosas, que não passam de jogos de palavras, estão legitimando grupos terroristas que mencionam abertamente o desejo de extinguir a população judia da face da Terra.

A crise das instituições democráticas brasileiras

“Existe hoje uma difundida tendência de argumentar que a democracia só pode ser difundida por métodos totalitários” (Orwell, 2021, p. 44).

O Supremo Tribunal Federal (STF) deixou de ser guardião da Constituição para tornar-se seu intérprete absoluto e, muitas vezes, seu violador. Sob o argumento de proteger a democracia, vem interferindo nas competências dos outros poderes, agindo como legislador positivo, criando regras sem base legal, tomando decisões monocráticas sobre temas de impacto nacional e perseguindo opositores políticos. Essa postura representa a imposição de uma vontade política disfarçada de decisão técnica, relativizando o Estado de Direito.

Tudo começou em março de 2019, quando o então presidente do STF, Dias Toffoli, abriu um inquérito para apurar ameaças e *fake news* contra a Corte. Em tese, o STF não poderia abrir um inquérito sem ser solicitado pela Polícia Federal (PF) ou pela Procuradoria-Geral da República (PGR), mas a sua abertura foi justificada pela reinterpretção do artigo 43 do Regimento Interno do STF, que diz: “Ocorrendo infração à lei penal na sede ou dependência do Tribunal, o Presidente instaurará inquérito, se envolver autoridade ou pessoa sujeita à sua jurisdição, ou delegará esta atribuição a outro Ministro” (Brasil, 1980, art. 43).

O ministro Luís Roberto Barroso defendeu sua legalidade, ampliando o conceito de “na sede ou dependência do Tribunal” para incluir ofensas virtuais. Assim, o Supremo passou a agir como vítima, investigador e juiz ao mesmo tempo, quebrando o princípio da imparcialidade e abrindo precedente para uma série de perseguições políticas.

Falar não é agir, mas no Brasil a fronteira entre palavra e crime foi dissolvida. É muito subjetivo e arbitrário definir o que é crime com base na palavra – ela pode ser interpretada de diversas formas, dependendo do interesse do interlocutor. Prisões por manifestações de opinião criaram um precedente perigoso: ao manipular o sentido da lei para punir opositores, abriu-se caminho para que o próprio direito se converta em instrumento de perseguição política.

O STF é guardião da Constituição, não seu autor. Quando interpreta de modo expansivo, transforma o Direito em instrumento de vontade política. Essa tendência se reflete nas próprias falas de seus integrantes: o ministro Luís Roberto Barroso, por exemplo, declarou que a Corte deve ter, por vezes, um papel “iluminista”, promovendo avanços sociais mesmo contra o sentimento majoritário, como no caso da união homoafetiva. Além disso, já afirmou que desejava deixar como legado “a total recivilização do país” (Barroso *apud* Feitosa, 2024) e que “nós derrotamos o bolsonarismo para permitir a democracia e a manifestação livre de todas as pessoas” (Barroso *apud* Arantes; Mendes; Rosa, 2023). Essas falas sugerem uma visão messiânica do papel do Judiciário, que se arroga o direito de conduzir o País na direção “certa”, papel que a Constituição jamais lhe conferiu, e de domesticar o País para ser igual a eles, em uma operação pretensiosa e autoritária.

Esse episódio revelou uma nação incapaz de transcender a polarização discursiva para defender o próprio Estado de Direito. É inconciliável celebrar a atuação do STF e, ao mesmo tempo, dizer-se defensor da democracia diante de tantas evidências de inconstitucionalidade. A menos, claro, que essa “democracia” seja aquela que serve a uma minoria – a democracia dos sábios iluminados, que decidem o que pode ou não ser dito, lido e pensado. O poder narrativo foi tão bem conduzido que transformou abuso em virtude e censura em proteção, e o STF saiu como herói da democracia brasileira.

Muitos aplaudem a violação das garantias constitucionais, desde que elas atinjam o adversário; permitimos que a justiça deixasse de ser um princípio e se tornasse um instrumento de vingança política. É difícil, para ambos os lados do espectro político, colocar a defesa do Estado de Direito acima das próprias opiniões e interesses, mas esse é o nosso dever: se esse princípio é violado, não resta garantia a ninguém.

A principal lição desse percurso pela atualidade é que, se quisermos formar opiniões por conta própria e próximas da verdade, devemos buscar os fatos em vez das narrativas. O grande desafio do nosso tempo é não cair nas armadilhas dos discursos, e, para isso, é preciso investigar suas origens e compreendê-los a fundo.

A VOZ DO FÓRUM

No ano de 2025, durante o painel intitulado “Sob vigilância: a batalha pela liberdade de expressão”, André Marsiglia (2025), advogado conhecido pelo inquérito das *fake news*, proclamou, em uma crítica veemente à atuação do STF:

Para que serve a liberdade? A liberdade serve para a gente chegar em um conceito de democracia e ficar preservando esse conceito? Ou a liberdade serve justamente para a gente questionar, para a gente buscar, para a gente alcançar e depois jogar fora o que a gente alcançou, para a gente permanentemente questionar o que é democracia?

No Fórum de 2024, no painel “O poder da mordaza”, Gustavo Maultasch, doutor e diplomata, trouxe que o ímpeto da censura sempre existiu, porque é o caminho mais fácil. Apenas mudam os argumentos de tempos em tempos, que hoje são a defesa das minorias, da democracia, das instituições e da ciência. Ele diz que a moralidade foi pervertida, porque não mais julgamos os atos de uma pessoa, mas sim o seu marcador social – gênero, raça, sexualidade e classe –, que define se o sujeito está correto ou não em determinada circunstância.

No mesmo painel, Marcel van Hattem argumenta que a primeira vítima da censura nunca vai ser a mentira, mas sim a verdade, porque a censura serve para manter o *status quo*, evitando que novas ideias surjam e se saírem vitoriosas. Ele também defende que o Estado pode ser criticado – com justiça ou injustiça, de forma educada ou maledicente –, mas jamais deve vigiar o cidadão; é o cidadão quem deve vigiar o governo, que, por sua vez, deve prestar contas permanentemente à sociedade.

Em 2022, no painel “Separando fato de opinião”, Francisco Bosco, filósofo, escritor e letrista brasileiro, mencionando *O futuro de uma ilusão*, de Freud, diz que a identificação grupal produz compensações narcísicas, pois no grupo as opiniões tendem a ser compartilhadas, bastando reproduzi-las para ser reconhecido e estimado dentro do grupo. Isso faz com que as pessoas estejam menos comprometidas em fazer uma interpretação honesta da realidade (baseada em argumentos, conflito de perspectivas e em evidências) do que em reproduzir determinado código de um grupo.

No mesmo painel, Johan Norberg, autor, conferencista e documentarista sueco, enfatiza a importância do debate. Precisamos estar abertos às novas ideias e ao conflito

de duas mentes, porque é a partir dessa faísca que a humanidade evolui. Para isso, precisamos parar de cair na tentação de apenas buscar viés de confirmação, procurando ouvir nossos adversários – os especialistas em apontar nossos erros –, porque eles nos fazem ampliar nossa visão, entender melhor o mundo e revisar a consistência de nossas premissas. “Se você silenciar alguém, você perde uma nova perspectiva de mundo que jamais poderá ser substituída.” Para ele, atualmente tanto a esquerda *woke* quanto a direita nacionalista buscam uma purificação da cultura, na tentativa de excluir ideias divergentes.

Ainda em 2022, Stephen Hicks, professor de filosofia, no painel “Guerras culturais são a Nova Guerra Fria?”, defendeu que apenas o retorno à razão, à lógica e à evidência pode encerrar a guerra cultural. No mesmo evento, no painel “Há limites para a liberdade de expressão?”, Marize Schons lembrou que o liberalismo se baseia na existência e na cognoscibilidade da verdade pela razão – princípio hoje substituído pela ideia marxista de que toda percepção é mediada por ideologia, o que transforma a liberdade de expressão em instrumento político.

LEGADOS E LIÇÕES

O quinquênio chegou ao fim, e o que ele nos ensinou?

Primeiro erro: o fim do debate racional.

Parece que estamos respirando um ar viciado e vivendo um congelamento cansativo do debate, que não evolui. Precisamos resgatar o debate e reaprender a viver em desacordo, porque é na discordância que construímos uma sociedade que avança. Para isso, precisamos voltar a falar na linguagem da razão, a única que permite trocas produtivas, e abandonar o desamparo criado pela desconstrução da verdade. Para sobreviver, precisamos de “doses hiperbólicas de realidade, de mundo tangível, objetivo, sem gracejos linguísticos, sem artificios hermenêuticos pensados para projetá-lo para além de si mesmo” (Xavier, 2022, p. 11).

Segundo erro: a fragmentação da oposição.

Enquanto o movimento progressista é unido e robusto, sua oposição é fragmentada e desarticulada, sendo difícil até de nomeá-la. E um movimento desarticulado é facilmente golpeado e enfraquecido. André Marsiglia diz que a razão dessa conjuntura

É a existência de uma elite intelectual e econômica de direita que olha para o povo, representado por uma direita popular bolsonarista e evangélica com nojo estético. Com o mesmo nojo estético, aliás, com que as elites de esquerda enxergam os bolsonaristas e os alcunham de extremistas – talvez no extremo do extremo esteja, de fato, o povo... (Marsiglia, 2025).

Então, como conciliar uma oposição tão distinta? Essa é a grande questão para próximos anos. De um lado, há o liberal que zela pela democracia, pelo Estado de Direito e pelas liberdades individuais; de outro, o nacionalista conservador, que acredita na imposição de sua verdade. Entre eles, porém, existe um ponto em comum: a revolta

contra a ditadura de ideias progressistas. A democracia liberal não é perfeita, mas ainda não há modelo menos tirânico do que ela.

Os coletivistas têm um perfil projetivo e encontram sua razão existencial na luta coletiva; dedicam-se a mobilizar massas por meio da emoção e provocar mudanças sociais. Já os liberais, voltados à busca da própria felicidade e bem-estar, acabaram deixando os espaços públicos serem tomados pela oposição – o que resultou no progressivo cerceamento das liberdades individuais e na dominação cultural.

Terceiro erro: o patrimonialismo.

Em 1936, Sérgio Buarque de Holanda escreveu:

A política no Brasil ainda pode ser descrita como tomada pelo funcionário patrimonial, para o qual “a pura gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático [...]. A escolha dos homens que irão exercer as funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias (Holanda, 2014, p. 175).

O Brasil parece estar enfrentando os mesmos velhos problemas constitutivos de sua identidade. E me parece que “a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade” (Holanda, 2014, p. 212).

Primeiro acerto: o início de um amadurecimento político?

Esse quinquênio também nos trouxe lampejos de esperança. A história da humanidade é feita da alternância entre doses do poder da sociedade e do poder do Estado, mas, se acreditamos na razão humana e na verdade, podemos ser otimistas acerca de que um dia atingiremos a liberdade. Por enquanto, nos contentamos com o fato de que a democracia não visa nossa felicidade, visa o desejo da maioria – de nada adianta a imposição de ideias se os traços mais profundos da nossa identidade continuam intocados. Por isso, a população deve ganhar maturidade política vivendo os resultados de suas escolhas erradas.

Sobre as conquistas liberais que fizemos durante nossa história, “não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena” (Holanda, 2014, p. 192). Para isso, precisamos lutar por princípios, e não por personalismos ou narrativas, e parece que, pouco a pouco, estamos nos encaminhando para isso. A ascensão de novos candidatos verdadeiramente comprometidos com as ideias de liberdade, responsabilidade individual e limitação do poder estatal revela que os valores liberais começam, enfim, a se enraizar no tecido político brasileiro e a encontrar espaço real dentro das instituições.

Segundo acerto: a emergência de novos governos.

Nesse vaivém, os acertos podem se instituir como cultura. Nesse quinquênio, nossa vizinha Argentina elegeu Javier Milei, o primeiro presidente abertamente liberal do

mundo, enquanto os Estados Unidos reelegeram Donald Trump. O surgimento de duas lideranças tão emblemáticas sinaliza não apenas uma reação, mas também um esgotamento diante da onda progressista que vinha dominando as urnas nas Américas nos últimos anos.

Terceiro acerto: a coragem de pensar fora das narrativas.

Outra lição de Buarque de Holanda é que “os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram sempre de cima para baixo” (Holanda, 2014, p. 192). Por anos, assistimos bestializados à vida política que se dá longe de nós. Mas o povo parece estar começando a mobilizar-se, do seu modo desajeitado e prematuro, criando coragem para ser politicamente incorreto e transgredir a norma hegemônica. Os princípios liberais não nascem do poder, mas emanam de um povo revoltado com o governo – um povo que, ao abandonar a passividade e o descaso pela vida pública, descobre na participação ativa a verdadeira essência da liberdade.

TRANSIÇÃO

Os princípios liberais são mais do que uma ideologia política – são um modo de existir no mundo. Celebram a vida, a razão, a potência humana e a busca pela felicidade, e repudiam a submissão, a tirania e a imposição da verdade de outro. Antes de tudo, é preciso nos autorizarmos a viver como homens livres, para então ter coragem de enfrentar uma realidade que tende a apagar o indivíduo cada vez mais. Buscar a verdade e escapar à norma exige coragem, pois é mais cômodo seguir o rebanho do que desafiá-lo – mas lembremos: o rebanho, quando confrontado, sucumbe, porque suas premissas são irracionais.

As pessoas buscam narrativas ilusórias que anestesiam a dor e alimentam suas neuroses. Ainda assim, se acreditamos que a verdade existe e confiamos na razão humana, podemos ter esperança de que um dia a humanidade será, de fato, livre. O intelecto pode pouco contra as pulsões inconscientes, mas a sua voz não descansa enquanto não for ouvida, como nos ensinou Freud (1974). Portanto, a mudança começa em cada um de nós, nas formas que cada um encontra de construir um mundo melhor para si mesmo. E nesse individualismo, encontramos o bem comum.

Talvez o primeiro passo seja este: encarar a realidade sem disfarces, com a razão desperta e o espírito disposto a reconhecer o que somos, o que nos tornamos e o que ainda podemos ser.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, L.; MENDES, L.; ROSA, J. “Nós derrotamos o bolsonarismo”, diz Barroso em evento da UNE. *CNN*, jul. 2023.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 1980.
- FEITOSA, D. F. Barroso defende recivilização do país e fim de inquéritos capitaneados por Moraes. *Valor Econômico*, set. 2024.

- FREUD, S. O futuro de uma ilusão. In: FREUD, S. *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 21.
- FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. In: FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 18.
- HADIT, J. LUKIANOFF, G.; *The coddling of the american mind: how good intentions and bad ideas are setting up a generation for failure*. New York: Penguin, 2018.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MARSIGLIA, A. A direita que odeia a direita. *Poder 360*, set. 2025.
- MURRAY, D. *A guerra contra o Ocidente*. São Paulo: Record, 2023.
- MURRAY, D. *The madness of crowds: gender, race and identity*. London: Bloomsbury Continuum, 2019.
- ORWELL, G. *A prevenção da literatura*. In: ORWELL, G. *O que é fascismo e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- RITTER, F. Prefácio. In: FERNANDES, G.; GONZALEZ, M. R. C. (org.). *Admirável mundo livre?* 28. ed. Porto Alegre: AGE, 2024.
- TAVARES, J. Prefácio. In: NARLOCH, L. et al. *Limita ou liberta?* Porto Alegre: AGE, 2021.
- TORRES, G. Prefácio. In: DAL MAGRO, P.; ABREU, R. S. (coord.). *Você é livre para discordar?* Porto Alegre: AGE, 2022.
- VARGAS LLOSA, M. *A civilização do espetáculo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- XAVIER, D. G. Prefácio. In: RAND, A. *A virtude do egoísmo*. São Paulo: LVM, 2022.
- YEMINI, B.-D. *A indústria de mentiras: a mídia, a academia e o conflito árabe-israelense*. São Paulo: É Realizações, 2020.

BRASIL 2026: ENTRE O PASSADO QUE ENSINA E O FUTURO QUE INSPIRA

Se o passado que ensina nos ajuda a entender como chegamos até aqui, 2026 nos obriga a responder à pergunta que realmente importa: a partir de agora, o que faremos com as lições que acumulamos? Esta seção marca a passagem entre a revisita histórica e o coração propositivo do livro. Ela parte do reconhecimento de que os dilemas do presente raramente são inéditos – eles retornam com novas linguagens, novos atores e novas urgências – e de que, sem diagnóstico honesto, toda proposta vira desejo; sem propostas viáveis, todo diagnóstico vira lamento.

Por isso, esta seção foi estruturada para conduzir o leitor do concreto ao estratégico. Começamos com um *quiz-checklist*, um convite direto à autoavaliação: uma forma simples de mapear percepções, identificar prioridades e orientar a leitura dos temas. Em seguida, apresentamos um diagnóstico do Brasil em 2026, que organiza o cenário e explicita os principais nós que condicionam decisões públicas e privadas.

A partir daí, entramos nas trilhas temáticas, divididas em quatro eixos: Estado e liberdade econômica; Capital humano e bem-estar; Inovação e abertura econômica; Infraestrutura e meio ambiente. Cada eixo se abre com uma introdução curta e é aprofundado por artigos que conectam evidência, comparações e caminhos de ação, sempre com foco em soluções liberais práticas.

Ao fim, a síntese amarra as perguntas iniciais às respostas propostas e prepara o leitor para o próximo salto: o olhar para 2056. Essa ponte é deliberada. Se revisitar 30 anos nos dá perspectiva, imaginar as próximas três décadas nos dá responsabilidade – para que as escolhas de 2026 sejam julgadas, no futuro, como o início de um país que decidiu acertar.

TESTE RÁPIDO: COMO VOCÊ VÊ O BRASIL EM 2026?

Antes de seguir para os artigos, convidamos você a fazer este teste rápido. As perguntas a seguir são simples, mas apontam para questões bem reais do Brasil de 2026. Ao fim, seu resultado ajuda a identificar quais temas exigem mais atenção e quais textos desta seção podem ser um melhor ponto de partida para a leitura.

CATEGORIA	SIM	NÃO
ESTADO E LIBERDADE ECONÔMICA		
Você sente que as regras mudam tanto que fica difícil planejar a vida ou um negócio no Brasil?		
Você acha que paga imposto demais para o que recebe em troca?		
Você sente que o Brasil vive de promessas de soluções fáceis e depois paga o preço?		
CAPITAL HUMANO E BEM-ESTAR		
Você está insatisfeito com o sistema educacional brasileiro?		
Você acha que a escola no Brasil não prepara de verdade para a vida e para o trabalho?		
Você se sente inseguro no dia a dia - na rua, no transporte ou no seu bairro?		
INOVAÇÃO E ABERTURA ECONÔMICA		
Você acha que empreender no Brasil é mais um teste de paciência do que um caminho incentivado?		
Você tem a impressão de que a falta de concorrência faz você pagar mais caro por produtos e serviços?		
Você acha que tecnologia (como carros e eletrônicos) custa caro demais no Brasil?		
INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE		
Você acha que obras e melhorias no Brasil demoram demais e frequentemente viram retrabalho?		
Você sente que energia e transporte pesam demais no bolso do brasileiro?		
Você acha que o País falha em conciliar desenvolvimento e meio ambiente por falta de regras claras e aplicação efetiva?		



Para que esse teste funcione, é simples: em cada pergunta, marque a sua resposta na página ao lado. Depois, some os pontos. Aqui, “SIM” vale 1 ponto (sinal de alerta) e “NÃO” vale 0 ponto (sinal positivo). Ou seja: quanto mais “SIM”, maior a sua percepção de que existem problemas urgentes a enfrentar – e maior a chance de você encontrar respostas relevantes nos artigos desta seção.

Se você preferir, não precisa fazer a conta manualmente. Aponte a câmera do celular para o QR Code e responda as mesmas perguntas na versão *on-line*: ao fim, você receberá automaticamente sua pontuação e uma trilha de leitura sugerida, indicando quais temas e artigos desta seção conversam mais diretamente com as suas respostas.

Agora, siga em frente: esta seção foi escrita para enfrentar, sem atalhos, as inquietações que você acabou de marcar.

Convidamos Gustavo Franco para abrir esta seção.



GUSTAVO FRANCO

É um dos economistas mais influentes do Brasil, com uma trajetória marcada por sua atuação decisiva na formulação e operacionalização do Plano Real. Foi o mais jovem presidente do Banco Central do Brasil no período democrático, cargo que ocupou entre 1993 e 1999, período em que liderou reformas fundamentais para a estabilização da economia e a reestruturação do sistema bancário nacional. Sua excelência técnica foi reconhecida internacionalmente com prêmios como o Central Banker of the Year (1998) e o Prêmio Jabuti (2013).

Atualmente, é sócio fundador da Rio Bravo Investimentos e professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, instituição onde se graduou antes de obter seu PhD pela Universidade de Harvard. Além de sua atuação no mercado financeiro e em diversos conselhos de administração, Gustavo é um prolífico autor com 16 livros publicados, explorando intersecções fascinantes entre a economia e a literatura de mestres como Machado de Assis e Shakespeare. É colunista regular dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo.

JUROS E POPULISMO

Os juros são altos porque as contas fiscais estão fortemente desequilibradas. E isso acontece porque é um governo populista.

Não é complicado.

JUROS E SEUS FUNDAMENTOS

Juro não é tarifa pública.

Não é um preço (taxa) que a Autoridade fixa arbitrariamente, em qualquer número que julgue conveniente. Parece, mas não é.

Tempos atrás, havia um debate semelhante com relação ao câmbio.

No sistema de controles cambiais, que vigorou desde a República Velha, era mesmo o Banco Central (BCB) a definir a taxa. Com a desregulamentação que começou no fim dos anos 1980, o mercado passou a ser o senhor dessa definição.

O BCB passou a atuar, em mercado, comprando e vendendo, de muitas maneiras, mas era preciso obedecer aos “fundamentos”. Rapidamente ficou claro que não era possível, senão efemeramente, desafiar o consenso de mercado, e muita gente não gostava desses consensos.

É parecido com os juros. Muito torcedor, muitas dúvidas fundamentais e poucas certezas.

Uma delas, sublinhe-se, é que os juros não são “um preço administrado”, no sentido acariano definido pelo então ministro Mercadante nos tristes tempos da Nova Matriz, quando justificava o uso dos preços dos derivados de petróleo para o combate à inflação: “Preços administrados são preços administrados. Você administra em função do interesse estratégico da economia”, segundo a fala paradigmática do ministro.

Será que estamos no caminho de juros assim “administrados”?

Tal como se passa com o câmbio, também para os juros há “fundamentos” a obedecer, sendo certo que a Autoridade tem poder de intervir – muito mais nos juros que no câmbio –, mas não de forma ilimitada.

O ideal é deixar o mercado funcionar e trabalhar nos “fundamentos”.

Pois bem, mas quais são exatamente os “fundamentos” dos juros? É oferta e procura do que exatamente? Negociado de que jeito?

É aqui que entra a conversa sobre as contas fiscais e a dívida pública.

O juro alto é um problema fiscal.

Vale repetir, para os que não prestaram atenção: o assunto do juro é de natureza fiscal.

Esta é a grande tese polêmica dos próximos anos. Tanto quanto, em sua época, foi a ideia de que a hiperinflação era uma doença da moeda e não uma epidemia de ganância.

O problema com o juro alto não vai se resolver na base do voluntarismo, ou da coragem política. Será preciso trabalhar nos “fundamentos”. Quem vive acima de seus meios

acaba se endividando, e como o governo não é como qualquer pessoa, seu endividamento compulsivo empurra para cima o custo de se endividar.

Ninguém em Brasília gosta da ideia que o juro alto tem a ver com o fiscal, pois o assunto deixa de ser a vilania do BCB e passa a ser o da irresponsabilidade coletiva resultante de um processo orçamentário torto.

FUNDAMENTOS E POPULISMO

O populismo põe a perder os fundamentos da boa política econômica.

O populismo não é fenômeno novo, mas sempre foi difícil de definir.

Em um livro de 2018 sobre o assunto,¹ Barry Eichengreen teve uma ótima sacada: a definição de populismo lembra a célebre fala do juiz (da Suprema Corte americana) Potter Stewart, em um julgamento sobre a censura de um filme de Louis Malle em 1964. A pergunta era sobre a definição de “obscenidade”, e a resposta foi simples e se tornou um clássico: “reconheço quando eu vejo”.

Em suas expressões recentes, nos Estados Unidos e no Brasil, mas sem exclusividade, o populismo envolve mais ou menos os mesmos elementos: líderes carismáticos espaçosos e midiáticos; contato direto e intensivo com o povo (via redes sociais e sem intermediários); desprezo pelas elites, especialmente os tecnocratas (e também pelas ciências que eles alegam representar); nacionalismo meio caricato; e as políticas públicas que se confundem com campanhas de *marketing* orientadas pelo aplauso.

Nada disso deveria fazer muita diferença, ressalvados os estilos pessoais. A democracia é o império da popularidade, não é? Qual é o problema de o presidente governar como quem dirige um programa de auditório, cercado de áulicos sorridentes e plateias amestradas?

A questão é se esse formato, ou algoritmo, é neutro, ou se a escolha de políticas públicas orientada pelo engajamento e pelas curtidas pode enviesar a substância.

Contado de outra forma, mais analógica: antigamente os tecnocratas formulavam planos econômicos, e a liderança política, quando gostava, chamava um profissional de comunicação para orientar a divulgação. Não era incomum a queixa – do marqueteiro e do chefe – contra as medidas impopulares, como costumam ser os remédios para os problemas econômicos.

Agora a lógica se inverteu: são os marqueteiros que fazem as políticas, que já nascem atendendo aos desejos da liderança. Os técnicos trabalham por encomenda, ou são chamados apenas *a posteriori*, para ajudar na explicação e consertar qualquer coisa que não desceu bem.

Nesse desenho, não há mais medidas impopulares; não tem como dar errado. O equilíbrio fiscal não cabe nesse desenho.

Lembra muito a invenção do congelamento de preços como ferramenta de combate à inflação nos anos 1990: o que pode ser mais direto e intuitivo do que *proibir* os reajustes de preços?

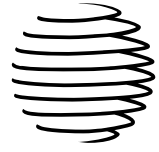
A inflação se torna *ilegal*, certo?

Se acontecer, basta chamar a Polícia. Ou declarar que o supermercado está fechado.

¹ N. de R. *The Populist Temptation: Economic Grievance and Political Reaction in the Modern Era*, publicado pela Oxford University Press.

ESTADO E LIBERDADE ECONÔMICA

A liberdade econômica não é um fim em si mesma: é o meio mais consistente para ampliar oportunidades, reduzir privilégios e permitir que pessoas e empresas planejem o futuro. Quando o Estado é imprevisível, caro e intrusivo, ele desorganiza incentivos, desestimula investimento e transforma energia produtiva em disputa por proteção. Esta subseção parte do diagnóstico de que as grandes travas do Brasil em 2026 passam, em grande medida, por regras confusas, burocracias excessivas e escolhas fiscais que empurram o custo do presente para o futuro. Aqui, os artigos discutem como desenhar limites, simplificar, dar previsibilidade e restaurar o ambiente em que mérito, inovação e trabalho possam prosperar – com responsabilidade e foco em resultados.



NATALIA PLATANIA CHIEZA

*Empresária supermercadista
e Associada do Instituto de
Estudos Empresariais (IEE)*

O BRASIL QUE PESA SOBRE QUEM PRODUZ: ENTRE O CUSTO BRASIL E A ESPERANÇA DE SIMPLIFICAÇÃO E EFICIÊNCIA

CENÁRIO ATUAL

A complexidade tributária brasileira é um assunto que nunca sai de moda no País. Todo empresário convive em sua rotina com o chamado Custo Brasil. O emaranhado de normas tributárias, juntamente com diversas outras dificuldades, como insegurança jurídica, burocracia, falta de capital humano, precária infraestrutura, entre outros, contribui para que o País tenha um ambiente de negócios hostil a todos que querem gerar riquezas.

Segundo o Banco Mundial, no relatório Doing Business de 2019, o Brasil ficou na 109ª posição no *ranking* de facilidade para fazer negócios, quando comparado a 190 nações, ficando atrás de países autoritários e muito próximo de economias com inflação desenfreada (World Bank Group, 2019). Essas circunstâncias, sem nem mesmo entrar em detalhes, já nos sugerem que algo está errado.

Honrar os tributos é um dos 12 fundamentos que o Observatório do Custo Brasil (2025) acredita ser fundamental para promover o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira em longo prazo.

A carga tributária bruta em 2024 foi de 32,32% do produto interno bruto (PIB), o que representa um aumento de 2,06 pontos percentuais do PIB em relação a 2023, como mostra o gráfico na Figura 1.

Nos últimos anos, o Brasil segue alcançando sucessivos recordes de arrecadação. Ao longo de 2024, até o mês de setembro, o Governo brasileiro acumulou uma soma de R\$ 2 trilhões em recolhimento de impostos, segundo a Receita Federal (Brasil, 2025).

A alta carga tributária e a dificuldade de aferir os tributos são partes significativas do complexo ambiente de negócios brasileiro. Esse conjunto de fatores aumenta os custos operacionais e, conseqüentemente, diminui os lucros das empresas. As organizações repassam esses valores a seus preços, o que resulta em aumento do valor de bens e serviços oferecidos aos consumidores.

O grande objetivo de todas as empresas é obter lucro, e, para tanto, é necessária uma alocação eficiente de recursos. A lei da oferta e demanda é o principal sinalizador das necessidades do livre mercado. A empresa que presta o melhor serviço e tem os melhores produtos conquista espaço e gera riquezas (Smith, 1996).

Diferentemente das empresas, a receita do Estado está ligada em grande parte à expropriação monetária, que é cobrada via impostos. Os governantes precisam de recursos

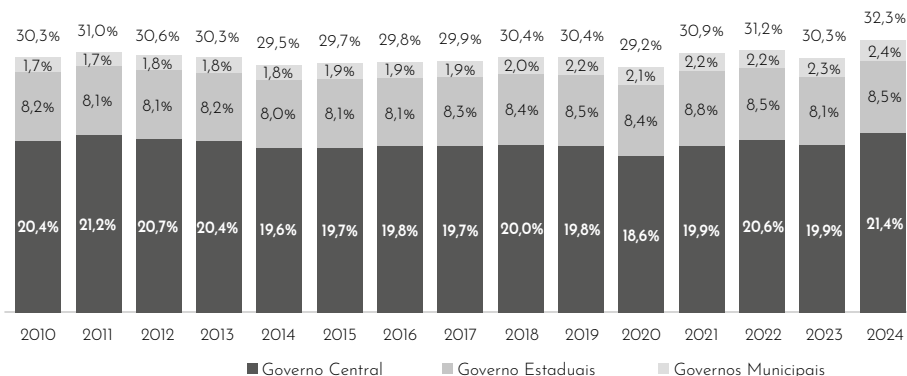


FIGURA 1. Carga tributária bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024.

Dados em: % do PIB.

Fonte: Brasil (2024).

financeiros para se financiar e, para justificar a cobrança dos tributos, prometem entregar à população, em contrapartida, segurança e direitos sociais como saúde e educação.

O governo que promete benefícios em troca dos recursos financeiros entrega inflação e conseqüentemente a diminuição da liberdade dos indivíduos, que passam a ser a cada dia mais dependentes do Estado.

O Brasil, segundo a The Heritage Foundation (2025) – Index of Economic Freedom 2025 –, está classificado como a 117ª economia mais livre dentre as 184 avaliadas no relatório, sendo considerado como em grande parte não livre.

A moeda brasileira perdeu grande parte do valor desde a sua criação, em 1994. Essa perda se dá pela incapacidade da gestão pública. Historicamente, o Brasil é um País com grande extensão territorial, muitas culturas e uma péssima gestão de recursos.

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) de 2023 avaliou sete pontos da gestão municipal brasileira, entre eles, educação, saúde, meio ambiente, planejamento, infraestrutura, gestão fiscal e governança de tecnologia da informação. Nenhum Estado alcançou média maior de 0,50 em um indicador que mede de 0 a 1 (IRB, 2023).

Não existe punição para o Estado ineficiente, pelo contrário, quem sofre com essa insuficiência são os próprios contribuintes, já que o governo tem em mãos o poder de aumentar impostos e criar alternativas para se autofinanciar sempre que necessário.

Quanto maior a carga tributária, maior é a dificuldade para as empresas continuarem sendo produtivas e gerando lucros, já que precisam entregar para o Estado, a cada dia que passa, uma maior fatia do que produzem. Com esse desincentivo produtivo, cria-se um ciclo de problemas sociais – realidade que vivenciamos no Brasil atualmente. E como diria a filósofa Ayn Rand: “Quando você perceber que, para produzir, precisa obter autorização de quem nada produz; quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia não com bens, mas com favores... então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada” (Rand, 2018).

NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA

Em meio ao emaranhado tributário brasileiro, surge uma luz no fim do túnel: a nova reforma tributária brasileira, que de nova só tem o nome. A discussão econômica sobre esse tema existe desde os anos 1960.

Já foram apresentadas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008 – as PECs nº 175/1995 e nº 233/2008, que foram arquivadas sem sucesso (Brasil, 1995, 2008).

Em 2019, surgiu novamente mais uma PEC, nº 45/2019, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados em julho de 2023 e pelo Senado Federal em novembro de 2023. O texto prevê um período de transição que vai começar no ano de 2026 e vai até 2033 para ser implantada em sua plenitude (Figura 2) (Brasil, 2019b).

Entre as principais mudanças, estão a unificação dos tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS gradualmente em dois novos impostos únicos, o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), para que funcionem de forma similar ao IVA (Imposto sobre Valor Agregado), modelo aceito e funcional em diversos países pelo mundo.

O Ministério da Fazenda publicou uma cartilha oficial, de comunicação social, com os detalhamentos metodológicos da reforma. Esse documento tem como objetivo prover subsídios técnicos e esclarecimentos sobre o tema. A Figura 2 exibe o cronograma de como essa transição vai ocorrer.

Simplificação

O principal objetivo da reforma, segundo o Governo, é fazer a economia brasileira crescer de forma sustentável, gerando emprego e renda. Para que isso aconteça, a fim

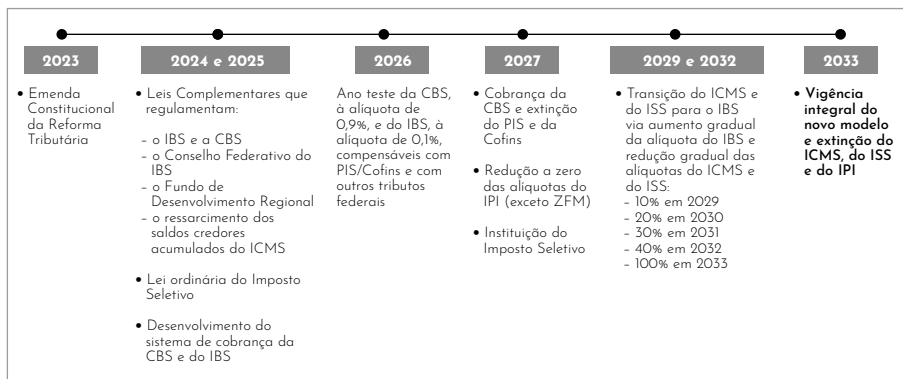


FIGURA 2. Cronograma de transição da reforma tributária.

Fonte: Brasil (2023, p. 4).

de reduzir a complexidade e aumentar a transparência, a simplificação tributária é o principal ponto.

A simplificação para a apuração dos impostos diminui o custo das empresas, que passam a ter mais tempo e menores custos operacionais, administrativos e judiciais. Atualmente, as companhias brasileiras demoram cerca de 1.500 horas por ano para preparar, declarar e pagar suas obrigações tributárias, sendo esse tempo maior que em qualquer outro país do mundo (World Bank Group, 2019).

Estima-se que apenas 22% dos micro e pequenos empreendedores compreendem os impostos envolvidos em suas transações comerciais, enquanto 74% dos consumidores finais não têm o hábito, nem o interesse, de saber sobre esse tema. Com tal falta de percepção sobre o impacto que os tributos têm em suas vidas, a população fica cada dia mais refém do Estado (Wendel, 2019).

Friedrich Hayek (2010), no livro *O caminho da servidão*, alerta para o aumento do totalitarismo. Quando a sociedade entrega suas riquezas para o Estado administrar, a sociedade acaba por ceder também a sua liberdade, pois a autonomia econômica é indispensável para que todas as liberdades sejam preservadas.

A complexidade tributária colabora para que a sociedade não perceba o impacto dos tributos sobre as suas vidas. Com a simplificação proposta pela reforma, estima-se uma maior conscientização sobre o tema. O Estado tem um peso inestimável sobre os ombros de toda a sociedade produtiva, fazendo diminuir o seu poder de compra e sua qualidade de vida.

O aumento da produtividade também é esperado, já que a simplificação diminui a burocracia. Um exemplo de desburocratização positiva para o ambiente de negócio, sancionada há poucos anos, foi a Lei de Liberdade Econômica, Lei nº 13.874/2019. A criação de um ambiente favorável ao empreendedor gera desenvolvimento econômico e social (Brasil, 2019a).

Com a modernização de diversos serviços públicos para o ambiente digital e com as novas leis de desburocratização e dispensa de alvarás para a abertura de empresas em diversos segmentos que não apresentam riscos ao consumidor, o Brasil registrou recordes de abertura de novas empresas em 2020 (Brasil, 2021).

Carga tributária

A reforma não vai diminuir tributos. Em todos os *sites* oficiais sobre o tema, é deixado claro que o projeto da reforma tributária não tem como objetivo reduzir os tributos – manter a capacidade arrecadatória é uma meta do Governo.

Atualmente, a burocracia e as altas cargas tributárias obrigam as empresas a criarem alternativas para sobreviver. Toda essa complexidade e onerosidade aumentam as elisões e evasões fiscais e a informalidade.

O *jeitinho brasileiro* de resolver os complexos problemas burocráticos do Brasil é inclusive a metáfora que está sendo utilizada como tema principal para o Fórum da Liberdade do ano de 2026.

As tradições foram construídas a partir de uma cultura em que o povo brasileiro sempre precisa buscar maneiras de superar as dificuldades. Desde o início da história do Brasil, os indivíduos encontraram riqueza por meio de suas energias produtivas, de seu esforço individual e dos recursos de suas terras (Mota, 2022).

Durante a colonização do Brasil, a exploração fiscal pelos países colonizadores aconteceu por um longo período. Hoje em dia, o modelo se transformou, porém continua centralizador, concentrador e excludente. Por meio da história, trazemos uma contextualização para tentar entender como chegamos até o modelo tributário complexo que utilizamos hoje (Caldeira, 2017).

A alta carga tributária desestimula os empreendedores a investirem e os trabalhadores a trabalharem. Em um país com baixa produtividade e má alocação de recursos, a única forma de a máquina pública se sustentar é com uma elevada carga tributária.

O Governo federal aumentou impostos 27 vezes desde 2023, o que evidencia a necessidade de que o Estado tem de expropriar os recursos financeiros da sociedade para se autofinanciar (Pinto; Barbosa, 2025).

Na prática, mesmo com o aumento dos impostos, a arrecadação normalmente nunca acontece como esperado. A famosa Curva de Laffer nos demonstra, por meio de uma teoria econômica, o porquê de as altas cargas tributárias não resultarem em aumento de arrecadação proporcional (Laffer, 2004).

Ninguém gosta de dividir parte de seus esforços produtivos com quem nada produz – e ainda, em grande parte, atrapalha, com burocracias e regulamentações.

Em um mundo dos sonhos, a reforma também aconteceria para que a arrecadação diminuísse. Contudo, para que isso fosse possível, a máquina pública precisaria aproveitar os recursos expropriados da população de forma eficiente e eficaz, o que todos sabemos que parece ser um grande desafio.

A nova reforma prevê regimes diferenciados de tributação para determinados setores produtivos, como o de alimentos, educação, saúde e transporte. A redução da carga tributária sempre será benéfica para a população, pois, pela redução das alíquotas, existe uma tendência de que esses produtos e serviços se tornem mais baratos e acessíveis à população. Porém, não é bem isso que acontece na prática.

A nova cesta básica de alimentos, por exemplo, é um projeto apresentado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) com o objetivo de reduzir impostos e o preço dos alimentos aos consumidores finais. Na prática, essa redução de preços depende de toda uma cadeia produtiva envolvida no processo de formação de preço ao consumidor.

A redução do preço final dependerá da forma como os Estados e municípios implementarão essas renúncias fiscais, dos custos operacionais envolvidos na cadeia produtiva e das leis complementares que ainda serão criadas e aprovadas, já que todos os setores buscam alternativas para tentar se beneficiar. Sem uma real diminuição da carga tributária, essas renúncias fiscais vão apenas mudar o setor que elas beneficiam, e o trabalhador vai continuar pagando a conta para sustentar o peso da máquina pública.

CONCLUSÃO

Para as empresas, é essencial produzir riquezas para se manter em um ambiente competitivo, adaptando-se às novas demandas de mercado, gerando lucro e desenvolvimento social. Já para os governos, a lógica é diferente: seus recursos provêm da expropriação da renda da sociedade. Por isso, a alocação de capital na iniciativa privada tende a ser muito mais eficiente do que na esfera pública.

Atualmente, o que se observa é que os tributos arrecadados têm servido, em grande parte, para bancar programas governamentais que tentam solucionar os problemas que o próprio sistema criou, em vez de dar o caminho e a direção para a população se desenvolver por conta própria.

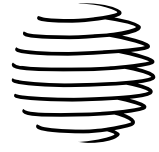
Esse passo inicial, de busca pela simplificação dos tributos, pode ser o primeiro para que novas mudanças aconteçam. De forma muito otimista, a simplificação pode ser o caminho para a diminuição dos tributos em longo prazo.

Pagar menos impostos devolve o poder econômico ao indivíduo, para que ele tome as próprias decisões. Assim, a sociedade passaria, por seus próprios interesses, a gerar riquezas, tecnologia e desenvolvimento social. Como afirma Adam Smith, “Não é da benevolência do padeiro, do cervejeiro ou do açougueiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo próprio interesse”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Brasil registra recorde em abertura de empresas no 2º quadrimestre*. Agência Gov, out. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019*. Requer, na forma do art. 132, § 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 53, de 1999, que “estabelece o número máximo de alunos por classe na educação básica”, seja apreciado pelo Plenário. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019b.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda à Constituição nº 175, de 1995*. *Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 2008*. *Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.
- BRASIL. *Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019*. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2019a.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Arrecadação de receitas federais alcança R\$ 216,727 bilhões no mês de setembro, informa a Receita*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2025.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária. *Anexo detalhamento metodológico: alíquota-padrão da tributação do consumo de bens e serviços no âmbito da reforma tributária*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. *Estimativa da carga tributária bruta do governo geral*. Brasília: Tesouro Nacional, 2024.

- CALDEIRA, J. *História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- IRB. *Índice de Efetividade da Gestão Municipal IEGM Brasil 2023 (ano-base 2022)*. Brasília: IRB, 2023.
- LAFFER, A. B. *The laffer curve: past, present, and future*. Washington: The Heritage Foundation, 2004.
- MOTA, S. R. F. *Cultura jurídica e tributária: jeitinho, opressão e sonegação fiscal*. *Revista de Direito Tributário*, n. 161, p. 161-184, 2022.
- OBSERVATÓRIO DO CUSTO BRASIL. *Custo Brasil. O que é o Custo Brasil?* Brasília: MDIC, 2025.
- PINTO, P. S.; BARBOSA, R. *Lula aumentou impostos 27 vezes em 3 anos no Planalto*. *Poder 360*, out. 2025.
- RAND, A. *A revolta de Atlas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Arqueiro, 2018.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- THE HERITAGE FOUNDATION. *2025 Index of Economic Freedom*. Washington: The Heritage Foundation, 2025.
- WENDEL. *74% dos consumidores não sabem o quanto pagam de imposto embutido nas compras, mostra levantamento da CNDL/SPC Brasil*. Brasília: CNDL, 2019.
- WORLD BANK GROUP. *Doing Business 2019: Treinando para reformar Brasil*. Washington: World Bank Group, 2019.



PEDRO ARAUJO SANTOS CARDOSO SARAIVA

*Sócio da Capse Investimentos
e Associado do Instituto de
Estudos Empresariais (IEE)*

DE VOLTA PARA O FUTURO: O QUE O BRASIL DE HOJE PODE APRENDER COM A CHINA DE DENG XIAOPING?

O Brasil é uma das dez maiores economias do mundo e a maior da América Latina (World Bank Group, 2024). Nosso agronegócio é eficiente e competitivo, liderando exportações de soja, café, carne bovina e frango, o que nos torna um parceiro estratégico na segurança alimentar global. Na área ambiental, nos destacamos por uma matriz elétrica majoritariamente renovável – cerca de 87% de origem limpa (IEA, 2024) – e por termos um terço do território nacional sob proteção legal (Our World in Data, 2024). Temos um povo criativo, trabalhador e extraordinariamente empreendedor: das favelas aos centros urbanos, milhões de brasileiros buscam meios de gerar renda e prosperar, mesmo em ambientes hostis e pouco promissores.

Nosso potencial é imenso, mas, se antes éramos chamados de “País do futuro”, hoje carregamos, com certa ironia, o rótulo de “eterno País do futuro”. Apesar desse abundante capital humano e natural, o crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita*, da produtividade e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas últimas décadas foi tímido. Em 1980, o PIB *per capita* brasileiro estava levemente abaixo da média mundial e era dez vezes maior que o chinês. Quatro décadas depois, o jogo virou: tanto a média global quanto a renda *per capita* da China superaram a brasileira em cerca de 30% (World Bank Group, 2024).

Uma das raízes desse problema está na produtividade do trabalho, ou melhor, na falta dela. Entre 1980 e 2019, período de intensa globalização e inovação tecnológica, a produtividade brasileira cresceu em média apenas 2,1% ao ano, enquanto a chinesa avançou 4,8%. No recorte de 1996 a 2019, o contraste é ainda maior: 0,8% no Brasil contra 5,6% ao ano na China (Our World in Data, 2024; World Population Review, 2024). Algo similar ocorre com o IDH: em 1990, a China (0,482) estava bem atrás do Brasil (0,620); em 2023, a distância reduziu-se significativamente, a China com um IDH de 0,797 e o Brasil com 0,786 (UNDP, 2024).

Esses números revelam um quadro persistente de baixa produtividade estrutural, crescimento anêmico e deterioração da competitividade internacional. O Brasil parece incapaz de sustentar reformas duradouras ou políticas de longo prazo, frequentemente paralisado por debates ideológicos que substituem o pragmatismo pela retórica.

Enquanto países como a China souberam colocar o pragmatismo econômico acima da ideologia política, o Brasil permanece preso a uma lógica em que essa mesma ideologia se sobrepõe à racionalidade econômica. Essa tendência desestimula o investimento produtivo e perpetua um modelo de Estado centralizador, caro e ineficiente.

A dor brasileira, portanto, vai além dos indicadores: ela está na incapacidade de adotar políticas guiadas por resultados em vez de crenças, de construir um projeto de país que privilegie o mérito, a produtividade e a liberdade individual como motores da prosperidade.

O GRANDE SALTO PARA ~~(A FRENTE)~~ TRÁS

Tão marcante quanto o milagre econômico chinês, que deveria inspirar lições valiosas aos governantes brasileiros, foi o período que o antecedeu: a Era Maoísta. Iniciada em 1949, com a fundação da República Popular da China por Mao Zedong, essa fase combinou centralização política, doutrinação ideológica e desastres econômicos. O mesmo líder que reunificou o País também impôs políticas que mergulharam milhões de chineses na miséria.

Entre 1959 e 1962, o Grande Salto para a Frente buscou transformar uma economia agrária atrasada em potência industrial. Para isso, Mao decretou a coletivização total do campo, abolindo a propriedade familiar e concentrando tudo nas chamadas “comunas populares”. Sem incentivos individuais, a produtividade despencou. Metas irreais impostas pelo Partido Comunista Chinês levaram à manipulação de dados e ao colapso da produção agrícola. A “campanha do aço”, que obrigava cada comunidade a fundir ferro em fornos improvisados, drenou recursos e agravou o caos. O resultado foi A Grande Fome (1959-1962), tragédia que vitimou 15 a 50 milhões de pessoas (Wilson, 2022).

Mesmo após tamanha devastação, Mao manteve o poder e lançou a Revolução Cultural (1966-1976), um movimento de perseguição ideológica conduzido pelas Guardas Vermelhas. Intelectuais foram humilhados, universidades foram fechadas e qualquer forma de conhecimento técnico passou a ser vista como “burguesa”. Como resume Henry Kissinger (2011, p. 194) em seu livro *Sobre a China*, “uma sociedade tradicionalmente governada por uma elite letrada passou a enxergar nos camponeses sua fonte de sabedoria”. Inovação, produtividade e crescimento econômico deram lugar à doutrinação e ao medo.

Quando Mao morreu, em 1976, a China estava politicamente unificada, mas social e economicamente devastada: agricultura arruinada, indústria paralisada e centenas de milhões ainda imersos na pobreza extrema. Desse cenário emergiu Deng Xiaoping, pragmático o bastante para romper com o dogmatismo ideológico e reconstruir o País. Das ruínas do maoísmo nasceria o maior milagre econômico da história contemporânea.

“NÃO IMPORTA A COR DO GATO, CONTANTO QUE ELE CACE O RATO”

Os resultados econômicos da China sob o comando de Deng Xiaoping sugerem que ele levou ao pé da letra o ditado popular de que toda crise é também uma oportunidade. Mao havia deixado para trás dor, sofrimento e miséria, mas, ao mesmo tempo, um aprendizado inestimável: uma verdadeira cartilha do que não fazer quando o objetivo é gerar desenvolvimento e prosperidade. É improvável que Deng tivesse familiaridade com a teoria liberal ou com os escritos de Ludwig von Mises e Milton Friedman, mas

isso pouco importava. Seu pragmatismo o levou a enxergar o que é evidente: é por meio do livre mercado (pilar central do capitalismo) que um processo descentralizado de tomada de decisões permite que os recursos sejam alocados de forma mais eficiente, criando riqueza e oportunidades para toda a sociedade.

Deng se opunha à visão centralizadora e acreditava que as pessoas deveriam ter participação naquilo que produziam. Similarmente, falava que a engenhosidade dos camponeses, que, na época, representavam mais de 60% da força de trabalho (China, 2009), precisava ser “liberada”, para que eles aumentassem sua produtividade e por consequência seu padrão de vida. Determinado a melhorar a situação de seu País, Deng implementou um processo de reformas profundas em que um dos primeiros passos foi acabar com o sistema de comunas utilizado nos campos chineses.

O antigo sistema foi substituído por um de responsabilidade familiar, no qual cada família passou a administrar uma parcela de terra e a cumprir uma cota de produção determinada pelo Estado. A grande inovação estava em permitir que os agricultores mantivessem o controle sobre suas próprias terras e vendessem com lucro os excedentes de sua colheita. Esse novo modelo criou fortes incentivos à produtividade, pois, quanto mais produzissem, maior seria sua renda. O resultado foi uma melhoria significativa na qualidade de vida no campo e uma redução expressiva da fome que assolava o País à época. Em seu livro, Kissinger (2011, p. 401) comenta que os resultados desse programa foram extraordinários: “Entre 1978 (o ano em que as primeiras reformas econômicas foram promulgadas) e 1984, a renda dos camponeses chineses dobrou”. Ou seja, conforme o Estado se aproximava do livre mercado, a sociedade sentia benefícios exorbitantes.

Apesar de os resultados no campo representarem uma vitória das políticas liberalizantes de Deng, ele sabia que isso não seria suficiente para elevar a qualidade de vida da população de forma duradoura. Outras áreas da economia precisariam ser gradualmente liberalizadas, independentemente das inclinações ideológicas do Partido Comunista Chinês.

Buscando romper com esse paradigma, Deng Xiaoping desenvolveu a Open Door Policy (1978), cujo principal objetivo era atrair capital, tecnologia e métodos de gestão estrangeiros. Diferentemente das mudanças bruscas e ideologicamente rígidas implementadas por Mao, Deng adotava uma postura pragmática e gradualista, resumida na metáfora chinesa de “cruzar o rio sentindo as pedras”. As autoridades chinesas não sabiam exatamente o que esperar das reformas, e o País, após décadas de experimentos econômicos fracassados, não podia se dar ao luxo de repetir os mesmos erros.

A Open Door Policy permitiu a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), territórios delimitados, como cidades, províncias ou áreas costeiras, que funcionariam como laboratórios das políticas liberalizantes. Neles o Governo poderia testar novos mecanismos de mercado, atrair investimento estrangeiro direto e avaliar o impacto de medidas descentralizadoras antes de aplicá-las em escala nacional.

Em 1980, o Governo estabeleceu as quatro primeiras ZEEs: Shenzhen, Zhuhai e Shantou, na província de Guangdong, e Xiamen, na província de Fujian. Todas estavam situadas em regiões costeiras próximas a Hong Kong, Macau e Taiwan, territórios então mais expostos ao comércio exterior e à experiência capitalista (World Bank Group, 2010). Além disso, essas áreas encontravam-se geograficamente distantes do

centro político de Pequim, o que reduzia o risco de interferência direta e permitia maior autonomia administrativa para conduzir as reformas com menor resistência política.

Apenas um ano após sua criação, em 1981 as quatro ZEEs já respondiam por 59,8% do investimento estrangeiro direto da China, com Shenzhen concentrando mais da metade desse total (50,6%). Em 1985, o volume de investimento estrangeiro direto (IED) nas quatro zonas somava US\$ 1,17 bilhão, cerca de 20% do total nacional. O crescimento econômico dessas regiões superava em muito a média nacional: entre 1980 e 1984, Shenzhen cresceu 58% ao ano, enquanto o PIB chinês avançava cerca de 10% anuais (World Bank Group, 2010).

As reformas conduzidas por Deng não se limitaram à agricultura e à criação das ZEEs. Seu pragmatismo o levou a questionar também o papel das empresas estatais dentro de uma economia que buscava crescer por meio da eficiência. Em vez de decretar privatizações abruptas, Deng optou por um caminho gradual: transferir o controle e os incentivos antes da propriedade. As empresas passaram a reter parte dos lucros, operar com mais autonomia e competir entre si e com o setor privado. Novamente o Estado deixava de ser o protagonista econômico, abrindo espaço para que o livre mercado se tornasse o motor do desenvolvimento.

O gráfico na Figura 1 mostra a magnitude do resultado das reformas iniciadas na gestão de Deng Xiaoping. Em 1981, 97% da população chinesa viviam em extrema pobreza, ganhando menos de US\$ 3 por dia. Em 1990, menos de um ano após a saída de Deng Xiaoping do Partido Comunista Chinês, o número já estava em 83%. Algumas décadas depois, a China, estruturada por reformas economicamente liberalizantes, conseguiu retirar cerca de 800 milhões de pessoas da extrema pobreza. Com isso, o País responde por quase 75% da redução global no número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza (World Bank Group; DRC, 2022; Our World in Data, 2024).

É verdade que Brasil e China carregam diferenças culturais profundas, no entanto não há como ignorar que algo extraordinário aconteceu na China a partir do fim da década de 1970. Infelizmente, quase meio século depois do início das reformas chinesas,

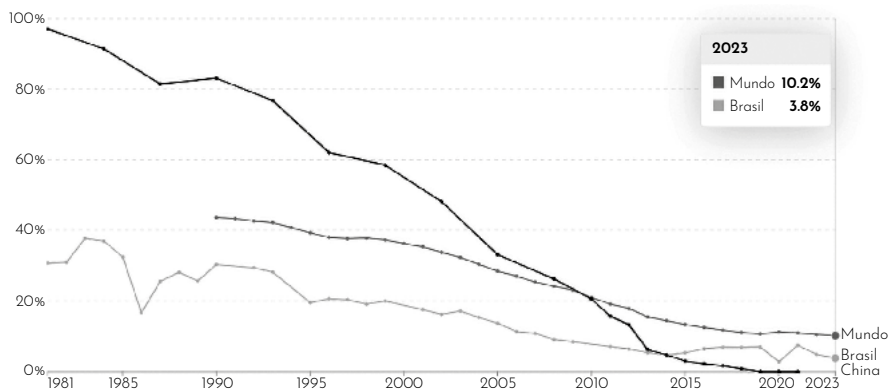


FIGURA 1. Pessoas vivendo em extrema pobreza - 1981-2023.

Fonte: Our World in Data (2024).

ainda insistimos em subordinar a economia à ideologia e em tratar o Estado como agente central do progresso. As transformações promovidas por Deng mostram que prosperidade nasce quando nos aproximamos do livre mercado, e não quando nos distanciamos dele. Entender esse processo e adaptar seus princípios à nossa realidade é essencial para que possamos finalmente construir um país guiado por políticas econômicas modernas, produtivas e capazes de transformar o “eterno País do futuro” no País do presente.

CTRL + ALT + V

Quando queremos colar algo copiado de forma controlada em programas como o Microsoft Excel, usamos o atalho “Ctrl + Alt + V”. Assim, podemos escolher colar apenas valores, fórmulas, formatação ou tudo junto. A relação de aprendizado entre Brasil e China deve seguir a mesma lógica: não se trata de replicar tudo, mas de escolher o que é aplicável à realidade brasileira.

Felizmente, para avançar, não precisamos reinventar a roda. A China, que partia de uma condição muito mais difícil do que a nossa, devastada pela fome, pobreza e isolamento, conseguiu promover um salto civilizacional inédito a partir de reformas liberalizantes, mas, acima de tudo, pragmáticas. Tudo isso sob a liderança de um partido comunista e autoritário.

Se um regime que, por definição, é avesso à liberdade econômica foi capaz de adotar medidas liberalizantes e colher prosperidade, o que impede o Brasil – uma democracia, mesmo que com trancos e barrancos – de fazer o mesmo, ou até melhor?

No Brasil, a primeira mudança que precisa ser feita não é de cunho econômico, mas ideológico. Há mais de 30 anos tivemos o milagre econômico chinês, que mostrou a força quase imparável do capitalismo; a queda do Muro de Berlim, que simbolizou o colapso dos regimes comunistas no Leste Europeu; e, por fim, a dissolução da União Soviética, que expôs o fracasso definitivo do modelo socialista de planejamento central.

Ainda assim, em pleno século XXI, ouvimos de figuras políticas brasileiras importantes discursos abertamente anticapitalistas, marcados por uma retórica de “nós contra eles” e por uma visão de mundo moldada mais por Marx e Mao do que pela realidade. São ideias que, além de anacrônicas, empobrecem o debate público e nos afastam das reformas necessárias para que o Brasil alcance a prosperidade.

Essa mentalidade tem consequências práticas. É ela que sustenta a crença de que o Estado deve manter sob seu controle setores inteiros da economia, mesmo quando comprovadamente ineficientes. É o mesmo raciocínio que permite, por exemplo, que um País em que 37,5% da população ainda não têm acesso à coleta de esgoto continue defendendo a manutenção de empresas estatais inchadas e deficitárias (IBGE, 2022). Não surpreende, portanto, que as estatais federais tenham acumulado um déficit de R\$ 8,3 bilhões entre janeiro e agosto de 2025 – recursos drenados do contribuinte que poderiam estar sendo aplicados em áreas vitais como saúde, educação e segurança pública (Banco Central do Brasil, 2025).

No Brasil, o Estado precisa urgentemente abdicar de sua posição controladora e paternalista no âmbito econômico para se tornar apenas um facilitador e coadjuvante na indução do crescimento. Nas ocasiões em que isso foi feito, o resultado foi perceptível.

PRIVATIZAÇÕES

Dados da Conexis Brasil Digital mostram que, após a privatização da Telebras, em 1998, o número de linhas telefônicas cresceu mais de dez vezes e os investimentos no setor superaram R\$ 800 bilhões (Conexis Brasil Digital, 2018). A Vale, que na sua privatização tinha um valor de mercado de R\$ 3,3 bilhões, hoje supera os R\$ 270 bilhões e é uma das maiores mineradoras do mundo. Já a Embraer, à beira da falência antes de ser privatizada, em 1994, no governo de Itamar Franco, passou a liderar o mercado global de jatos regionais, transformando a tecnologia nacional em um produto cobiçado do mundo afora (Criada [...], 2018).

Entre os casos recentes de sucesso, destaca-se a Eletrobras. Privatizada em 2022, a maior empresa de geração e transmissão de energia elétrica da América Latina mostrou rapidamente os efeitos de uma gestão livre de ingerência política. Em 2024, registrou lucro líquido de R\$ 10,4 bilhões, alta de 136% em relação ao ano anterior; o Ebitda regulatório cresceu 91% no último trimestre, e a receita bruta atingiu R\$ 14 bilhões (Eletrobras [...], 2024). No mesmo período, aprovou a maior distribuição de dividendos de sua história – R\$ 4 bilhões – e ampliou investimentos anuais para R\$ 7,7 bilhões, mantendo R\$ 36,3 bilhões em caixa. A base de clientes chegou a 751, sendo 660 no mercado livre, avanço de 65% comparado a 2023 (Eletrobras [...], 2024). A companhia passou a operar sob lógica de produtividade e inovação, voltada à transição energética e a tecnologias limpas, consolidando um novo círculo virtuoso de eficiência. Como resume o presidente Ivan Monteiro: “Nosso objetivo é acelerar os ganhos de eficiência e segurança dos ativos, oferecendo retornos sustentáveis ao longo do tempo”.

REDUÇÃO DE CUSTO BRASIL

O problema do Brasil está não apenas na quantidade de empresas públicas, mas também na teia de entraves burocráticos, regulatórios e tributários que tornam o simples ato de produzir, empregar e investir uma tarefa considerada enlouquecedora por muitos.

O País figura historicamente entre os mais complexos do mundo para fazer negócios. Segundo o relatório Doing Business – Subnacional Brasil 2021, do Banco Mundial, até pouco tempo o empresário brasileiro gastava entre 1.483 e 1.501 horas por ano apenas para cumprir obrigações fiscais – contra 155,7 horas em média nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (World Bank Group, 2021). Um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) estima que, entre 1988 e 2023, foram criadas mais de 460 mil normas tributárias no País (IBPT, 2024). É um verdadeiro manicômio regulatório que sufoca a inovação e consome energia que deveria estar voltada à geração de riqueza.

No gráfico da Figura 2, percebemos que a burocracia que sufoca o empreendedor brasileiro é significativamente maior do que em países da OCDE, dos BRICs e da ALC.

Essa complexidade se traduz em produtividade estagnada. O trabalhador brasileiro produz hoje cerca de quatro vezes menos do que um trabalhador americano, proporção pouco alterada desde 1980 (Our World in Data, 2024). A cada nova lei, taxa ou obrigação acessória, o País se afasta da eficiência e reforça um modelo de dependência estatal e informalidade.

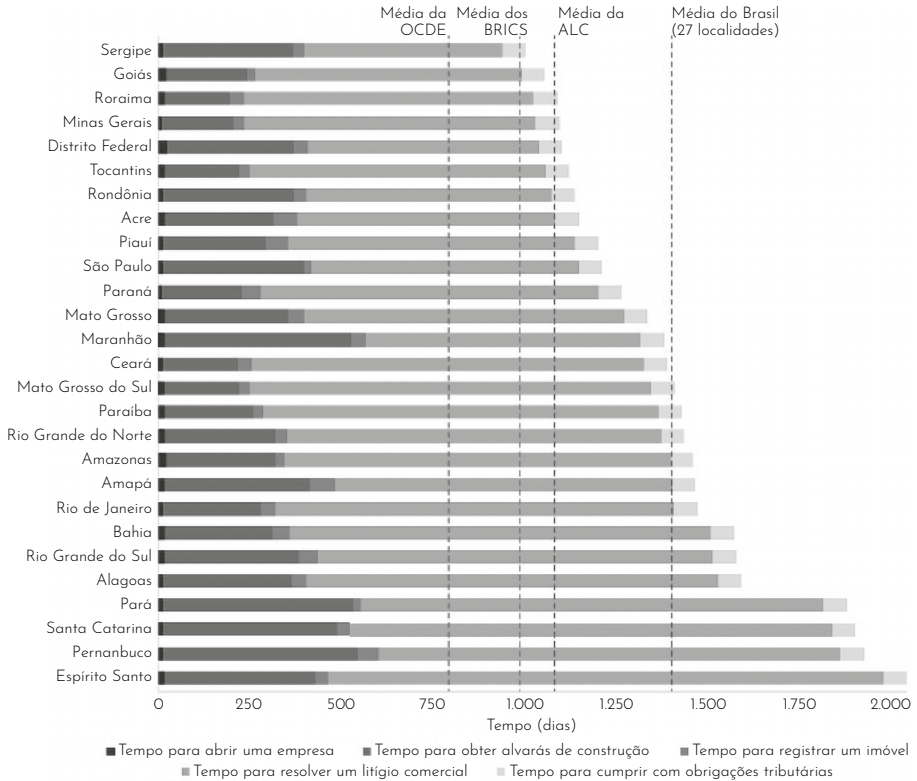


FIGURA 2. Tempo (em dias) gasto pelas empresas com a burocracia no Brasil versus em países da OCDE, dos BRICS e da ALC.

Fonte: IBPT (2024).

O Custo Brasil tem um componente fiscal importante. Em 2023, as despesas do Governo brasileiro alcançaram R\$ 4,96 trilhões, o que equivale a 45,3% do PIB, segundo o relatório COFOG, do Tesouro Nacional. Esse montante cresceu 1,9 ponto percentual em relação a 2022 e está majoritariamente concentrado em proteção social (16,8% do PIB) e serviços públicos gerais (11,3%), que incluem o pagamento de juros da dívida e a manutenção da máquina pública. Já as funções associadas ao investimento produtivo, como assuntos econômicos – que englobam transportes e infraestrutura –, responderam por apenas 2,2% do PIB, enquanto o investimento bruto total representou R\$ 212 bilhões, cerca de 4,3% da despesa pública (Brasil, 2023). Ou seja, a maior parte do gasto público permanece voltada a despesas obrigatórias e custeio, e não a políticas de expansão de infraestrutura e produtividade.

Essa ineficiência estrutural encarece tudo: energia, transporte, crédito e, principalmente, a vida do cidadão. O Brasil gasta como país rico, mas entrega resultados de país pobre. O empreendedor que decide abrir um negócio precisa lidar com licenças lentas, insegurança jurídica e carga tributária elevada.

A proposta liberal para enfrentar esse problema é simples: precisamos substituir o Estado protagonista por um Estado facilitador. Isso significa simplificar o sistema tributário, digitalizar processos, reduzir exigências redundantes e avaliar seriamente o impacto regulatório de cada nova norma antes de implementá-la.

Similarmente à maneira como Deng Xiaoping descentralizou o poder econômico da burocracia partidária e o devolveu às províncias, o Brasil precisa devolver o poder econômico à sociedade. O pragmatismo chinês e o sucesso na esmagadora maioria das privatizações de empresas mostram a importância de reduzirmos o tamanho do Estado, que, se deixado de lado, aumentará devagar e sempre a sua presença nos mais variados setores.

OLHAR PARA 2056: UM BRASIL MAIS LIVRE E PRÓSPERO

Nos últimos 40 anos, a China mostrou ao mundo a importância do pragmatismo nas decisões políticas. Já o Brasil, dotado de abundância natural, talento humano e relativa estabilidade institucional, segue insistindo nos mesmos erros de sempre: burocracia elevada, intervencionismo constante e uma teimosa aversão à ciência econômica. O verdadeiro desafio não está em descobrir o caminho – ele é conhecido –, mas em ter a coragem de abandonar dogmas e ideologias ultrapassadas que até hoje nos impedem de segui-lo.

Se nas próximas décadas formos capazes de adotar políticas guiadas por resultados, abrir espaço à livre-iniciativa, valorizar o mérito e premiar o esforço produtivo, o Brasil de 2056 poderá finalmente ser o País que sempre acreditou ser. O País do presente.

Nesse futuro, a energia virá de empresas eficientes, não de monopólios. A educação formará empreendedores, não militantes. O setor público será transparente e meritocrático. E a política, outrora ferramenta dos amigos do rei, voltará a ser um meio de servir, não de se fazer servir.

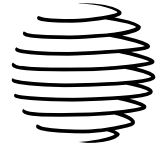
Com uma agenda robusta de políticas liberalizantes, é natural que o Brasil passe a reconhecer que riqueza não se distribui antes de ser criada, que todo direito a um é uma obrigação a todos os outros e que é por meio do incentivo ao empreendedorismo que reduzimos a pobreza e aumentamos a riqueza. Se até uma China comunista foi capaz de aceitar os benefícios de políticas liberalizantes, o que nos impede?

O futuro está posto. Cabe a nós decidir se continuaremos prisioneiros do passado – ou se, finalmente, teremos a ousadia de construir o País do presente.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas fiscais*: resultado do setor público consolidado. Brasília: BC, 2025.
- BRASIL. Tesouro Nacional. *Despesa por função do governo geral*: resultados de 2023: Classificação COFOG (Classification of Functions of Government). Brasília: STN, 2023.
- CHINA. Ministry of Agriculture and Rural Affairs of the People's. *Status of agriculture in national economy*. Beijing: Ministry of Agriculture and Rural Affairs, 2009.

- CONEXIS BRASIL DIGITAL. *Vinte anos de privatização e o impacto no Brasil*. Brasília: Conexis Brasil Digital, 2018.
- CRIADA há quase 50 anos, Embraer passou por crises e foi privatizada. *G1: Jornal Nacional*, jul. 2018.
- ELETRONBRAS registra terceiro melhor lucro da história e distribui dividendo recorde. *Portal da Eletrobras*, mar. 2025.
- IBGE. *Censo Demográfico 2022: características dos domicílios esgotamento sanitário e acesso à rede de coleta de esgoto*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.
- IBPT. *Estudo Quantidade de Normas Editadas no Brasil 2024*. Curitiba: IBPT, 2024.
- IEA. *Brazil: energy system overview*. Paris: IEA, 2024.
- KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- OUR WORLD IN DATA. *Terrestrial protected areas*. Oxford: Global Change Data Lab, 2024.
- UNDP. *Human development index data center: 2024*. New York: UNDP, 2024.
- WILSON, R. L. Great leap forward famine. *EBSCO Knowledge Advantage*, 2022.
- WORLD BANK GROUP. *Building engines for growth and competitiveness in China: experience with special economic zones and industrial clusters*. Washington: World Bank Group, 2010.
- WORLD BANK GROUP. *Doing Business Subnacional Brasil 2021*. Washington: World Bank Group, 2021.
- WORLD BANK GROUP. *World Development Indicators GDP (Current US\$)*. Washington: World Bank Group, 2024.
- WORLD BANK GROUP; DRC. *Four decades of poverty reduction in China: drivers, insights for the world, and the way ahead*. Washington: World Bank Group, DRC, 2022.
- WORLD POPULATION REVIEW. *Human Development Index (HDI) by Country 2024*. Lancaster: World Population Review, 2024.



GABRIEL SIVIERO DAL PONTE

*Advogado tributarista e
Associado do Instituto de
Estudos Empresariais (IEE)*

A AUDÁCIA DE CORTAR: POR QUE O BRASIL DEVE ROMPER COM A TIRANIA DO GASTO PÚBLICO

INTRODUÇÃO: UM BREVE CONTEXTO DE NOSSA LONGA IRRESPONSABILIDADE FISCAL

O Brasil se encontra há muitos anos acorrentado por um dilema fiscal que ameaça não apenas a saúde de suas contas públicas, mas também a própria fundação da liberdade econômica e do desenvolvimento sustentável.

O panorama histórico da relação entre o déficit público e a carga tributária no Brasil é uma narrativa de esforço contínuo de arrecadação que, repetidamente, se mostra insuficiente diante de uma estrutura de gastos rígida e crescente.

Desde a concepção da Constituição Federal de 1988, conhecida por redefinir o Estado e expandir despreocupadamente os direitos sociais, a maioria dos gastos estatais tornou-se obrigatória e vinculada às receitas do Estado, enrijecendo o orçamento público.

A estabilização econômica de 1994, pós-Plano Real, ao eliminar o “imposto inflacionário”, permitiu que a arrecadação fosse mais eficaz. A carga tributária consolidou-se em um patamar elevado; no entanto, o volume dos gastos obrigatórios cresceu em ritmo mais acelerado que o produto interno bruto (PIB).

O País enfrentou constante desequilíbrio fiscal, o que levou à criação de instrumentos de controle como o teto de gastos, implementado em 2016, cuja ideia era impor uma âncora fiscal rígida, focada no controle da despesa, já que a alta arrecadação não se traduzia em superávit.

No entanto, o que era para ser um importante instrumento de controle do Estado se tornou uma regra meramente simbólica, dado que diversas despesas foram excluídas da regra do teto ao longo dos anos mediante a aprovação de emendas constitucionais. Isso também acontece com seu sucessor, o arcabouço fiscal, que dispõe de tantas exceções à regra que o cumprimento ou não da meta por ele imposta se tornou mera formalidade.

O crescimento real contínuo dos gastos obrigatórios começou a consumir quase todo o espaço orçamentário, colocando em risco o funcionamento da pesada máquina pública.

Nesse cenário, é imperativo analisar sobriamente o caminho preocupante que o País tem trilhado: o da irresponsabilidade fiscal crônica, que sistematicamente substitui a austeridade necessária pelo aumento insaciável da carga tributária.

ONDE ESTAMOS? O CRESCENTE AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA E O GASTO QUE NÃO DIMINUI

A interação entre a alta carga tributária, a complexidade normativa e a prometida, mas arriscada, reforma tributária nos lembra que existe um limite para a sanha arrecadatória do Estado, para além do qual a liberdade econômica e a prosperidade são arruinadas.

A retórica populista insiste em pintar o gasto público como motor de crescimento, mas a realidade fiscal brasileira nos mostra a fotografia de um paciente em terapia intensiva. Os números são claros e assustadores.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já inseriu a sustentabilidade da dívida pública na sua “Lista de Alto Risco” da Administração Pública (TCU, 2024a). Segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – o total das obrigações financeiras do governo federal, governos estaduais e governos municipais –, um dos principais indicadores de risco macroeconômico, é projetada para atingir perigosos 98,1% do PIB até 2030 (Figura 1) (IMF, 2025).

Uma dívida que se aproxima ou supera a marca do PIB torna o País vulnerável e leva as finanças à beira da exaustão.

É essa dívida – muito maior que a média de países emergentes como o Brasil – que gera inflação e leva o Governo a buscar cada vez mais formas de tirar dinheiro de indivíduos e empresas para elevar sua arrecadação. É essa mesma dívida que afeta a decisão dos diretores do Banco Central ao decidirem a taxa Selic.

Portanto, o retorno do déficit primário reafirma a incapacidade da gestão pública de viver dentro de suas posses. No entanto, em um país onde a carga tributária figura

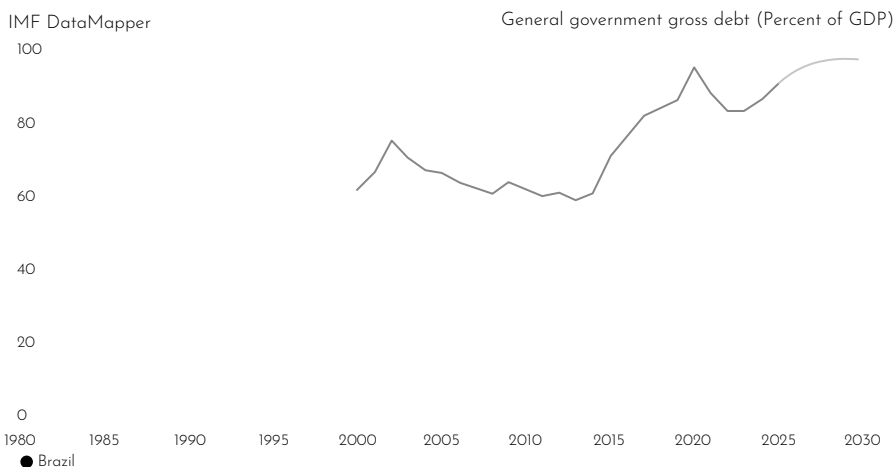


FIGURA 1. Dívida Bruta do Governo Geral do Brasil.

Fonte: IMF (2025).

próximo de 33% do PIB (Brasil, 2024a), competindo com nações desenvolvidas, não há mais espaço para o aumento da arrecadação.

Por outro lado, a carga tributária no Brasil compete com a de nações muito mais desenvolvidas que o nosso País tropical. A carga tributária bruta do governo geral – isto é, a relação entre o PIB e o total de tributos arrecadados por todos os entes de governo – está muito próxima da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo dados do próprio Tesouro Nacional (Figura 2).

E o impacto dessa carga na iniciativa privada é enorme. Estudos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) estimam que o brasileiro trabalha em média 149 dias no ano apenas para pagar impostos (Figura 3) (IBPT, 2025).

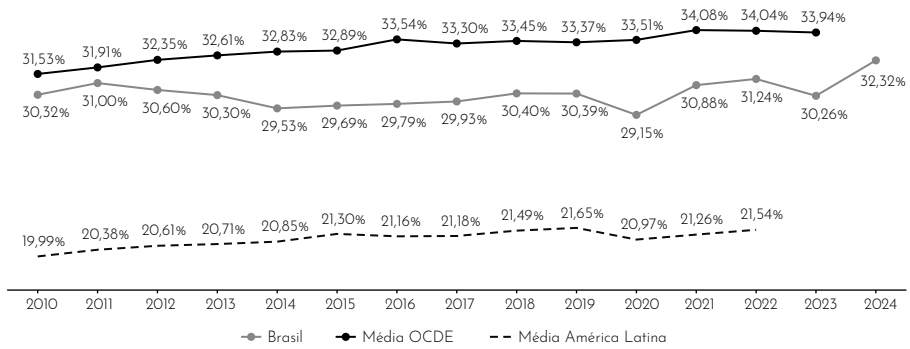


FIGURA 2. Evolução da carga tributária bruta do governo geral - Brasil e média da OCDE.

Fonte: Brasil (2024b).

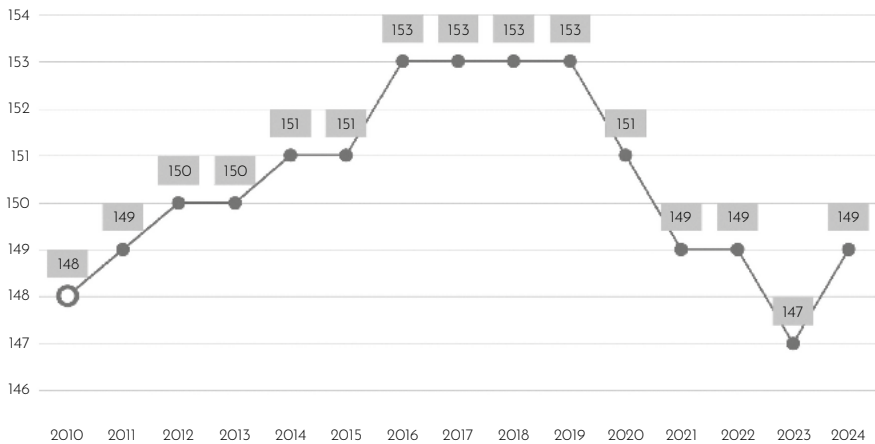


FIGURA 3. Dias trabalhados para pagar impostos no Brasil.

Fonte: IBPT (2025).

Por outro lado, o retorno desses recursos para a população é ínfimo perto da magnitude da arrecadação estatal. Entre os 30 países com a maior carga tributária, o Brasil é o que proporciona o pior retorno dos valores arrecadados em prol do bem-estar da sociedade, quando analisados indicadores como a comparação entre a carga tributária e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País (IBPT, 2025).

O que isso nos mostra é que somos um país com as contas em des controle, que cada vez mais busca arrecadar para sanar suas despesas – o que não resulta em ganho real para o contribuinte –, e que por outro lado não cessa seus gastos, mas, ao contrário, os aumenta.

Contudo, o aumento incessante da arrecadação encontra limite na capacidade dos pagadores de impostos de contribuir. A tragédia da nossa política fiscal é compreendida ao aplicarmos a Curva de Laffer, que nos mostra que há limites – se não morais, econômicos – para a sanha arrecadatória do Estado.

A teoria da Curva de Laffer, desenvolvida pelo economista americano Arthur Laffer nos anos 1970, sugere que há um nível de tributação que maximiza a arrecadação sem sufocar a atividade econômica (Figura 4). A partir desse ponto, qualquer aumento na alíquota resulta em uma queda na receita total, pelo esgotamento da capacidade contributiva e pelo desincentivo à atividade econômica.

Diversos estudos empíricos realizados no Brasil entre 1994 e 2014 buscaram a aderência do modelo de Laffer à nossa realidade (Luquini; Cruz; Castro, 2017). Embora a relação se manifeste de forma complexa em nosso sistema, a lógica é inquestionável: o grande peso da tributação torna o sistema ineficiente e limita o crescimento sustentável.

Portanto, a teoria é clara ao indicar que, a partir de certo ponto de elevação das alíquotas tributárias, a arrecadação se reduz, pois o aumento da carga introduz um “coeficiente de distorção” que torna o modelo real muito distante do ideal.

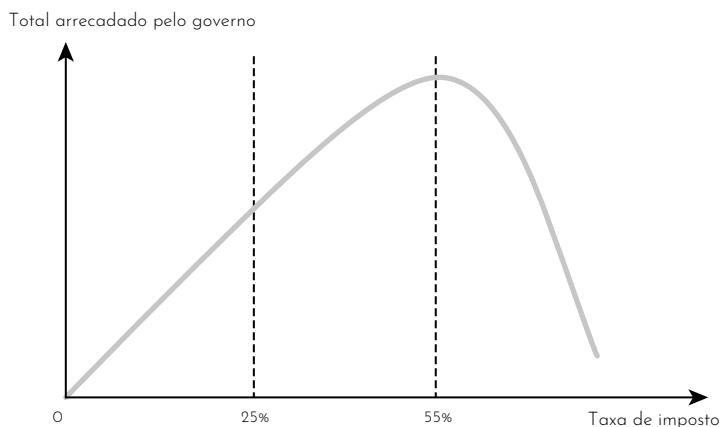


FIGURA 4. Modelo da Curva de Laffer.

Fonte: Curva [...], (2026).

O economista francês Frédéric Bastiat (2010), no livro *O que se vê e o que não se vê*, explica que os efeitos econômicos das políticas públicas vão além do que é imediatamente perceptível. Além disso, ele pontua que a intervenção estatal gera consequências ocultas, que muitas vezes são ignoradas pelos formuladores de políticas.

No caso da tributação brasileira, “o que se vê” é a arrecadação de impostos acompanhada da promessa de investimentos públicos e melhoria na qualidade dos serviços prestados. “O que não se vê”, por outro lado, são empresas desincentivadas a realizar investimentos, expansões, gerar empregos, e, por consequência, buscando posições financeiramente mais viáveis ao migrarem para outros países.

Sem sombra de dúvidas, a localização do Brasil na porção descendente da curva é mais do que uma hipótese acadêmica: é uma percepção prática do empresário que se vê obrigado a fechar as portas ou migrar para a informalidade, incapaz de gerar riqueza em um ambiente hostil (Pires, 2021).

A experiência brasileira reforça as previsões de Bastiat. O excesso de tributação e intervenção estatal sufoca o crescimento econômico e cria efeitos colaterais invisíveis, como informalidade, evasão fiscal e fuga de capitais.

É por isso que o ajuste fiscal deve ser feito pela redução do gasto, e não pela busca incessante de aumentar a arrecadação em um ponto em que o Estado já está confiscando o crescimento futuro.

Em um país onde a carga tributária já compete com a de nações desenvolvidas, a solução para o rombo nos cofres públicos, portanto, não pode mais ser a elevação de impostos, mas sim a austeridade fiscal.

O CAMINHO NECESSÁRIO: O CORTE DE GASTOS E O EXEMPLO ARGENTINO

A austeridade não é um dogma ideológico, mas a responsabilidade de não onerar as gerações futuras com o gasto excessivo presente. O debate, contudo, é frequentemente desviado por argumentos que rotulam a austeridade como socialmente regressiva.

Contrariamente a essa visão, há quem defenda que o problema não reside na existência do gasto, mas em sua ineficiência e composição. Dados oficiais demonstram que as despesas obrigatórias, aquelas blindadas por leis, como a previdência e a folha, respondem por mais de 90% das despesas primárias da União (Brasil, 2024c).

Isso significa que, na prática, a máquina estatal é engessada, destinando recursos a áreas que não geram retorno e deixando pouquíssimo espaço para investimentos produtivos. Além disso, análises do Banco Mundial concluem que resultados semelhantes ou até melhores na prestação de serviços públicos poderiam ser atingidos com menos gastos e uma melhor coordenação das políticas, reduzindo sobreposições e economizando recursos.

O ajuste fiscal bem-sucedido, como visto em estudos para países da OCDE, costuma ter maior impacto sobre o crescimento quando focado na redução do gasto, e não apenas na elevação de impostos.

O Brasil, portanto, tem um encontro marcado com a crise, a menos que se rompa com a lógica da conveniência política e se adote a austeridade.

O debate sobre o ajuste fiscal nos conduz inevitavelmente à relação entre tributação e crescimento econômico. O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, girando em torno de 32,11% a 33,7% do PIB nos últimos anos (Brasil, 2024a).

A alta carga tributária, por si só, já reduz a rentabilidade, limita a capacidade de investimento e aumenta a incerteza para quem empreende (Pires, 2021). Ou seja, se continuarmos tributando nossos contribuintes de forma extenuada, não apenas não resolveremos o déficit, como também destruiremos o crescimento econômico do País.

Se o Brasil deseja reverter esse quadro, deve abandonar a lógica de aumentos tributários sucessivos e focar reformas que incentivem a produção e a competitividade. A simplificação do sistema, a redução da carga tributária e o corte de gastos por meio de reformas estruturais são fundamentais para garantir um ambiente econômico mais dinâmico e sustentável.

E o exemplo para isso mora ao lado. A Argentina de Javier Milei vem demonstrando significativa melhora econômica por meio de cortes nos gastos públicos e redução da máquina estatal.

Quando assumiu, em dezembro de 2023, Milei herdou gastos excessivos e desenfreados dos governos anteriores, inflação crescente e uma economia emaranhada em controles de capital e taxas de câmbio. Décadas de peronismo culminaram em uma economia em decadência, com uma taxa de pobreza em 40% e inflação de cerca de 200% ao ano.

Como primeiro ato de governo, por meio de decretos de necessidade e urgência, fez cortes significativos nos gastos públicos, entre eles a redução à metade do número de ministérios e a demissão de 24 mil funcionários públicos temporários, ou “fantasmas”, seguidos de medidas de desregulamentação da economia.

O número de ministérios foi reduzido de 18 para 8, com a extinção de secretarias e órgãos considerados ineficientes. Mais de 34 mil cargos públicos foram eliminados, como parte de um esforço para enxugar a máquina estatal, em um país conhecido pela quantidade de funcionários públicos e sindicalistas. Subsídios em setores essenciais como transporte, energia e combustíveis foram reduzidos drasticamente.

O ajuste fiscal trouxe benefícios claros para a economia. Dados do Ministério da Economia da Argentina indicam que o superávit primário acumulado alcançou 746,9 bilhões de pesos argentinos (aproximadamente US\$ 753 milhões) até outubro de 2024.

Os indicadores do País pioraram logo após Milei assumir, mas melhoram com velocidade desde então. E a expansão da representatividade de sua coalização política demonstra que a Argentina comprou o projeto de austeridade. Uma das conquistas mais destacadas pelo governo foi o superávit fiscal alcançado – o primeiro do País em 123 anos.

É verdade que o País “hermano” ainda necessita passar por reformas estruturais importantes, mas sua população deixa uma mensagem clara: estão dispostos a se sacrificar no curto prazo para colher no longo prazo. É um exemplo relevante, que nos demonstra não apenas que casos graves como a experiência econômica argentina têm solução, mas também que o remédio, embora impopular, é a austeridade nos gastos.

É evidente que a austeridade deve vir acompanhada de outras medidas que permitam o desenvolvimento econômico, como a desregulamentação e a abertura da economia, possibilitando o pleno desenvolvimento do empreendedorismo que move o País.

Mas o passo inicial é claro: o pagador de impostos não consegue mais sustentar a máquina pública, e o Brasil deve parar de gastar.

Para tanto, uma série de medidas deve ser tomada, como maior controle e transparência sobre os gastos do Estado, estabelecimento de mecanismos de controle rigorosos ao gasto público, como o retorno do teto de gastos e o estabelecimento de mecanismos de revisão do gasto público, similar aos chamados *spending reviews* dos países da OCDE, até reformas estruturais que aliviem o gasto futuro.

Uma reforma administrativa profunda é um passo fundamental para que o Brasil possa reduzir seus gastos. Uma medida importante é a redução de repartições e cargos públicos desnecessários, como fez Milei. Reduzir o tamanho do funcionalismo e, aos que ficam, premiar a eficiência e a produtividade, com o estabelecimento de métricas e sua revisão constante.

A revisão das carreiras, o corte dos supersalários e o fim dos chamados “pendurcalhos” – auxílios dos mais diversos tipos, que na maioria dos casos nem sequer estão sujeitos à tributação – são ações necessárias para enxugar a máquina e reduzir privilégios abundantes, que ultrapassam o absurdo em um país onde a população é pobre.

A REFORMA TRIBUTÁRIA, A PROMESSA DA SIMPLIFICAÇÃO E O PERIGO DO AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Diante desse cenário caótico, a Reforma Tributária sobre o consumo surge como um potencial alento, mas carrega riscos significativos para o ideário da liberdade econômica, pois foca a substituição da forma, e não a redução do fardo fiscal.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC), aprovada pelo Congresso Nacional, propôs a unificação de impostos federais (IPI, PIS, Cofins), estaduais (ICMS) e municipais (ISS) no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que, juntos, comporão o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nacional. O modelo promete a tão sonhada não cumulatividade plena e a cobrança no destino, pontos efetivamente positivos para um sistema tributário moderno e que permite o desenvolvimento econômico.

No entanto, o maior risco está na incerteza da alíquota e na possibilidade real de aumento da carga.

Projeções feitas pelo Ministério da Fazenda brasileiro ainda em 2023 já apontavam para uma alíquota-padrão combinada (IBS + CBS) entre 26,5% e 28%, o que a tornaria uma das maiores taxas de IVA do mundo. Esse cenário é particularmente crítico para o setor de serviços, que, operando majoritariamente no regime do lucro presumido, enfrenta uma elevação de custos potencialmente existencial.

Especialistas alertam que a elevação do preço final é inevitável e que, na prática, não haverá neutralidade no sistema tributário, já que o aumento do preço leva a uma redução na demanda e impacta a competitividade.

Tal contexto nos leva, evidentemente, a questionar: se a reforma tributária se limitar a trocar seis impostos por um mais elevado, sem reduzir o gigantismo estatal que o financia, estaríamos tratando de uma reforma ou de um mero rearranjo arrecadatório?

O foco para um país que busca desenvolvimento econômico, ao que tudo indica, deveria estar na redução do volume total da carga, e não na sofisticação da cobrança.

Assim, o verdadeiro ajuste fiscal e o caminho para o desenvolvimento econômico do País passam pela coragem de reduzir o tamanho do Estado. O Brasil precisa urgentemente de um choque de austeridade que ataque os privilégios e a ineficiência, e não o capital produtivo.

A história comparada oferece exemplos claros de nações que prosperaram ao optar por um sistema fiscal mais enxuto e competitivo. Embora o desafio brasileiro não seja copiar modelos, é necessário aprendermos o princípio fundamental adotado na maioria dos casos de sucesso, de que a prosperidade não é gerada pelo gasto público, mas pela liberdade individual de empreender e pela certeza de que o fruto do trabalho será respeitado.

É notável que o Estado brasileiro precisa de um regime de contenção de despesas e de freios institucionais ao poder de tributar que devolvam ao contribuinte a sua capacidade contributiva.

A urgência do ajuste fiscal no Brasil é uma questão de sobrevivência econômica e de coerência com os princípios de uma sociedade livre. Enquanto o Estado continuar operando com um déficit crônico e uma máquina de arrecadação tanto complexa como insaciável, o crescimento sustentável não passará de uma miragem.

É fundamental que a sociedade civil se una em torno da única agenda responsável: austeridade do gasto público, avaliação rigorosa e extinção dos privilégios fiscais ineficazes, e uma reforma tributária que busque efetivamente simplificar o sistema e almeje a redução real da carga tributária.

Em um país onde o colapso é mais do que uma possibilidade, a defesa da liberdade econômica exige a audácia de cortar. É hora de parar de penalizar o produtor e o empreendedor, de parar de sustentar o gigantismo estatal com o sacrifício do capital e, finalmente, honrar o princípio de que o dinheiro do contribuinte pertence ao contribuinte.

A liberdade fiscal é o alicerce da prosperidade, e o Brasil não tem tempo a perder.

REFERÊNCIAS

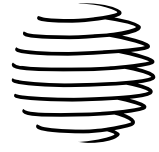
- BASTIAT, F. *O que se vê e o que não se vê*. 2. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Raio x Orçamento 2024 – PLOA*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024c.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. *Carga Tributária no Brasil 2023: análise por tributos e bases de incidência*. Brasília: Receita Federal, 2024a.

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. *Estimativa da carga tributária bruta do governo geral*. Brasília: Tesouro Nacional, 2024b.
- CURVA de Laffer. In: DICIONÁRIO financeiro. [S. l.]: 7Graus, 2026.
- IBPT. *Estudo sobre os dias trabalhados pelos brasileiros para pagar tributos*. Curitiba: IBPT, 2025.
- IMF. *Spending smarter: how efficient and well-allocated public spending can boost economic growth*. Washington: IMF, 2025.
- LUQUINI, R. H.; CRUZ, A. D. S.; CASTRO, G. H. L. Verificação empírica da curva de Laffer para o Brasil entre os anos de 1996 a 2014. *Economia & Região*, v. 5, n. 1, p. 31-52, 2017.
- PIRES, M. Tributação, equidade e crescimento econômico. *Observatório de Política Fiscal*, fev. 2021.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Lista de alto risco da administração pública federal 2024: Sustentabilidade da dívida pública*. Brasília: TCU, 2024a.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.

CAPITAL HUMANO E BEM-ESTAR

Nenhum projeto de país se sustenta sem gente preparada, saudável e segura para viver, trabalhar e criar. Esta subseção trata do que está no centro do desenvolvimento: o capital humano e as condições que permitem que ele floresça. Em 2026, o Brasil enfrenta dilemas persistentes de formação, produtividade, desigualdade de oportunidades e proteção do cotidiano – temas que, quando ignorados, condenam o País ao baixo crescimento e à frustração social. Os artigos aqui reunidos buscam aproximar princípios liberais de soluções práticas: incentivar escolhas, valorizar autonomia, criar incentivos corretos e remover barreiras que impedem indivíduos e comunidades de avançar.



AMANDA CORNÉLIO ABBUD

*Associada do Instituto de
Estudos Empresariais (IEE)*

A TRAGÉDIA SILENCIOSA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

INTRODUÇÃO

É comum ouvir jovens alegarem que falta oportunidade e que estudar já não garante futuro. Ao mesmo tempo, empresários afirmam não encontrar profissionais preparados. Se ambos têm razão, onde está o desencontro? O sistema educacional realmente tem melhorado, como dizem os indicadores, ou os números mascaram falhas estruturais mais profundas?

Os índices oficiais mostram avanços e os relatórios celebram progressos, mas o cotidiano desmente esse otimismo. Há algo fora do lugar: escolas ensinam mais conteúdos e formam menos cidadãos preparados; alunos concluem o ensino médio sem confiança para escrever, interpretar ou resolver problemas simples; diplomas se acumulam sem se traduzir em prosperidade. No Brasil, a distância entre o esforço de estudar e a recompensa de aprender cresce a cada ano, e a educação nacional parece um corpo que ainda se move, mas perdeu a capacidade de sentir.

Talvez o problema não esteja nas salas de aula nem nos professores, na infraestrutura ou nos alunos, e sim em algo mais profundo: um sistema que deixou de aprender sobre si mesmo. Quando uma estrutura educacional não consegue reter bons professores, formar novos professores com qualidade, pagar salários competitivos ou garantir o básico da infraestrutura e, mesmo assim, tenta se adaptar a cada geração com leis e programas que pouco mudam a realidade, o problema deixa de ser operacional e passa a ser estrutural.

As mudanças sociais são inevitáveis e as novas gerações sempre terão formas diferentes de aprender. Ainda assim, o País insiste em um modelo que reage a cada crise com as mesmas respostas. Talvez já esteja na hora de admitir que esse corpo doente precisa de outro tipo de remédio, e que a cura pode estar em descentralizar o poder que Brasília concentrou sobre o ensino, devolvendo vitalidade às redes locais e autonomia aos que estão mais próximos dos alunos.

Este artigo é um olhar clínico sobre essa doença: compreender seus sintomas, identificar suas causas e mensurar o custo que impõe ao País. O objetivo não é acusar, mas entender para, quem sabe, permitir que o corpo volte a sentir e que o aprendizado volte a transformar.

OS SINTOMAS DA DOENÇA

O Brasil venceu o desafio de universalizar o acesso à escola, mas ainda não venceu o desafio de ensinar bem. O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) 2023 mostra

que cerca de 28% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são analfabetos funcionais, incapazes de interpretar textos simples ou realizar operações matemáticas básicas (INAF, 2023). O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, do inglês *Programme for International Student Assessment*) 2022 confirma: o Brasil continua cerca de três anos atrás da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em leitura, matemática e ciências (OCDE, 2022). Atrás desses números estão milhões de jovens que passam de ano sem compreender o que leem e sem conseguir aplicar o que aprendem. A alfabetização ocorreu, mas sem profundidade, e a frequência escolar se tornou mera presença sem aprendizado.

Os efeitos desse quadro se manifestam todos os dias. O imediatismo tornou-se regra, os textos longos cansam, os raciocínios demorados irritam e a paciência, essencial ao aprendizado, virou artigo raro. Não é apenas a influência da tecnologia, mas o resultado de um sistema que acostumou alunos e professores a buscar resultados rápidos. Aprender virou responder, não pensar, e o valor do conhecimento cedeu espaço à pressa de concluir. A superficialidade tem custo humano. Famílias pressionadas por dificuldades econômicas veem a escola como um obstáculo temporário, não como um investimento. Jovens abandonam o ensino médio para trabalhar e outros tentam empreender sem base de conhecimento. O ciclo se repete: quem estuda pouco ganha pouco e quem ganha pouco estuda menos. Os futuros de milhões de adolescentes se tornam construir micronegócios de sobrevivência, navegar em redes sociais e apostar em jogos.

Essa é a tragédia silenciosa que o País prefere não enxergar. O Brasil comemora metas atingidas enquanto convive com um vazio de aprendizado. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) sobe e o senso crítico desce. Professores exaustos e alunos desmotivados mantêm vivo um sistema que se move sem reagir. Essa é a consequência direta, e não a causa do problema, de décadas de escolhas que valorizaram a aparência de avanço e esqueceram o propósito essencial de ensinar. Para compreender como o corpo da educação chegou a esse estado de inércia, é preciso olhar para sua anatomia, revisitando sua origem.

AS RAÍZES DA CENTRALIZAÇÃO

A centralização da educação brasileira nasceu de intenções compreensíveis dentro de um contexto histórico propício. Ao fim da ditadura militar, o País buscava reconstruir sua identidade democrática e enfrentar as desigualdades regionais acumuladas ao longo de décadas. A Constituição de 1988 consagrou a educação como direito de todos e dever do Estado, em uma tentativa de reparar as omissões do passado autoritário. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, deu forma jurídica a esse ideal, propondo um sistema que combinasse a liberdade de ensino com coordenação nacional, para que nenhum brasileiro ficasse para trás.

Nos anos seguintes, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (Fundef), em 1996, e depois o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de 2006, que se

tornou permanente em 2020, consolidaram a redistribuição de recursos e reduziram assimetrias de gasto por aluno. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Ideb introduziram transparência e metas. A promessa parecia equilibrada: a União definiria o rumo, e os Estados e municípios executariam com eficiência, de modo que todos os alunos pudessem ter oportunidades semelhantes em qualquer parte do território.

Aos poucos, porém, a arquitetura concebida para cooperar transformou-se em um instrumento de comando. As normas federais, que deveriam funcionar como piso, passaram a operar como teto de quase todas as decisões, e a cultura de metas, criada para iluminar o desempenho, começou a reorganizar o próprio ensino. Pesquisas como as de Alvarse e Bauer (2015) registram que escolas e redes passaram a planejar calendário, conteúdo e práticas avaliativas com base no que é medido nas provas, a ponto de o sucesso se tornar a métrica em si, e não o aprendizado.

Na década de 2010, a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) buscou assegurar oportunidades mínimas a todos, mas foi aplicada como desenho uniforme para realidades profundamente distintas. Em Belém do Pará, cuja economia está conectada a atividades relacionadas ao oceano, faria sentido que a formação privilegiasse competências ligadas à engenharia de pesca ou à engenharia mecânica, enquanto em Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, as indústrias metalúrgicas exigem itinerários voltados à automação de cadeia industrial e à engenharia de produção. Apesar dessas diferenças, ambos percorrem trilhas quase idênticas, e a escola, em vez de refletir o mundo que cerca o aluno, passou a oferecer um currículo abstrato e distante, desconectado das vocações locais e do mercado de trabalho real. Talvez, no fim, nem precisasse ser tão diferente; mas o tamanho da necessidade merecia uma tentativa, se o enxergássemos.

Nos anos recentes, a reforma do ensino médio tentou corrigir esse desalinhamento. Iniciada em 2017, e revisada em 2023, ela trouxe coerência ao introduzir itinerários formativos e espaço para disciplinas eletivas, permitindo que cada rede adaptasse parte do percurso às suas necessidades. Mais uma boa intenção. Contudo, faltaram as condições práticas para que a promessa se concretizasse: infraestrutura, formação docente e apoio técnico. Em muitos Estados, a autonomia anunciada converteu-se em imprevisto, e a reforma acabou por revelar a dependência estrutural do País em relação às diretrizes centrais. Nada disso resulta de má-fé. A centralização foi, em seu tempo, um gesto de reconstrução institucional, nascido do desejo de garantir equidade após o autoritarismo.

O problema não está nas pessoas, e sim na crença de que o centro pode sentir e decidir melhor do que quem vive a realidade escolar. A centralização garantiu previsibilidade e transparência e, ao mesmo tempo, transformou uma cooperação desejável em tutela permanente; a arquitetura que antes sustentava a educação passou a restringir seus movimentos. Recuperar a capacidade de aprender é, portanto, recuperar a saúde do sistema: permitir que cada parte do corpo volte a reagir com autonomia e inteligência, aprendendo a se curar para que o sonho de uma vida melhor por meios dignos seja parte da vida de toda a população.

A ANATOMIA DO COLAPSO

Os resultados modestos, apesar das reformas, não são acaso. Quando políticas distintas que tentam melhorar algo apenas produzem efeitos iguais, há uma causa comum. O problema da educação brasileira não decorre da falta de esforço, mas de um sistema tão grande e rígido que já não aprende com os próprios erros. Um sistema que já foi identificado e estudado por pensadores ao longo do tempo.

O economista Friedrich Hayek (1945) demonstrou que nenhum centro de decisão consegue reunir todo o conhecimento disperso pela sociedade. Ao tentar fazê-lo, o centro transforma diversidade em estatística e experiência em número. É o que ocorre quando o sucesso de uma escola é medido pela régua de limite do próprio centro, acreditando sempre que só ele sabe o que é melhor. A média nacional, que deveria servir de termômetro, torna-se receita. A ilusão de progresso se instala: os números melhoram, mas o aprendizado real continua doente. As escolas, pressionadas a demonstrar resultados imediatos, já não se sentem capazes de equilibrar o que é medir e o que é ensinar. Entre as duas exigências, solta-se a que não é cobrada. Essa miopia estatística se combina à lógica dos incentivos burocráticos descrita por James Buchanan (1986): em estruturas centralizadas, inovar é arriscado, e repetir o protocolo é seguro. Assim, gestores e secretarias aprendem a dedicar mais tempo ao que os indicadores exigem, e menos para o que cada aluno precisa. A progressão automática de alunos, política cada vez mais comum, exemplifica esse círculo vicioso: manter a taxa de aprovação alta gera prestígio e estabilidade, mesmo que o aprendizado seja superficial. O caso do Rio Grande do Sul, em 2025, ilustra essa armadilha.

O Governo estadual decidiu flexibilizar novamente as regras de reprovação escolar, permitindo que alunos com notas baixas passem de ano, em uma tentativa de aliviar a pressão sobre professores e redes. A decisão, tomada após anos de resistência, revelou não a má intenção dos gestores, mas a coerção de um modelo que pune a divergência. O governador e a secretária de Educação, como tantos outros antes deles, reagiram a uma engrenagem que premia números e convence tentativas de ruptura. Acidentalmente, os formuladores de políticas educacionais passaram a temer mais o erro do que o fracasso. Em vez de enxergar o erro como parte do aprendizado, transformaram-no em sinal de incompetência, algo a ser eliminado a qualquer custo. O resultado é um sistema que prefere parecer estável a ser inteligente. O filósofo Nassim Taleb (2012) chama esse fenômeno de fragilidade: sistemas grandes e homogêneos não toleram erros, portanto, quando erram, caem por inteiro. Já os pequenos, como escolas e municípios autônomos, podem falhar, corrigir e seguir com menos danos, ou danos mais facilmente reversíveis. Essa capacidade de errar com segurança é o que torna um sistema antifrágil: ele se fortalece com o erro em vez de colapsar. A educação brasileira fez o oposto: blindou-se contra o erro e, ao fazer isso, bloqueou a possibilidade de aprender.

Essas três ideias – o conhecimento disperso de Hayek, os incentivos de Buchanan e a fragilidade de Taleb – ajudam a compreender a persistência da crise. O currículo único, a prova padronizada e o financiamento centralizado são instrumentos úteis e necessários, e podem ter valor quando utilizados como meios, mas, quando combinados de forma rígida, produzem uma mentalidade burocrática que substitui a inteligência

pedagógica pela obediência. O País aprendeu a medir resultados e se esqueceu de melhorar o que mede, e, quando medir se torna mais importante do que aprender, a educação perde seu sentido. Escolas e redes passam a agir como departamentos de prestação de contas, e não como espaços de descoberta. Professores deixam de ensinar o que acreditam ser essencial, para ensinar o que é cobrado nas avaliações, e a criatividade perde espaço para o conformismo.

Reconhecer isso não significa rejeitar as metas, e sim resgatar seu propósito. Metas de qualidade real são boas ideias para todo o país quando servem ao aprendizado, e não o contrário. O desafio não é abolir metas, mas permitir que cada rede aprenda com sua própria realidade. Somente assim o corpo da educação brasileira voltará a reagir, readquirindo a sensibilidade perdida e a capacidade de se curar antes que a doença avance.

A EVIDÊNCIA DO CONTRÁRIO

Há experiências suficientes, dentro e fora do Brasil, que demonstram ser possível combinar um piso comum com autonomia local sem renunciar à qualidade. A Estônia reconstruiu seu sistema priorizando a autonomia das escolas e a formação docente, transformando o magistério em profissão de prestígio e a gestão em parceria comunitária. Um pouco mais perto, o Chile, desde os anos 1990, equilibra metas nacionais de qualidade com ampla liberdade escolar para definir os meios de alcançá-las, combinando coordenação central e autonomia local, pois reconheceu que não daria conta centralmente. Isso surpreende, porque o País tem menos de 20 milhões de habitantes espalhados em uma área de 756 mil km². Relembremos que o Governo do Estado de São Paulo tem 46 milhões de habitantes em 248 mil km², e o Governo brasileiro, 212 milhões em 8.516.000 km². México e Colômbia, por sua vez, transferiram parte da administração para Estados e municípios, com resultados modestos, mas consistentes, em alfabetização e redução da evasão. Essas experiências distintas em cultura e escala convergem para um princípio comum: quando o centro define objetivos claros e confia à periferia a escolha dos meios, o aprendizado tende a florescer.

No Brasil, o Ceará se tornou referência ao construir uma rede de cooperação horizontal entre Estado e municípios. As metas são simples e visíveis, os dados são abertos, e o apoio técnico é contínuo. O incentivo financeiro por desempenho existe, mas não sufoca a liberdade local. Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) (2024) e o Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2024), o Ceará lidera o Ideb do ensino fundamental há mais de uma década, mostrando que cooperação e transparência produzem mais resultados do que a imposição. Mais a oeste, Rondônia enfrentou a escassez de professores com criatividade: criou uma rede de aulas assíncronas produzidas por docentes da capital e utilizadas em escolas remotas, muitas vezes com um único professor em sala (Rondônia, 2024). É um exemplo de inovação nascida da necessidade e de como a descentralização pode gerar soluções adaptadas à realidade.

Esses resultados não servem para ilustrar coincidências, mas para revelar um padrão que transcende fronteiras. Diferentes áreas do conhecimento – da economia à ciência política, da administração pública à sociologia – chegaram à mesma conclusão por caminhos próprios. A noção de sistemas policêntricos, desenvolvida por Elinor Ostrom (1990), a primeira mulher a receber um Prêmio Nobel de Economia na história, mostra que múltiplos centros de decisão aprendem melhor do que hierarquias rígidas quando cooperam sob princípios comuns. Alexis de Tocqueville (2016), ao observar a vitalidade municipal como base da democracia americana no século XIX, antecipou a mesma ideia: a força das instituições vem das suas pontas.

Essas teorias, vindas de campos distintos, convergem em uma lição prática: a liberdade local aperfeiçoa o aprendizado coletivo. Quando o poder é pulverizado e a confiança substitui o controle, o sistema se torna mais ágil, mais sensível e mais capaz de inovar. O centro orienta, as bases descobrem como. É dessa vitalidade que nasce a verdadeira qualidade. Ela mostra que a qualidade cresce quando o país aprende a colocar a diversidade em um jogo favorável por objetivos bons compartilhados. Em vez de pretender que todas as redes sejam cópias umas das outras, a coordenação nacional pode servir como condição de possibilidade, oferecendo apoio técnico a quem precisa, medindo resultados com instrumentos comparáveis e promovendo o intercâmbio de boas práticas.

O Brasil não precisa abdicar do idioma comum para que cada escola encontre sua voz; precisa apenas reconhecer que a liberdade responsável é menos risco e mais inteligência. Nela reside a chance de o corpo educacional voltar a reagir e, aos poucos, começar sua cura.

O CUSTO INVISÍVEL

A tragédia silenciosa da educação brasileira cobra seu preço não apenas nas salas de aula. Ela se infiltra na economia, na política e na vida cotidiana, corroendo o que sustenta o desenvolvimento de um país: a confiança no aprendizado. A baixa qualidade da educação é o principal obstáculo invisível ao crescimento nacional e o elo que explica parte do atraso crônico do Brasil. Nossa produtividade do trabalho praticamente não cresce há décadas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2024), cada ano adicional de escolaridade eleva a renda individual em cerca de 10%, mas esse ganho se enfraquece quando o aprendizado é superficial. O país distribui diplomas, não competências, e o título sem conteúdo perdeu o poder de transformar trajetórias.

Esse custo se manifesta não apenas em pequenos atrasos cotidianos, mas também no freio que impõe ao próprio desenvolvimento do país. Quando a base educacional é fraca, faltam pessoas capazes de criar soluções, melhorar processos e expandir negócios. A economia deixa de inovar e passa a repetir o que já existe. Sem uma população preparada para empreender, o mercado interno encolhe, a produtividade fica estagnada e o país se torna dependente de importar ideias e tecnologias que poderia produzir. A consequência é um ciclo de pobreza disfarçado de normalidade: serviços ineficientes, crédito difícil, prazos longos, filas intermináveis. Em sociedades que valorizam a

educação de base, esses problemas são exceções; aqui, tornaram-se rotina. O tempo que o brasileiro gasta esperando é o mesmo que outras nações investem para criar.

O reflexo se estende às finanças. O mercado brasileiro habituou-se a ver nos títulos da dívida pública o investimento mais seguro – não por vocação produtiva, mas porque o ambiente de inovação é frágil e arriscado. A má educação limita o apetite por risco, reduz a curiosidade técnica, empobrece a leitura crítica e enfraquece o capital humano capaz de empreender. Uma sociedade que aprende pouco tende a poupar mal, investir mal e inovar menos.

A desigualdade aprofunda esse quadro. O Banco Mundial (2019) estima que a ineficiência educacional custe ao Brasil cerca de 3% do produto interno bruto (PIB) por ano, o equivalente a mais de R\$ 300 bilhões em perdas de produtividade e mobilidade social. Essa conta se traduz em salários estagnados, oportunidades restritas e desconfiança coletiva. Quando o aprendizado é frágil, o debate público se empobrece, o voto se torna impulsivo e a política desliza para o espetáculo. O país fica mais caro, mais lento e menos livre.

Esses efeitos se somam em um mesmo diagnóstico: a má educação é uma economia do desperdício. Cada aluno que passa sem aprender aumenta a conta invisível que todos pagamos em juros altos, serviços ruins e oportunidades perdidas. O custo da ignorância é diário, silencioso e repartido entre todos – um tributo involuntário que atravessa gerações. No fim, esse custo se mede não apenas em gráficos. Ele também se revela no desânimo de quem deixou de acreditar no mérito e de quem aceita ver a fuga de cérebros jovens, na dependência crônica do Estado e no medo de errar. Quando o aprendizado não floresce, a sociedade perde não apenas renda, mas também esperança. A má educação é uma fábrica de desesperança que impede o país de ouvir o próprio futuro.

CONCLUSÃO – CURAR O CORPO DOENTE

A educação brasileira se tornou um corpo que ainda respira, mas há muito tempo não sente. A tragédia silenciosa que percorre suas veias é feita de boas intenções transformadas em rotina, e de políticas que prometem curar e apenas prolongam o mal-estar. O desafio, além de ampliar o acesso à escola, é de restaurar o sentido do aprendizado, devolvendo à educação sua capacidade de transformar vidas.

A centralização, criada para garantir justiça, acabou por produzir imobilidade; ao mesmo tempo, metas e currículos uniformes geraram incentivos que premiam a obediência e punem a inovação. O País se habituou à mediocridade porque confundiu igualdade com padronização. Ainda assim, há caminhos visíveis: experiências locais mostraram que autonomia não é sinônimo de desordem e que descentralizar é amadurecer. As teorias de Hayek (1945), Buchanan (1986), Taleb (2012) e Ostrom (1990) convergem em torno de uma verdade simples e profunda: sistemas livres aprendem melhor porque confiam mais na inteligência das pessoas do que na onisciência das estruturas.

Curar o corpo doente exige reconhecer a gravidade da doença e confiar na capacidade de regeneração. O Brasil já provou, em diferentes momentos de sua história, que é

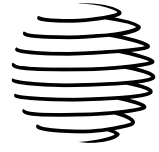
capaz de se reinventar quando permite que o talento e o esforço das pessoas falem mais alto do que o medo do erro; só não estamos piores justamente pelo talento do brasileiro em se virar na sua situação. A educação precisa ser o próximo capítulo dessa reinvenção. Metas de qualidade real podem – e devem – ser boas ideias para todo o País, desde que sirvam ao aprendizado, e não o contrário.

Podemos buscar algo ainda maior que bater metas nacionais. É preciso um projeto de país. Um pacto que coloque todas as suas partes para pensar e decidir de acordo com seus limites, para que cada brasileiro volte a acreditar que seu esforço individual pode produzir resultados coletivos. A cura começa quando o sistema volta a sentir: quando o Estado escuta as escolas, quando as escolas escutam os alunos e quando o país volta a escutar a si mesmo. Porque uma nação que volta a aprender, volta também a crescer. E, ao crescer, recupera a confiança perdida: a de que o futuro pode ser obra de quem aprende, e não de quem apenas obedece.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, O.; BAUER, Adriana. Avaliação em larga escala e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 62, p. 93117, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Painel de Indicadores Educacionais 2024*. Brasília: MEC, 2024.
- BUCHANAN, J. M. *Liberty, market and state: political economy in the 1980s*. New York: New York University, 1986.
- HAYEK, F. A. The use of knowledge in society. *American Economic Review*, v. 35, n. 4, p. 519530, 1945.
- INAF. *Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) 2023: resultados preliminares*. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, 2023.
- IPEA. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 2023*. Brasília: IPEA, 2024.
- IPECE. IDEB 2023: principais resultados para o Ceará. *IPECE Informe*, n. 257, out. 2024.
- OCDE. *PISA 2022 Results*. Paris: OECD Publishing, 2022.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University, 1990.
- RONDÔNIA. Secretaria de Educação. *Relatório de execução dos canais de ensino assíncrono*. Porto Velho: SEDUC, 2024.
- TALEB, N. N. *Antifragile: things that gain from disorder*. New York: Random House, 2012.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- WORLD BANK GROUP. *Learning to Realize Education's Promise*. Washington: World Bank Group, 2019.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.



MARIANA ZIEBELL RAMOS

*Cirurgiã-Dentista e Associada
do Instituto de Estudos
Empresariais (IEE)*

SAÚDE NÃO TEM PREÇO, MAS QUEM VAI PAGAR POR ELA?

Em 2025, o Brasil se destacou como o epicentro da inovação em saúde da América Latina. Com mais de 600 *healthtechs* – 64,8% das *startups* de saúde latino-americanas –, em 2024 o setor captou R\$ 799 milhões em investimentos, o que equivale a um crescimento de 38% em comparação ao ano anterior (Bona; Cordeiro, 2024). Assim como diversos outros setores, a pandemia foi um propulsor desse movimento, ocasionando um salto de 118% no número de *startups* em comparação a 2018 (Bonavides, 2020).

Quando falamos em inovação em saúde, referimo-nos não apenas a inteligência artificial, dispositivos médicos de ponta ou cirurgias robóticas, mas também aos mais variados produtos. As *healthtechs* brasileiras exploram as diferentes dores dos profissionais e dos pacientes, trazendo propostas de melhorias para o setor como um todo. Os produtos se categorizam em gestão e prontuário eletrônico do paciente (PEP), acesso à saúde, telemedicina, inteligência artificial e *big data*, diagnóstico, dispositivos médicos, *fitness* e bem-estar, engajamento do paciente, farmácia, redes de clínicas, pesquisa e desenvolvimento, próteses e órteses, relacionamento com o paciente e infraestrutura (Bona; Cordeiro, 2024). Essa ampla gama suporta a tendência de crescimento contínuo no setor.

Olhando para os *highlights* do setor da saúde no ano de 2025, o Sistema Único de Saúde (SUS) celebrou 35 anos. Como presente de aniversário, ganhou um aumento orçamentário de 6,2% em comparação a 2024 (Kroll, 2025) e a possibilidade de ser impactado pelo mais novo Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – Setor da Saúde (FIIS-Saúde), que tem como objetivo financiar obras e adquirir equipamentos e veículos, tanto para o setor de saúde quanto para a educação (Brasil, 2025a). Entretanto, isso está longe de ser o suficiente. Em abril de 2025, o Governo federal apontou que a projeção para 2027 já indica falta de recursos para o pagamento mínimo dos investimentos em saúde (Kroll, 2025). Infelizmente, a realidade enfrentada pelo SUS segue sendo a de um subfinanciamento crônico, que acarreta superlotação de leitos, filas de espera, desigualdades regionais e adoecimento de profissionais.

Ao encarar esses dois cenários, surge a angústia de compreender como eles podem coexistir em um mesmo país. Com tanta tecnologia, profissionais capacitados e sede por mudança, por que o futuro da saúde no Brasil segue tão amedrontador?

Infelizmente, a dicotomia do setor nada mais é do que um reflexo do País e da desigualdade nele presente. Quanto mais tecnologias surgirem e mais estagnado estiver o SUS, maior será a disparidade entre os dois.

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A história começou em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde – a primeira aberta à sociedade. Dela resultou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a definição de saúde como direito de todos e dever do Estado Constitucional.

Regulamentado pelas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/90, o SUS tem o objetivo de promover, proteger e recuperar a saúde dos brasileiros, sendo financiado de acordo com os planos estaduais e municipais de saúde, somados a um investimento referente a um percentual do produto interno bruto (PIB) pela União – determinado pela lei complementar nº 141 de 2012 (Brasil, 2012). Criticado ou adorado por muitos, é um ponto de encontro na sociedade anti-igualitária brasileira. O SUS não é exclusividade de uma ou outra camada da população. As políticas de saúde por ele abrangidas atuam não só sobre o tratamento de doenças, mas também sobre todo o processo saúde-doença, englobando as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, saneamento básico, proteção do meio ambiente, recursos humanos na saúde, desenvolvimento científico e tecnológico, entre outras (Brasil, 1990a, 1990b).

O SUS é um sistema complexo, mas que ganha visibilidade principalmente por uma de suas várias linhas de atuação: a assistência em saúde. A jornada de um paciente nesse sistema segue as Redes de Atenção à Saúde (RAS), que criam um fluxo no qual o indivíduo passa pela atenção básica ou primária, secundária (tratamento especializado) e terciária (serviços de alta complexidade).

Os princípios que norteiam a organização do SUS são universalidade, equidade e integralidade. Tendo esses preceitos, visa garantir aos 212 milhões de brasileiros um atendimento de qualidade, que diminua desigualdades e que seja capaz de prevenir, promover, tratar, reabilitar e integrar a saúde com outras políticas públicas. Considerando o atual cenário, não parece um tanto utópico?

O SETOR PRIVADO

Como vimos anteriormente, as expectativas para o futuro do setor público são angustiantes, enquanto as do setor privado parecem ser brilhantes. O SUS implora por um respiro. Precisa de recursos ou, pelo menos, otimizar os que tem. As *startups* parecem ter as soluções, mas lutam contra as barreiras para entrar no setor e se multiplicar. Entretanto, *quão receptiva a saúde é à atividade empresarial?*

Cerca de 70% das *startups* do *hub* de inovação do Hospital Israelita Albert Einstein ainda não acessaram o SUS, justamente pela dificuldade de adentrar esse sistema (Inovação [...], 2025). O que elas descobriram foi que a porta do setor privado parece estar praticamente aberta, enquanto a do setor público parece ter chaves escondidas e enigmas para decifrar.

Esse fenômeno ocorre em função do ambiente de extrema competitividade que vem se criando no setor privado e da consequente necessidade de diferenciação dos profissionais de saúde. De acordo com o Conselho Federal de Medicina (2025), o País nunca contou com tantos médicos quanto hoje. Atualmente o número já é de aproximadamente 600 mil, o que representa uma densidade de 2,8 por mil habitantes, colocando o

Brasil à frente dos Estados Unidos, do Japão e da China. Isso também ocorre na odontologia. De acordo com o Conselho Federal de Odontologia (2025), 19% dos dentistas do mundo estão no Brasil (em torno de 400 mil profissionais).

Além de enfrentar uma ampla gama de estressores, como pressão no trabalho, contato frequente com o público, trabalho em equipe, interferência da ocupação na vida privada e necessidade de gestão de finanças mesmo sem preparo para tal, os profissionais da saúde vêm se deparando com o desafio de se diferenciar entre os demais (Humphris, 1998; Gorter *et al.*, 1998; Gomes; Ramos, 2015; Feitosa; Santos; Santos, 2020). A maior parte dos negócios em saúde segue modelos do tipo “loja de soluções”, ou seja, a proposta de valor que oferecem nada mais é do que a solução de problemas complexos por meio de uma mão de obra especializada (Hwang; Christensen, 2008). O setor da saúde é bastante regulamentado, e apresenta uma série de barreiras para novas tecnologias, modelos de negócios e tratamentos. Cabe ao profissional explorar o mercado e entender como poderá se diferenciar diante dos demais. E é nesse ponto que entra a interação com *healthtechs*.

Considerando que a peça-chave de um negócio em saúde é a *expertise* dos seus funcionários e que existe uma estrutura muito rígida e regulamentada para inovar, o modelo mais adequado para que uma empresa prestadora de assistência em saúde ganhe força no mercado é o de processos de negócio de agregação de valor. Esse modelo minimiza os custos por meio da padronização de processos, diminuição de desperdícios e encantamento ao paciente (Hwang; Christensen, 2008). E as *healthtechs* parecem ter as soluções. Os produtos ofertados por essas empresas trazem inovações não só em biotecnologia, dispositivos médicos e tratamentos, mas também para a própria gestão de um negócio e experiência do cliente, fazendo o profissional ou a clínica que o contratar se diferenciar entre os demais.

A FENDA

Com a maior parte dos produtos sendo *business-to-business* (B2B), as *healthtechs* já sabem o caminho para acessar o setor privado. Entretanto, aproximadamente 76% da população brasileira depende exclusivamente do SUS (Brasil, 2025b).

Isso nos leva a concluir que, enquanto as *healthtechs* não entrarem em peso no setor público, elas estarão explorando apenas um quarto do mercado. Além de isso não ser interessante para elas, faz com que a maior parte da população não esteja tendo acesso a essas novas tecnologias e, conseqüentemente, haja um *gap* entre as condições de saúde pública e privada.

Qualquer um – que pague – pode fazer um mapeamento genético e prever a doença que pode levá-lo a óbito em 30 anos, antes mesmo de ela existir. Em paralelo a isso, 37,5% dos brasileiros não têm coleta de esgoto em casa e 16,9% nem sequer têm água tratada (Ferreira, 2024).

Imagine que bom seria se pudéssemos fazer uso das ferramentas, *softwares* e serviços que estão surgindo no país que é reconhecido como epicentro da inovação em saúde da América Latina para economizar e otimizar recursos e assim melhorar o acesso

à saúde. Entretanto, a receptividade de um serviço de saúde às novas tecnologias depende muito do contexto institucional em que ele está inserido. Os decisores políticos precisam de competências na gestão da mudança em contextos complexos e dinâmicos como esse (Bloom; Wolcott, 2013).

O MEDO PARALISA

Inicialmente, inovações podem ser vistas como erosão da qualidade. Isso ocorre principalmente quando a mudança supera a capacidade de adaptar-se a ela (Bloom; Wolcott, 2013). Por conta disso, grandes instituições aceitam inovações necessárias para sobreviver em um mercado em evolução, mas tendem a evitar aquelas que exigem grandes movimentações.

Diante de tantos problemas que o SUS tem enfrentado, algumas das soluções tecnológicas que vêm surgindo parecem ser luxo. São vistas como pomposas, exageradas, desnecessárias. Entretanto, não ser receptivo a elas é o famoso “barato que sai caro”.

É previsto em Constituição (Brasil, 1988) que entidades privadas podem trabalhar de maneira complementar ao SUS, havendo preferência por aquelas que são filantrópicas ou sem fins lucrativos. As com fins lucrativos não podem receber recursos públicos para auxílios ou subvenções, e estão proibidas empresas com capital estrangeiro.

Mesmo considerando isso, a partir do momento em que os tópicos “privatizações” ou “parcerias público-privadas” (PPPs) são colocados em pauta, o medo e a negação vêm à tona. O profissional de saúde parece ficar paralisado, devorado por um medo irracional de que o serviço passe a ter enfoque em lucro, desobedecendo preceitos éticos, exigindo alta produtividade e remunerando mal.

Exemplo disso foi a resposta da classe diante do Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020 (Brasil, 2020a), que tinha como finalidade elaborar estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para trazer melhorias de infraestrutura e modernização de Unidades Básicas de Saúde (UBSs), no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Imediatamente após sua publicação, o setor reagiu nas redes sociais com a *hashtag* #DefendaoSUS, alegando que a aprovação seria o caminho para a privatização do SUS. A reação fez com que o Governo federal o revogasse dois dias depois (Brasil, 2020b).

O decreto tinha apenas a finalidade de elaborar estudos, e a reação foi desproporcional. Foi encarado pela classe como um passo em direção a uma mudança radical e definitiva em toda a estrutura de um sistema extremamente complexo como o SUS.

Sem dúvidas, algo que reforçou o medo foi a abordagem macroeconômica apresentada e a ausência de participação do ministro da Saúde ou de entidade equivalente para a elaboração do decreto. Isso nos mostra que, para sugerir qualquer inovação no setor, é preciso cautela na comunicação. Além dos princípios de universalidade, equidade e integralidade, o SUS segue as diretrizes de descentralização, regionalização, hierarquização da rede e participação social (Brasil, 1990a). Para que qualquer mudança, inovação ou, aparentemente, até mesmo um estudo sejam realizados, será necessário

respeitar os princípios norteadores desse sistema. Caso contrário, a história nos mostra que não haverá receptividade.

Quando falamos em liberalismo, muito falamos sobre a importância do discurso e da liberdade de expressão. Infelizmente, o discurso liberal é difícil de ser disseminado, em função de sua elevada complexidade, enquanto falas populistas são de mais fácil acesso e repletas de palavras camufladas. Por meio do egoísmo inteligente e da falsa filantropia, o legislador e a lei acabam agindo contra seu próprio fim.

“Eles querem ser pastores, querem que sejamos rebanho.”

Frédéric Bastiat em *A lei* (2019)

NA PRÁTICA

Já sabemos que o próximo passo é trazer as inovações do setor privado para dentro do SUS, mas, para isso, é necessário trabalhar a comunicação. Tendo conhecimento da resistência do setor à inovação e do medo da iniciativa privada, é necessário que se desenvolva um discurso cauteloso e coerente com os princípios e diretrizes do SUS, permitindo que as instituições privadas sejam entendidas como agentes propulsores, capazes de otimizar processos e recursos e defendendo que palavras como “fomento” e “estudos” não significam necessariamente privatização irrestrita, mas sim abertura de possibilidades controladas de cooperação privada. Além disso, é precípuo olhar para exemplos de sucesso.

Casos de reciprocidade entre a iniciativa privada e pública na saúde existem dentro e fora de casa. A interação entre setores pode começar pouco a pouco, sem que se mude radicalmente o sistema do dia para a noite. Existem inúmeros exemplos de *startups* que introduziram soluções tecnológicas compactas e acessíveis em unidades de saúde pública brasileiras, como hospitais e centros de atenção primária.

A ImpulsoGov é um exemplo disso. É uma *startup* sem fins lucrativos que, pelo uso inteligente de dados e tecnologia do SUS, identifica riscos de saúde e auxilia na tomada de decisão baseada em evidências. Seu principal produto é o Impulso Previne, uma ferramenta de gestão para a atenção primária, com foco na prevenção e consequente redução de custos a longo prazo. A ImpulsoGov já está em mais de 240 municípios, onde vivem mais de 14 milhões de brasileiros que dependem do SUS (O uso [...], 2025). Mesmo sendo uma organização sem fins lucrativos, a ImpulsoGov foi um exemplo de *startup* que adentrou o sistema público de saúde, causando forte impacto.

Mas esse movimento não precisa ser apenas filantrópico. Outro exemplo é a Meddit, uma *healthtech* que utiliza o modelo *software as a service* (SaaS) para facilitar fluxos digitais para prescrições, prontuários e agendas inteligentes. Ela se integra com as plataformas e-SUS e Meu SUS Digital, enviando dados de consultas e prescrições para o banco nacional em tempo real. Em 2024 e 2025, expandiu-se para 150 municípios, focando em atenção primária. Seus produtos reduzem erros em prescrições e aumentam a adesão de consultas, diminuindo o absenteísmo de pacientes. Além disso, tem parceria com o Programa Mais Médicos, facilitando teleconsultas, que permitem

que a assistência em saúde chegue a locais remotos. Outros exemplos são as empresas SaveLivez, que, pelo uso de inteligência artificial (IA), auxilia hemocentros ligados ao SUS a manterem estoques de sangue, evitando falta e desperdício; a epHealth, que permite mapeamento epidemiológico municipal e organização de visitas domiciliares por parte dos agentes comunitários de saúde via aplicativo; a NeuralMed, uma IA para triagem e detecção de patologias em exames de imagem em segundos; e até mesmo a SDW for All (Sustainable Development & Water for All), que desenvolve tecnologias de acesso a água tratada e saneamento em comunidades vulneráveis (Dia [...], 2020).

Ainda pensando no Brasil, podemos expandir o olhar para casos de PPPs que injeitam eficiência no SUS sem “privatizar” – como é o caso do Complexo Hospitalar Souza Aguiar, no Rio de Janeiro. Essa PPP é uma concessão administrativa de 30 anos na modalidade “não assistencial”. Nesse modelo, o setor privado apenas entra em cena para cuidar da infraestrutura, modernização e serviços de apoio (como reformas, gestão patrimonial, segurança, alimentação, limpeza, estacionamento, tecnologia da informação [TI], manutenção), enquanto o setor público segue sendo responsável inteiramente pelo atendimento clínico. Outro exemplo é a ação filantrópica que deu origem ao Hospital Nora Teixeira, no complexo da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre. O investimento trouxe fortes impactos nos âmbitos tanto de infraestrutura (*design* moderno, tecnológico e *eco-friendly*, garantindo conforto, segurança e sustentabilidade) quanto financeiro (seu modelo híbrido permite geração de receita para subsídio cruzado do SUS).

Olhando para fora do País, esses exemplos vão ao encontro de outros, como é o modelo Alzira – um dos *cases* mais influentes da Europa. Nomeado pelo Hospital Universitário La Ribera, localizado em Alzira, na Comunidade Valenciana, na Espanha, o modelo foi lançado em 1999 e representa uma “PPP Integrada”. Nele o setor privado é responsável por serviços de limpeza, manutenção e TI, enquanto o setor público segue responsável pelos atendimentos clínicos, consultas e cirurgias. O contrato com o setor privado prevê uma taxa anual captada por residentes na área de Alzira e assume o risco de eficiência, ou seja, ganha mais se otimizar custos sem baixar a qualidade. Além disso, o setor privado é penalizado por metas não atingidas e bonificado por eficiência (Colaboração [...], 2025).

PRÓXIMOS PASSOS

O setor da saúde vive uma dicotomia profunda e persistente: de um lado parece existir um horizonte de oportunidades para o ramo da tecnologia e inovação, com empresas desenvolvendo as mais diversas soluções para o setor, e, de outro, há escassez de recursos, profissionais sobrecarregados e milhares de cidadãos dependendo exclusivamente do SUS, enfrentando a espera por atendimentos enquanto veem doenças evoluindo e a cura se tornando cada vez mais distante. A desigualdade entre esses dois mundos é o reflexo de um sistema que, infelizmente, vem lutando para responder a seus princípios norteadores, principalmente a missão pública de equidade.

Chegamos ao limite. O Brasil precisa abandonar a incansável batalha que vem lutando, há anos, por motivos de orgulho, em busca de uma vitória de Pirro impossível. Não se trata de substituir o SUS por modelos privatizantes, mas de criar pontes que possam unir o melhor dos dois mundos, sem comprometer seus pilares. O setor público amedronta-se com qualquer contato mais próximo do privado, especialmente quando não é acompanhado pelas palavras “sem fins lucrativos”. No entanto, é possível avançar com parcerias estratégicas e modelos híbridos, como nos casos anteriormente citados.

A liberdade de expressão é um tema em pauta no Brasil hoje. Nesse quesito, precisamos jogar o jogo. Para conquistar as ideias propostas, devemos ter cuidado com o discurso, evitando polarizações e focando evidências. Os exemplos de integração entre os setores público e privado demonstram que o movimento é viável e inteligente, principalmente quando alinhado aos princípios e às diretrizes norteadoras do SUS.

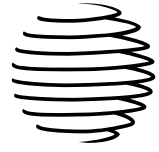
Inovações podem ser vistas inicialmente como erosão da qualidade (Bloom; Wolcott, 2013). Transformações exigem tempo, diálogo, investimento e monitoramento. Ao buscar que a inovação e o acesso público caminhem de mãos dadas, poderemos construir um sistema de saúde mais resiliente e exemplar. Seguiremos considerando que saúde não tem preço, mas dessa forma as contas serão pagas.

REFERÊNCIAS

- BASTIAT, F. *A lei*. São Paulo: LVM, 2019.
- BLOOM, G.; WOLCOTT, S. Building institutions for health and health systems in contexts of rapid change. *Social Science & Medicine*, v. 96, p. 216-222, 1 nov. 2013.
- BONA, L.; CORDEIRO, M. *Health Tech Report 2024*. [S. l.]: Distrito, 2024.
- BONAVIDES, J. *Distrito Health Tech Report Brasil 2020*. [S. l.]: Distrito, 2020.
- BRASIL. Casa Civil. *Governo do Brasil lança fundo de R\$ 20 bilhões para impulsionar obras e equipamentos em saúde e educação*. Brasília: Casa Civil, 2025a.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Decreto n. 10.530, de 26 de outubro de 2020*. Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada. Brasília: Presidência da República, 2020a.
- BRASIL. *Decreto n. 10.533, de 28 de outubro de 2020*. Revoga o Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020, que dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Brasília: Presidência da República, 2020b.
- BRASIL. *Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012*. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012.

- BRASIL. *Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990a.
- BRASIL. *Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Viva o SUS! O maior sistema público de saúde do mundo é gratuito, universal e do Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2025b.
- COLABORAÇÃO público-privada na saúde: o modelo Alzira. *Ribera Salud*, 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Demografia médica dados gerais*. Brasília: CFM, 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. *Quantidade Geral de Profissionais e Entidades Ativas*. CFO. Brasília: CFO, 2025.
- DIA do SUS: conheça startups que atuam no sistema público de saúde. *Eretz.bio*, set. 2023.
- FEITOSA, L.; SANTOS, D.; SANTOS, R. Conflitos na relação entre Cirurgiões-dentistas e operadoras de Odontologia suplementar. *Saúde, Ética & Justiça*, v. 25, p. 1522, 3 jul. 2020.
- FERREIRA, I. Censo 2022: rede de esgoto alcança 62,5% da população, mas desigualdades regionais e por cor e raça persistem. *Agência IBGE Notícias*, abr. 2024.
- GOMES, D.; RAMOS, F. R. S. O profissional da odontologia pós-reestruturação produtiva: ética, mercado de trabalho e saúde bucal coletiva. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 285297, mar. 2015.
- GORTER, R. C. et al. Work place characteristics, work stress and burnout among Dutch dentists. *European Journal of Oral Sciences*, v. 106, n. 6, p. 9991005, dez. 1998.
- HUMPHRIS, G. A review of burnout in dentists. *Dental Update*, v. 25, n. 9, p. 392396, nov. 1998.
- HWANG, J.; CHRISTENSEN, C. M. disruptive innovation in health care delivery: a framework for business-model innovation. *Health Affairs*, v. 27, n. 5, p. 13291335, set. 2008.
- INOVAÇÃO em saúde: como identificar e adotar tecnologias com impacto real Pensando no Futuro. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (37 min). Publicado pelo canal Futuro da Saúde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fp6d-tvZW7k>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- KROLL, R. Orçamento da saúde: com R\$246 bilhões, financiamento do SUS cresce 6,2%. *Futuro da Saúde*, maio 2025.
- O USO inteligente de dados para transformar a saúde pública do Brasil. *ImpulsoGov*, 2025.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.



MATHEUS BAUMBACH NASCIMENTO

*Empresário e Associado do Instituto
de Estudos Empresariais (IEE)*

A EDUCAÇÃO É ALGO MUITO IMPORTANTE PARA FICAR NAS MÃOS DO ESTADO

O QUE É EDUCAÇÃO?

Toda criança nasce sem as capacidades próprias de um adulto, entre elas, a de raciocinar plenamente. Crescer é justamente amadurecer essas capacidades. Nesse processo, são essenciais suas faculdades mentais, sua percepção e sua razão. Munida desses instrumentos, a criança aprende e incorpora conhecimento sobre si e sobre o mundo. Esse aprendizado ocorre em um contexto concreto, no qual ela experimenta e exercita habilidades em formação. Sua razão organiza impressões sobre pessoas e coisas, ao mesmo tempo em que revela desejos e aptidões. Ao longo desse percurso, define seus próprios fins – coerentes com sua personalidade, com princípios morais que julga superiores e com seu gosto estético – e encontra meios para alcançá-los.

Ao chegar à idade adulta, terá desenvolvido ao máximo suas faculdades e consolidado um repertório de valores, princípios e saberes. Todas as dimensões da pessoa compõem sua educação, e reduzi-la à escolarização formal empobrece o termo. Todos aprendem o tempo inteiro: é um processo contínuo – em certo sentido, todos somos autodidatas. E há um traço essencial da condição humana: cada indivíduo forma suas próprias ideias. Outros podem influenciar, mas ninguém pode determinar por decreto o que alguém deve pensar ou valorizar (Rothbard, 2013).

Nas palavras de Olavo de Carvalho (2001):

A abertura para a razão é educação. Educação vem de *ex ducere*, que significa levar para fora. Pela educação a alma se liberta da prisão subjetiva, do egocentrismo cognitivo próprio da infância, e se abre para a grandeza e a complexidade do real. A meta da educação é a conquista da maturidade. O homem maduro – o *spoudaios* de que fala Aristóteles – é aquele que tornou sua alma dócil à razão, fazendo da aceitação da realidade o seu estado de ânimo habitual e capacitando-se, por esse meio, a orientar sua comunidade para o bem. Este ponto é crucial: ninguém pode guiar a comunidade no caminho do bem antes de tornar-se maduro no sentido de Aristóteles.

Ainda que boa parte da formação geral do indivíduo dispense a escolarização formal – com alimento e abrigo, o desenvolvimento físico acontece, e o convívio com outras pessoas gera o amadurecimento ao longo da vida –, o conhecimento intelectual, por estar além do cotidiano, costuma exigir estudo organizado em etapas lógicas de observação e dedução, seja por livros completos e sistemáticos, seja por um professor que domina o assunto e ajusta a didática ao aluno. É aí que entra a educação formal.

Leitura, escrita e aritmética formam o tripé essencial da autonomia intelectual. Com elas, a pessoa acessa o vasto patrimônio de conhecimentos acumulado pela civilização. O ensino formal e sequencial é necessário sobretudo nas disciplinas de natureza técnica, em que o conteúdo precisa ser apresentado de modo progressivo. Para competências físicas ou aprendizagens de caráter espontâneo, essa instrução básica formal não se faz tão necessária.

O CERNE DO PROBLEMA

Um dos traços mais valiosos da condição humana é a diversidade entre as pessoas, tanto no âmbito de preferências quanto no de habilidades e talentos. A expansão dessa variedade é ao mesmo tempo causa e consequência do avanço civilizatório por meio da especialização do trabalho. Esse arranjo se retroalimenta, ampliando as oportunidades para o exercício do juízo e para o cultivo de interesses próprios. Além disso, a especialização dá vida ao avanço do conhecimento e do progresso, que por sua vez se somam à civilização da sociedade. Como capacidades e interesses são naturalmente diversos, impor uniformidade em quase tudo leva a um nivelamento por baixo.

Porém, há um aspecto em que a igualdade é desejável, que é a garantia de um ambiente educacional sem violência contra a pessoa, condição necessária ao desenvolvimento de suas capacidades e de sua personalidade. A educação não funciona sob coerção. Sendo abertura para a razão – *ex ducere*, isto é, conduzir para fora da prisão subjetiva e do egocentrismo cognitivo –, ela exige o consentimento e o engajamento interior do aprendiz. A coação pode obter presença e silêncio, não compreensão nem a conquista da maturidade, que é a meta da educação. Autonomia intelectual não nasce de heteronomia, pois uma alma dócil à razão se forma pela aceitação da realidade, não pelo temor de sanções.

A criança nasce dependente e só conquista autonomia mais tarde. Até desenvolver essa independência, não consegue agir por conta própria como sujeito plenamente responsável. Precisa permanecer sob tutela, tarefa exigente e complexa. Então, surge a pergunta central: quem responde pela educação da criança, a família ou o Estado? Em última instância, alguém deterá o poder de decisão.

Os pais detêm a guarda e o dever de cuidado porque são os progenitores, nutrem afeto, têm interesse direto no desenvolvimento do filho e conhecem de perto suas necessidades e traços de personalidade. A alternativa seria a retirada compulsória da criança pelo Estado para educá-la diretamente, o que viola direitos parentais e os direitos da própria criança.

Ainda há um ponto muito importante. Como já argumentado, o desenvolvimento da razão pede um ambiente sem violência, pois é por meio dele que a criança se torna independente. O Estado se afasta desse ideal por sua própria natureza, sendo ele a “comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica (com êxito) o monopólio do uso legítimo da violência física” (Weber, 2011, p. 37). Diferentemente de indivíduos livres e entidades voluntárias, o Estado determina o que deve ser acatado e impõe sua vontade. Como entregar ao Estado a responsabilidade pela

educação se seu conceito colide com a própria finalidade educativa? Para quem defende o desenvolvimento pessoal em sociedade livre, ancorado na dignidade humana e nos direitos naturais, fica clara a opção entre a responsabilidade familiar e a estatal sobre as crianças.

Perceba o encadeamento: quando o Estado assume para si a responsabilidade pela educação, ele precisa torná-la administrável. Vêm daí a obrigatoriedade de frequência, a padronização de conteúdos e a criação de métricas comparáveis. Esses dispositivos não servem apenas a fins pedagógicos, eles tornam pessoas e instituições decifráveis para o Estado – um movimento típico de simplificação e centralização que facilita comando e controle. Em termos teóricos, a escola passa a funcionar como um dos aparelhos ideológicos que ajudam a reproduzir a ordem vigente, não só transmitindo conteúdos, mas também socializando para certas formas de obediência e conformidade.

Uma vez instalado esse arranjo, entram em cena os mecanismos cotidianos. Além do currículo formal, opera um currículo oculto feito de regras de tempo, espaço e conduta: tocar do sinal que fraciona a atenção, filas e permissões para falar, controle de deslocamento, silêncio como prova de “bom comportamento”, competição por notas e aceitação de avaliações externas contínuas. A rotina de esperar, pedir licença e cumprir instruções treina uma obediência ao controle externo e naturaliza relações assimétricas de autoridade. Chamadas nominais, registros, câmeras e plataformas que medem engajamento instauram uma vigilância permanente, que por sua vez incentiva a autocensura e a autovigilância. Philip Jackson (1968) descreveu esse conjunto como o aprendizado de “multidões, elogios e poder”. O resultado é que o aluno pratica, todos os dias, disposições de obediência e conformidade antes mesmo de discutir ideias sobre cidadania e ética, o que, invariavelmente, reflete-se no seu comportamento adulto.

A literatura chama essa engrenagem de princípio da correspondência, em que a vida escolar espelha a organização do trabalho e habitua o aluno a caber nela. Bowles e Gintis (2011) mostraram que hierarquias, divisão de tarefas e recompensas extrínsecas das escolas correspondem às exigências do mercado de trabalho, no qual são valorizados a pontualidade, o cumprimento de metas e a deferência a supervisores. O rastreamento por séries, turmas e níveis antecipa a segmentação ocupacional; boletins e *rankings* funcionam como equivalentes de avaliações de desempenho; credenciais substituem demonstrações diretas de competência.

O resultado, ao longo do tempo, é uma escola que tende a produzir lealdade institucional e dependência, reduzindo espaço para iniciativa própria. Críticos como Ivan Illich (1972) e John Gatto (2019) sustentam que a obrigatoriedade e a centralização deslocam a aprendizagem de um ato de descoberta para um regime de tutela, no qual o estudante é tratado como paciente de um tratamento educacional, o que favorece a passividade. Ao mesmo tempo, a escola monopoliza o tempo das crianças, enfraquecendo laços com família e comunidade e canalizando o reconhecimento para credenciais emitidas pelo próprio sistema. Nessa atmosfera, obedecer às regras passa a valer mais do que compreender suas razões. Esse é exatamente o tipo de obediência que legitima o Estado como autoridade natural.

A escolarização obrigatória costuma passar despercebida, por integrar nossos hábitos. Considere a analogia: um governo financia um jornal oficial com impostos,

impõe sua leitura e veda alternativas de mídia. Qualquer adulto consideraria esse arranjo absurdo. Entretanto, esses adultos, em sua grande maioria, acham normal o Estado ditar o que deve e o que não deve ser ensinado para as crianças, as quais estão em processo de formação da razão.

No Brasil, além de a escolarização ser obrigatória (Brasil, 2009), há centralização curricular de forma estrutural. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) determina a existência de uma base nacional comum de conteúdos e competências a ser seguida em todo o território nacional e prevê apenas uma margem de flexibilidade para redes e escolas sobre o currículo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) materializa essa base ao prescrever as aprendizagens essenciais por etapa e componente. Na prática, o espaço de flexibilização de que as escolas dispõem é residual e condicionado pelos parâmetros nacionais – mais margem de adaptação do que autonomia real. Isso reduz a capacidade de redes e escolas decidirem seus currículos.

A documentação oficial e a formação docente enfatizam temas transversais como cidadania, direitos humanos, diversidade e meio ambiente. Embora legítimos, são conteúdos dependentes de um núcleo cognitivo sólido: leitura, escrita e matemática. Ao serem priorizados, deixam de contribuir para a formação da razão justamente por erodirem o tempo dedicado à consolidação dessas competências fundantes (Brasil, 2017).

A estagnação é clara ao observar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023, que ficou praticamente no patamar de 2019, com avanços muito pequenos e queda em parte das redes (Inep, 2024). No comparativo internacional, no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, do inglês *Programme for International Student Assessment*) de 2022, por exemplo, apenas 27% dos estudantes brasileiros alcançaram pelo menos o Nível 2 em matemática, ante 69% na média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); ou seja, a maioria não domina o patamar funcional mínimo (OCDE, 2023). Parte relevante dessa estagnação decorre do fechamento prolongado e generalizado das escolas durante a pandemia, uma combinação associada a perdas de aprendizagem – em parte atribuíveis à decisão centralizada de fechamento das escolas (Unesco; Unicef; World Bank Group, 2021; World Bank Group, 2022).

Em síntese, as decisões centralizadas que vêm sendo tomadas não estão orientadas à formação da razão das crianças, mas à obediência a prescrições e agendas políticas. Ao tratar um país vasto e culturalmente diverso como se fosse uniforme, a regulação engessa itinerários e métodos e desconsidera necessidades locais. Nossas crianças podem até estar recebendo escolaridade, mas será que estão, de fato, recebendo educação?

A SOLUÇÃO ESTÁ NA LIBERDADE

A educação conduzida pelos pais revela-se não apenas ética, mas também superior em termos de resultados. Como cada pessoa é única, podemos logo chegar à conclusão lógica de que o melhor método de instrução é o ensino individual (Rothbard, 2013, p. 16). Colocar na mesma sala alunos com aptidões, dificuldades e interesses distintos

e tratá-los da mesma maneira tende a produzir piores resultados. Logo, proibir que famílias ensinem seus próprios filhos, como é a realidade encontrada no Brasil, é um erro.

O *homeschooling*, termo usado para designar o ensino domiciliar, apresenta um bom desempenho devido a alguns fatores que se relacionam diretamente com o que já foi tratado: (i) atenção individualizada – os tutores ou os pais adaptam o ritmo e o conteúdo da aprendizagem para cada aluno, sem precisar seguir um currículo limitador imposto; (ii) flexibilidade curricular – há liberdade de escolha nas abordagens e nos materiais que considerarem mais adequados aos seus filhos, conferindo mais sentido ao processo aos olhos do aluno; e (iii) ambiente seguro – os alunos se sentem mais protegidos e socialmente menos pressionados, o que influencia positivamente o rendimento.

Em setembro de 2025, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou o relatório “*Homeschooling through a human rights lens*” (Unesco, 2025), que enquadra a educação domiciliar na perspectiva dos direitos humanos e reafirma – com base em instrumentos internacionais – o direito de pais e responsáveis de escolher a educação de seus filhos. Mesmo não sendo uma autorização automática para países específicos, é uma referência importante para o debate brasileiro ainda em curso.

Entre as críticas feitas a esse sistema de ensino estão o problema da socialização e o do envolvimento familiar. É comum o medo de que crianças educadas pelo ensino domiciliar não se socializem como aquelas que frequentam as escolas tradicionais. Na prática, isso não se confirma, até porque essa diferença pode ser compensada por atividades extracurriculares e grupos de apoio em que as crianças exercitem o relacionamento interpessoal com seus pares de forma mais segura e prática. É evidente que, para que o *homeschooling* funcione, é necessária uma grande dedicação por parte dos pais. A maioria deles é qualificada para ensinar seus filhos em assuntos elementares, e, quando não forem, podem recorrer a tutores em áreas específicas.

Contratar escolas privadas para educar seus filhos, por mais que seja uma alternativa menos satisfatória que o ensino individual, é uma solução economicamente mais viável, pois o preço do ensino individual é mais alto e proibitivo para a maioria dos pais. Infelizmente, temos outro problema que assola nossa sociedade atual: mesmo as escolas privadas precisam seguir regras curriculares impostas pelo governo. Se o Estado obriga certos padrões às escolas privadas, muitas crianças terão seu desenvolvimento prejudicado: alguns são arrastados por um ritmo lento, outros são atropelados por um andamento rápido demais. Ritmos de aprendizagem variados pedem métodos variados, algo que um padrão único não consegue contemplar.

O método Montessori, por exemplo, foi concebido para enfrentar esse descompasso. Buscando promover a autonomia, a autoeducação e o desenvolvimento integral da criança, esse método usa técnicas como turmas multietárias, materiais autocorretivos e trajetórias individuais que respeitam o ritmo e o interesse individual de cada aluno. Nesse contexto, o professor assume o papel de guia e observador, o que mitiga tanto a defasagem quanto a aceleração indevida no processo de aprendizagem. Ainda assim, no Brasil, mesmo as escolas montessorianas permanecem restringidas pela

arquitetura centralizada do sistema e devem conformar-se aos parâmetros da BNCC (Brasil, 2018) e às exigências da LDB, além de calendários, cargas horárias e avaliações padronizadas. No arranjo atual, o método Montessori prospera apenas parcialmente, contido por exigências de padronização.

Quando o Estado fixa conteúdos obrigatórios de maneira inflexível, força escolhas que podem prejudicar vocações. Um estudante excepcional na área de exatas, por exemplo, pode ser obrigado a dedicar tempo excessivo a conteúdos que não servem às suas metas, com benefícios duvidosos. As leis estatais de escolarização obrigatória não apenas freiam a expansão de escolas privadas especializadas para as mais diversas necessidades infantis, como também desestimulam que os pais atuem como educadores diretos de seus filhos.

Quando as famílias podem escolher livremente, tendem a encontrar o arranjo que melhor atende às necessidades de seus filhos. Mesmo sem recorrer ao ensino individual, é possível optar por escolas privadas ajustadas ao perfil, às aptidões e às dificuldades de cada criança. O desenvolvimento amplo e diversificado das escolas privadas só é possível em um mercado livre, com pouca – ou nenhuma – regulamentação que imponha entraves à inovação. Nesse contexto, surgem modelos variados para atender a diferentes demandas, como escolas voltadas ao alto desempenho, a perfis medianos, a crianças com dificuldades específicas e a alunos com talentos generalistas ou especializados.

Um exemplo de inovação em método de ensino surgiu nos Estados Unidos, mais precisamente em Framingham, no Estado de Massachusetts. A Sudbury Valley School segue a teoria de que a sobrevivência de todas as espécies depende da ambição de seus jovens em desenvolver as habilidades necessárias para prosperar como adultos eficazes no mundo. Assim, a instituição oferece a cada aluno um lugar para realizar essa ambição e descobrir seus pontos únicos de excelência. Eles respeitam a capacidade de cada aluno, independentemente da idade, de planejar e realizar suas atividades diárias, não incentivando os alunos a seguirem caminhos específicos, nem oferecendo avaliações de desempenho. As regras para proteger a liberdade individual são estabelecidas por todos os membros da comunidade por meio de uma reunião escolar, e a ordem social é protegida por um sistema judicial de pares (Gatto, 2024).

Esse arranjo funciona porque a liberdade é a alma da experiência em Sudbury Valley. Dela surge a inquietação intelectual, o prazer de criar e a energia que percorre a comunidade. A liberdade aproxima idades diferentes, gera mobilidade e abre espaço para conversas longas, o que sustenta a busca de excelência em qualquer atividade. Em muitos países, esse modelo nem é tentado. Não é falta de resultados nem de interesse das famílias. O que trava é a proibição estatal desses formatos. Assim, a inovação fica bloqueada justamente em um dos pilares mais relevantes da sociedade: a educação.

A solução da educação começa quando quebramos as correntes estatais em busca da liberdade. De acordo com John Gatto (2019, p. 55):

O local mais provável para se encontrar soluções seria uma espécie de sistema de livre mercado na escolarização pública, em que as escolas familiares, pequenas escolas particulares, escolas religiosas, escolas técnicas e escolas de agricultura existam em profusão para concorrer com a educação governamental.

O objetivo é destravar a criação de novas ofertas sem renunciar à segurança para as crianças. Em vez de listas intermináveis de exigências – metragem, mobiliário, tempo mínimo de aula, licenças e certificações –, o foco se volta a condições de segurança e ao direito à informação: o que a escola promete, como avalia e como atende aos alunos. A simplificação do registro escolar diminuiria a barreira de entrada, permitindo um mercado mais livre. Mais competidores ofertando educação aumentam a concorrência, melhorando a qualidade do serviço e diminuindo o preço, sem contar a possibilidade de inovações na área. Isso permite que a educação inovadora deixe de ser clandestina e que as famílias comparem opções, optando por aquela que melhor atende às suas necessidades.

Nesse contexto, a descriminalização do *homeschooling* se torna óbvia. É necessário e moral que essa prática deixe de ser uma infração administrativa ou penal e passe a ser o exercício legítimo da autoridade dos pais. O Estado atua apenas diante de evidência concreta de dano à criança (negligência, maus-tratos), com resposta proporcional e focada na proteção do menor.

A licença exclusiva de docência é outro ponto a ser atacado, pois muitos profissionais com vastas experiências em diversas áreas poderiam dar aulas extraordinárias. Nesse arranjo, a transparência é a chave para a liberdade, sendo necessário que as escolas sejam claras na qualificação dos professores para avaliação dos pais. Essa mudança amplia o leque de perfis (mestres artesãos, profissionais de tecnologia, artistas, cientistas aposentados) e desloca o incentivo para a capacidade de ensinar bem e entregar resultados.

Perceba que a responsabilização sai do controle dos meios e se dá pelo controle dos resultados, sendo esse controle feito pelos pais, e não pelo Estado. Cada escola escolhe um método, mas se compromete com indicadores de saída coerentes com sua proposta: progresso de cada aluno, proficiências por faixa etária, portfólios, satisfação das famílias e caminhos pós-escola. Logo, esses dados ficariam públicos e auditáveis por entidades independentes. A reputação, contratos com segurança jurídica e comparabilidade criam um livre mercado saudável sem sufocar a inovação. Certificações privadas também atuam nesse contexto, oferecendo mais uma camada de confiança entre escolas e pais.

No estágio ideal, o Estado protege os direitos das crianças e a liberdade das famílias, intervindo apenas diante da violação comprovada aos direitos naturais do indivíduo. A rotina de acompanhamento passa a ser contratual e reputacional, com a liberdade de sair de um serviço que não atende aos objetivos buscados.

Não estamos discutindo aqui o tamanho desejável da seguridade social. Se o poder público decidir financiar educação, deve atuar apenas como pagador, não como gestor do ensino. O dinheiro acompanha o aluno, sob controle da família, com neutralidade de método e de provedor e sem contrapartidas pedagógicas que amarram currículo, materiais ou modelo de escola. A fiscalização se limita à elegibilidade, ao uso lícito dos recursos e à transparência de contas, evitando ingerência didática. Para a população de menor renda, o apoio pode vir por *vouchers*, bolsas privadas, fundos

comunitários e iniciativas de caridade, com regras claras de prestação de contas e ampla divulgação, para que reputação e resultados guiem as escolhas das famílias.

UM OLHAR PARA O FUTURO

Não é ingênuo admitir que o Estado resiste à perda de poder, e nada é mais estratégico do que controlar a forma como as pessoas aprendem. Ainda assim, a tecnologia tem avançado de modo que burocracias não conseguem acompanhar por muito tempo. Redes de aprendizagem, materiais abertos, avaliação por competência e novas formas de certificação tornam cada vez mais difícil monopolizar o caminho do saber. Hoje a regulação impõe freios, mas amanhã a própria infraestrutura tecnológica pode contorná-los, permitindo que famílias e comunidades organizem, em liberdade, trajetórias educativas mais honestas com a realidade de cada criança. Cabe a nós prepararmos o terreno, no âmbito jurídico, cultural e institucional, para que, quando a porta se abrir, a educação já esteja pronta para caminhar sem coerção.

Mudanças reais na educação aparecem devagar. O que fazemos hoje só floresce plenamente quando as futuras gerações colhem os resultados. A humanidade caminha acumulando o que a geração anterior deixou, e por isso negar às próximas gerações condições para aprender com liberdade é um golpe que atinge não apenas indivíduos, mas também o futuro inteiro da sociedade. Quando a formação vira um meio de doutrinação estatal, o capital intelectual se deteriora e as oportunidades encolhem no longo prazo. Se buscamos uma cultura de razão e maturidade, precisamos começar agora, abrindo espaço para que o livre mercado resolva os problemas da educação. A educação é algo muito importante para ficar nas mãos do Estado.

REFERÊNCIAS

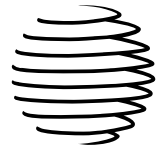
- BOWLES, S.; GINTIS, H. *Schooling in capitalist america: educational reform and the contradictions of economic life*. Chicago: Haymarket Books, 2011.
- BRASIL. *Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009*. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília: Presidência da República, 2009.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017*. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: MEC, 2017.

- CARVALHO, O. Educação liberal. *OlavodeCarvalho.org*, 2001.
- GATTO, J. T. (ed.). *Chega de escola: pelo direito de educar livremente*. Campinas: Kirion, 2024.
- GATTO, J. T. *Emburrecimento programado: o currículo oculto da escolarização obrigatória*. Kirion, Campinas, 2019.
- ILLICH, I. *Deschooling society*. New York: Harper & Row, 1972.
- INEP. *IDEB 2023 Apresentação de resultados*. Brasília: Inep, 2024.
- JACKSON, P. W. *Life in classrooms*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- OCDE. *PISA 2022 Results (Volume I and II): Country Notes: Brazil*. Paris: OECD Publishing, 2023.
- ROTHBARD, M. N. *Educação: livre e obrigatória*. Instituto Ludwig Von Mises: São Paulo, 2013.
- UNESCO. *Homeschooling through a human rights lens*. Paris: Unesco, 2025.
- UNESCO; UNICEF; WORLD BANK GROUP. *The State of the Global Education Crisis: a path to recovery*. Washington: World Bank; Paris: UNESCO; New York: UNICEF, 2021.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.
- WORLD BANK GROUP. *Learning losses*. Washington: World Bank, 2022.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.

INOVAÇÃO E ABERTURA ECONÔMICA

Inovar não é apenas criar tecnologia; é permitir que boas ideias circulem, compitam e ganhem escala. E mercados abertos não são uma concessão ao mundo: são um caminho para eficiência, produtividade e acesso a melhores bens, serviços e conhecimento. Esta subseção aborda como o Brasil pode destravar dinamismo em 2026, reduzindo custos de empreender, ampliando conectividade, estimulando competição e integrando-se de forma inteligente às cadeias globais. Os artigos tratam de ambiente regulatório, abertura, empreendedorismo e transformação digital com um objetivo comum: tornar o país mais apto a experimentar, aprender rápido e prosperar em um mundo que muda depressa.



MATHEUS DA SILVA BARCELLOS

*Empresário e Associado do Instituto
de Estudos Empresariais (IEE)*

ABRINDO A PORTEIRA: COMO REVITALIZAR O SETOR MAIS FECHADO DO BRASIL PARA OS PRÓXIMOS 30 ANOS

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado automobilístico ocupa uma posição paradoxal na economia nacional. Por um lado, representa um setor historicamente significativo, tendo alcançado a 7ª posição mundial em produção de veículos em 2013, com participação relevante no produto interno bruto (PIB) industrial ao longo das décadas. Por outro, configura-se como um dos setores mais ineficientes e protegidos da economia brasileira desde a abertura econômica pós-ditadura.

Em 2024, o setor produziu 2,574 milhões de veículos e gerou aproximadamente 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos, fechando o ano como o mercado automotivo que mais cresceu no mundo, com expansão de 15% nas vendas (Montoia, 2024). No entanto, essa aparente pujança esconde uma realidade perversa: a indústria automobilística brasileira opera sob um dos regimes protecionistas mais severos do mundo.

Desde a abertura econômica, quando diversos setores foram expostos à concorrência internacional, o setor automotivo conseguiu manter barreiras econômicas que o blindam da competição externa. O resultado é um setor que produz carros caros de qualidade inferior à disponível internacionalmente, com baixa produtividade e alto grau de ociosidade industrial – tudo isso à custa do consumidor, o que quer dizer, à nossa custa, minha e sua.

Mas essa não é uma realidade inescapável; ao contrário, existem exemplos nacionais de como a liberação econômica de um setor leva, no longo prazo, à prosperidade do mercado e, no fim do dia, da nossa sociedade brasileira. Basta entendermos os desafios que nos estão propostos e termos a coragem de escolher a liberdade.

PROTECIONISMO: CARROS CAROS E DE BAIXA QUALIDADE, E PRODUTIVIDADE ESTAGNADA

A indústria automobilística brasileira sofre de três principais males, os quais são crônicos e interligados: (a) *preços elevados*, (b) *produtividade estagnada* e (c) *baixa qualidade*. Esses problemas não são acidentais, mas sim consequências diretas e conhecidas de um regime protecionista que beneficia montadoras e concessionárias estabelecidas à custa de toda a sociedade brasileira, sobretudo seus próprios consumidores.

Começemos pelo problema mais óbvio e concreto: as tarifas. Em 2018, a assistência tarifária efetiva à indústria de transformação (da qual a indústria automotiva faz parte) alcançou 30,2% do valor adicionado. Isso significa que, por meio das tarifas de importação, a sociedade brasileira transferiu indiretamente 30,2% do valor que os produtos industriais agregam à economia para os produtores domésticos, o que representava na época 2,44% do PIB nacional. Para o setor automotivo, especificamente, a situação é ainda mais grave que a média: um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Ribeiro; Andrade, 2021) demonstra que esse setor foi um dos grandes beneficiários dessa proteção, com estimativas chegando a 70% do valor agregado, mantendo um nível privilegiado de assistência mesmo após décadas de “desenvolvimento” da indústria local.

Além das tarifas, o setor automotivo recebe, por meio de programas de incentivo, desconhecidos subsídios que superam, inclusive, orçamentos de vários ministérios. Em 2021, os benefícios fiscais concedidos a 29 grandes montadoras totalizaram R\$ 20,7 bilhões (Mali; Pinto, 2023). Para efeito de comparação, o montante praticamente igualou o orçamento do Ministério da Justiça e foi quase oito vezes o orçamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços naquele ano. Então, de um lado temos um governo que aumenta impostos para justificar seu funcionamento, mas por outro isenta um setor de pagar parte relevante dessa conta. Qual é a lógica?

Entre os argumentos centrais para justificar o protecionismo estão o desenvolvimento da indústria nacional e ganhos de produtividade. Mas, no caso brasileiro, a evidência aponta exatamente na direção oposta. Um exemplo emblemático, por falta de melhor termo, é a fábrica da Land Rover em Itatiaia (RJ), que tem capacidade para produzir 24 mil carros por ano, mas atualmente opera somente um turno por dia e produz entre 3.000 (Montoia, 2019) e 1.900 (Jaguar Land Rover, 2023) veículos anualmente. É uma operação que existe exclusivamente para atender um pequeno mercado consumidor interno, resultado desse confuso sistema vigente. Para fins de comparação, a fábrica da Land Rover na Eslováquia recentemente foi aprimorada para produzir 3.000 veículos por semana (Jaguar Land Rover, 2023).

Além disso, fica o questionamento: justifica-se estabelecer e manter, por conta de incentivos fiscais, investimentos em verdadeiros “elefantes brancos”, fábricas grandes e modernas que existem para atingir um mercado doméstico pequeno (que em qualquer outro país sensato seria importador) e que ficam por boa parte do ano vazias, sem produzir um único carro que seja?

Esse fenômeno levanta outra pergunta incômoda: quem exatamente estamos protegendo? A produtividade do trabalho no Brasil é cerca de um quarto da dos Estados Unidos, e essa diferença não está diminuindo – está se perpetuando, por meio desse tipo de política. A participação da indústria no PIB brasileiro caiu de 36% em 1985 para apenas 14% atualmente, caracterizando uma desindustrialização prematura – e o setor automotivo, apesar de toda a proteção (ou por causa dela), não escapou dessa tendência.

Por fim, nos voltemos à qualidade dos produtos. Proteger uma economia ou um setor não apenas mantém a produtividade estagnada, como também retarda a introdução de tecnologias que já são padrão em outros mercados. A proibição de importação de carros usados, estabelecida pela Portaria DECEX nº 8 de 1991, ilustra perfeitamente essa distorção. Em seu parecer a respeito dessa portaria em um recurso no STF, o relator, Ministro Ilmar Galvão (1997, grifo nosso), faz, entre outras, a seguinte ponderação:

d) a liberação de importação poderá constituir-se em perigoso precedente a uma enxurrada de novos pedidos que muito provavelmente a estes seguirão, caso logre êxito o impetrante em seu desiderato. Distorções como estas refletir-se-ão no mercado interno do País que, possivelmente, ficará repleto de bens de consumo usados, de todas as espécies, posto que a norma atacada e de caráter geral estende-se a vedação de importação a todos os bens usados. Como consequência, as empresas brasileiras pertencentes a variados segmentos, terão de enfrentar uma concorrência para a qual a maioria delas não se encontra preparada, em função dos baixos preços que os bens de consumo usados alcançam em países mais desenvolvidos. É de conhecimento público que alguns deles, como ocorre nos Estados Unidos e no Japão, praticamente inexistem revenda de tais bens, que são simplesmente abandonados por seus proprietários, quando da aquisição de novos, mesmo estando os artigos em bom estado de uso [...].

Imagine o caos! Usando as palavras do ministro: uma “enxurrada” de produtos de qualidade entrando no país a preços baixos, com tecnologias que apenas vemos nos carros fabricados no Brasil décadas depois. Quem sobreviveria nesse fatídico cenário? Certamente não a indústria então instalada! Portanto, até hoje, nós, cidadãos e contribuintes, somos obrigados a nos contentar com produtos defasados e caros em nome de proteger o tal “emprego” e a “indústria nacional”.

Esse lapso temporal na introdução de tecnologias automotivas no Brasil é significativo e extremamente nocivo ao consumidor, em especial àquele que compra carros populares produzidos no País. Tecnologias como sistemas de injeção eletrônica, vidros elétricos, ar-condicionado e outros equipamentos que se tornaram padrão nos mercados desenvolvidos décadas atrás chegaram ao Brasil com atraso considerável ou foram oferecidas apenas em versões de topo de linha, inacessíveis à maioria dos consumidores (Figura 1).

Os números são ainda mais revoltantes quando comparamos preços internacionais, o que inclusive levou uma jornalista americana a criticar, em um artigo na Forbes, um lançamento da Jeep no Brasil que custava três vezes mais que em Miami (na ocasião, US\$ 89 mil aqui e US\$ 28 mil por lá), em um país com uma renda *per capita* incomparável à americana. A situação era (e ainda é) tão absurda que não dá para entender se uma reportagem como essa é escrita em tom de deboche, pena, ou se há algum ímpeto crítico por trás.

Essas diferenças decorrem não apenas de impostos diretos como IPI e ICMS ou até mesmo de uma cadeia de insumos nacionalizada e artificialmente cara. Elas refletem o custo total do protecionismo: a falta de concorrência permite que montadoras mantenham preços e margens infladas, operações defasadas e distribuição ineficiente,

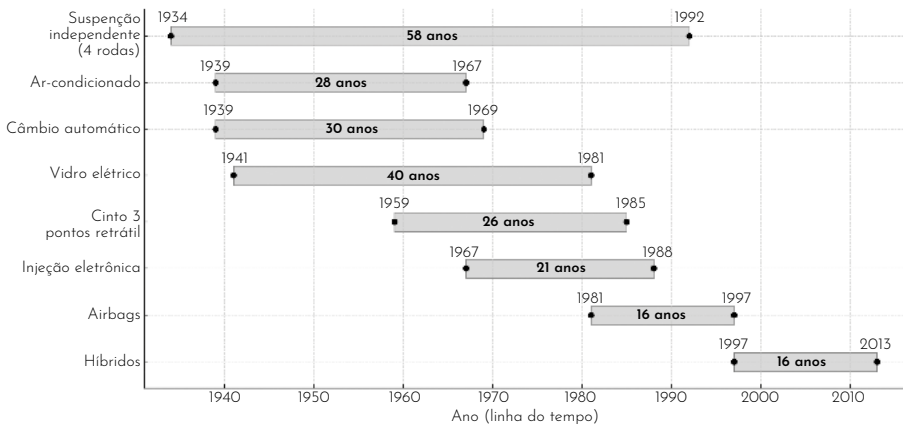


FIGURA 1. Adoção mundial *versus* adoção no Brasil de tecnologias automotivas.

Fonte: Elaboração própria.

ofereçam produtos de qualidade inferior e invistam menos em inovação. O Custo Brasil – insegurança e ineficiências em infraestrutura e logística – está embutido nos preços e percorre toda a cadeia automotiva. Mas políticas protecionistas são o fator determinante que permite que essas ineficiências se perpetuem no tempo sem pressão para correção.

CASOS COMPARADOS: DO PROTECIONISMO LIMITADO À ABERTURA TOTAL

Do protecionismo asiático

Defensores do protecionismo frequentemente citam Japão e Coreia do Sul como exemplos de “sucesso” de políticas industriais, especialmente no setor automotivo. De fato, ambos os países incentivaram a construção de firmas reconhecidas e competitivas globalmente – Toyota, Honda, Nissan, Hyundai e Kia são apenas alguns exemplos. No entanto, uma análise mais profunda revela diferenças fundamentais entre essas experiências e o modelo brasileiro, até mesmo em nível de premissas, diferenças que explicam por que aqueles países prosperaram, enquanto o Brasil estagnou.

Embora Japão e Coreia tenham adotado políticas de proteção à indústria nascente, as tarifas de proteção efetivas aplicadas foram substancialmente menores que as brasileiras. Os japoneses implementaram políticas de proteção às montadoras nacionais após a Segunda Guerra Mundial, oferecendo incentivos financeiros e tarifas protecionistas, mas mesmo essas barreiras já eram moderadas comparadas aos padrões latino-americanos. Já os coreanos adotaram estratégia de industrialização liderada pelo Estado, favorecendo grandes conglomerados como Hyundai, Kia e Daewoo. O governo impôs barreiras à importação e forneceu créditos subsidiados, mas *sempre com foco na competitividade exportadora, não na exploração do mercado interno* – ponto crucial.

Diferentemente do Brasil, que buscou nacionalizar a cadeia de produção automotiva inteira, os asiáticos mantiveram-se integrados às cadeias globais. O Sistema Toyota de Produção, que revolucionou a manufatura global com o conceito de *lean manufacturing*, foi desenvolvido em um contexto de intensa competição internacional e busca pela eficiência necessária para operar nessa conjuntura. Essa exposição forçou-as a atingir padrões internacionais de qualidade, eficiência e inovação. No entanto, isso nunca foi premissa ou objetivo do protecionismo brasileiro, muito pelo contrário.

Outro aspecto fundamental das políticas orientais foi a definição de metas objetivas e prazos para terminar. Essa abordagem contrasta com a do Brasil, onde se mantém, salvo nosso melhor julgamento, permanente e incondicional. O Inovar-Auto foi substituído pelo Rota 2030, que foi substituído pelo Mover – sempre mantendo a lógica de subsídios e proteção, sem contrapartidas efetivas de desempenho ou, ainda que seja, um indicativo de melhora no ambiente de negócios do País.

Dito isso, há mais um fato que enfraquece ainda mais essa defesa: muitas outras indústrias sem relação alguma com o projeto protecionista também cresceram significativamente no mesmo período. Isso sugere que, além de difícil, é um tanto quanto desonesto estabelecer nexos causais entre protecionismo e crescimento tecnológico ou de produtividade.

Ao agronegócio brasileiro

Se os exemplos asiáticos mostram que o protecionismo bem-sucedido é exceção, e não a regra, o agronegócio brasileiro oferece evidência direta, em nosso complexo contexto nacional, de que a abertura econômica é a alternativa correta para alcançar crescimento real e sustentável.

Enquanto o setor automotivo oscila entre crises e ociosidade crônica, o agronegócio brasileiro apresenta trajetória consistente de crescimento. A produtividade agrícola cresceu 3,6% ao ano entre 1975 e 2010 (Ipea, 2013). Mesmo durante a pandemia de Covid-19, quando o PIB nacional recuou, o agronegócio seguiu crescendo (Cepea; CNA, 2021), demonstrando resiliência e competitividade genuínas. Desde 1976, enquanto a área plantada com grãos aumentou 33%, a produção cresceu 386% – evidência inequívoca de ganhos extraordinários de produtividade (Embrapa, 2016), ganhos esses que tornaram o Brasil um dos maiores exportadores líquidos de produtos agrícolas do mundo.

Mas então, a que podemos creditar tamanho aumento de eficiência e produtividade? A resposta é: tecnologia. O agronegócio brasileiro é hoje sinônimo de inovação tecnológica. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outras instituições nacionais de pesquisa desenvolveram variedades adaptadas ao clima tropical, técnicas de manejo sustentável e sistemas de produção que são referências internacionalmente. Ainda assim, o setor segue investindo continuamente em biotecnologia, agricultura de precisão, irrigação eficiente, entre outras tantas práticas sustentáveis, para se manter na vanguarda dos mercados internacionais. Isso, sim, consiste em produtividade e crescimento reais e sustentáveis.

Essa modernização ocorreu precisamente porque o setor foi exposto à competição internacional. Produtores rurais brasileiros não tiveram a opção de se acomodar atrás de barreiras protecionistas – tiveram que competir com agricultores internacionais em condições de igualdade, ou até desigualdade, visto que o Brasil é um dos países que menos subsidiam a agricultura no mundo, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Outro indício forte de que a intervenção estatal, por mais que “bem-intencionada”, não é a resposta para produtividade, crescimento e prosperidade: aqueles que não se adaptaram perderam espaço; aqueles que investiram em tecnologia e eficiência prosperaram. A abertura econômica forçou o agronegócio brasileiro a se modernizar ou perecer. E o resultado foi inequívoco: o setor se modernizou espetacularmente. A expansão para o Centro-Oeste e o Matopiba,¹ regiões consideradas inadequadas para agricultura moderna, foi possibilitada por inovação tecnológica.

É verdade que, durante o processo de abertura e modernização, algumas empresas quebraram, algumas até boas empresas. Produtores que não conseguiram se adaptar às novas exigências de competitividade foram substituídos por outros mais eficientes. Essa é uma característica do funcionamento adequado do mercado, não uma falha. O chamado processo de “destruição criativa”, descrito por Joseph Schumpeter (1984), é caracterizado pela substituição contínua de empresas e métodos ineficientes por novos mais produtivos, que então se difundem na economia, um dos grandes motores do progresso econômico. Em setores protegidos, não há destruição criativa: empresas ineficientes, como demonstram os dados de ociosidade e produtividade, são mantidas artificialmente vivas à custa dos consumidores.

O ANTÍDOTO: TRÊS SÉCULOS DE LIBERALISMO CLÁSSICO

Exemplos concretos sempre nos ajudam a visualizar e materializar ideias e conceitos, mas nada proposto aqui foge da ortodoxia e do bom senso econômico. A começar pela herança de Adam Smith, o pai da economia moderna: a *teoria das vantagens absolutas*. Segundo Smith (1996), cada país deve se especializar na produção de bens em que tem maior eficiência (que pode produzir a custo menor). O excedente deve ser comercializado com outros países. Essa divisão internacional da produção possibilita diminuição de custos e aumento do bem-estar social de forma ampla.

O argumento é simples e convincente: se um país produz determinado bem com menos recursos (trabalho, capital, tempo) que outro, ambos se beneficiam, economicamente falando, quando o primeiro exporta esse bem e importa aquilo em que o segundo é mais eficiente. O comércio internacional não é um jogo de soma zero em

¹ “O Matopiba é uma região formada pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, onde ocorreu forte expansão agrícola a partir da segunda metade dos anos 1980, especialmente no cultivo de grãos. O nome é um acrônimo formado pelas siglas dos quatro estados (MA + TO + PI + BA)” (Embrapa, c2026).

que um lado ganha e outro perde, a despeito do que diversas narrativas nos tentam convencer; é um processo de criação de riqueza no qual todos ganham por meio da especialização.

No caso específico em pauta, é evidente e demonstrado que não temos vantagem absoluta na produção de veículos automotores quando comparados a países como Alemanha, Japão, Coreia do Sul ou Estados Unidos. Por que então insistir em produzir localmente, a preços inflados, o que poderíamos importar de forma mais barata e com melhor qualidade?

Então, passamos para 1817, quando David Ricardo propõe sua extensão à teoria de Smith, a *teoria das vantagens comparativas*. Ricardo (1996) demonstrou que a especialização não é benéfica somente nos casos de *vantagens absolutas*; mesmo quando um país é menos eficiente que outro na produção de todos os bens, ainda assim ambos podem se beneficiar do comércio por meio da especialização, devido ao *custo de oportunidade*. Mesmo no caso em que um país fosse mais produtivo em literalmente tudo, valeria mais a pena se especializar na indústria com as maiores vantagens, em que colheria o maior prêmio, e importar o resto, ainda que pudesse produzir de forma mais eficiente domesticamente – eis as *vantagens comparativas*.

Aplicado ao Brasil, isso significa que mesmo que não sejamos os mais eficientes em nenhuma indústria, ainda nos beneficiamos ao nos especializarmos nas áreas em que somos relativamente melhores. E quais seriam essas indústrias? Agronegócio, mineração, recursos naturais, potencialmente serviços e tecnologias específicas. Mas, evidentemente, não a produção de automóveis em massa para consumo doméstico. Ao forçar recursos para o setor automotivo via protecionismo, o Brasil desperdiça oportunidades de aplicá-los em setores nos quais temos vantagens comparativas reais.

Diante do exposto, o protecionismo aparenta ser, na realidade, uma grande afronta ao bom senso econômico. Então, qual é sua justificativa? Voltemo-nos aos argumentos que justificaram a portaria do DECEX antes apresentada, a qualquer material promocional dos planos de incentivos aqui citados, ou até mesmo à própria comunicação do governo, e notemos a que conceitos se referem e defendem: proteger e desenvolver a indústria nacional, promover o emprego etc. É uma causa política transvestida de plano econômico. E que há 70 anos não gera resultados satisfatórios.

Mas se os interesses da maioria dos brasileiros estão desalinhados com essas políticas, como elas perduram? Os economistas americanos Rose e Milton Friedman (1984) nos oferecem uma resposta: o protecionismo beneficia pequenos grupos organizados à custa de grandes grupos desorganizados. Montadoras e sindicatos de trabalhadores do setor automotivo têm interesse concentrado em manter a proteção: seus lucros e empregos dependem disso. Já os 212 milhões de consumidores brasileiros que pagam mais caro por carros piores têm interesse difuso: cada um perde relativamente pouco, eles não têm incentivo para se organizar politicamente, e muitas vezes nem percebem exatamente quanto estão perdendo. Essa dinâmica explica por que o protecionismo persiste apesar de ser economicamente irracional: a economia política favorece a captura regulatória por interesses concentrados.

ABERTURA ECONÔMICA: EXPECTATIVAS E DESAFIOS

Colocando em prática premissas liberais herdadas dos autores supracitados, podemos projetar os resultados esperados e os desafios a serem superados. No que tange às expectativas, a mais tangível e imediata seria a redução significativa nos preços e o aumento da qualidade dos veículos, especialmente com a abertura da importação de usados, como muito bem previu o ministro relator do despacho do DECEX. Sem contar que os brasileiros passariam a ter acesso aos mesmos modelos, tecnologias e equipamentos de segurança disponíveis nos mercados desenvolvidos, não somente “jabuticabas” que fazem “sentido econômico” por aqui.

Portanto, a oferta também se diversificaria enormemente, adequando-se ao ambiente de negócios global. Em vez de ficarmos limitados aos modelos que montadoras decidem (ou decidiram previamente) produzir localmente ou importar enquanto novo, consumidores poderiam escolher entre milhares de opções, incluindo veículos usados recentes de alta qualidade ou aqueles que nunca foram oficialmente trazidos ao Brasil, que atualmente são ilegais de se obter.

Tudo indica que a abertura nos levaria ao crescimento real e sustentável do setor automotivo brasileiro. Isso se daria, em diferentes graus, por meio de vários mecanismos: *especialização* em nichos de veículos em que haja vantagens reais; *acesso a cadeias globais de valor* e bens intermediários com preços mais justos; e *concorrência*, causando pressão por eficiência e inovação. A experiência do agronegócio é instrutiva: a abertura não destruiu o setor, transformou-o em líder global. Um curto prazo possivelmente turbulento nos compra um longo prazo próspero e robusto.

Esse movimento resultaria, sem dúvida, em menos lucro percentual para determinadas montadoras e concessionárias que hoje se beneficiam da conjuntura. E isso não é, de maneira alguma, um defeito da proposta. Atualmente, essas empresas capturam renda econômica – lucros acima do normal competitivo – por meio de barreiras artificiais à entrada e à permanência. Essa renda vem diretamente dos bolsos do consumidor. A abertura redistribuiria essa riqueza: menos para acionistas de montadoras e concessionárias protegidas, mais para os 200 milhões de brasileiros que poderiam comprar carros melhores por menor custo.

É importante ressaltar que isso não significa necessariamente prejuízo para todas as montadoras. Empresas eficientes poderiam compensar menores margens com maior volume, como já fazem no mundo inteiro. Aquelas que desenvolvessem vantagens competitivas reais poderiam prosperar. Apenas as que dependem inteiramente de proteção sofreriam – e devem sofrer, pois sua existência representa alocação ineficiente de recursos e um prejuízo ao cidadão médio.

CONCLUSÃO

Permitamo-nos imaginar um Brasil de 2056, três décadas após a abertura completa do mercado automotivo. Assim como o agronegócio se transformou após a liberalização, tornando-se referência global de eficiência e tecnologia, por que o setor automotivo brasileiro não poderia trilhar caminho semelhante?

Nesse 2056, o setor automotivo cresceu de forma real e sustentável, não artificial. A produção não é necessariamente maior em volume absoluto do que no passado, mas é imensamente mais eficiente, sofisticada e sensata. Fábricas que em 2026 operavam com grande ociosidade foram substituídas por instalações modernas operando em plena capacidade, produzindo componentes especializados e veículos adaptados a nichos em que o Brasil detém vantagens competitivas reais.

O setor automotivo, seguindo os passos do agronegócio, não mais depende de subsídios bilionários. Em vez disso, contribui positivamente para as contas públicas com impostos sobre atividade genuinamente produtiva. O País exporta tecnologias específicas – possivelmente relacionadas a biocombustíveis, veículos adaptados a climas tropicais, ou componentes especializados – para o mundo inteiro. As operações automotivas brasileiras agora participam ativamente de cadeias globais. Não como apêndices produzindo versões inferiores, mas como centros de excelência nichados. Fábricas brasileiras atingem níveis de produtividade comparáveis aos melhores do mundo, não por proteção, mas por excelência e resiliência.

Ousemos ainda um pouco mais: nesse 2056 existe, também, uma grande fabricante de carros verdadeiramente brasileira que enche o Brasil e o mundo de carros brasileiros. Essa montadora não surgiu protegida em berço protecionista – surgiu no ambiente competitivo, quando empreendedores brasileiros desenvolveram tecnologia genuinamente superior em algum nicho, “sem rodinhas”. Assim como a Embraer antes dela – com excelência técnica e foco em nichos específicos –, essa montadora brasileira prospera oferecendo algo que o mercado global valoriza. Emprega dezenas de milhares de brasileiros com salários acima da média, por conta de sua alta produtividade, e posiciona o Brasil como referência industrial no setor.

Para o brasileiro médio de 2056, o contraste é marcante. Carros são muito mais acessíveis, em especial aos mais humildes; custam metade do que custavam três décadas antes, em termos reais. Então, a qualidade é incomparavelmente superior. Tecnologias de segurança, eficiência e conforto que em 2026 eram exclusivas de modelos de luxo são padrão até em veículos de entrada. A importação de veículos usados, legalizada após décadas de proibição, democratizou o acesso a automóveis de qualidade, independentemente de sua nacionalidade. Famílias de classe média compram veículos europeus ou americanos com 3 a 5 anos de uso e tecnologia superior à de carros novos que poderiam pagar em 2026. Sem contar os entusiastas, que agora têm acesso a diversas raridades que antes não poderiam dirigir em sua terra natal.

A renda real da população é demonstradamente maior, não apenas porque carros tomam uma fatia menor do orçamento, mas porque recursos que eram desperdiçados em produção automotiva ineficiente fluíram para setores com vantagens comparativas. O Brasil é mais rico, produtivo e inovador. Os trabalhos não sumiram, apenas se transformaram, para melhor.

Esse futuro supradescrito não é inevitável, longe disso, mas ele depende inteiramente de nós, o povo. Depende de escolhas feitas a partir de hoje. O Brasil pode continuar pelo caminho atual, protegendo indefinidamente um setor automotivo ineficiente e condenando gerações futuras a pagar mais por carros piores enquanto montadoras

capturam renda por meio de barreiras artificiais, tudo em nome do “emprego” ou do “desenvolvimento”. Ou pode escolher o caminho da abertura, enfrentando custos de transição no curto prazo para colher benefícios enormes e sustentáveis no longo prazo. O agronegócio brasileiro provou que esse caminho funciona. O setor automotivo poderia seguir o mesmo trajeto, transformando-se de peso morto protegido em motor real de crescimento e prosperidade.

A escolha é nossa. O diagnóstico está claro. As alternativas foram apresentadas. Os exemplos históricos – sucessos e fracassos – estão documentados. Cabe à sociedade brasileira decidir se continuará transferindo bilhões de reais anualmente para montadoras ineficientes, ou se redirecionará esses recursos para usos produtivos que beneficiem todos os brasileiros.

O futuro de 2056 não será construído por leis, decretos ou medidas provisórias. Será construído por decisões individuais de milhões de empreendedores, trabalhadores e consumidores operando em mercados abertos e competitivos, guiados não por burocratas, mas pela excelência em atender necessidades reais e latentes.

REFERÊNCIAS

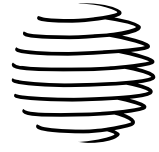
- BRASIL. *Portaria DECEX nº 8, de 13 de maio de 1991*. Conforme alterações promovidas pelas Portarias SECEX nº 21, de 12 de dezembro de 1996, 17, de 1º de dezembro de 2003, e 18, de 1º de junho de 2011; e pelas Portarias MDIC nº 235, de 7 de dezembro de 2006; nº 77, de 19 de março de 2009; nº 92, de 30 de abril de 2009; nº 171, de 1º de setembro de 2009; nº 207, de 8 de dezembro de 2009; nº 84, de 20 de abril de 2010; nº 175, de 17 de agosto de 2010; e nº 279, de 4 de setembro de 2013. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 1991.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 203954 CE-Ceará*. Importação de automóveis usados. Proibição ditada pela Portaria nº 08, de 13.05.91 do Ministério da Fazenda. [...]. Relator: Min. Ilmar Galvão, 7 de fevereiro de 1997.
- CEPEA; CNA. *PIB do agronegócio do Brasil subiu com força ao longo de 2020 e acumulou avanço recorde de 24,31% no ano*. Piracicaba: CNA; Cepea, 2021.
- EMBRAPA. *Mudanças socioeconômicas e espaciais na agricultura*. Brasília: Embrapa, 2016.
- EMBRAPA. *Sobre o Matopiba*. c2026. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 9 fev. 2026.
- FRIEDMAN, M; FRIEDMAN, R. *Livre para escolher: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- IPEA. *Produtividade cresceu 3,6% ao ano na agricultura*. Brasília: Ipea, 2013.
- JAGUAR LAND ROVER. *JLR confirms Nitra's electric future as it celebrates the plant's 5th anniversary*. London: JLR's, 2023.
- MALI, T.; PINTO, P. S. Montadoras no Brasil já têm R\$ 20,5 bi de isenção de imposto. 2023. *Poder 360°*, jun. 2023.
- MONTOIA, V. Fábrica da Jaguar Land Rover produz oito vezes menos que o esperado. *Auto Esporte*, jun. 2019.
- MONTOIA, V. Mercado automotivo brasileiro é o que mais cresce no mundo em 2024, diz Anfavea. *G1: carros*, dez. 2024.
- RAPOZA, K. Brazil's ridiculous \$80,000 Jeep Grand Cherokee. *Forbes*, ago. 2012.

RIBEIRO, F. J.; ANDRADE, G. G. Relatório de assistência tarifária efetiva aos setores econômicos no Brasil: estimativas atualizadas para 2018. *Nota Técnica*, n. 38, 2021.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).



GUSTAVO PELLEZ DINON

*Empresário e Associado do Instituto
de Estudos Empresariais (IEE)*

O PAPEL DOS VEÍCULOS AUTÔNOMOS NO FUTURO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO BRASILEIRO

INTRODUÇÃO

A predominância do modal rodoviário no Brasil decorre de um conjunto de escolhas históricas formuladas ao longo do século XX, especialmente a partir da década de 1950, quando políticas de industrialização via substituição de importações e o Plano de Metas impulsionaram simultaneamente a expansão da indústria automobilística nacional e a abertura de grandes eixos rodoviários (Castro, 2019). Durante o governo militar, essa tendência foi intensificada com a construção de vias integradoras, como a Transamazônica e a Belém–Brasília, e com a consolidação de fabricantes nacionais de caminhões, reforçando o padrão de desenvolvimento baseado na mobilidade rodoviária (Silva, 2017).

Em paralelo, crises fiscais sucessivas e descontinuidade institucional inviabilizaram investimentos em outros modais, consolidando uma matriz logística altamente dependente do modal rodoviário (Pires, 2020). Assim, a opção brasileira pelo modal rodoviário não foi uma consequência natural das características territoriais, mas uma convergência histórica entre incentivos industriais, decisões políticas episódicas e limitações estruturais de planejamento estatal.

Atualmente, esse modal permanece central. Estima-se que o transporte rodoviário responda por aproximadamente 65% de toda a carga movimentada no País, enquanto ferrovias representam cerca de 15%, e hidrovias, próximo a 12% (EPL, 2023; CNT, 2023a). No agronegócio, a dependência é ainda maior: mais de 70% dos grãos percorrem trechos rodoviários antes de chegar a corredores ferroviários ou hidrovias (CNT, 2023b).

Essa estrutura, embora reforce a capilaridade do modal rodoviário, eleva também o custo operacional da economia brasileira, dado que o custo por tonelada-quilômetro no modal rodoviário pode ser até seis vezes maior do que no ferroviário em longas distâncias (IPEA, 2022). Assim, a centralidade atual das rodovias traduz simultaneamente sua flexibilidade logística e a fragilidade estrutural de um país cuja matriz de transporte não acompanhou a complexidade de sua expansão econômica.

A literatura internacional demonstra que sistemas logísticos eficientes dependem não da supremacia de um modal, mas da integração coordenada entre rodovias, ferrovias, hidrovias e cabotagem, promovendo o uso ótimo de cada modal conforme sua especialização operacional. Estudos do Banco Mundial indicam que economias alcançaram reduções significativas de custos logísticos ao priorizar corredores multimodais

e plataformas integradas de transbordo, reduzindo entre 20% e 35% do custo logístico total em cadeias de longo percurso (World Bank Group, 2020).

Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reforçam que o transporte ferroviário é até três a cinco vezes mais eficiente energeticamente que o rodoviário para cargas pesadas e longas distâncias, enquanto hidrovias e cabotagem apresentam custos ainda menores, sobretudo para granéis agrícolas e minerais (OECD, 2019). Em contrapartida, o modal rodoviário mantém superioridade para distâncias curtas, distribuição regional, rotas com elevada dispersão de origem-destino e cargas de maior valor agregado ou maior necessidade de regularidade temporal (UNCTAD, 2021).

Portanto, a eficiência logística deriva da coordenação desses modais, e não da substituição absoluta de um pelo outro. Nesse contexto, o Brasil avançou em direção à multimodalidade com a aprovação do Marco Legal das Ferrovias (Lei nº 14.273/2021), que instituiu o regime de autorização ferroviária, reduzindo barreiras de entrada e permitindo que a iniciativa privada desenvolva e opere trechos ferroviários sem depender exclusivamente de concessões públicas (Brasil, 2021). De forma complementar, a BR do Mar (Lei nº 14.301/2022) ampliou a liberdade operacional na cabotagem, permitindo aumento da oferta de embarcações, redução de custos e maior integração entre portos e cadeias produtivas (Brasil, 2022). Ambos os marcos representam esforços para corrigir a histórica concentração modal brasileira.

Contudo, a transição para uma matriz mais equilibrada será gradual, uma vez que o transporte rodoviário permanece essencial para agregar capilaridade e conectar modais de longa distância. Como destacam estudos comparativos da McKinsey, mesmo em países com forte participação ferroviária e hidroviária, mais de 70% das rotas logísticas ainda dependem do modal rodoviário em ao menos um trecho, reforçando que sua eficiência deve continuar a ser aprimorada, seja por automação, seja por digitalização, profissionalização da mão de obra ou renovação da frota (McKinsey & Company, 2023).

Assim, a multimodalidade não reduz a importância do modal rodoviário, mas, ao contrário, reforça a necessidade de elevar sua produtividade para que a cadeia logística funcione de forma integrada, contínua e competitiva.

PANORAMA ATUAL

A subutilização estrutural dos ativos rodoviários no Brasil decorre não apenas das limitações legais impostas pela Lei nº 13.103/2015, mas também de fatores humanos e operacionais que reduzem drasticamente a intensidade de uso dos caminhões (Brasil, 2015). Estudos da Confederação Nacional do Transporte (CNT) mostram que, embora um caminhão possa tecnicamente estar disponível para operação contínua, o tempo efetivo médio de utilização no Brasil varia entre 8 e 10 horas por dia (CNT, 2023).

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aponta que, ao somar janelas operacionais, filas, restrições urbanas e pausas obrigatórias, o tempo improdutivo pode superar 35% da jornada total (ANTT, 2022). Além disso, o Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea) demonstra que fatores fisiológicos como fadiga, estresse e perda de atenção constituem limites inevitáveis ao tempo seguro de direção, independentemente da legislação (Ipea, 2021). Assim, a produtividade dos ativos rodoviários é restrita simultaneamente por limites humanos, condições operacionais deficientes e exigências legais, impossibilitando que o modal opere com a intensidade observada em sistemas contínuos como aviação e navegação.

Essa limitação torna-se ainda mais grave quando se consideram as implicações sociais, laborais e de infraestrutura que afastam novos motoristas da profissão e ampliam um déficit que ameaça a resiliência da cadeia logística brasileira. A CNT estima que faltem entre 120 mil e 150 mil motoristas profissionais (CNT, 2023), quadro agravado pelo envelhecimento da categoria e pela baixa atratividade da profissão. A Lei nº 13.103/2015 estabelece parâmetros rigorosos, como o interstício mínimo de 11 horas, as pausas obrigatórias e a exigência do descanso semanal remunerado (DSR), muitas vezes cumprido longe do domicílio do trabalhador, em rodovias sem pontos seguros de parada, sendo que mais de 60% da malha rodoviária nacional é classificada como regular, ruim ou péssima (CNT, 2022).

Relatórios internacionais da International Road Transport Union (IRU) demonstram que países com infraestrutura inadequada e forte dependência de longas rotas rodoviárias enfrentam déficits crônicos superiores a 20% da demanda anual de motoristas (IRU, 2021), tendência semelhante à brasileira. Assim, não apenas os limites legais reduzem o uso dos ativos, mas também o descasamento entre a legislação e a infraestrutura real afasta trabalhadores e ameaça a continuidade operacional de setores que dependem de fluxo contínuo de cargas.

A centralidade da mão de obra no transporte rodoviário brasileiro torna ainda mais evidente o caráter estrutural das restrições ao aumento de produtividade do modal. Estudos da CNT indicam que os custos de pessoal representam entre 40% e 55% do custo operacional total das transportadoras (CNT, 2023). A NTC&Logística confirma essa tendência ao estimar que a mão de obra é o maior componente individual do custo de frete, superando inclusive combustível e manutenção, sobretudo em operações de longa distância (NTC & Logística, 2022).

Pesquisas do Instituto de Logística e *Supply Chain* (ILOS) demonstram que o impacto dos custos trabalhistas no Brasil é superior ao de países da OCDE, tanto pela rigidez normativa quanto pela elevada rotatividade da categoria, que gera custos adicionais de treinamento e qualificação (Ilos, 2021). O Sindicato das Empresas de Transportes de Carga de São Paulo e Região (SETCESP) reforça que, diante do déficit crescente de motoristas e da baixa atratividade da profissão, empresas têm enfrentado aumentos reais de custo de mão de obra superiores à inflação do setor, ampliando o desequilíbrio entre oferta e demanda (SETCESP, 2022).

Assim, no Brasil, a mão de obra não é apenas um insumo crítico: é o principal determinante econômico da eficiência do modal rodoviário, transformando qualquer restrição trabalhista, escassez de profissionais ou ineficiência operacional em impacto direto sobre o custo final do frete e a competitividade da cadeia logística nacional.

Em contrapartida, os modais aéreo e marítimo operam sob condições técnicas e regulatórias que permitem utilização muito superior dos ativos. Aeronaves cargueiras

atingem 14 a 18 horas de operação diária, apoiadas por escalas planejadas, infraestrutura padronizada e equipes revezáveis (Iata, 2022). Já navios porta-contêineres e graneleiros operam 24 horas por dia durante semanas, alcançando taxas de utilização superiores a 90% do tempo total, com interrupções limitadas a abastecimento, manobras e manutenção programada (UNCTAD, 2021). Diferentemente do modal rodoviário, esses sistemas não dependem da fisiologia humana individual para determinar sua produtividade, tampouco de infraestrutura dispersa sujeita à degradação constante.

Assim, enquanto o modal rodoviário opera próximo ao limite humano e legal, aviação e navegação operam próximo ao limite técnico, evidenciando a necessidade de avanços para aumentar a eficiência desse elo fundamental para o desenvolvimento econômico do País.

O CAMINHO DO FUTURO

Ao longo da história, a inovação baseada na adoção de novas tecnologias e processos tem se destacado como um dos mais importantes vetores de desenvolvimento econômico e social.

No caso do transporte rodoviário brasileiro, marcado por limitações estruturais como baixa utilização de ativos, déficit de motoristas, infraestrutura precária e forte assimetria regulatória, a automação de veículos emerge como uma alternativa tecnicamente viável para enfrentar os desafios do setor. Soluções já implementadas globalmente mostram que a automação pode reduzir acidentes, reduzir custos e estimular investimentos em infraestrutura, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida dos trabalhadores, reorganizando as funções da condução.

Os sistemas de automação classificados pela SAE International evidenciam uma trajetória tecnológica clara. Os níveis L1 e L2 englobam sistemas de assistência ao motorista, como controle adaptativo de velocidade, frenagem de emergência e manutenção de faixa, os quais reduzem significativamente a carga cognitiva e o risco de erro humano (SAE International, 2021). No nível L3, o sistema assume a direção em condições delimitadas, entregando o controle ao motorista quando necessário. Já os níveis L4 e L5 representam graus de autonomia mais avançados: no L4, o veículo pode operar sem intervenção humana em um domínio operacional específico; o L5 corresponderia à autonomia plena em qualquer ambiente (NHTSA, 2020).

Em ambientes confinados, como mineração e operações industriais, operam há mais de dez anos com redução de acidentes, menor variabilidade de ciclos e aumento de produtividade acima de 20% (Rio Tinto, 2019). Esses resultados demonstram a maturidade operacional de sistemas autônomos em rotas controladas, indicando que trechos logísticos padronizados no Brasil poderiam usufruir de benefícios semelhantes.

Os impactos econômicos potenciais são significativos. Análises da McKinsey & Company apontam que veículos autônomos L4, operando em corredores otimizados, podem reduzir o custo total de propriedade (TCO, do inglês *total cost of ownership*) em até 42% por milha, impulsionados pelo aumento da utilização diária do ativo, pela redução de custos de combustível e pela diminuição do desgaste mecânico (McKinsey &

Company, 2024). Mesmo em cenários intermediários, a redução de custos permanece próximo de 20%, resultado da eliminação de horas improdutivas causadas por descanso humano, da redução de acidentes e da maior estabilidade operacional (McKinsey & Company, 2023).

Essa mudança altera a estrutura econômica do setor e cria incentivos diretos a investimentos privados em conectividade, sensores embarcados, plataformas de operação à distância e sistemas de monitoramento.

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Nos Estados Unidos, o avanço rápido da automação decorre de um ambiente institucional orientado por políticas descentralizadas e liberalizantes, que reduzem incerteza regulatória e permitem a experimentação privada. O Governo americano estabeleceu diretrizes amplas, mas não prescritivas, delegando aos Estados a liberdade para autorizar, testar e regulamentar veículos autônomos (Vogel, 2018). Estados como Texas, Arizona e Novo México adotaram legislações permissivas que dispensam a exigência de motorista a bordo em operações L3 e L4, aceitam casos práticos como prova de segurança e criam mecanismos de responsabilização proporcionais ao risco (NHTSA, 2020).

Esse ambiente liberal favoreceu a entrada de empresas privadas, que investiram bilhões de dólares em mapeamento, testes e infraestrutura, sem depender de financiamento público amplo. A lógica norte-americana baseia-se na competição regulatória entre Estados, na redução de barreiras de entrada e no reconhecimento explícito da autonomia tecnológica como atividade econômica estratégica.

A China, embora siga um modelo mais centralizado, utiliza políticas liberalizantes no nível local que aceleram o desenvolvimento dos veículos autônomos. Zonas de demonstração em Shenzhen, Xangai e Pequim operam com regimes regulatórios especiais, permitindo que empresas testem e implementem veículos L4 com maior liberdade operacional, desde que cumpram padrões mínimos de segurança (Zhang, 2021).

Autoridades locais criaram infraestrutura digital dedicada e regimes de autorização simplificados para empresas de logística autônoma. Embora a coordenação estatal seja forte, o desenho regulatório dessas zonas combina flexibilização operacional, abertura à iniciativa privada e estímulos fiscais, permitindo que a autonomia veicular avance em escala.

CONCLUSÃO

Para que o Brasil avance de forma consistente rumo a uma matriz de transportes mais eficiente, moderna e competitiva, torna-se imprescindível a adoção de marcos regulatórios capazes de remover barreiras à entrada de tecnologias emergentes, especialmente aquelas associadas à automação veicular, à conectividade e à digitalização logística. A experiência internacional demonstra que a inovação floresce onde há regras claras, previsíveis e orientadas a resultados, e não onde a atividade é engessada por normativos excessivamente prescritivos ou fragmentados.

A criação de ambientes regulatórios experimentais, a definição de responsabilidades tecnológicas, a padronização de testes e certificações e a segurança jurídica para operadores privados são elementos essenciais para transformar inovação em política pública de desenvolvimento. Sem esse arcabouço, qualquer iniciativa de automação ou de integração modal permanecerá periférica, incapaz de atingir escala, e o País continuará preso ao ciclo histórico de ineficiências logísticas que elevam custos, reduzem competitividade e travam o crescimento econômico.

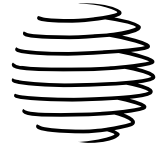
Da mesma forma, a construção de um ambiente propício à prosperidade logística depende da capacidade do Estado de estimular investimentos privados por meio de parcerias público-privadas, especialmente na expansão da infraestrutura digital, na modernização de corredores logísticos e na integração entre modais.

A automação de veículos, por exigir conectividade, sensoriamento, teleoperação e interoperabilidade entre diferentes camadas tecnológicas, não pode avançar sem um modelo institucional que compartilhe riscos, ofereça estabilidade de longo prazo e crie incentivos econômicos para concessionárias, operadores logísticos e desenvolvedores de tecnologia. Países que avançaram rapidamente o fizeram porque compreenderam que o papel do Estado não é substituir o investimento privado, mas criar o ambiente para que ele aconteça com menos barreiras regulatórias, mais clareza jurídica e mecanismos robustos de cooperação. Para que o Brasil siga o caminho da prosperidade e reposicione sua matriz de transportes em padrões internacionais, será fundamental adotar esse mesmo princípio.

REFERÊNCIAS

- ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. *Relatório de Desempenho do Transporte Rodoviário de Cargas 2022*. Brasília: ANTT, 2022.
- BRASIL. *Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015*. Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. *Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021*. Estabelece a Lei das Ferrovias; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.636, de 15 de maio de 1998, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.636, de 30 de dezembro de 2002, 12.815, de 5 de junho de 2013, 12.379, de 6 de janeiro de 2011, e 13.448, de 5 de junho de 2017; e revoga a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. Brasília: Presidência da República, 2021.
- BRASIL. *Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022*. Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar); altera as Leis nºs 5.474, de 18 de julho de 1968, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e revoga o Decreto do Poder Legislativo nº 123, de 11 de novembro de 1892, e o Decreto-Lei nº 2.784, de 20 de novembro de 1940, e dispositivos da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e das Leis nºs 6.458, de 1º de novembro de 1977, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.483, de 31 de maio de

- 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, 12.599, de 23 de março de 2012, 12.815, de 5 de junho de 2013, e 13.848, de 25 de junho de 2019. Brasília: Presidência da República, 2022.
- CASTRO, M. R. *Infraestrutura e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2019.
- CNT. *Pesquisa CNT de custos operacionais do TRC 2023*. Brasília: CNT, 2023a.
- CNT. *Pesquisa CNT de Rodovias 2022*. Brasília: CNT, 2022.
- CNT. *Relatório estatístico do transporte rodoviário de cargas 2023*. Brasília: CNT, 2023b.
- EPL. *Panorama da logística brasileira 2023*. Brasília: EPL, 2023.
- IATA. *Air cargo market analysis 2022*. Montreal: IATA, 2022.
- ILOS. *Custos logísticos no Brasil: relatório anual 2021*. Rio de Janeiro: ILOS, 2021.
- IPEA. *Acidentes rodoviários no Brasil: determinantes e custos*. Brasília: IPEA, 2021.
- IPEA. *Custo logístico no Brasil: uma análise comparativa entre modais*. Brasília: IPEA, 2022.
- IRU. *Global Driver Shortage Report 2021*. Geneva: IRU, 2021.
- McKINSEY & COMPANY. *The business case for autonomous truck fleets*. New York: McKinsey, 2024.
- McKINSEY & COMPANY. *Distraction or disruption?: autonomous trucks gain ground in US logistics*. New York: McKinsey, 2023.
- NHTSA. *Automated vehicles 4.0: a vision for safety*. Washington: NHYSA, 2020.
- NTC & LOGÍSTICA. *Pesquisa de custos operacionais do transporte rodoviário de cargas 2022*. São Paulo: NTC, 2022.
- OECD. *Transport Outlook 2019*. Paris: OECD, 2019.
- PIRES, J. C. *Regulação de infraestruturas e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.
- RIO TINTO. *Mine of the future: autonomous haulage system*. Perth: Rio Tinto, 2019.
- SAE International. *Taxonomy and Definitions for Terms Related to Driving Automation J3016*. Warrendale: SAE International, 2021.
- SETCESP. *Boletim Econômico do TRC 2022*. São Paulo: SETCESP, 2022.
- SILVA, A. F. *Trabalho rodoviário e condições de segurança no Brasil*. Brasília: IPEA, 2017.
- UNCTAD. *Review of Maritime Transport 2021*. Geneva: UNCTAD, 2021.
- VOGEL, T. Federalism and innovation: The U.S. regulatory approach to autonomous vehicles. *Stanford Policy Review*, 2018.
- WORLD BANK GROUP. *Connecting to Compete: Global Logistics Performance Index 2020*. Washington: World Bank Group, 2020.
- ZHANG, L. *Autonomous mobility in China: policy, regulation and industry dynamics*. Beijing: Tsinghua University, 2021.



LUCCA PADOIN CUSTÓDIO

*Diretor de Produto da Raiô
Benefícios e Associado do Instituto
de Estudos Empresariais (IEE)*

A REVOLUÇÃO DO PIX E A POLÍTICA POR TRÁS DO MERCADO DE PAGAMENTOS

INTRODUÇÃO

O Pix é a forma de pagamento com adoção mais rápida da história do País. Seis meses após o seu lançamento, em novembro de 2020, metade da população bancarizada já tinha realizado uma transferência via Pix (Zetta, 2025). Em 2023, superou o volume de transações com cartões para se tornar o meio de pagamento mais utilizado no Brasil (Banco Central do Brasil, 2025b). Em 2024, o valor transacionado via Pix foi superior ao dobro do produto interno bruto (PIB) brasileiro (PIB [...], 2025). Até outubro de 2025, mais de 170 milhões de pessoas físicas fizeram um Pix (Banco Central do Brasil, 2025c). Em 2026, ele se encaminha para superar a transferência eletrônica disponível (TED) e assumir a primeira posição em termos de valor transacionado por meio de pagamento consolidado.

No Brasil, muitas formas de pagamento precederam o Pix como alternativas aos pagamentos com cédulas e moedas metálicas. Previamente ao Plano Real, os cidadãos tinham à disposição cheques, cartões de débito e crédito, transferências eletrônicas via DOC (documento de ordem de crédito) e boletos. Depois, com a estreia do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), em 22 de abril de 2002, incluíram-se na lista as transferências via TED. A TED foi um marco no mercado de pagamentos brasileiro por ser o primeiro arranjo de pagamentos a usar uma infraestrutura de liquidação bruta em tempo real (LBTR). Isso só foi possível em virtude do lançamento simultâneo do Sistema de Transferência de Reservas (STR) do Banco Central.

A variedade de opções de pagamento e as inovações do mercado de pagamentos brasileiro são referência mundial. O boleto de pagamento, por exemplo, é um instrumento que não encontra equivalentes em outras nações com o mesmo nível de padronização e interoperabilidade. Adicionalmente, o modelo de pagamento “Buy Now Pay Later” (BNPL), que ganhou proeminência internacional em 2021 em razão do *valuation* de US\$ 45 bilhões da *fintech* sueca Klarna na sua 25ª rodada de investimentos (Klarna [...], 2025; Azevedo, 2021), é um velho conhecido por aqui. Fiado, cheque pré-datado e o parcelado sem juros no cartão de crédito são variações bastante difundidas para comprar agora e pagar depois. Servindo-se da sua criatividade, o Brasil sempre teve seu próprio jeito de pagar.

Para o cidadão, a evolução tecnológica dos sistemas e dos arranjos de pagamentos é muito positiva. A inovação constante no mercado de pagamentos, impulsionada pelo Banco Central, promove competitividade, entrega conveniência e reduz custos (Alves, 2025). Nesse contexto, a reflexão necessária é sobre a política por trás desses mecanismos. Apesar do sucesso inequívoco do Pix, enquanto arranjo de pagamentos instituído

por uma autarquia federal, pode-se afirmar que os riscos de ingerência política sobre ele superam os riscos existentes em arranjos instituídos por empresas privadas. Ainda, a atuação do Banco Central como regulador dos arranjos de pagamentos e como operador do principal arranjo de pagamento do País gera um conflito de papéis que desestimula a concorrência. Isso é especialmente relevante pelo fato de o Pix exigir adesão obrigatória de todas as instituições autorizadas com mais de 500 mil contas de clientes ativas (Banco Central do Brasil, 2025a).

A PROFECIA AUTORREALIZADA

“Nunca quisemos concorrer com o Pix”, afirmou um executivo do WhatsApp no Brasil em entrevista a um portal de notícias (Martyns, 2025). Depois de cinco anos, a tentativa de lançamento do WhatsApp Pay no Brasil, em junho de 2020, ainda rende debates. Em 15 de julho de 2025, uma investigação interna sobre atos considerados desleais contra empresas americanas foi aberta pelo United States Trade Representative (USTR), escritório do Governo americano responsável pelo comércio. No comunicado à imprensa, apesar de não haver menção direta ao Pix, o texto da entidade menciona “[...] as práticas do Governo do Brasil relacionadas a serviços de pagamento eletrônico [...]” entre os objetos de investigação, e cita como exemplo “[...] a restrição da capacidade de empresas americanas que atuam nesse setor de prestar serviços no país [...]” (United States Trade Representative, 2025). Uma das razões especuladas, segundo a própria agência de notícias do conglomerado de mídia do Governo brasileiro, seria um favorecimento ao Pix em detrimento do WhatsApp Pay (Cardoso, 2025).

Em 15 de junho de 2020, Mark Zuckerberg anunciou o lançamento do WhatsApp Pay no Brasil. O funcionamento era simples: um cliente do WhatsApp poderia cadastrar um cartão de débito ou crédito de uma das instituições habilitadas no aplicativo do WhatsApp e, por meio dele, realizar transferências sem custo para outras pessoas que também tivessem cartões cadastrados no aplicativo. A transferência seria operacionalizada via arranjos instituídos pelas empresas Visa e Mastercard. Esses arranjos utilizavam as plataformas Visa Direct e Mastercard Send (Flach, 2020), que são sistemas de pagamentos instantâneos desenvolvidos para viabilizar transferências domésticas e internacionais em diversos países.

Uma semana depois, o Banco Central e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) suspenderam temporariamente o programa (Temóteo, 2020). Documentos obtidos pelo portal O Fator via Lei de Acesso à Informação revelam que uma das preocupações mencionadas pelo Banco Central à época foi o risco de concentração de mercado:

[...] considerando o potencial de crescimento exponencial em razão da difusão da plataforma WhatsApp na população brasileira, a entrada do WhatsApp como um participante no arranjo, na modalidade iniciador de pagamentos, representa alto risco de efeito concentrador irreversível que pode afetar sobremaneira a concorrência no mercado de pagamentos, com evidente risco para o regular funcionamento do SPB (Silva, 2025).

O parecer citava uma notícia da revista Exame que estimava que o WhatsApp tinha 120 milhões de usuários (Silva, 2025).

A liberação da funcionalidade de transferência entre usuários do WhatsApp Pay só viria em março de 2021, quando o Pix já tinha transacionado mais de meio trilhão de reais (Banco Central do Brasil, 2021, 2025a). Em 2024, o WhatsApp anunciou que a funcionalidade de pagamentos por cartões de débito seria descontinuada para priorizar os pagamentos por Pix (Maia, 2025). Em 2025, o arranjo de pagamentos do Pix atingiu uma participação superior a 50% do volume de transações realizadas no Brasil, com transações realizadas por mais de 170 milhões de pessoas físicas desde o início da operação (Figura 1).

Um estudo conduzido pela Zetta, associação sem fins lucrativos fundada por empresas de tecnologia que oferecem serviços financeiros digitais, apurou que internacionalmente o Pix é o sistema de pagamentos instantâneos com a maior taxa de crescimento em valor transacionado sobre o PIB do País de operação dentre nove países analisados (Figura 2).

Outro aspecto importante para a difusão do Pix no Brasil foi a vedação à cobrança de tarifas pelas instituições participantes em operações de transferências via Pix feitas por pessoas físicas, resguardadas as exceções previstas na Resolução BCB nº 19 de 1/10/2020 (Banco Central do Brasil, 2020). Essa condição reforça a manutenção e o crescimento do monopólio do arranjo de pagamentos do Pix diante de outros sistemas de pagamentos instantâneos que pudessem ser ofertados pela iniciativa privada. Combinando isso com a obrigatoriedade de adesão ao Pix por instituições autorizadas com mais de 500 mil contas de clientes ativas, cria-se uma conjuntura que impõe barreiras significativas para agentes externos competirem e, por consequência, limita a livre concorrência. Paradoxalmente, o Pix se tornou aquilo que o Banco Central temia que o WhatsApp Pay pudesse ser.

COMO FUNCIONAM OS MERCADOS DE PAGAMENTOS

Mercados de pagamentos são compostos essencialmente por dois segmentos: os sistemas de pagamento (que são um tipo de infraestrutura de mercado financeiro [IMF]) e os arranjos de pagamentos (Banco Central do Brasil, 2025d). Segundo o Bank for International Settlements (2016), um sistema de pagamento é:

[...] um conjunto de instrumentos, procedimentos e regras para a transferência de fundos entre participantes; o sistema inclui os participantes e a entidade que opera o acordo.

Sistemas de pagamento podem ser classificados em sistemas de varejo ou sistemas de grande valor. Em complemento, IMFs são definidas como (Banco Central do Brasil, 2025e):

[...] um sistema multilateral entre instituições participantes, incluindo o operador do sistema, usado para fins de compensação, liquidação ou registro de pagamentos, títulos ou outras transações financeiras.

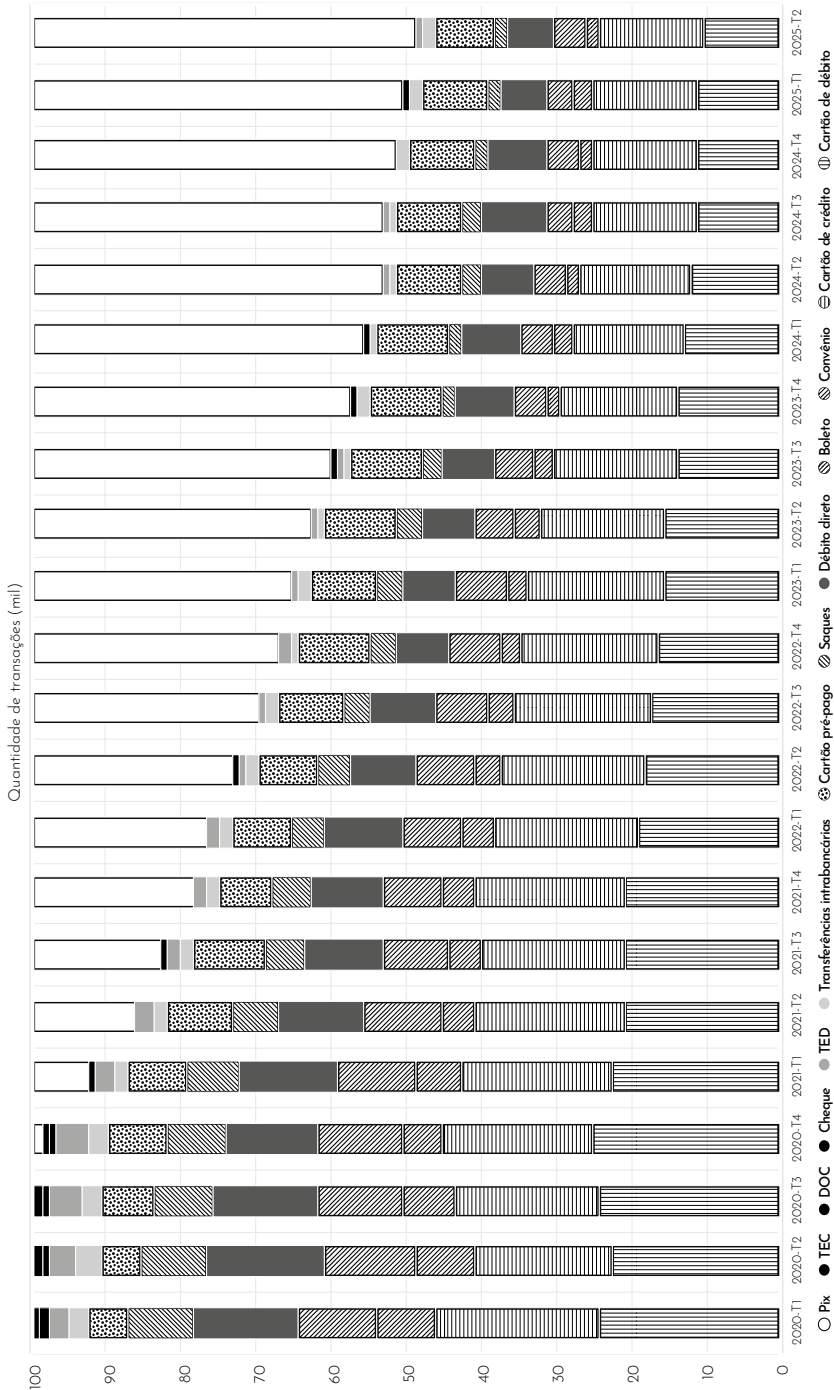


FIGURA 1. Participação percentual da quantidade de transações por instrumento.

Fonte: Banco Central do Brasil (2025b).

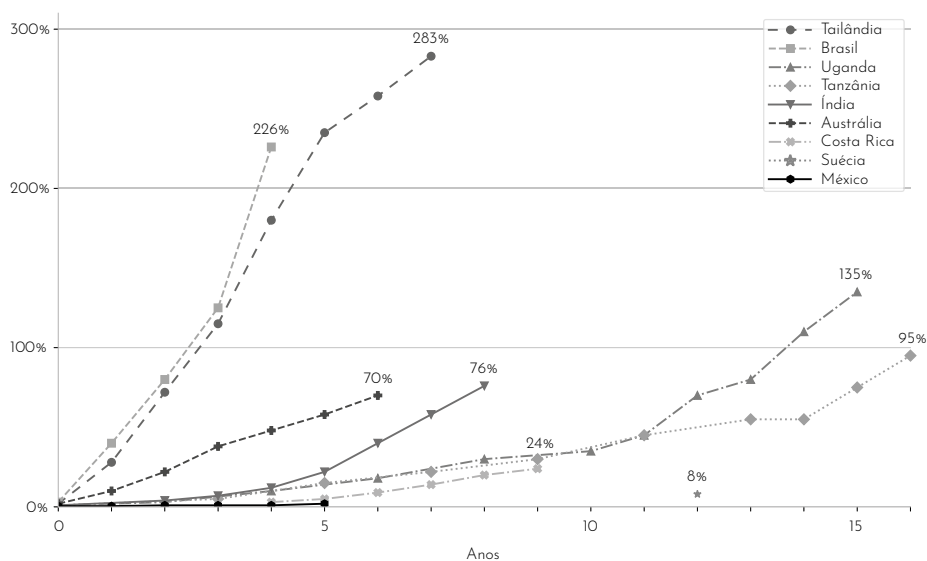


FIGURA 2. Sistemas de pagamento rápido: valor das transações como % do produto interno bruto (PIB).

Anos desde o lançamento.

Fonte: Zetta (2025).

Ademais, de acordo com o Banco Central do Brasil (2025f), um arranjo de pagamentos é “o conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de determinado serviço de pagamento ao público”. Via de regra, cada forma de pagamento conhecida tem seu próprio arranjo de pagamentos. É o caso dos cartões de crédito e débito de cada bandeira de ampla aceitação, do DOC, do boleto, da TED e do Pix. Em uma transação de pagamento realizada no âmbito de um arranjo de pagamentos de quatro partes, estão envolvidos o usuário pagador, o usuário recebedor e as suas respectivas instituições financeiras ou de pagamentos.

No Brasil, há dois sistemas de pagamentos operados pelo Banco Central do Brasil (BCB): o Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e o Sistema de Transferência de Reservas (STR); e diversos outros sistemas de pagamentos autorizados pelo BCB, mas operados por empresas privadas. Dois exemplos são o Siloc e o Sitraf, operados pela Nuclea e utilizados para a compensação e liquidação de transações realizadas nos arranjos de cartões e boletos e de TED, respectivamente. O único sistema de pagamentos de grande valor (LVPS, do inglês *large value payment system*) no SPB é o STR. Por essa condição, à exceção do SPI, os demais sistemas de pagamento calculam os valores líquidos a serem transferidos entre os seus participantes e, depois, utilizam o STR como infraestrutura de liquidação final a partir das contas de reserva. Esse mecanismo adotado pelos sistemas de pagamento operados pela Nuclea é denominado liquidação diferida líquida (LDL).

COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Nos Estados Unidos, existem dois sistemas de pagamentos operados pelo Federal Reserve bastante similares ao STR e ao SPI. Lançado em 1918, o Fedwire Funds Service foi a primeira infraestrutura de liquidação bruta em tempo real (LBTR) da história (Federal Reserve, 2021). Atualmente, ele movimentava mais de US\$ 1 quatrilhão por ano (Federal Reserve, 2025a). Recentemente, em 2023, o Federal Reserve lançou o Fed-Now, outra infraestrutura de LBTR para pagamentos instantâneos entre instituições distintas, similar ao SPI. Além disso, por lá também existem sistemas de pagamento operados por empresas totalmente privadas. A principal é a The Clearing House (TCH), empresa pertencente aos maiores bancos comerciais dos Estados Unidos, que opera as redes Electronic Payments Network e CHIPS com mecanismos de LDL e a rede Real-Time Payments (RTP) com mecanismos de LBTR.

Uma característica distinta do mercado de pagamentos americano é a existência de múltiplos arranjos de pagamentos instantâneos com adesão relevante pelo público utilizando diferentes conjuntos de sistemas de pagamentos. Por exemplo, em 2017, a Early Warning Services, empresa pertencente aos sete grandes bancos dos Estados Unidos, lançou o Zelle, um arranjo de pagamentos instantâneos integrado a mais de 2.300 instituições nos Estados Unidos (Zelle, 2025). Uma pesquisa conduzida com as instituições participantes no quarto trimestre de 2024 apurou que 99,36% das contas habilitadas a realizar transferências via Zelle não cobram taxas ou tarifas pelo serviço (Zelle, 2026). No ano de 2024, a base de usuários atingiu 151 milhões de contas e US\$ 1 trilhão movimentados. Em comparação ao PIB dos Estados Unidos no mesmo ano (International Monetary Fund, 2024), o resultado é inferior a 5%. Esse resultado é muito distante dos mais de 200% de valor transacionado via Pix sobre o PIB do Brasil.

Diferentemente do Pix, embora a liquidação entre pagador e recebedor ocorra em tempo real, a liquidação entre instituições de transferências via Zelle é realizada pela rede RTP da TCH, que, mesmo operando com LBTR, não chega a ser instantânea. Por outro lado, transferências pelo arranjo do FedNow, instituído pelo FED e que tem o mesmo nome do sistema de pagamentos utilizado por ele, são liquidadas também entre instituições de forma instantânea. Em relação ao volume transacionado, a adesão ao FedNow vem evoluindo progressivamente, com um salto de US\$ 38 bilhões em 2024 para US\$ 307 bilhões somente no terceiro trimestre de 2025 (Federal Reserve, 2025b).

Ainda podemos mencionar a funcionalidade de transferências instantâneas do aplicativo de pagamentos Venmo, que em alguns casos usa a infraestrutura de liquidação da rede RTP e em outros usa os arranjos de pagamento Visa Fast Funds e Mastercard Send, baseados na mesma tecnologia usada pelo WhatsApp Pay no Brasil. O uso do recurso *Instant Transfers* cresceu 28% em 2025, e estima-se que a base de usuários superou 100 milhões de pessoas, apesar da taxa de 1,75% cobrada sobre o valor da transação. Por fim, também tem aumentado bastante a adesão a aplicativos como Cash App, que têm transferências P2P via *book transfer*. Em 2024, o valor transacionado

ultrapassou US\$ 200 bilhões, e a base de usuários superou 50 milhões de pessoas (Elad; Kinder, 2025a, 2025b).

Essa análise específica sobre arranjos de pagamentos instantâneos, mas que também se reflete sobre os demais arranjos do mercado americano, demonstra descentralização e concorrência. Apesar de o Federal Reserve ter desenvolvido seu próprio arranjo, assim como foi feito pelo BCB, a não obrigatoriedade de adesão e de gratuidade tornam o ambiente competitivo muito mais aberto a inovações. Inclusive, outra tendência do mercado de pagamentos dos Estados Unidos é a adoção de *stablecoins* como forma de pagamento. Estimativas indicam que em 2025 o volume total transacionado em pagamentos via *stablecoins* vai superar US\$ 120 bilhões (Lagrou, 2025). Até 2030, a expectativa do atual secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, é que esse valor atinja US\$ 3 trilhões (Datskoluo, 2025). Essas projeções foram fortalecidas pelo *Guiding and Establishing National Innovation for U.S. Stablecoins Act* (GENIUS Act), que estabeleceu a primeira estrutura regulatória abrangente para *stablecoins*.

De acordo com a Resolução BCB nº 520/2025, *stablecoins* são ativos virtuais lastreados em ativos de reserva criados com o propósito de manter seu valor vinculado ao valor de uma moeda fiduciária de referência (Banco Central do Brasil, 2025g). No entanto, o enquadramento da compra, venda ou troca de *stablecoins* como operações de câmbio dado pela Resolução BCB nº 521/2025 abre espaço para a Receita Federal determinar a cobrança de IOF sobre essas operações mesmo para *stablecoins* lastreadas no real brasileiro e, com isso, desestimular a adesão a elas como forma de pagamento no Brasil (Banco Central do Brasil, 2025h). Ao passo que o regulador brasileiro exige a gratuidade da oferta do seu arranjo de pagamentos, o Pix, ele também exige uma estrutura jurídico-operacional que impõe custos em outros arranjos.

CAMINHOS PARA O MERCADO DE PAGAMENTOS BRASILEIRO

Seria ingênuo considerar a possibilidade de o BCB encerrar a oferta do Pix. Afinal, esse é um movimento global, reforçado pelo fato de que mais de 120 países já têm sistemas de pagamentos ativos dessa natureza, a maior parte deles com arranjos instituídos pelos respectivos bancos centrais (Zetta, 2025). Inclusive, esse é o caso dos Estados Unidos, conforme explicado anteriormente. Além disso, o pagamento via Pix tem uma presença tão significativa na rotina dos brasileiros que destituiu-os do privilégio de pagar e receber sem custo beira o impossível.

Por outro lado, um mercado de pagamentos instantâneos com mais abertura à competição, como observado no caso do mercado americano, pode ser interessante para permitir que os atores continuem inovando em busca de tecnologias de pagamento mais baratas e convenientes. Uma primeira proposição seria a remoção da obrigatoriedade de oferta dos pagamentos via Pix para instituições autorizadas com mais de 500 mil contas de clientes ativas, assim como a remoção da regra que proíbe a cobrança de tarifas desse serviço.

No contexto das tarifas, o próprio caso do Zelle demonstra como elas podem ser importantes para instituições menores, que representam menos de 1% em termos de volume de contas ativas no sistema, mas que podem atender públicos que não têm acesso a outros prestadores de serviço pelos mais variados motivos. A não proibição dessa cobrança viabiliza modelos de negócio que não encontram alternativas para rentabilizar sua operação. Um estudo de 2017 apontou que, naquele ano, os brasileiros pagaram R\$ 27 bilhões em tarifas bancárias (Borges, 2018). Mais recentemente, pesquisas indicam que o Pix fez os brasileiros economizarem R\$ 18,9 bilhões em tarifas só no primeiro semestre de 2025 (Estadão, 2025). Para fins de referência, o lucro somado de Itaú, Santander, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa no mesmo período foi de aproximadamente R\$ 60 bilhões. Considerando que as cinco instituições somam mais de 50% dos depósitos à vista do País (Ferrari, 2025), é natural avaliar que a perda de receita com as tarifas cobradas em serviços de transferência e pagamentos exige que os custos associados à oferta do Pix sejam compensados de outras formas, inclusive nos *spreads* bancários.

Em um segundo momento, uma alternativa seria a privatização do arranjo de pagamentos do Pix, mantendo a infraestrutura do SPI sob responsabilidade do Banco Central. O ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco comentou essa possibilidade em um painel de um evento em 2024: “O Pix é uma estatal que, em algum momento, poderá ganhar um Brás no nome e ser privatizada. O problema é quem vai comprar” (Carvalho, 2024). Nos Estados Unidos, o Zelle é mantido por uma empresa controlada pelas maiores instituições financeiras do País. No Brasil, a resposta poderia ser a mesma. Nesse caso, o desafio é que o Governo brasileiro já se manifestou contrariamente a essa possibilidade. Em entrevista após o lançamento da investigação do USTR, o então ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse: “É uma tecnologia soberana brasileira, e nós não podemos nem sonhar, nem pensar, nem imaginar em privatizar algo que não custa para o cidadão” (Teixeira, 2025).

Por fim, também vale mencionar uma alternativa que se desdobra das ideias apresentadas por Friedrich Hayek, economista austríaco vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 1974. Defensor da desestatização do dinheiro, Hayek (1976) declarou:

Não acredito que teremos um bom dinheiro novamente antes de tirarmos isso das mãos do governo, isto é, não podemos tirá-lo violentamente das mãos do governo, tudo o que podemos fazer é introduzir algo que eles não possam parar.

A concorrência livre entre moedas prevê que estas poderiam ser emitidas por empresas privadas, as quais deveriam concorrer pela preferência dos clientes, sem o Estado forçar o uso de uma moeda específica. Nesse contexto, os sistemas e arranjos de pagamento poderiam ou não ter a capacidade de operar com múltiplas moedas. Atualmente, no universo das criptomoedas, já existem diferentes soluções que permitem a troca de diferentes ativos virtuais entre diferentes *blockchains* e que poderiam inspirar novos modelos de negócio. Uma conjuntura de livre mercado de moedas abriria espaço para muitas inovações no mercado de pagamentos. Todavia, conforme assinalado por Rothbard (2013, p. 28), há uma resistência natural a esse caminho, porque “Estamos acostumados a pensar na cunhagem de moedas como sendo uma ‘necessidade de soberania’”.

O QUE ESPERAR DE 2056

Historicamente, os arranjos de pagamentos no Brasil são bastante longevos. As transferências via DOC, por exemplo, começaram em 1985 e só foram encerradas em 2024, depois de 39 anos. Em 2026, os arranjos de TED e boleto completam 24 e 33 anos, respectivamente. O Pix, por sua vez, criado em 2020, está no sexto ano de operação. É natural que durante esse período ocorram transformações e evoluções em virtude das novas tecnologias e novos sistemas de pagamentos disponíveis, mas a essência de cada forma de pagamento se mantém.

Portanto, é provável que em 2056 o Pix ainda esteja em operação. Diferente, com mais funcionalidades, mas por aqui. No entanto, a expectativa é que junto dele estejam também vários outros arranjos de pagamentos instantâneos em regime de concorrência. O mercado americano deve evoluir dessa forma, com as transferências via FedNow, Zelle, Venmo *Instant Transfers*, Mastercard Send, Visa Fast Funds, Cash App P2P *book transfers*, *stablecoins*, entre outros arranjos, competindo pela preferência dos consumidores.

Entretanto, o que poderia ser visto como mais incerto é se a moeda que será usada nas transações com Pix ainda será o real. Por um lado, ele já é a moeda com mais anos de vida da história recente do Brasil, circulando ininterruptamente desde seu lançamento, em 1994. Por outro lado, mesmo que a circulação continue, é ambição do Banco Central que o arranjo do Pix seja utilizado para facilitar transações financeiras entre países (Ecommit, 2025). Contudo, em um cenário global, a competição com outros arranjos transfronteiriços certamente será mais acirrada. Nesse sentido, as empresas responsáveis pelas maiores redes de pagamento do mundo, como a Visa, já indicaram uma aposta nas *stablecoins* como tecnologia escolhida para viabilizar esses arranjos (Nishant; Saini, 2025).

Por último, em 2056, é provável que a adoção do *bitcoin* terá aumentado significativamente. Até lá, mais de 99,9% dos *bitcoins* terão sido minerados. Talvez, conforme projetou Hayek, isso será “o que os governos não podem parar”, e em cima dessa moeda serão construídas diversas soluções de pagamento que irão suplantar o Pix. Entre os diversos caminhos possíveis para o mercado de pagamentos brasileiro, a única certeza é que se deve perseguir a livre concorrência, a limitação da atuação do governo e a privacidade dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. Quatro anos de Pix: bancos perdem receita com tarifa, mas ganham em acesso ao crédito. *Exame*, jun. 2025.
- AZEVEDO, M. A. Fintech giant Klarna raises \$639M at a \$45.6B valuation amid ‘massive momentum’ in the US. *Techcrunch*, jun. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Área das instituições participantes no pix*. Brasília: BCB, 2025a.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Arranjos de pagamento*. Brasília: BCB, 2025f.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *BC autoriza dois arranjos e uma instituição de pagamentos relacionados ao WhatsApp*. Brasília: BCB, 2021.

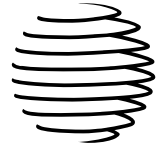
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. *Resolução BCB nº 19, de 1º de outubro de 2020*. Dispõe sobre a cobrança de tarifas de clientes pela prestação de serviços no âmbito do arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil (Pix) e pela prestação do serviço de iniciação de transação de pagamento no âmbito de arranjos de pagamento. Brasília: BCB, 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. *Resolução BCB nº 520, de 10 de novembro de 2025*. Disciplina a constituição e o funcionamento das sociedades prestadoras de serviços de ativos virtuais e a prestação de serviços de ativos virtuais por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Brasília: BCB, 2025g.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Diretoria Colegiada. *Resolução BCB nº 521, de 10 de novembro de 2025*. Altera a Resolução BCB nº 277, de 31 de dezembro de 2022, a Resolução BCB nº 278, de 31 de dezembro de 2022, e a Resolução BCB nº 279, de 31 de dezembro de 2022, que regulamentam a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, para regulamentar o disposto no art. 7º, caput, inciso V, da Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, combinado com o art. 1º do Decreto nº 11.563, de 13 de junho de 2023, a fim de incluir atividades ou operações das prestadoras de serviços de ativos virtuais no mercado de câmbio e dispor sobre as situações sujeitas à regulamentação de capitais brasileiros no exterior e capitais estrangeiros no país. Brasília: BCB, 2025h.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas de meios de pagamentos = ano 2024*. Brasília: BCB, 2025b.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Infraestruturas do mercado financeiro*. Brasília: BCB, 2025e.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Pix em números*. Brasília: BCB, 2025c.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)*. Brasília: BCB, 2025d.
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. *Glossary*. Switzerland: BIS, 2016.
- BORGES, D. Brasileiros pagaram R\$ 27 bilhões em tarifas bancárias em 2017. *InfoMoney*, fev. 2018.
- CARDOSO, R. Trump contra o Pix: entenda o que pode ter motivado críticas dos EUA. *Agência Brasil*, jul. 2025.
- CARVALHO, R. Gustavo Franco: "Pix poderá ser privatizado no Brasil, mas quem vai comprar?". *InfoMoney*, ago. 2024.
- DATSKOLUO, L. US Treasury Secretary lifts stablecoin forecast to \$3tn: Will 'grow tenfold'. *Yahoo Finance*, nov. 2025.
- ECCOMMIT. *Pix além das fronteiras: Banco Central quer integração internacional para otimizar pagamentos*. São Paulo: ECCOMMIT, 2025.
- ELAD, B.; KINDER, K. Cash app statistics 2025: user demographics, revenue insights, and key milestones. *Coinlaw*, jun. 2025a.
- ELAD, B.; KINDER, K. Zelle vs. Venmo Statistics 2025: U.S. peertopeer payment trends & market insights. *Coinlaw*, ago. 2025b.
- ESTADÃO. Pix gerou economia de R\$ 1,067 bi aos brasileiros desde seu lançamento, diz estudo. *InfoMoney*, ago. 2025.
- FEDERAL RESERVE. *Fedwire® Funds Service – Annual Statistics*. Washington: FRB Services, 2025a.
- FEDERAL RESERVE. *The fed explained: what the Central Bank does*. 11. ed. Washington: Publications Fulfillment, 2021.
- FEDERAL RESERVE. *FedNow® Service – Quarterly Statistics*. Washington: FRB Services, 2025b.
- FERRARI, H. Bancões detêm 57,9% das operações de crédito no país. *Poder 360*, abr. 2025. Economia.
- FLACH, N. Agora vai? Mastercard cria arranjo para permitir transferência no WhatsApp. *Exame*, jul. 2020.
- HAYEK, F. A desestatização do dinheiro: o argumento refinado. São Paulo: Instituto Liberal, 1990.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *GDP, current prices*. Washington: IMF, 2024.
- KLARNA: financial details. Crunchbase, 2025.

- LAGROU, J. Stablecoin Use for Payments Jumps 70% Since US Regulation. *Yahoo Finance*, out. 2025.
- MAIA, L. WhatsApp encerra opção de transferência via cartão de débito para pessoa física. *Valor Econômico*, dez. 2024.
- MARTYNS, D. “Nunca quisemos competir com o Pix”, diz chefe do WhatsApp no Brasil. *Finsiders Brasil*, mar. 2025.
- NISHANT, N.; SAINI, M. Visa bets on stablecoins to speed up cross-border payments. *Yahoo Finance*, set. 2025.
- PIB cresce 3,4% em 2024 e fecha o ano em R\$ 11,7 trilhões. *Agência IBGE Notícias*, mar. 2025.
- ROTHBARD, M. *O que o governo fez com nosso dinheiro?* São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.
- SILVA, C. Exclusivo: documentos mostram que BC temia WhatsApp Pay antes do Pix. *O Fator*, jul. 2025.
- TEIXEIRA, L. Haddad diz que ‘nem sonha’ em privatizar Pix: ‘Não tem custo pro cidadão’. *UOL*, ago. 2025.
- TEMÓTEO, A. BC e Cade suspendem serviço de pagamentos e transferências do WhatsApp. *UOL*, jun. 2020.
- UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. *USTR Announces Initiation of Section 301 Investigation of Brazil’s Unfair Trading Practices*. Washington: USTR, 2025.
- ZELLE. [S. l.]: Early Warning Services, 2026.
- ZELLE. *In: WIKIPEDIA*. San Francisco: Wikimedia Foundation, 2025.
- ZETTA. *Pix: O novo padrão de referência para Sistemas de Pagamento Rápido*. [S. l.]: Labrys, 2025. *E-book*.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.

INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Infraestrutura é o que torna o país possível: energia, logística, mobilidade e saneamento definem o custo de viver e produzir. Meio ambiente, por sua vez, deixou de ser um tema setorial – é um componente estratégico de competitividade, segurança e reputação. Esta subseção parte da ideia de que desenvolvimento e conservação não precisam ser opostos quando instituições funcionam, incentivos são bem desenhados e regras são claras. Os artigos discutem como ampliar investimentos, elevar eficiência, melhorar coordenação e alinhar crescimento com responsabilidade ambiental, olhando para escolhas de 2026 que terão impacto direto nas próximas décadas.



LUIZA CAUDURO

*Advogada e Associada do Instituto
de Estudos Empresariais (IEE)*

MOBILIDADE E TRANSPORTE: DIAGNÓSTICO E SOLUÇÕES LIBERAIS

O Brasil tem diversos desafios a serem superados, e a infraestrutura e a mobilidade urbana sempre estiveram entre os maiores. Diariamente, os indivíduos enfrentam engarrafamentos, ônibus com superlotação e metrô sem capacidade de atender à população. Por sua vez, no campo logístico, indústrias e produtores também suportam despesas elevadas para conseguirem encaminhar as mercadorias em rodovias precárias e portos congestionados. Como consequência, os cidadãos acabam por ter menos qualidade de vida, enquanto o País também fica menos competitivo e produtivo.

O cenário supramencionado certamente tem relação com a forma como o Estado estruturou o setor. A regulação instável, assim como a demasiada intervenção estatal, viabilizou um ambiente em que a iniciativa privada não encontra espaço para conseguir gerar inovação, tampouco investimento. Contratos elaborados pelos agentes estatais, com redações que não são previsíveis, concessões não desenhadas de forma adequada e subsídios cruzados fazem com que operadores se afastem, e assim o transporte coletivo se mantém com baixa qualidade.

Um grande exemplo para ilustrar essa lógica disfuncional é o transporte urbano. Apesar de o Governo federal ter anunciado um alto investimento para projetos de mobilidade, no patamar de R\$ 10 bilhões, os indivíduos que dependem diariamente desse meio de locomoção coletivo seguem com as mesmas angústias e descontentamentos – sistemas pouco integrados, longas esperas e veículos com pouco conforto.

A verdade é que propostas inovadoras e eficazes não são incentivadas, haja vista que o modelo atual concentra as decisões em órgãos públicos e mantém tarifas engessadas. Em sentido oposto, diversas cidades no mundo estão colocando luz sobre novas alternativas que incentivam micromobilidade, como meios leves de transporte, *scooters* e bicicletas. Além disso, têm buscado integrar aplicativos de gestão, os quais viabilizam percursos mais econômicos, céleres e seguros.

O impacto da micromobilidade é certamente um instrumento que viabiliza aliviar a pressão em relação aos sistemas tradicionais. Mediante a utilização de meios leves de transporte, os indivíduos conseguem completar o trajeto final em “última milha” (*“last mile”*, em inglês) com baixa emissão de poluentes e de forma flexível, sem necessariamente precisar contar com ônibus ou automóvel. Outrossim, também colaboram com o meio ambiente e geram integração modal – ou seja, os cidadãos podem se valer de mais um meio de transporte, de maneira coordenada e eficiente.

Em estudo recente sobre micromobilidade em centros urbanos brasileiros, é sustentado que esses meios oferecem alternativa aos modos tradicionais de locomoção, especialmente para os deslocamentos curtos ou intermediários, e contribuem para a

redução de emissões de gases e para uma mobilidade mais sustentável (Rosa; Souza; Oliveira, 2022). Lamentavelmente, o segmento em comento no Brasil ainda é tímido.

A expansão desse setor ainda enfrenta empecilhos, diante da falta de planejamento e incentivos e até mesmo de barreiras regulatórias. No entanto, é evidente que a adoção de iniciativas liberais pode trazer inúmeros benefícios, com a tarifação de forma clara, o estímulo à concorrência e à inovação e integração ao sistema de transporte público, além de maior número de parcerias público-privadas. A micromobilidade com certeza iria reduzir os engarrafamentos no trânsito, assim como gerar benefícios e melhor qualidade de vida aos indivíduos.

Além disso, sublinha-se que o debate acerca da mobilidade urbana igualmente necessita envolver a transição energética. O transporte é o responsável por cerca de 47% das emissões de gás carbônico (CO₂) do setor energético brasileiro, de acordo com o Ministério de Minas e Energia. Assim sendo, políticas que incentivem frotas elétricas, biocombustíveis e infraestrutura de recarga podem contribuir para a redução de custos operacionais e emissões, desde que sejam desenhadas com a ideia de liberdade de mercado e incentivos horizontais. O capital privado certamente tem relevância para viabilizar a inovação tecnológica e a expansão de redes de abastecimento e financiamento verde (Brasil, 2023).

Os veículos autônomos e demais tecnologias emergentes também devem ser estimuladas, com liberdade e segurança jurídica, para trazer um novo cenário à mobilidade urbana e logística. Os sistemas que utilizam conectividade, inteligência artificial e sensores com certeza podem contribuir para a diminuição de acidentes e custos operacionais, assim como otimizar fluxos em grandes centros urbanos. Tal fato tanto é verdade que a experiência estrangeira comprova que projetos-piloto e regulamentações flexíveis viabilizam que novas tecnologias sejam experimentadas, incentivando a inovação (KPMG, [2025]). No Brasil, o tema em discussão, acerca dos veículos autônomos, já é pauta de projeto de lei, que atualmente está em análise na Câmara dos Deputados (Souza, 2025).

Outro aspecto que merece atenção é o transporte interurbano, ainda muito deixado de lado nas políticas públicas brasileiras. A malha ferroviária voltada ao transporte de passageiros é pequena, e os sistemas de metrô estão concentrados em poucas capitais, o que acaba sobrecarregando os ônibus e tornando o deslocamento diário mais caro e demorado. Ampliar linhas de trem e metrô entre regiões metropolitanas ajudaria a desafogar o transporte urbano e reduzir emissões, desde que os projetos sejam estruturados com participação privada, contratos de longo prazo e regras claras (Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos, 2023).

No cenário brasileiro, não é diferente a preocupação em relação ao transporte de cargas. A título exemplificativo, é possível mencionar o agronegócio brasileiro, que apresenta alta capacidade de produção, com resultados competitivos, porém acaba tendo desvantagem quando necessita se valer de portos ultrapassados e arcar com fretes elevados, realizados em rodovias em estado precário. As infraestruturas, muitas vezes limitadas, fazem com que armadores internacionais evitem atracar em solo brasileiro.

Portanto, a competitividade da produção nacional é agravada em razão de meios de transporte “*last mile*” ineficientes e dificuldades na logística. Os terminais ficam congestionados, os portos não apresentam profundidade suficiente e as rodovias não são conservadas como deveriam. Diversos estudos têm destacado a necessidade de amplos investimentos em infraestrutura, indicando que, até 2030, cerca de 44% dos recursos deverão ser destinados não apenas à criação de novos empreendimentos, mas também à manutenção e modernização dos ativos já existentes (World Bank Group, 2022). Em cenários estruturados dessa maneira, se houver regulamentações confiáveis, regras claras e contratos de concessão previsíveis, o setor privado pode ter estímulo para contribuir com aportes financeiros, gerando eficiência e inovação.

Contudo, a realidade é que o investimento privado muitas vezes acaba inibido em razão da instabilidade regulatória e da significativa intervenção do Estado. A título exemplificativo, um estudo recente atestou que o setor público ainda realiza o mapeamento de riscos e a mitigação em estágio de planejamento em relação às concessões de infraestrutura de transporte (Roos; Souza; Kliemann Neto, 2024). É evidente que esse cenário limita a atração de capitais, assim como gera insegurança e aumento de custos, desestimulando as iniciativas privadas em relação aos modelos de transporte e mobilidade.

Ademais, outro exemplo ilustra bem os efeitos da insegurança jurídica no setor aqui em análise. No ano de 2021, a concessão da BR-381, em Minas Gerais, acabou sendo adiada após várias revisões no edital, bem como mudanças nas condições de risco e retorno, fato que lamentavelmente fez com que diferentes grupos privados desistissem de participar do leilão (Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos, 2023). Por óbvio, situações análogas à supramencionada acabam gerando desconfiança e encarecendo o investimento, na medida em que o mercado tende a incorporar o risco regulatório ao custo dos projetos. Da mesma maneira, alterações de orientação política durante a execução contratual, tais como revisões unilaterais de tarifas ou interferências diretas nos contratos, também fazem investidores se afastarem, comprometendo a continuidade de obras relevantes para o País.

Ocorre que, nesse ambiente nebuloso, as referidas iniciativas privadas é que podem trazer esperança. A construção de um porto no Espírito Santo, com o objetivo de receber navios de grande porte, é um exemplo da relevância da participação dos indivíduos, do capital privado, para fins de afastar a dependência de aportes públicos, que muitas vezes são desviados e até mesmo se perdem, em razão de burocracia e lentidão. A perspectiva liberal certamente oferece um caminho que se mostra mais seguro e próspero.

Em relação à participação privada em infraestrutura, a literatura estrangeira indica cuidados e ganhos a serem observados. Em um relatório do Inter-American Development Bank (IDB) intitulado “The impact of private sector participation in infrastructure: lights, shadows, and the road ahead” (Andrés *et al.*, 2008), são elencados diversos benefícios com o aporte de investimento privado. No entanto, é ressaltado que o êxito depende da infraestrutura institucional, de regulamentações estáveis e de contratos claros, para que sejam garantidas a segurança jurídica e a concorrência.

Nesse sentido, para que o país de fato avance no setor de mobilidade urbana, sugere-se a adoção de medidas práticas, pautadas em ideias liberais: (i) viabilizar a entrada de micromobilidade via autorização simples, sem tarifas fixas impostas de forma arbitrária; (ii) promover plataformas digitais de mobilidade como parte integrante do sistema urbano, integradas ao transporte coletivo principal por meio de subsídios seletivos ou tarifas dinâmicas; (iii) revisar o papel das tarifas públicas fixas, com o incentivo de modelos de preço variável em atenção à demanda, para fins de incentivar eficiência e corresponsabilização do usuário; (iv) estruturar parcerias público-privadas (PPPs) de mobilidade urbana, com regramentos de desempenho claros, risco regulatório limitado e indicadores de qualidade relacionados à remuneração privada.

Um exemplo que pode ser elencado são as cidades que adotaram precificação por congestionamento, com valor que se altera por horário ou zona, com o intuito de diminuir o tráfego e os tempos de viagem, bem como os custos reais de ocupar a via. Um estudo indica que em Estocolmo, na Suécia, houve queda persistente do tráfego e diminuição de emissões após a cobrança. Nesse sentido, de pronto não houve grande aceitação pública, cenário que se alterou posteriormente, após a exposição dos resultados. Ou seja, com regras simples, objetivos claros e transparência na destinação da receita, percebem-se resultados interessantes (Börjesson, 2018).

Pontua-se, por oportuno, que as PPPs têm se destacado como instrumento essencial para fins de suprir o déficit de infraestrutura no Brasil. Entretanto, sua mera existência não representa uma solução automática ou sem riscos. Acerca do tema, em estudo é exposto que as PPPs foram apresentadas como solução à falta de investimento público em infraestrutura no Brasil. Contudo, trata-se de modelo de contratação complexo que requer planejamento adequado para salvaguardar o interesse público (Nakamura, 2019).

Desse modo, no contexto da mobilidade e do transporte, não basta simplesmente abrir espaço para o setor privado. É fundamental que os contratos, as regras e o modelo de governança sejam pensados de forma a garantir eficiência, retorno ao investidor e resultados concretos para a população. Nos últimos anos, o mercado brasileiro de PPPs tem mostrado sinais reais de amadurecimento, com concessões importantes em rodovias e portos, além de novos projetos urbanos que começam a atrair diferentes perfis de investidores. Ainda assim, o cenário permanece em consolidação e exige estabilidade regulatória e mecanismos mais claros de acompanhamento, para que o potencial dessas parcerias se converta, de fato, em melhoria da infraestrutura e da mobilidade no País (World Bank Group, 2024).

Acerca do tema, vale mencionar um caso emblemático de mobilidade urbana em que a inovação se deu a partir da abertura ao setor privado: o da Invepar S.A. no Brasil. O grupo atua em diferentes frentes de concessões, abrangendo rodovias, aeroportos e transporte urbano. Entre os exemplos mais conhecidos estão o MetrôRio, uma das principais linhas de transporte da capital fluminense, a ViaBahia e a LAMSA, responsável pela administração da Linha Amarela. A experiência demonstra como a participação privada pode contribuir para modernizar serviços essenciais e melhorar a

eficiência da operação quando há segurança regulatória e equilíbrio nas relações contratuais (Invepar, 2026).

Esse caso bem demonstra como a iniciativa privada pode gerar benefícios à população, mediante a modernização de serviços, além de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e a eficiência na gestão operacional. Comprova que quando há equilíbrio entre os interesses público e privado, é possível avançar de forma consciente. Contudo, igualmente expõe os desafios que o modelo de concessão enfrenta no território nacional, em especial diante da insegurança jurídica e da instabilidade regulatória.

Por seu turno, no setor de logística, a privatização de portos, a concessão de rodovias e demais iniciativas privadas também devem ser valorizadas, para que a infraestrutura seja modernizada. Para tanto, é indispensável que as regulamentações e os contratos transmitam confiança e segurança jurídica, para que os investidores, tanto nacionais quanto estrangeiros, fiquem confortáveis em confiar no potencial do Brasil. Não pairam dúvidas de que um ambiente competitivo só pode ser firmado mediante regras estáveis e com limitação de intervenção discricionária do poder estatal.

Além da segurança jurídica, o avanço da mobilidade e da infraestrutura exige uma governança bem-articulada entre os diferentes níveis de governo. Os municípios, que estão na linha de frente da execução das políticas públicas, muitas vezes não dispõem de estrutura técnica nem de recursos suficientes para levar adiante projetos de maior porte. Por isso, a coordenação entre União, Estados e prefeituras torna-se essencial para harmonizar regras, integrar sistemas e evitar sobreposição de esforços – que só geram desperdício e atrasos. Sem uma atuação local sólida e cooperativa, a eficiência das concessões e das PPPs acaba se diluindo, e o potencial transformador dessas iniciativas se perde (Ipea, 2021).

Ou seja, no setor logístico, é possível elencar algumas propostas-chave, quais sejam: (i) expansão das concessões de rodovias e ferrovias prioritárias, com a aplicação de tarifas e pedágios compatíveis com a produtividade esperada, (ii) privatização ou concessão de portos com profundidade adequada, removendo subsídios cruzados e estimulando a concorrência portuária (uma pesquisa recente aponta que os portos brasileiros ainda operam abaixo de *benchmarks* internacionais) (World Bank Group, 2022), (iii) fixação de marcos regulatórios estáveis para investidores privados, bem como (iv) incentivo à multimodalidade, com ferrovias, hidrovias e rodovias, com o intuito de reduzir o custo logístico do País, fortalecendo o agronegócio e a exportação.

Essas medidas vão no sentido de que o setor privado, se for bem inserido, pode fazer o Brasil alcançar outro patamar em relação à infraestrutura. O País certamente tem condições de oferecer um transporte coletivo digno, mobilidade urbana adequada e campo logístico eficiente. Contudo, para tanto, é necessário reconhecer que o cenário atual – que, reitera-se, é preocupante e desestimulador – não será modificado apenas com iniciativas do Estado. A abertura ao capital privado e a implementação de liberdade tarifária são indispensáveis para que o País consiga prosperar e garantir um futuro melhor em relação à mobilidade e à infraestrutura.

Logo, para que o marco institucional seja modernizado, é imprescindível que se alcance uma regulação clara e estável, que o poder do Estado seja limitado e que tarifas

sejam praticadas, a fim de remunerar os investimentos privados, porém sem onerar o usuário final de forma excessiva. O relatório supramencionado, da World Bank para o Brasil, indica que o País necessita desenvolver e implementar uma estratégia abrangente de governança de infraestrutura que foque o aumento da capacidade técnica em níveis subnacionais para elevar a participação privada. O Governo federal, os Estados e os municípios também devem atuar de forma coordenada, de modo que os projetos de mobilidade sejam de fato integrados, e não fragmentados.

Ainda, frisa-se que realizar a medição do uso e da satisfação dos indivíduos é essencial para calibrar os contratos e estabelecer metas. Diversas pesquisas apontam que os cidadãos estão insatisfeitos com o longo período de espera e com a insuficiência da integração, o que corrobora a latente necessidade de estabelecer métricas nas PPPs e nas concessões urbanas (CNT, 2024). Os dados precisam ser apurados para que seja viável realizar uma boa gestão.

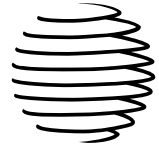
Não há dúvidas de que há, no Brasil, plenas condições e potencial de transformar a mobilidade urbana e a logística de cargas. Contudo, para isso, será exigido mais do que recursos públicos: será necessário um marco institucional que assegure concorrência, liberdade, previsibilidade e inovação. Os cidadãos precisam deixar de ser tão somente usuários passivos para assumir o papel de protagonistas. O dirigismo estatal precisa ser substituído por liberdade no âmbito econômico, de modo que seja construído um país com espaço para ir e vir, com transporte urbano eficiente e estrutura capaz de atender as necessidades dos indivíduos.

Com os corretos incentivos, o setor privado pode ser um grande vetor dessa mudança, viabilizando que o País construa ruas, portos que funcionem, assim como uma sociedade que tenha condições de se mover, produzir e crescer. Mais do que recursos financeiros, o Brasil necessita de previsibilidade, estabilidade regulatória e confiança nas instituições – elementos capazes de liberar o potencial empreendedor dos indivíduos e permitir que as soluções surjam de forma espontânea, eficiente e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉS, L. A. et al. *The impact of private sector participation in infrastructure: lights, shadows, and the road ahead*. Washington: The World Bank, 2008.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES DE PASSAGEIROS SOBRE TRILHOS. *Balanço do setor metroferroviário 2023*. Brasília: ANPTrilhos, 2023.
- BÖRJESSON, M. *Long-Term Effects of the Swedish Congestion Charges*. *International Transport Forum Discussion Papers*, n. 170, 2018.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Balanço Energético Nacional BEN 2023: ano-base 2022*. Brasília: MME; Empresa de Pesquisa Energética, 2023.
- CNT. *Pesquisa CNT de Mobilidade da População Urbana 2024*. Brasília: CNT, 2024.
- INVEPAR. In: WIKIPEDIA. San Francisco: Wikimedia Foundation, 2026.
- IPEA. Governança metropolitana no Brasil: arranjos institucionais e desafios para políticas públicas. *Texto para Discussão*, n. 2691, 2021.
- KPMG. *Índice de Prontidão para Veículos Autônomos 2020: avaliando a prontidão de 30 países na corrida pelos veículos autônomos*. Brasil: KPMG International, [2025].

- NAKAMURA, A. L. S. Parcerias público-privadas e a infraestrutura no Brasil. *Revista de Direito Administrativo (RDA)*, v. 278, n. 2, p. 131-14, 2019.
- ROOS, E. C.; SOUZA, J. S.; KLIEMANN NETO, F. J. Project risks and regulation in transport infrastructure: A study in Brazilian agencies concessions planning process. *Transportation Research Procedia*, v. 81, p. 445-456, 2024.
- ROSA, S. G.; SOUZA, J. A.; OLIVEIRA, M. L. Micromobilidade urbana e sustentabilidade: desafios e perspectivas para as cidades brasileiras. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 10, n. 77, p. 1-15, 2022.
- SOUZA, M. *Comissão aprova regras para a circulação de carros autônomos no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025.
- WORLD BANK GROUP. *Brazil Infrastructure Assessment (P174544): synthesis report*. Washington: World Bank, 2022.
- WORLD BANK GROUP. *Private Participation in Infrastructure, 2024: annual report*. Washington: World Bank, 2024.



NATHÁLIA CEOLIN VIEIRA

*Advogada, Sócia da Fernandes,
Fochesatto e Ceolin Advocacia
e Associada do Instituto de
Estudos Empresariais (IEE)*

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA NO BRASIL: O FIM DO MITO DO ESTADO PROVIDOR E A ASCENSÃO DA SOLUÇÃO PRIVADA

O Brasil, país de dimensões continentais, é reconhecido internacionalmente como o celeiro agrícola do mundo e detém um parque industrial capaz de produzir ampla gama de bens e *commodities*. Apesar desse potencial produtivo, enfrenta um de seus maiores gargalos: o escoamento logístico. Ao longo da história, sucessivos governos buscaram ampliar a integração territorial e melhorar a conectividade entre regiões distantes, sempre sob a lógica do planejamento central e da solução estatal para os problemas de infraestrutura.

Para compreendermos o atual cenário da infraestrutura logística brasileira, precisamos entender minimamente quais foram os erros e acertos dos governos passados que resultaram nessa configuração modal.

PANORAMA HISTÓRICO

A Empresa de Planejamento e Logística (EPL), citada em estudo do Instituto Brasil Logística (IBL, 2021), aponta que os primeiros planos de transporte documentados no Brasil remontam a uma época em que a interiorização do território brasileiro era pouco expressiva, na primeira metade do século XIX, quando os deslocamentos de longa distância eram realizados pelo transporte marítimo.

Em 1854, o empresário Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, construiu um trecho de 14,5 km que ligava o Porto de Estrela à localidade de Raiz da Serra, em Petrópolis, Rio de Janeiro, o que seria a primeira ferrovia brasileira (Parnaíba, 2019). Mais adiante, barões do café e empresários de São Paulo compuseram a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e construíram a primeira ferrovia em São Paulo, conforme descreve Adriano Parnaíba (2019).

Em 1869, o engenheiro militar Eduardo José de Moraes realizou um estudo intitulado “Navegação Interior do Brasil”, com o intuito de formar uma ampla rede de navegação fluvial por meio da interligação das principais bacias hidrográficas, como a do rio Amazonas e a do rio da Prata. Um dos principais objetivos dessa conexão era a defesa das fronteiras brasileiras sob o ponto de vista militar (Portugal; Silva, 2020).

Em 1874 e 1882, o engenheiro Ramos de Queiroz propôs dois planos, ambos com foco em aumentar a integração e o aproveitamento das ferrovias com as hidrovias.

Um ponto diferencial do projeto de Ramos de Queiroz foi a sua proposta sobre financiamento que previa “utilizar as formas de crédito, a garantia de juros, o levantamento de capitais e os resgates, bem como a necessidade de projeto de lei que garantisse recursos financeiros para as obras de viação” (Portugal; Silva, 2020, p. 6-7).

Ainda em 1874, o engenheiro André Rebouças, “conhecido também pela sua luta abolicionista, e inspirado no modelo quadrangular viário dos Estados Unidos – propôs um plano teórico que traçava uma pirâmide invertida com dez grandes transversais que interligariam todo o Brasil” (Portugal; Silva, 2020, p. 7). Visionário, Rebouças apresentou o que seria um esboço da Transamazônica, contudo, um sonho distante e impossível para a época, em razão de seu elevado valor econômico.

Outros planos foram apresentados no período, mas todos foram rejeitados em razão do baixo proveito econômico e pela falta de recursos financeiros, além da “resistência das elites agrárias brasileiras”, pois “maior acessibilidade espacial representaria ameaça ao seu poder político” (Portugal; Silva, 2020, p. 10-11).

Já nas décadas seguintes, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), o Brasil iniciou uma profunda transformação estrutural, com forte intervenção estatal na economia. A política varguista buscou substituir importações e fomentar a industrialização nacional, o que exigiu a criação de uma infraestrutura mínima para abastecer as novas indústrias.

Nesse período, a prioridade foi o desenvolvimento rodoviário, considerado mais ágil e adaptável às necessidades de integração regional e militar. A criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em 1937, consolidou a ideia de que o Estado deveria liderar o planejamento e a execução das vias terrestres. Além disso, Vargas estimulou a fundação de empresas estatais estratégicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que exigiam escoamento eficiente de matérias-primas.

Apesar de avanços industriais, a ênfase rodoviarista acabou marginalizando o transporte ferroviário, que até então era o principal elo logístico do País. O modal ferroviário foi visto como símbolo da era cafeeira e da influência estrangeira, enquanto as rodovias se alinhavam ao ideário de modernização nacional.

Nos anos 1950, Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961) deu continuidade e expansão à lógica varguista por meio do seu Plano de Metas, cujo lema era “50 anos em 5”. O programa previa investimentos massivos em energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, sendo o setor de transportes o segundo maior destinatário de recursos.

O foco de JK foi claramente o rodoviarismo, impulsionado pela chegada da indústria automobilística ao Brasil. Montadoras como Volkswagen, Ford e General Motors se instalaram no País, transformando o transporte rodoviário no eixo central da integração nacional. Foram construídas grandes rodovias, como a Via Dutra, ligando Rio de Janeiro e São Paulo, e as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Belo Horizonte, essenciais para a interiorização promovida pela nova capital federal.

Embora o Plano de Metas tenha promovido um salto na integração territorial e na industrialização, ele também acentuou o desequilíbrio modal: enquanto rodovias

se expandiam rapidamente, ferrovias e hidrovias foram deixadas em segundo plano, consolidando a dependência do transporte rodoviário, que ainda hoje domina a matriz logística brasileira.

Durante o regime militar (1964-1985), a lógica de integração territorial se intensificou, com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico. Inspirado na ideia por trás do lema “Brasil Grande”, o governo investiu fortemente em obras de transporte e energia, com destaque para a construção da Transamazônica (BR-230), da rodovia Cuiabá–Santarém (BR-163) e da hidrelétrica de Itaipu.

O transporte rodoviário continuou sendo prioritário, sendo que as ferrovias continuaram perdendo espaço e acumulando prejuízos milionários; por outro lado, as hidrovias recebiam investimentos pontuais. Esse modelo priorizou a ocupação territorial e a integração geopolítica, mas manteve a dependência estrutural do modal rodoviário. Esse mesmo período é marcado pela expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e para o Norte.

Os autores Costa *et al.* (2016, p. 26) apontam que:

No Brasil, apesar de grandes mudanças terem ocorrido em meados da década de 1990 (momento em que ocorreu o processo de privatização por meio da venda de ativos e concessões de direitos de exploração), o país não conseguiu expandir significativamente o nível de investimentos em infraestrutura.

REALIDADE DA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

Embora governos de diferentes ideologias tenham tentado contribuir para a questão da infraestrutura logística do Brasil, atualmente as despesas com transporte são apontadas como um fator que impacta diretamente o custo final dos produtos (Figura 1). Esse é um obstáculo de alta relevância para as exportações pelas empresas brasileiras, conforme última pesquisa apresentada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2022).

A verdade é que o Brasil ocupa baixas posições no Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, que compara “a oferta de infraestrutura de um país, evidenciando sua capacidade de escoar a produção, reduzir os custos logísticos e elevar a atratividade de investimentos” (CNT, 2024, p. 19). Esse desempenho se deve, principalmente, às rodovias, categoria que rendeu o 93º lugar ao Brasil, de 141 países avaliados.

A divisão modal dos serviços de transporte utilizados pelas empresas embarcadoras no Brasil, segundo a última pesquisa formalmente publicada da Fundação Dom Cabral (FDC) (2017, p. 17), é a seguinte: 75,9% rodoviário, 9,2% marítimo, 5,8% aéreo, 5,4% ferroviário, 3% cabotagem, e 0,7% hidroviário. Quando comparada com os dados citados pela Revista Valor Econômico em publicação recente (Zaparolli, 2025), tem-se que, após sete anos da pesquisa original da FDC, em 2024, o transporte por modal evoluiu para a seguinte configuração: 68,5% rodoviário, 12,4% cabotagem, 9,9% ferrovias,

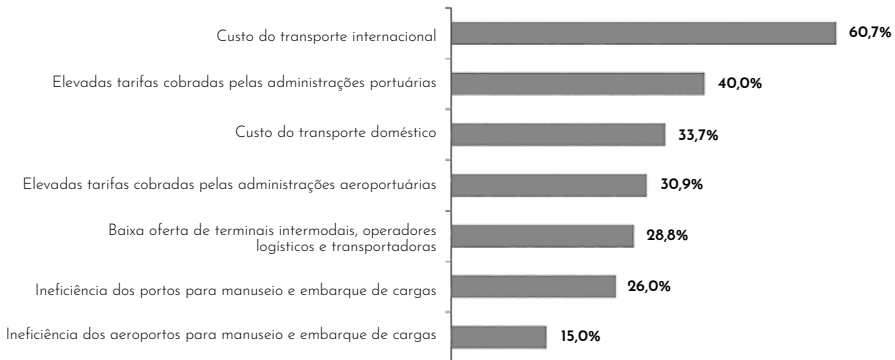


FIGURA 1. Entraves logísticos por ordem de criticidade - percentual de empresas que classificaram o entrave como “impactou muito” ou “crítico”.

Fonte: Elaboração própria.

7% navegação interior, e 2,2% dutovias. Sobre o impacto da logística na composição dos custos, a FDC (2017) aponta que:

Os custos logísticos têm maior representatividade na mineração, em papel e celulose, no agronegócio e na indústria da construção (acima da média geral), enquanto são bem menos representativos nos segmentos farmacêutico, de bens de capital, autointústria e eletroeletrônicos.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) apontou, na Pesquisa Rodoviária de 2024 que “a malha brasileira se estende por mais de 1,5 milhão de quilômetros (desconsiderando a rede planejada) (CNT, 2024). No entanto, somente 12,4% são pavimentados, o que corresponde a 213,5 mil quilômetros” (CNT, 2024, p. 13). Ou seja, as vias não pavimentadas totalizam cerca de “1,4 milhão de quilômetros e representam 78,5% da malha”. A Figura 2 apresenta um gráfico extraído do referido relatório sobre esses dados (CNT, 2024).

Os custos de transação decorrentes da falta de pavimentação das rodovias são aumentados sobremaneira pelo maior tempo de deslocamento, aumento dos gastos com substituição de peças e equipamentos dos caminhões e automóveis, além do maior índice de acidentes, decorrentes das falhas de sinalização.

A CNT contrasta ainda mais a situação de desleixo da infraestrutura nacional ao compará-la com outros países:

A carência de infraestrutura adequada no Brasil torna-se ainda mais evidente quando comparada à de países vizinhos ou até mesmo países de dimensões similares. Em termos de densidade de rodovias pavimentadas, o Brasil conta com aproximadamente 25,1 quilômetros de rodovias pavimentadas por mil quilômetros quadrados de território. Em contraste, outros países da América Latina, como Uruguai, Argentina e Equador, apresentam, respectivamente, densidades de 43,9, 42,3 e 31,4 quilômetros por mil metros quadrados de área.

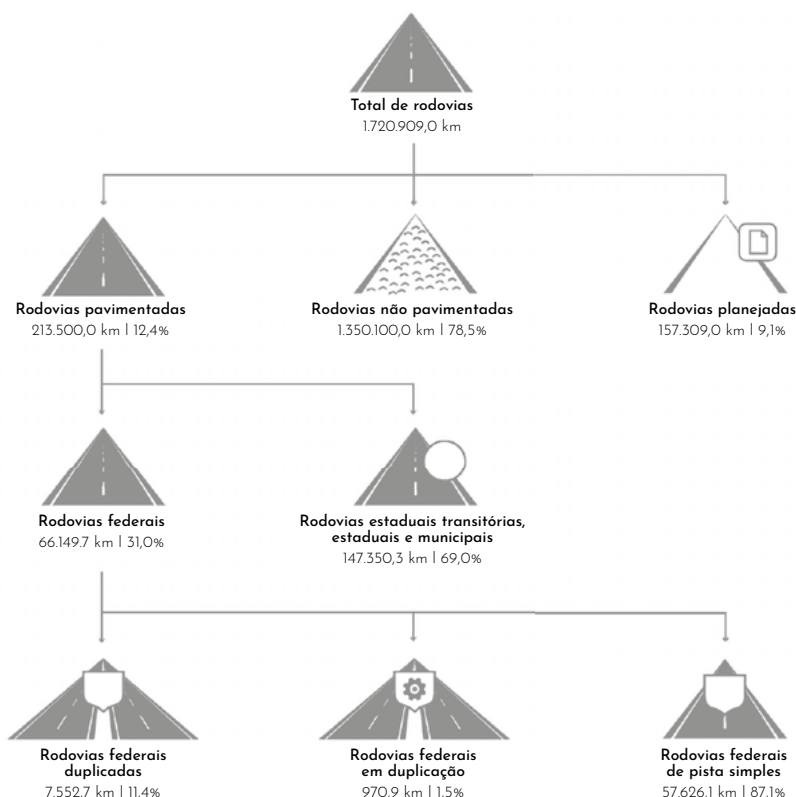


FIGURA 2. Malha rodoviária brasileira.

Fonte: CNT (2024).

China, Estados Unidos e Austrália – países com dimensões similares às do Brasil –, por sua vez, possuem 477,0, 437,8 e 94,0 quilômetros de rodovias pavimentadas por mil quilômetros quadrados de área, respectivamente. Isso corresponde a densidades de 3,7 (Austrália) até 19,0 (China) vezes maior que a do Brasil, ressaltando a disparidade em termos de infraestrutura rodoviária. Além disso, salienta-se que esses países contam com matrizes de transporte de cargas mais equilibradas entre os diferentes modos, sendo, portanto, menos dependentes das rodovias. Na Austrália, o transporte rodoviário representa 34% da matriz, enquanto nos Estados Unidos esse percentual é de 56%, por exemplo (CNT, 2024, p. 14-15).

Na Figura 3, examinemos o gráfico apresentado no relatório supramencionado (CNT, 2024).

No índice de “Conectividade de Rodovias e Qualidade da Infraestrutura Rodoviária”, o País ficou na 69ª e na 116ª posições, respectivamente. A CNT aponta o impacto direto que a falta de infraestrutura tem sobre a composição dos preços finais das *commodities* produzidas no País: “Como exemplo do impacto desse resultado, *levar soja do*

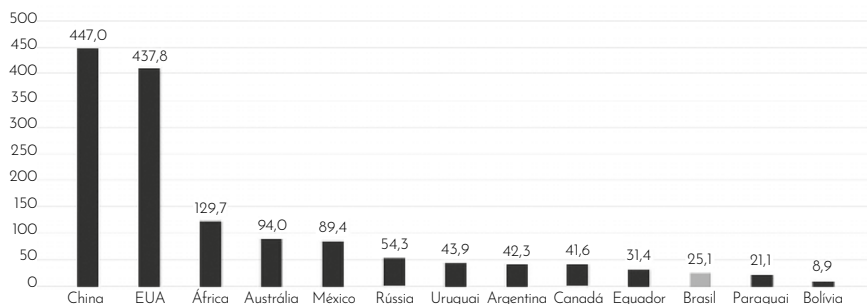


FIGURA 3. Densidade da malha rodoviária pavimentada por país.

Valores em km/mil km².

Fonte: CNT (2024).

Brasil à China pode custar US\$ 62,50 a mais por tonelada do que o gasto por seus concorrentes de Illinois, nos EUA” (CNT, 2024, p. 19, grifo nosso). Para melhor ilustrar a situação desastrosa a que são submetidas as empresas brasileiras, observemos o gráfico elaborado pela CNT, na Figura 4 (CNT, 2024).

Para fins comparativos, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) considera como tolerável a perda de até 0,25% no transporte de grãos. Contudo, notícias variadas apontam que o País perde cerca de 15% da sua produção em grãos em razão dos problemas logísticos (Brasil [...], 2025) – esse fator pode estar relacionado também às falhas de armazenagem e às longas distâncias entre as lavouras e os silos,¹ mas o fato é que a péssima qualidade das estradas e ferrovias contribui de maneira significativa para esse resultado. Nesse sentido:

As perdas ocasionadas pelo transporte rodoviário são justificadas pela falta de infraestrutura para o escoamento da safra; por conta da presença de rodovias e estradas rurais não pavimentadas e sem manutenção adequada; ao uso de caminhões e carrocerias inadequados ao transporte de grãos; pela ausência de sinalizações de trânsito e acostamentos nas rodovias; por ocasião da movimentação de grãos sob grandes distâncias; às condições em que as carrocerias dos caminhões transportadores se encontram; perdas ocorridas na colheita, ocasionadas no momento do descarregamento dos grãos para os caminhões; o não uso ou uso incorreto de lonas no interior das carrocerias e cobrindo os grãos; excessos de cargas, entre outros fatores (Borges; Araujo; Solon, 2013; Capacle; Ramos, 2010 *apud* Laconski *et al.*, 2021).

Em pesquisa sobre as perdas em transporte e armazenagem de grãos, os pesquisadores José Caixeta Filho e Thiago Guilherme Péra (2021, p. 65) concluíram que “por volta de 45,53% ocorreram na atividade logística de armazenagem; 21,67% no transporte rodoviário da fazenda ao armazém; 13,31% no transporte rodoviário; 1,62% no

¹ Os autores Carlos Caneppele, Antonio R. B. da Silva e Pedro S. X. Pereira (2016) elaboraram um estudo sobre perdas quantitativas no transporte rodoviário de grãos a granel que compara o índice de perda dentro do trecho analisado entre bitrens e rodotrens.

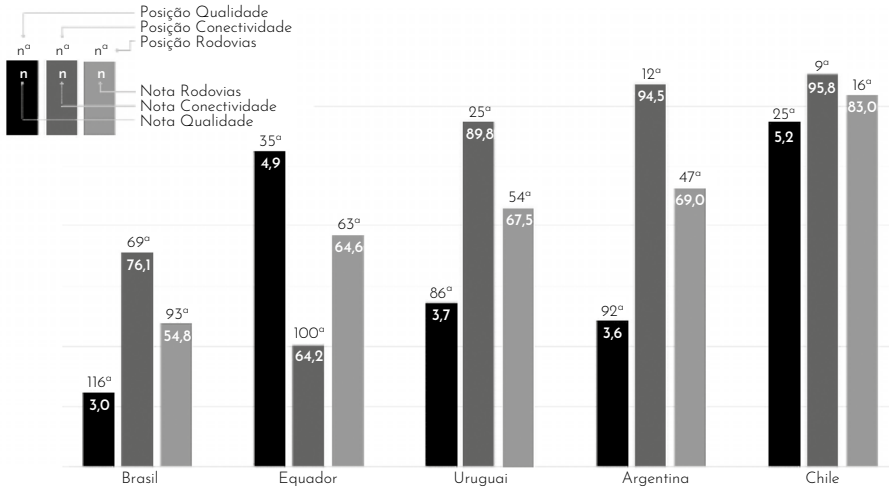


FIGURA 4. Ranking de competitividade das rodovias – 2019.

Fonte: CNT (2024).

transporte multimodal hidroviário; 8,24% no transporte multimodal ferroviário; por fim, 9,04% no porto”.² Péra e Caixeta Filho (2021, p. 65) compilaram o resultado de seus estudos em uma tabela que indica, inclusive, os impactos ambientais das perdas de grãos³ (Tabela 1).

Com base nas informações apresentadas, é possível concluir que o gargalo logístico torna os produtores e empresários brasileiros menos competitivos, na medida em que aumenta consideravelmente o custo final dos produtos, seja por perda ou quebra técnica de grãos, no caso do agro, seja pelo elevado custo do transporte no caso da indústria como um todo. Não por outro motivo, o governo de Jair Bolsonaro implementou um Plano Nacional de Logística que buscava implementar soluções até o ano de 2035 em todos os modais de transporte.

Em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou o Decreto nº 12.022/2024, instituindo o Planejamento Integrado de Transportes (PIT), sistema que pretende planejar uma rede de transporte de bens e pessoas, partindo de uma visão integrada e

² Quando analisada a perda de grãos em relação ao ano de 2015.

³ Péra e Caixeta Filho (2021, p. 121) apresentam também dados que comparam a perda acumulada em diferentes agrologísticas de grãos: “A agrologística de maior perda envolve a armazenagem externa à fazenda (pois há o acúmulo de perda do transporte entre a fazenda e o armazém, além da perda na armazenagem), com “não boa” qualidade das vias rodoviárias envolvendo o transporte de grãos da fazenda até o terminal multimodal (ferrovia ou hidrovia), acrescida das perdas que ocorrem no terminal multimodal, no transporte ferroviário ou hidroviário e no terminal portuário. Nessa situação, a perda atinge o patamar de 2,32% da quantidade embarcada inicialmente. A agrologística de menor perda de grãos envolve a situação em que não ocorre armazenagem, ou seja, os grãos são transportados da fazenda até o centro consumidor (mercado doméstico) somente por rodovias classificadas como vias de boa qualidade. Nesse caso, a perda é de 0,132% da quantidade inicialmente embarcada na origem (fazenda)”.

TABELA 1. Quantificação das perdas econômicas de grãos no Brasil (2015)

Indicadores	Soja	Milho	Grãos (Soja e Milho)
Perdas físicas (milhão t)	1,076	1,304	2,381
Perdas físicas (% produção)	1,102	1,535	1,303
Perdas econômicas (milhão R\$)	1317 (95,6% custos de oportunidade e 4,4% custos logísticos)	7 22 (92% custos de oportunidade e 8% custos logísticos)	2039 (94,3% custos de oportunidade e 5,7% custos logísticos)
Perdas ambientais (t CO ₂ adicionadas)	21.533	17.368	39.901
Perdas ambientais (% de CO ₂ adicionadas)	1,53%	1,15%	1,33%

Fonte: Caixeta Filho e Péra (2021, p. 65).

dinâmica do território nacional. O referido projeto de planejamento se aplicará aos “subsistemas federais rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroviário e às ligações viárias e logísticas entre esses subsistemas e os sistemas de viação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (Brasil, 2024, art. 2).

O sistema leninista de planejamento central conta com os seguintes “instrumentos”: a) Plano Nacional de Logística (PNL); b) Planos setoriais dos subsistemas rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroviário; c) Plano Geral de Parcerias; e d) Plano Geral de Ações Públicas.

O PNL atualmente encontra-se em fase de diagnóstico, que passa por uma ampla consulta pública objetivando a coleta de contribuições, e depois passará para a definição de cenários e metas. O objetivo é estruturar a rede de transportes nacional até 2050, buscando alinhar os investimentos com as necessidades de longo prazo do País e promover a integração entre os diferentes modais de transporte. A previsão é que o PNL seja publicado até o fim de 2025, de forma que, até a publicação deste artigo, acredita-se que já teremos acesso a uma versão definitiva do documento. A consulta pública foi bem vista por parte dos analistas, justamente por abrir espaço para uma participação da camada da população que lida diariamente com as adversidades do atual sistema de transporte (Zaparolli, 2025).

O fato é que as políticas públicas voltadas à infraestrutura logística brasileira, historicamente concentradas na ação estatal e na centralização decisória, criaram um sistema ineficiente e desbalanceado entre os modais de transporte. Essa dependência do modal rodoviário, somada à carência de manutenção das vias e à baixa densidade de rodovias pavimentadas, compromete a competitividade do País, encarece o custo do

frete e amplia as perdas de produção, especialmente no agronegócio e na mineração. O resultado é um círculo vicioso em que o custo logístico reduz a rentabilidade, restringe investimentos e perpetua o atraso estrutural.

Por outro lado, é preciso reconhecer que iniciativas recentes, como o Plano Nacional de Logística (PNL) e o Planejamento Integrado de Transportes (PIT), sinalizam uma tentativa de corrigir distorções históricas por meio de uma visão sistêmica e de longo prazo. Ao propor a integração entre modais e a cooperação federativa entre União, Estados e municípios, o novo modelo de planejamento busca promover uma matriz logística mais equilibrada, sustentável e conectada aos polos produtivos. Contudo, o sucesso dependerá da capacidade de execução, da desburocratização dos processos e da atração de capital privado para projetos de infraestrutura, especialmente por meio de concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

Em síntese, o desafio logístico brasileiro não é apenas técnico, mas também político e institucional. A superação desse gargalo exige continuidade nas políticas públicas, estabilidade regulatória e um ambiente que incentive a participação da iniciativa privada na expansão e na manutenção das redes de transporte. Investir em ferrovias, hidrovias e cabotagem é essencial para reduzir a dependência das rodovias e garantir maior eficiência no escoamento da produção nacional. Somente por meio de uma visão integrada, que uma planejamento estatal, eficiência empresarial e inovação tecnológica, o Brasil poderá transformar seu potencial produtivo em verdadeira competitividade global.

CONCLUSÕES E PROPOSTA DE SOLUÇÃO

Durante a história do nosso País, prioritariamente buscou-se resolver o problema logístico por meio da centralização e de investimentos públicos. Contudo, anos de descaso nos trouxeram a uma situação insustentável: não basta o Custo Brasil ser elevado (incluindo-se aqui toda a carga tributária, os custos decorrentes de insegurança jurídica, regulatória e social, além de custos trabalhistas e de crédito – aumentados consideravelmente em razão da inadimplência dos devedores brasileiros, que chegou a patamares insustentáveis, também em razão das decisões judiciais que sancionam esse tipo de conduta, o famoso *moral hazard*), perdemos competitividade também em razão do custo da logística, que é expressivo, pela falta de infraestrutura básica, de preparo de motoristas, entre outros.

Para pensarmos em uma nova configuração de Brasil, é preciso abandonar as velhas ideias de que o Estado será capaz de prover e atender às demandas dos cidadãos. Conforme lecionam Costa *et al.* (2016), existem alternativas possíveis de migração do atual modelo, que já funcionam em outros países, e elas passam por iniciativas híbridas, como modelos de PPPs, que incentivam a eficiência e o *accountability*. Para tornar o exemplo mais factível, o autor aponta:

Para tornar o exemplo mais próximo da realidade, basta observar que, conforme dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), em 2015, R\$ 3,5 bilhões de reais são perdidos – por ano – no escoamento de soja e milho, aumentando o custo operacional do agronegócio em 30,5%, e isso apenas na produção de soja e milho.

Estatísticas apontam que, para construir uma rodovia o gasto estimado é de R\$1,3 milhões, ou seja: com as perdas anuais do escoamento de soja e milho seria possível construir 2,7 mil quilômetros de rodovias por ano. Esses números são grandes o suficiente para nos levar a uma reflexão importante. Mais do que gerar economia, o mito do free rider pode ser encarado como uma externalidade positiva – para todos os agentes envolvidos (Costa *et al.*, 2016, p. 27).

Costa *et al.* (2016) trazem os mecanismos de financiamento desenvolvidos pelo Reino Unido, que são semelhantes aos impostos de propriedade, mas derivam do benefício financeiro trazido à propriedade a partir da oferta de serviços públicos. Os autores, citando Medda e Modelwska (2011 *apud* Costa *et al.*, 2016, p. 32), trazem três mecanismos dentro desse formato: a) as taxas de melhoria (*betterment tax*), que são calculadas com base na melhoria da acessibilidade e da pavimentação de ruas, o que acaba por valorizar o imóvel, sendo cobradas diretamente do proprietário; b) o mecanismo de desenvolvimento conjunto (*joint development mechanism*), que “funciona com a cooperação e partilha dos custos entre o ente público e o privado. Trata-se de uma colaboração que pode ocorrer nas diversas esferas do projeto: financiamento, construção, operação ou manutenção”; e c) o financiamento do incremento do imposto (*tax increment financing*), que funciona com a antecipação “de futuros aumentos de receitas fiscais para financiar melhorias de infraestruturas por meio da captura de um aumento das receitas fiscais”. Exemplos da aplicação dessa metodologia de “captura de valor de propriedade” podem ser encontrados em Hong Kong, Londres, Washington e na Polônia.

Nesse sentido, é importante trazer, ainda, um gráfico elaborado pela CNT (2024, p. 20) para demonstrar que “as concessões têm um impacto positivo na qualidade da infraestrutura rodoviária, que [...] é superior à dos trechos sob administração pública. Além disso, destaca-se que as concessões proporcionam rodovias mais seguras” (Figura 5) (CNT, 2024).

Diante desse cenário, a solução privada apresenta-se não apenas como uma alternativa, mas como a via mais realista e sustentável para o desenvolvimento logístico brasileiro. O Estado, sobrecarregado e ineficiente, deve assumir tão somente um papel regulador e fiscalizador, enquanto a iniciativa privada assume a posição de protagonista na execução e no financiamento das obras de infraestrutura.

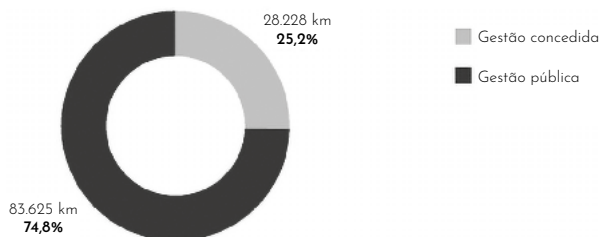


FIGURA 5. Extensão rodoviária pavimentada por tipo de gestão.

Valores em km.

Fonte: CNT (2024).

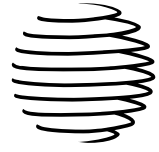
Modelos como as concessões, privatizações e PPPs já demonstraram capacidade de atrair investimentos, promover eficiência operacional e reduzir custos. A lógica privada tende naturalmente à busca por produtividade, inovação e retorno econômico, fatores que, quando bem desenhados, geram benefícios difusos à sociedade.

O setor privado pode e deve atuar como motor de desenvolvimento, transformando gargalos históricos em oportunidades de geração de valor, desde que o Estado pare de ocupar a posição de ser onipresente e onisciente – que muito promete e nada entrega – e passe a incentivar os particulares e a fazer o seu papel na garantia dos contratos. A internalização de ganhos, seja pela captura de valor de propriedade, pelos mecanismos de *tax increment financing* ou pelos modelos de desenvolvimento conjunto, cria um círculo virtuoso em que o investimento retorna sob a forma de melhoria de infraestrutura, valorização imobiliária e crescimento econômico.

Portanto, para superar o chamado Custo Brasil e romper o ciclo de ineficiência pública, é imperativo migrar de um modelo centralizado e estatal para um modelo de governança compartilhada, no qual o capital privado, incentivado e protegido juridicamente, possa operar com liberdade e segurança. Somente por meio dessa virada pragmática será possível construir um país logicamente integrado, competitivo e preparado para o século XXI.

REFERÊNCIAS

- BRASIL perde 15% da safra durante o transporte, por falta de infraestrutura. *Pensar Agro*, mar. 2025.
- BRASIL. Decreto n. 12.022, de 16 de maio de 2024. Institui o Planejamento Integrado de Transportes e suas instâncias de governança. Brasília: Presidência da República, 2024.
- CANEPEPE, C.; SILVA, A. R. B.; PEREIRA, P. S. X. Perdas quantitativas no transporte rodoviário de grãos à granel. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA, 45., 2016. *Anais [...]*. Florianópolis, 2016.
- CNI. *Desafios à competitividade das exportações brasileiras*. Brasília: CNI, 2022.
- CNT. *Pesquisa CNT de Rodovias 2024*. Brasília: CNT, 2024.
- COSTA, A. J. B. et al. *Transporte & liberalismo*. São Paulo: Kelps, 2016.
- FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Custos logísticos no Brasil*. [S. l.]: FDC, 2017.
- IBL. *Plano Nacional De Logística – PNL 2035: estudo técnico referente ao Plano Nacional de Logística – PNL 2035*. Brasília: IBL, 2021.
- LACONSKI, J. M. O. et al. Perdas de grãos na cadeia logística do transporte rodoviário. *Revista Agrária Acadêmica*, v. 4, n. 1, 2021.
- CAIXETA FILHO, J. V.; PÉRA, T. G. O custo do desperdício na logística do agronegócio no Brasil. In: MACHADO JUNIOR, P. C.; REIS NETO, S. A. (org.). *Perdas em transporte e armazenagem de grãos: panorama atual e perspectivas*. Brasília: Conab, 2021.
- PARNAIBA, A. C. *Transportar é preciso!: uma proposta liberal*. São Paulo: LVM, 2019.
- PÉRA, T. G.; CAIXETA FILHO, J. V. Perdas na logística de graneis sólidos agrícolas no Brasil. In: MACHADO JUNIOR, P. C.; REIS NETO, S. A. (org.). *Perdas em transporte e armazenagem de grãos: panorama atual e perspectivas*. Brasília: Conab, 2021.
- PORTUGAL, R.; SILVA, S. A. Precedentes das políticas regionais: planos viários e ações de combate às secas. In: PORTUGAL, R.; SILVA, S. A. *História das políticas regionais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2020. cap. 1.
- ZAPAROLLI, D. Plano Nacional de Logística 2050 deverá referenciar expansão da infraestrutura brasileira. *Valor Econômico*, jul. 2025.



PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA

*Empresário e Associado do Instituto
de Estudos Empresariais (IEE)*

UM PASSO EM DIREÇÃO À LIBERDADE: COMO MEDELLÍN PODE INFLUENCIAR O BRASIL A SER MAIS LIVRE

INTRODUÇÃO

Não há brasileiro que nunca tenha se deparado com buracos nas vias públicas. Mesmo quem ainda não dirige já observou – como pedestre ou passageiro – a precariedade de muitas ruas e avenidas. Com o passar dos anos, esse olhar se torna mais crítico: percebemos não apenas a existência dos buracos, mas também o padrão de ineficiência em seu reparo. São consertos realizados de forma improvisada, que logo se transformam em novos problemas, ou intervenções aparentemente bem-feitas, mas incapazes de resistir à primeira chuva.

À primeira vista, essa realidade pode parecer consequência direta da incompetência das empresas contratadas. Contudo, o problema é muito mais profundo e estrutural. Não se trata apenas de falhas no planejamento urbano ou na gestão dos contratos, mas de um sistema público historicamente desajustado, que atravessa os três poderes da República.

O Legislativo cria leis e normas muitas vezes desconectadas da realidade operacional e financeira dos municípios; o Executivo, por sua vez, frequentemente planeja sem executar ou fiscaliza de maneira insuficiente, resultando em cronogramas que nascem para serem descumpridos; e o Judiciário, em vez de corrigir o curso, muitas vezes reforça os entraves institucionais, seja pela lentidão na resolução de disputas contratuais, seja por decisões que desestimulam a responsabilização efetiva dos maus gestores e prestadores de serviço.

E, ainda que tenhamos um passado conturbado com ditaduras, escândalos de corrupção, períodos de hiperinflação e muitos outros casos, nosso produto interno bruto (PIB) *per capita* ainda é um dos maiores da América Latina (Banco Mundial), porém, quando olhamos os retornos de nossos impostos nas entregas do Estado, percebemos muitas faltas importantes, inclusive na gestão da infraestrutura urbana das cidades.

É evidente que o protagonismo privado é o caminho ideal. Ainda assim, vale observar que alguns de nossos vizinhos latino-americanos conseguiram avançar em setores semelhantes mesmo com arranjos estatais mais presentes e descentralizados. Talvez devêssemos, portanto, olhar menos para os modelos dos países desenvolvidos e mais para a vizinhança – que, com soluções muitas vezes mais simples, parece lidar melhor com os mesmos desafios que enfrentamos.

A hipótese que este texto sustenta é simples: o buraco na rua brasileira existe não por falta de lei, mas por falta de consequência. E, talvez mais incômodo ainda, existe porque aceitamos que seja assim.

O PROCESSO LICITATÓRIO BRASILEIRO

O processo de conserto e construção de vias públicas começa muito antes de a pá e a picareta serem retiradas do depósito, e isso fica claro quando analisamos a Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021a), o Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União (TCU) e o Guia Prático de Licitações e Contratos da Controladoria-Geral da União (CGU) (Brasil, 2014) e simulamos um sistema linear e eficiente do processo.

Ele tem início no administrativo, onde são recebidas e documentadas as reclamações, bem como identificadas as vias mais críticas e com necessidade de obras. Assim, inicia-se a formação do edital que permitirá a candidatura das empresas interessadas em assumir a obra. Nesse edital, por exemplo, será descrita a espessura mínima das camadas da via, o prazo de execução, o tipo de material exigido, o valor estimado e a forma de pagamento por medições.

Para a empresa poder participar da licitação, é necessário comprovar competência por meio de documentos e demonstrativos financeiros, atestados de capacidade técnica assinados por clientes anteriores, registros dos engenheiros responsáveis, entre outros. Tudo deve ser enviado digitalmente, para que possam prosseguir ao pregão eletrônico. Uma vez no pregão eletrônico, há rodadas de lances em que as empresas competem entre si, respeitando um valor mínimo de viabilidade definido pelo município. Ainda, após vencer o pregão, a empresa precisa do depósito de caução como garantia contratual.

Tudo estando certo, o contrato é assinado, e a prefeitura emite a ordem de serviço (OS) com as diretrizes necessárias para o início. Durante a obra, há visitas técnicas, e são emitidos laudos pelos engenheiros responsáveis pelo andamento da obra. Esses laudos são revisados pelo corpo técnico da prefeitura para que possam ser feitos os pagamentos para a empresa.

Após estar completa, a obra recebe novas visitas e revisões, além de haver uma garantia pré-definida pela empresa para executar manutenções posteriores sem custo adicional, que geralmente é referente a 12 meses após o término. Apresentando falhas recorrentes, a empresa pode ser suspensa de licitações futuras e até mesmo incorrer em multas.

É um processo lento e desgastante para as empresas, mas teoricamente importante na garantia de qualidade e execução de obras públicas. Porém, sabemos que não é isso que ocorre na prática. A verdade é que o principal problema não está no processo, mas em tudo que o cerca.

ONDE O SISTEMA FALHA, NA PRÁTICA

O “jeitinho brasileiro” muitas vezes infiltra-se onde há brechas de controle. Mesmo com regras bem-estruturadas, dependemos da integridade humana – e, infelizmente, ela é o elo mais fraco do sistema.

Com casos reais ao redor do País, é possível demonstrar alguns dos principais problemas de todo o processo.

Planejamento malfeito

O erro mais comum ocorre antes mesmo de qualquer empresa se candidatar: editais mal-elaborados, orçamentos irreais e ausência de projetos executivos detalhados.

Em 2023, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná confirmou que houve pagamento por serviços de pavimentação asfáltica que não estavam em conformidade com o executado em campo, além de falhas graves de fiscalização. O Tribunal manteve a responsabilização dos gestores e registrou que as irregularidades persistiram mesmo após serem apontadas pelos auditores (Paraná, 2023).

Contratação de empresas incapazes

Mesmo com todas as exigências legais, ainda há casos em que empresas sem capacidade técnica conseguem vencer licitações – muitas vezes por oferecerem preços “inexequíveis”.

Em 2016, a Operação Mar de Lama (R7 Minas Gerais, 2020), em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais, revelou fraudes e conluio em licitações públicas, com empresas de fachada vencendo certames para obras de pavimentação e drenagem, com um prejuízo de dezenas de milhões (Ex-servidores [...], 2023).

Execução de baixa qualidade

Durante a execução, o problema mais recorrente é o uso de materiais de qualidade inferior, espessura de asfalto menor que a contratada e falta de compactação adequada.

Em 2024, a CGU encontrou asfalto fino, de baixa qualidade e superfaturado em obras contratadas pela Codevasf em dez estados. A análise em 24 contratos de obras identificou vícios construtivos em 15 delas, o equivalente a 62,5% da amostra. Ao todo, os empreendimentos analisados somaram R\$ 119,5 milhões (Parreira, 2024).

Fiscalização ausente ou ineficiente

Mesmo obras mal-executadas podem passar despercebidas quando a fiscalização municipal falha.

Em 2020, o Tribunal de Contas de Santa Catarina apontou que grande parte das obras fiscalizadas em municípios do Estado não tinham engenheiro responsável acompanhando a execução, contrariando a legislação. Em alguns casos, medições eram aprovadas com base apenas em relatórios fotográficos enviados pela própria contratada (Santa Catarina, 2025).

Pagamentos e aditivos suspeitos

Outra distorção frequente é o uso de aditivos contratuais e medições superestimadas.

Em 2025, o TCU identificou inconsistências em orçamentos de obras rodoviárias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com

superestimativas de quantitativos e preços até dez vezes acima do mercado. A auditoria, que integrou o programa Fiscobras 2025 e utilizou ferramentas de inteligência artificial desenvolvidas pelo próprio TCU, resultou em correções nos editais e economia de aproximadamente R\$ 264 milhões aos cofres públicos (Secom, 2025).

Garantia ignorada e ausência de manutenção

Mesmo após a entrega, o problema continua. Muitas prefeituras não cobram as garantias contratuais quando o asfalto recém-aplicado se deteriora.

Em 2021, em Feira de Santana, no Estado da Bahia, o Ministério Público local moveu ação contra a prefeitura e duas construtoras por obras de recapeamento que apresentaram buracos em menos de um mês. As empresas não haviam sido notificadas a refazer os serviços, e os contratos foram encerrados sem penalidades (CGU [...], 2024).

Pós-obra: conclusão sem verificação real

Encerrando o ciclo de ineficiência, muitas obras públicas no Brasil são oficialmente finalizadas sem que haja qualquer comprovação técnica de sua qualidade ou durabilidade.

Em 2023, por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado do Pará constatou que diversos contratos de pavimentação em Santarém foram encerrados sem a emissão de termos de recebimento definitivo, documento que atesta que o serviço foi devidamente executado e inspecionado. Na prática, as vias foram consideradas concluídas apenas no papel, sem vistoria técnica final nem garantia de conformidade com o projeto original.

Esse tipo de encerramento formal, mas não efetivo, perpetua o ciclo de obras inacabadas e pagamentos indevidos – o pavimento é liberado ao tráfego, a empresa recebe integralmente o valor do contrato, e os problemas estruturais só aparecem quando já não há mais quem se responsabilize (Brasil, 2021b).

Cada um desses exemplos é uma citação que pode ser substituída por várias outras. O Brasil enfrenta problemas estruturais e sociais tão profundos que, mesmo quando alguma burocracia estatal é criada “para o bem”, ainda há um longo caminho até que ela se torne realmente eficiente. Por isso, é fundamental buscarmos modelos bem-sucedidos nos quais possamos nos inspirar – e, em alguns casos, até mesmo replicar.

MEDELLÍN: UMA GRATA SURPRESA

Durante uma viagem à cidade de Medellín, na Colômbia, deparei-me com situações que suscitaram importantes reflexões sobre infraestrutura e gestão pública na América Latina. Em um dos dias, caminhando à noite por um bairro residencial e tranquilo – comparável ao Moinhos de Vento, em Porto Alegre –, observei uma intensa movimentação de trabalhadores realizando obras de pavimentação. Nos dias seguintes, a mesma equipe manteve o ritmo constante, com equipamentos e pessoal em plena

operação. Em apenas quatro dias, o trecho de aproximadamente 200 metros de uma via com três faixas foi completamente recapeado.

Já na noite seguinte, ao passar pela região de Provenza, um dos polos boêmios da cidade, percebi mais uma via interdita e caminhões posicionados para outra intervenção de mesma natureza – um exemplo de eficiência operacional difícil de imaginar em grande parte das cidades brasileiras.

Em outra ocasião, visitando a Comuna 13 – antigo símbolo da violência urbana colombiana e hoje considerada uma comunidade pacificada –, observei um fenômeno ainda mais surpreendente. Ao chegar à base da colina, a impressão inicial era de que seria necessário vencer uma longa e exaustiva subida até o topo, dada a geografia acidentada de Medellín, situada em um vale cercado por encostas íngremes. Contudo, logo após o primeiro lance de escadas, descobrimos que o acesso era facilitado por escadas rolantes – as chamadas “*escaleras eléctricas*”. A instalação dessa estrutura em uma comunidade periférica representava uma solução urbana inovadora, voltada à inclusão e à mobilidade social (Sotomayor, 2021).

Mais do que curiosidades turísticas, essas experiências evidenciam contrastes significativos entre dois países com trajetórias socioeconômicas semelhantes. Embora o PIB *per capita* colombiano (aproximadamente US\$ 7,9 mil, divulgado pelo Banco Mundial) seja inferior ao brasileiro (superior a US\$ 10 mil), certos aspectos da gestão pública em Medellín – como a execução de obras e o investimento em infraestrutura social – demonstram resultados mais tangíveis e eficazes do que aqueles observados em muitas cidades do Brasil.

Essa constatação nos leva a uma reflexão mais ampla sobre responsabilidade cívica e política. O Brasil, como democracia representativa, elege seus dirigentes e legisladores de forma legítima. Assim, a ineficiência de políticas públicas e a precariedade de serviços essenciais não podem ser atribuídas apenas aos gestores: recaem também sobre a própria sociedade, que participa desse processo eleitoral e, muitas vezes, negligencia o acompanhamento das ações de seus representantes. É dever do cidadão fiscalizar, cobrar e propor melhorias contínuas.

Compreender as diferenças entre os modelos de gestão pública de países como Colômbia e Brasil pode servir como ponto de partida para construirmos políticas mais eficientes, sustentáveis e centradas no bem-estar coletivo. Portanto, o desafio não está apenas em reconhecer o contraste, mas em transformá-lo em aprendizado e ação.

Nos anos 1990, Medellín era uma das cidades mais perigosas do mundo, com taxas de homicídio superiores a 380 a cada 100 mil habitantes (em 2021, a maior taxa do mundo era da África do Sul, com 72 a cada 100 mil habitantes). Os cartéis haviam tomado conta da cidade e a transformaram em uma prisão a céu aberto.

A desigualdade reinava e era visível de onde quer que se olhasse. Nos bairros ricos se via a prosperidade, mas nas comunas e periferias não se via nem saneamento. O Estado não estava presente onde mais se precisava dele. Eram necessárias mudanças urgentes, e elas vieram de dentro do governo.

Eis que nos anos 2000 foi eleito Sergio Fajardo, um prefeito técnico e com uma equipe competente. Matemático de formação e ex-professor universitário, percebeu

desde o primeiro dia que os maiores problemas não eram econômicos ou sociais, mas institucionais. Era visto que um Estado centralizado, pesado e ineficiente não daria conta da derrocada necessária.

A burocracia travava bons projetos, deixando-os lentos quando implementados. Projetos como a Empresa de Desarrollo Urbano (EDU), responsável por gerir diretamente os contratos de obra e urbanismo, e o Instituto Social de Vivienda y Hábitat de Medellín (Isvimed), criado para administrar a habitação e regularização fundiária, foram implementados com muito custo político, mas por uma boa causa (Restrepo Alvarez, 2024; Sotomayor, 2021). Criados para descentralizar as decisões importantes, com metas claras e diretorias técnicas e competentes, possibilitaram que a cidade tivesse projetos com responsáveis diretos e com cobranças meritocráticas, inclusive com rendimentos variáveis (Restrepo Alvarez, 2024).

DESCENTRALIZAÇÃO: UM PINGO DE LIBERDADE NO PODER PÚBLICO

Com esses projetos andando, o cidadão percebeu que poderia ter uma boa vida no futuro. O urbanismo social com participação direta da sociedade nas decisões rendeu frutos. Ter votações para ter ou não reformas em sua vizinhança era uma novidade em praticamente qualquer lugar do mundo, e na Colômbia não era diferente.

Com o acréscimo de eficiência, foi possível que a cidade tivesse alguns dos projetos mais importantes da sua história:

- *Metrocable*: um teleférico ligando a periferia ao centro da cidade, diminuindo o tempo da viagem de 90 minutos para 30 minutos.
- *Escaleras eléctricas*: escadas rolantes na Comuna 13, encurtando 350 degraus de escadas para a comunidade e atraindo turismo. Um símbolo mundial de prosperidade e inovação para a cidade.

Esses projetos foram todos fiscalizados da maneira mais simples possível: *on-line*. A população podia acompanhar por portais eletrônicos e sabia onde e quando as obras aconteceriam, além de terem o *status* atualizado.

E o resultado se via nos números: a taxa de homicídios caiu 80%; houve grande aumento na taxa de escolaridade nas favelas; a arrecadação cresceu de forma contínua. Medellín foi eleita a cidade mais inovadora do mundo em 2013 pelo *The Wall Street Journal* (Medellín [...], 2013).

A cidade, que antes era símbolo de cartéis, violência e decadência, agora era um exemplo de prosperidade e eficiência na América Latina, com direito a um Estado descentralizado, organizado e meritocrático.

A MERITOCRACIA TRAZ FRUTOS

Como o prefeito já sabia, as principais mudanças deveriam ser institucionais, acima de qualquer coisa. E foi o que foi feito. Com contratos focados em meritocracia e

aumento da competição técnica, o município subiu para o próximo nível de reformas urbanísticas.

Na EDU, os pagamentos passaram a ser vinculados à eficiência e à efetividade da obra. Se era finalizada antes ou se era feita com melhor qualidade ou com eficiência de custos, recebia bônus. Porém, tendo falhas ou descumprindo prazos, a multa era automática.

Engenheiros, fiscais e funcionários da prefeitura começaram a receber incentivos financeiros progressivos pelas boas práticas e trabalhos bem-feitos. Assim, o mérito substituiu a indicação, trazendo talentos da iniciativa privada para compor os times.

Todas essas mudanças trouxeram à cidade previsibilidade, transparência e competitividade. Após a reforma institucional, Medellín conseguiu o impensável: aplicar princípios liberais dentro do Estado, transformando burocracia em gestão orientada a resultados.

UM MODELO BRASILEIRO É POSSÍVEL

Se existe um horizonte desejável, é o de um país cujo Estado seja mais leve, eficiente e focado no essencial. Mas não se chega a esse resultado por decreto ou ruptura – existe um caminho gradual. Enquanto a estrutura estatal atual permanecer, é possível (e necessário) melhorar sua capacidade de entrega. O Brasil não precisa reinventar o Estado: precisa fazê-lo funcionar com técnica, metas e consequência. As lições de Medellín mostram que políticas públicas mais racionais e orientadas a resultados podem transformar realidades mesmo sem grandes revoluções institucionais.

Autonomia técnica para órgãos já existentes de obras e infraestrutura

Cada prefeitura pode conceder autonomia técnica ao departamento de obras já existente, desvinculando sua direção da indicação política direta.

A liderança passaria a ter mandato fixo, ocupada por engenheiros concursados ou especialistas selecionados por critérios técnicos, com metas anuais de custo, prazo e durabilidade.

Exemplo: transformar a atual secretaria/departamento de obras em uma unidade executiva com autonomia operacional, à semelhança da independência do Banco Central, garantindo continuidade e fiscalização transparente dos contratos.

Pagamento por desempenho

Hoje a maioria dos contratos públicos paga por medição, sem relação com qualidade ou durabilidade.

Bastaria incluir cláusulas de remuneração variável com bônus para obras entregues antes do prazo e com maior vida útil comprovada, retenção de parte do valor

(5-10%) liberada apenas após inspeção de qualidade e penalidades automáticas para falhas dentro do período de garantia.

Isso pode ser feito via decreto municipal ou atualização dos modelos de edital do TCU/TCE.

Fiscalização com dados abertos

A população só fiscaliza o que vê.

Cada prefeitura poderia disponibilizar um painel público de obras, integrado ao sistema de licitação, com *status* das obras (fase, custo, empresa, prazo); fotos e laudos atualizados; e *link* direto para denúncias de irregularidades.

Ferramentas simples, como Power BI ou Google Data Studio, já permitem isso sem custo adicional.

Métricas de desempenho dos servidores

Assim como a iniciativa privada mede produtividade, o setor público pode avaliar técnicos e gestores com base em resultados mensuráveis, como custo médio por metro de pavimento, tempo médio de execução e taxa de retrabalho (obras refeitas em menos de um ano).

Esses dados permitiriam promoções e bônus por mérito, além de auditorias automáticas.

Padronização e transparência nos editais

Grande parte dos problemas começa em editais malfeitos.

O governo federal, via CGU e TCU, poderia disponibilizar modelos-padrão de editais revisados anualmente, com limites mínimos e máximos de preço por tipo de obra, evitando superfaturamento ou propostas inviáveis.

Hoje já existem as bases de dados do Sicro e do Sinapi; basta integrá-las a um modelo de edital eletrônico inteligente.

Participação direta da comunidade

Inspirado no “urbanismo social” de Medellín, prefeituras podem adotar consultas públicas *on-line* e presenciais antes de obras de impacto local, priorizando as mais votadas e explicando as recusadas.

Isso aumenta legitimidade, reduz resistência política e cria senso de pertencimento da população.

Controle pós-obra automatizado

Após a entrega, drones e sensores (disponíveis por menos de R\$ 10 mil) podem realizar vistorias técnicas georreferenciadas, comparando o projeto original com o executado.

Assim, cada contrato teria um “relatório de durabilidade” público e audível – e empresas reincidentes seriam automaticamente excluídas de licitações futuras.

Seguindo isso, é possível encontrarmos soluções e formas de nos basearmos em *cases* parecidos com o nosso até certo ponto. É um processo longo, mas que pode valer muito a pena, ainda que seja apenas o meio para um fim.

CONCLUSÃO

No final, é possível que interpretações diversas possam vir dos fatos expostos, inclusive muitas desenvolvimentistas e keynesianas. Essa forma de concluir um artigo provavelmente venha muito do viés do brasileiro, que está acostumado com isso e com um Estado responsável por tudo e por todos. Mas a principal interpretação está nas entrelinhas e é um pouco mais profunda.

A cidade colombiana de Medellín saiu de momentos tristes de sua história, em que o Estado tentava ser mais do que poderia, para um exemplo para muitas cidades brasileiras. Como muito vemos no nosso dia a dia, quando o poder público tenta tomar conta de tudo, acaba não tomando conta de nada e deixa a população carente e dependente, desamparada.

Quando o Estado começa a descentralizar as decisões, passa a incentivar o indivíduo, a menor minoria da terra, a participar das transformações urbanas. Quando se incentiva competitividade com transparência e com cobranças por mérito, as coisas mudam de patamar.

A verdade é que o Estado é ineficiente por definição, mas para sairmos de um Estado inchado para um liberalismo econômico, são necessários passos – sabemos que nem sempre são muito largos –, que precisam ser dados da forma possível.

Se apenas com alguns avanços em direção à liberdade Medellín se desenvolveu de maneira invejável, podemos imaginar como pode continuar se desenvolvendo estando cada vez mais livre.

O Brasil não precisa se transformar em um Estado mínimo hoje, mas com os mesmos passos dados que nossa vizinha latino-americana deu, priorizando meritocracia, transparência e competição, podemos chegar cada vez mais perto. Uma aproximação constante traria uma consciência cada vez maior para o brasileiro de que o indivíduo é e deve ser maior que o Estado, ou continuaremos tapando buracos que nunca deixarão de nos incomodar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Advocacia Geral da União. *Manual de licitações e contratações administrativas*. Brasília: AGU, Consultoria-Geral da União, 2014.
- BRASIL. *Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021*. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília: Presidência da república, 2021a.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório de Fiscalização n. 46/2021: processo TC 029.313/2020-1*. Relator: Augusto Sherman. Brasília: TCU, 2021b.

- CGU conclui que Codevasf superfaturou asfalto de baixa qualidade em obras de pavimentação em dez estados. R7, jul. 2024.
- EX-SERVIDORES municipais e empresários são condenados pela operação Mar de Lama em Governador Valadares. G1, jul. 2023.
- MEDELLÍN é eleita a cidade mais inovadora do mundo. *BBC News Brasil*, mar. 2013.
- PARANÁ. Tribunal de Contas. *Acórdão n. 913/2023 Tribunal Pleno*. Recursos de revista em tomada de contas extraordinária. Obras de pavimentação asfáltica de vias urbanas. Fiscalização inadequada e pagamento por serviços em desconformidade. Manutenção das irregularidades e responsabilizações. Pelo desprovisionamento dos recursos. Relator: Conselheiro Ivan Lelis Bonilha. Curitiba, 2023.
- PARREIRA, M. *CGU encontra asfalto fino, de baixa qualidade e superfaturado em obras contratadas pela Codevasf em 10 estados*. G1: política, jul. 2024.
- SANTA CATARINA. Tribunal de Contas. *Laboratório de Obras fiscalizou, em 2025, ao menos R\$ 500 milhões em contratos e encontrou problemas em 18 das 25 obras vistoriadas*. Florianópolis: Tribunal de Contas de Santa Catarina, 2025.
- SECOM. *Auditoria em editais de obras rodoviárias resulta em economia de R\$ 264 milhões*. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2025.
- RESTREPO ALVAREZ, V. *A transformação urbana de Medellín: um estudo de caso*. *Caos Planejado*, jun. 2024.
- PARREIRA, M. *CGU encontra asfalto fino, de baixa qualidade e superfaturado em obras contratadas pela Codevasf em 10 estados*. G1: política, jul. 2024.
- R7 MINAS GERAIS. Mar de Lama: Justiça condena 13 por corrupção em Governador Valadares. *R7 Minas Gerais*, 26 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/mar-de-lama-justica-condena-13-por-corrupcao-em-governador-valadares-26092020/>. Acesso em: 24 jan. 2026.
- SOTOMAYOR, L. *Medellín's integrated urban projects: a planning tool to reduce socio-spatial inequality*. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2021.

SÍNTESE DA SEÇÃO: DO TESTE ÀS RESPOSTAS

O teste rápido desta seção não é um termômetro abstrato: ele traduz em 12 perguntas o que muita gente sente no cotidiano brasileiro de 2026. A leitura que segue parte de um ponto comum: quando regras são instáveis, incentivos são ruins e decisões são guiadas por atalhos, a conta aparece em forma de custo alto, baixa confiança e pouca perspectiva. A proposta dos artigos é inverter essa lógica – trocando improvisado por previsibilidade, discurso por consequência, proteção por competição, e centralização por responsabilidade.

1) *“As regras mudam demais?”*

A resposta passa por previsibilidade institucional e simplificação – com destaque para o debate sobre complexidade tributária e seus efeitos no “Custo Brasil”.

2) *“Eu pago imposto demais?”*

Os textos conectam a sensação de peso tributário à falta de foco em eficiência e, principalmente, ao fato de que a conta não fecha sem encarar o lado do gasto.

3) *“Vivemos de promessas de soluções fáceis?”*

Aqui entra o eixo que amarra o capítulo: juro, populismo e fundamentos. A seção reforça que não existe “canetada” que substitua disciplina e coerência.

4) *“Estou insatisfeito com a educação?” e*

5) *“A escola prepara de verdade?”*

Os artigos mostram que o problema não é só “falta de investimento”, mas desenho do sistema, incentivos e centralização. E apontam caminhos: autonomia, transparência, metas que importam e liberdade para experimentar – inclusive com mais escolha para famílias e diversidade de modelos.

6) *“Você se sente inseguro?”*

A leitura sugere que segurança também é consequência de instituições que funcionam no nível local: gestão, prioridade, métricas, cobrança e participação – com exemplos concretos de como cidades podem mudar o cotidiano.

7) *“Empreender é teste de paciência?”*

A saída proposta combina menos barreiras, mais abertura e um ambiente onde a inovação possa ser testada, crescer e competir – em vez de pedir permissão a cada etapa.

8) *“Falta concorrência e tudo fica caro?”*

O capítulo mostra como competição (de verdade) derruba preços, melhora qualidade e reduz privilégios – inclusive em mercados altamente regulados.

9) *“Tecnologia custa caro demais?”*

Os textos conectam o bolso do consumidor a escolhas de política econômica: proteção prolongada, subsídios e fechamento setorial têm custo direto para quem compra.

10) *“Obra demora e vira retrabalho?”*

A resposta está em governança: contratos com critérios claros, pagamento por desempenho, transparência e responsabilização – para parar de tratar baixa qualidade como destino.

11) *“Transporte e energia pesam demais?”*

Os artigos apontam que infraestrutura melhora quando há regra clara, investimento, bons incentivos e espaço para soluções privadas e inovadoras.

12) *“Desenvolvimento e meio ambiente não se conciliam?”*

Os artigos sugerem que conciliação depende menos de *slogan* e mais de regra aplicável, eficiência logística, tecnologia e incentivos certos – porque desperdício e imprevisto também são antiambientais.

O BRASIL TEM JEITO: O FUTURO QUE INSPIRA

Depois de encarar com franqueza as cicatrizes de um Brasil que chega a 2026 em transe, esta seção final propõe o movimento mais ousado desta 30ª edição: deixar o diagnóstico e projetar o desfecho. O exercício, aqui, não é de adivinhação, mas de projeção das consequências. Se o país se assemelha, hoje, a um tabuleiro de tensões extremas, o que acontecerá quando as peças terminarem de se mover?

“O Brasil tem jeito” deixa de ser uma frase de esperança para se tornar um imperativo de sobrevivência. Nesta seção, olhamos três décadas à frente – até 2056 – não para prever o amanhã, mas para denunciar o que o hoje está gestando. O que você lerá a seguir é, ao mesmo tempo, um alerta distópico e a materialização de um resgate. Estes textos traduzem o custo do silêncio e o sufocamento das liberdades, mas também a clareza de um horizonte em que o indivíduo volta a ser protagonista, confrontando o leitor com uma escolha inevitável.

Ao descrever o Brasil de 2056, evidenciamos os atalhos autoritários que precisam ser recusados agora, bem como as virtudes que precisam ser retomadas com urgência – liberdade de expressão, eficiência e protagonismo do indivíduo.

O fechamento deste arco transforma análise em responsabilidade histórica. Se o passado nos traz lições e 2026 nos exige coragem, o futuro nos recorda o que está em jogo: o país que deixaremos como herança e a coragem que precisamos ter para começar a reconstruí-lo a partir de agora.

Convidamos Mônica Salgado para escrever esta seção.



MÔNICA SALGADO

Jornalista com mais 25 anos de estrada, com pós em marketing, Mônica foi redatora-chefe da Vogue e dirigiu a Glamour por cinco anos - sob seu comando, a Glamour Brasil foi a primeira revista do mundo a estampar blogueiras na capa, em 2013. O fato de ter vivido o universo da influência digital desde o dia 1 a gabaritou para atuar com autoridade como influencer e idealizadora do Talk com Mônica, maior festival de conteúdo digital com foco em moda, *lifestyle* e mercado de luxo do País.

Com alma multimídia e dona de uma comunidade engajada (no Instagram são mais de 1 milhão de seguidores), foi colunista do Vídeo Show (TV Globo) e jurada no festival de publicidade de Cannes em 2018, além de colecionar passagens pelas principais redações do País, como Elle e Veja. Em abril de 2024, lançou seu primeiro livro, *A Vida que não Postamos*, um compilado das suas pensatas de maior sucesso.

CONTO DE FADAS DE UM HOSPÍCIO: O BRASIL QUE RECUSAMOS

Este é o conto de fadas de um hospício. Corria o ano de 2025, e o hospício encontrava-se no auge. Negócio rentável e sem concorrência no mercado. O espaço mantinha metade da população em camisa de força e uma boa parcela medicada, anestesiada ao entorno, fraca demais para se insurgir, interessada de menos para se arriscar. E havia eles, o *board* do hospício. CEO, diretoria e acionistas. Eles cobravam caro, muito caro, para salvar o Brasil daqueles perigosos pacientes. Não era em negócio, oh, não, era uma missão patriótica. E aí de quem questionasse... internação compulsória! Pacientes conformados/convertidos eram recompensados. Alguns recebiam Rouanet ministrada na veia, um experimento científico nunca antes visto. Pacientes rebeldes eram obrigados a frequentar aulas de sociologia em alguma universidade Federal, ouvir Caetano e Chico, assistir a discursos de Erika Hilton (neste caso, sem a possibilidade de baixar o volume do som) e ver, em looping, Fernanda Torres e Wagner Moura gritarem, de cima de um trio, sobre bandeiras que seu governo não atende.

Os poucos cidadãos são que conseguiram se manter fora do tal hospício, tentavam, em vão, tirar seus pares de lá. Porém... a vigília era constante, todo um efetivo das polícias federal, civil e militar a postos, sem chance de escapar. Havia os que também, do lado de fora, imploravam: “Colegas, postem, falam, tenham coragem!”. E ouviam: “Ah, mas tenho contratos que me impedem, o marido não quer, a família impede, profissionalmente não é bom”. E completavam, num arroubo de gratidão: “Mas, ó, obrigado(a) por falar tudo o que gostaria e não posso”. E a moral da história é a seguinte: nós perdemos muito por falar por cada um que diz que não pode falar. Nós nos expomos muito por cada um que diz que não pode se expor. E quanto menos pessoas falarem, menos pessoas falarão. E quem mais lamenta hoje pelo estado das coisas talvez veja seus filhos lamentarem pela mesma razão.

Mas o mundo gira, a Lusitana roda (e só os 45+ entenderão a metáfora) e, bem, algo de mágico acontece. Não diria que é um pó de pirlimpimpim porque este conto de fadas já está vida real demais. É cal, uma pá de cal que grita: ou soterramos isso ou isso nos soterra. Ou sufocamos o board do hospício ou eles sufocarão a nós. Ou paramos com este blá-blá-blá (ah, tão comedido na teoria, bem pouco efetivo na prática) de “Ai, nenhum dos extremos me atende” e aceitamos que neutros serão cúmplices, ou seremos tomados pelo extremo à esquerda, que detém a máquina pública, compara os meios de comunicação e chantageia os outros poderes.

É mais, bem mais do que defender linguagem neutra e mulheres trans em categorias femininas no esporte. É sobre Estado enxuto, iniciativa privada para diminuir a dependência do Estado, estatais no azul, máquina pública responsável e eficiente, programas sociais transparentes e mensuráveis, educação com mais matemática e

menos doutrinação e um vasto etc. Só assim chegaremos em 2056 perto de um final feliz. Que este conto de fadas do hospício vire um conto de bruxas do passado. Que se transforme, ao longo dos tempos, num relato documental realista do que deu certo. Justiça para todos. Trabalho na publicidade para todos. Crimes punidos para todos. Espaço na imprensa para todos. Lei Rouanet para todos. Cobrança sobre pautas fundamentais – queimadas, feminicídio etc. – para todos. Anistia para quem foi anistiado. E um vasto etc.

Há valores absolutos que espero que 2056 nos traga: liberdade de expressão para todos. Inclusive e sobretudo para aqueles de quem eu discordo.

O BRASIL QUE TEVE JEITO

Autor não identificado.

Brasil, 2056.

Sento-me hoje para escrever estas linhas e sinto uma estranheza profunda ao reler os relatos de trinta anos atrás. Para a minha geração, a ideia de que o Brasil já foi descrito como um “hospício” parece um exagero literário, uma distopia distante. Mas os arquivos não mentem: houve um tempo em que a liberdade era um risco, e a prosperidade, um pecado.

Hoje, em 2056, a vida tem a serenidade das engrenagens que funcionam. Não acordamos mais com o peso do Estado sobre nossos ombros.

Lembro-me de ouvir meu avô contar sobre as “internações compulsórias” do pensamento e sobre como o sucesso era vigiado. Hoje, o sucesso é celebrado. O indivíduo voltou a ser a unidade de medida do progresso.

Nesta manhã, abri minha pequena empresa de biotecnologia. Não precisei de carimbos, favores ou meses de espera. O sistema é invisível e eficiente, como deve ser. Meus impostos? São claros, justos e eu vejo cada centavo refletido na segurança das ruas e na excelência da educação técnica dos meus funcionários – que aprenderam a pensar por conta própria, e não a repetir *slogans* de três décadas atrás.

O que mais me encanta neste “Brasil que teve jeito” não é apenas a riqueza material, mas a paz intelectual. Ontem, em um café, assisti a uma discussão acalorada sobre política. De um lado, um entusiasta da inteligência artificial plena; do outro, um cético conservador. Ao final, apertaram-se as mãos e seguiram suas vidas. Ninguém chamou a polícia. Ninguém foi cancelado. Ninguém temeu perder o emprego por divergir. A liberdade de expressão não é mais um privilégio concedido; é o ar que respiramos.

Olho para o horizonte e percebo que o “jeito” que o Brasil deu não foi um milagre, mas uma escolha. Escolhemos, lá em 2026, que a responsabilidade individual valia mais que a tutela estatal. Escolhemos o trabalho em vez do subsídio, e a verdade em vez da narrativa.

Diziam que éramos o país do futuro. Pois bem, o futuro chegou. E, pela primeira vez na nossa história, ele não é uma promessa vazia. É o chão sólido sob nossos pés. É, finalmente, a liberdade em toda a sua luminosa e produtiva plenitude.

EPÍLOGO – O FUTURO COMEÇA AGORA

Chegamos ao fim de nossa jornada por três décadas de transformações, de avanços e retrocessos, de desafios que se tornaram oportunidades, mas também de lições que não podem ser ignoradas. Ao olhar para o caminho percorrido, vemos que a história do Brasil não é linear: ela é uma composição de escolhas feitas pelo nosso povo que, apesar de todas as suas virtudes, ainda carrega vícios que não nos permitem avançar como gostaríamos. Há muito a ser feito, e o que nos faz seguir adiante é a crença de que o brasileiro e o Brasil podem construir um futuro mais próspero.

O Fórum da Liberdade, que tem sido ponto de encontro para aqueles que acreditam no poder das ideias bem-fundamentadas, nos convida a refletir sobre a possibilidade real de um futuro diferente. O livro *Pensamentos Liberais*, há 30 anos, vem sendo um compilado de diagnósticos e soluções, mas mais do que isso, um arcabouço de ideais, pois, como diria Ludwig von Mises, “Ideias, e somente ideias, podem iluminar a escuridão”. Com base nessa crença reafirmamos que o Brasil tem jeito sim. Somos um País de vastas oportunidades e um povo com valores que precisam ser resgatados e fortalecidos, com menos tolerância às transgressões e aos “jeitinhos”. Tudo isso começa em nós mesmos. Com os princípios corretos guiando o caminho, podemos trilhar uma rota de prosperidade.

A dualidade apresentada ao fim da obra representa as escolhas que teremos e as consequências de como conduziremos a nossa sociedade daqui para a frente. Temos convicção de que existe virtuosidade no povo brasileiro e de que a única maneira de evitar o hospício é apostar nos valores corretos. A política, a economia e todo o contexto social nada mais são do que o reflexo do que somos e construímos como povo, e reconhecer isso significa entender que qualquer mudança começa em cada um de nós. Para trilhar a rota da liberdade e da prosperidade, precisamos perseguir com compromisso os princípios que nos definem: a liberdade e a responsabilidade individual; a liberdade econômica e o respeito à propriedade privada; e o respeito às instituições e ao Estado de Direito.

Ao longo dos anos, o brasileiro aceitou muitas distorções de seus valores. Como um povo trabalhador, criativo e empreendedor aceita o patrimonialismo e o corporativismo estabelecidos em nossa sociedade? Por que o famoso “jeitinho brasileiro” passou a

remeter à transgressão e à busca por benefício próprio? Já passou da hora de solidificarmos nossas virtudes e, por meio de ideais sólidos e profundos, mudarmos o rumo do País. O caminho terá obstáculos, mas este é o momento de agir. O futuro começa agora. O que faremos com as oportunidades diante de nós definirá o Brasil que deixaremos para as próximas gerações.

Como cidadãos, como líderes e como pensadores devemos nos levantar e trabalhar para transformar as ideias que defendemos em ações concretas. O Brasil, como um organismo vivo, precisa de cada um de nós para alcançar seu pleno potencial. Se desejamos que a afirmação “O Brasil tem jeito” seja mais do que um *slogan*, ela deve ser nossa missão diária, nosso compromisso com o futuro. O Brasil, de fato, tem jeito, mas esse jeito só será possível se agirmos agora com clareza, coragem e responsabilidade.



HUGO DE OLIVEIRA MULLER

*Vice-Presidente do Instituto
de Estudos Empresariais (IEE)*



LIBERDADE
LIBERDADE
LIBERDADE
LIBERDADE
LIBERDADE
LIBERDADE

BR
BR
BR
BR

212.000.000

2,5%
2,5%
2,5%
2,5%

2026

**A 30^a edição da Série Pensamentos
Liberais recebeu o apoio de:**

Patrocinadores Ouro

BoxiFarma

Malcon Patrimonial

Patrocinadores Prata

Bateleur

Belmondo

Br Supply

Raro Investimentos

Patrocinadores Bronze

Dinon Transportes

Machado Schütz Advogados

Apoiadores

André Filipe L. M. Marchesi

Fernanda Zaniol Zaffari

Gabriel Siviero Dal Ponte

Gilberto Medeiros Junior

Guilherme Bermudez Hruby

Guilherme Galiotto

Guilherme Wolf de Souza

Lucas Ceratti Ferrazza

Matheus da Silva Barcellos

Paulo Uebel

Pedro Henrique de Oliveira

Roberto Walter

Rodrigo Villa Real Melo



FÓRUM DA LIBERDADE

PATROCINADORES DA EDIÇÃO DO PENSAMENTOS LIBERAIS

COORDENAÇÃO
EDITORIAL E APOIO



PATROCINADORES OURO



PATROCINADORES PRATA



PATROCINADORES BRONZE



PATROCINADORES DO FÓRUM DA LIBERDADE

PATROCÍNIO DIAMANTE



PATROCÍNIO OURO



PATROCÍNIO PRATA

